

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EXECUTIVO**

**CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO
DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS
TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL
VOLUME I**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

HÉLIO NAHMEN KESTELMAN
Rio de Janeiro 2002

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE
EMPRESAS**

CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA

CURSO DE MESTRADO EXECUTIVO

**CONTEXTO HISTÓRICO
DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO
DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR

HÉLIO NAHMEN KESTELMAN

E APROVADA EM __/__/__

PELA COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. Aluizio Loureiro Pinto


Prof. Dr. Istvan Karoly Kasnar


Prof. Dr. Julio César R. Dal Bello

DEDICATÓRIA

Há muito tempo alguém me disse "*estude sempre pois, com o tempo, o vazio do saber é cada vez maior*" e eu, na medida do possível, venho tentando seguir esta recomendação.

Dedico esta pesquisa à memória dos meus pais, Max e Ahuva, que ficariam felizes em saber que seus conselhos foram seguidos e, principalmente, àqueles de quem tomei parte do tempo de convívio para poder me dedicar a este estudo: Iane, Beto e Amanda, razão maior desta permanente busca de enriquecimento do estoque de conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa abre a oportunidade de agradecer a amigos e colegas, mestres e alunos que, direta ou indiretamente, contribuíram com sua sabedoria, conhecimentos e informações para que o seu conteúdo se tornasse acessível a quem dele desejar obter algum proveito, mesmo que diminuto, e transformasse esta tarefa numa aventura feliz e prazerosa.

Além das inúmeras personalidades idealistas - pessoas íntegras, inteligentes e honradas- que dedicaram anos de suas vidas ao setor de telecomunicações, deixando um legado fabuloso para a história do nosso país, agradeço, particularmente, ao professor Doutor Alúzio Loureiro Pinto, meu caro orientador, precursor da idéia e permanente incentivador da pesquisa.

À Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, aos professores do Mestrado Executivo que me deram a oportunidade de colher ensinamentos fundamentais para o direcionamento da pesquisa, aos componentes da Banca, Doutores Istvan Karoli Kasnar e Julio Cesar Dal Bello e à prezada Rosana de Carvalho Pessoa, pela participação indispensável na estruturação, revisão e finalização deste trabalho.

RESUMO

O Setor de Telecomunicações representa um dos segmentos mais relevantes do sistema social brasileiro. Surgiu, se desenvolveu e alcançou patamares altamente significativos tanto no Brasil como no concerto das nações marcado, sempre, pelo desafio e pela necessidade dos homens de se comunicarem e de se fazerem ouvir a distâncias cada vez maiores.

Aos dias de hoje, no momento em que no Brasil o setor vem consolidando o desenho de mais uma etapa da sua evolução, calcado na competição entre organizações, como resultado da recente quebra do monopólio estatal em que se fundamentou durante um longo período de sua existência, cabe pesquisar e buscar compreender o processo de seu desenvolvimento e identificar as diversas mudanças de tendências que se verificaram ao longo desta trajetória.

O Contexto Histórico do Processo de Institucionalização das Telecomunicações no Brasil é o tema da presente dissertação que, diferentemente de estudos de Institucionalização relacionados ao desenvolvimento de Organizações individualizadas, trata de um setor como um todo, da dinâmica de suas variáveis internas e do seu relacionamento com a sociedade, beneficiária dos serviços por ele prestados.

Neste contexto, aplicam-se pressupostos relacionados a uma visão sistêmica onde o setor se posiciona como um processador que recebe insumos do ambiente externo e devolve resultados em forma de produtos ou serviços.

Das inúmeras classificações que vêm servindo para definir o conceito de sistema, este trabalho se concentrará na caracterização do setor de telecomunicações brasileiro como um sistema social, complexo e aberto.

Para isso foram estudadas diferentes etapas do seu processo de desenvolvimento institucional, identificando momentos de sua evolução no contexto da interação, política, econômica, social e tecnológica com o conjunto da nação.

O objetivo da presente dissertação é descrever este processo de desenvolvimento setorial mediante a utilização de subsídios teóricos e da análise comparativa, subjetiva (empírica), com o desenvolvimento do País.

A escolha do tema decorreu da identificação da necessidade de se evoluir de estudos existentes e que refletem meramente relatos históricos para uma abordagem mais ampla, integrada e relacionada, entre outras, às responsabilidades do setor perante o meio ambiente onde ele se insere.

ABSTRACT

Telecommunications represents one of the most relevant sectors of the Brazilian social system. It arose, developed and reached highly significant levels in Brazil, as well as in the world, always marked by the challenge and the men's need to communicate and to heard at greater and greater distances.

In the present days, as a result of the recent brake in the state monopoly, Brazilian telecommunications has been consolidating one more phase of its evolution and, for that, it is necessary to research and try to comprehend the process and the different changes of tendencies that occurred during this trajectory.

The Historical Context of the Telecommunications Sector Institutionalization Process is the theme of this document, which, in contrast with studies of institutionalization related to the development of single organizations, treats the sector as a whole, taking into consideration the dynamics of its internal variables and its relationship with the society.

In this context, hypotheses related to a systematic view are applied. In this view, the sector positions itself as a processor, receiving inputs from the external environment and returning results in form of services or products.

Among many classifications that have been used to define the concept of system, this work will concentrate in the characterization of the Brazilian telecommunications sector as a complex, open and social system.

To this end, different stages of the process of institutional development were studied identifying moments of its evolution in the context of its political, economical, social and technological interaction with the Nation.

The objective of this research is to describe the process of the sector evolution through the use of theoretical subsidies and through a comparative analysis, subjective (empirical), with the country development.

The choice of this theme came from the realization of the necessity to develop from existent studies, merely directed to historical facts, to a wider and more integrated approach, with the telecommunication's responsibilities with the environment where it is inserted.

VOLUME I

SUMÁRIO

VOLUME I

APRESENTAÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	19
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	19
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO	20
1.3 ESCOLHA DO TEMA - RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	23
1.4 OBJETIVO GERAL DO ESTUDO	24
1.5 OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS.....	26
1.6 LIMITAÇÕES	27
1.7 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	28
1.8 MÉTODO E HIPÓTESES.....	28
CAPÍTULO 2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	30
2.1. A HISTÓRIA DO BRASIL E AS COMUNICAÇÕES	30
2.1.1. Do Descobrimento ao Fim do Império (1500-1889)	30
2.1.1.1. Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais.....	30
2.1.1.1.1. O Brasil e a chegada dos portugueses.....	30
2.1.1.1.2. Ocupação dos espaços	33
a) Donatarias	35
b) O regime financeiro e fiscal	36
c) Colonos e indígenas	37
d) Entradas e bandeiras	44
e) Vilas e cidades	45
2.1.1.1.3. Dispersão das populações	48
a) Agricultura como elemento de dispersão	48
b) Cobrança de impostos e Serviço Militar	49
c) Mineração.....	50
2.1.1.1.4. Mudança da capital.....	50
2.1.1.1.5. A separação de Portugal e o processo de independência	51
2.1.1.1.6. Espaços vazios e integração territorial	56
a) Preservação da unidade e da integridade.....	57
2.1.1.1.7. A política industrial	59
a) O Barão de Mauá	60
2.1.1.1.8. O Império em dificuldades e a proclamação da República.....	63
a) A Corrente do positivismo e a defesa da república.....	63
2.1.1.1.9. Fim do regime monárquico.....	65
2.1.1.1.10. O retrato econômico do final do Império.....	65
2.1.1.2. Tecnologia	66
2.1.1.2.1. Transporte	66
2.1.1.2.2. Comunicações	67
a) Inventos e descobertas.....	71
2.1.1.3. Comunicações — Serviços postais, Correios	74
2.1.1.3.1. Serviço Postal — do descobrimento ao Império	78
a) Período Colonial	78
b) Período Imperial	82
c) Período Republicano — início.....	84
2.1.1.4. Comunicações — Serviços telegráficos	85
2.1.1.4.1. A telegrafia no final do Império	85
2.1.1.5. Telecomunicações — telefonia.....	88
2.1.1.5.1. A exposição do Estado da Filadélfia	92

2.1.1.5.2.	A Telefonia no final do Império.....	98
a)	Resoluções e autorizações - 1880 a 1883.....	103
b)	Encampação da Companhia Telefônica do Brasil (1884-1885)...	106
c)	A Telefonia na proclamação da república.....	109
2.1.2.	Da Proclamação da República ao Código de Telecomunicações (1889 a 1962).....	110
2.1.2.1.	Aspectos políticos, econômicos e sociais.....	110
2.1.2.1.1.	A Primeira República - 1889 a 1930.....	110
a)	Características socio-econômicas na 1ª República.....	112
b)	Ocupação das cidades.....	113
c)	Atividade industrial.....	113
2.1.2.1.2.	A Era Vargas - 1930 a 1945.....	115
a)	A crise de 1929-1931 e a Revolução de 1930.....	115
_	A conspiração.....	118
_	A Conspiração revolucionária de 1930 – Origem e desenvolvimento.....	118
b)	O Governo provisório - 1930 a 1936 (a disputa).....	120
_	Medidas e ações iniciais.....	120
_	O Estado Getulista e a Constituição de 1934.....	122
_	Medidas e ações na economia.....	123
c)	Surgimento do Estado Novo - 1937 a 1945.....	124
_	População.....	124
_	O Integralismo.....	125
_	Confronto ALN <i>versus</i> AIB.....	126
_	Movimento armado comunista de novembro de 1935.....	126
_	O golpe de Vargas.....	127
_	A nova constituição – “Polaca”.....	128
_	A AIB no contexto do golpe de 1938.....	129
_	A ditadura Vargas - Centralização.....	130
_	A propaganda e a censura dos meios de comunicação.....	130
_	O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).....	131
_	A política econômica industrialista.....	131
_	A administração pública - DASP - o aparelho burocrático.....	132
_	O Trabalhismo e as organizações sindicais.....	134
_	As relações internacionais.....	135
_	A participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial.....	136
_	Reflexos e conseqüências da guerra.....	137
_	Reflexos da guerra no Brasil.....	138
d)	O processo de redemocratização nacional.....	139
e)	A derrota de Vargas - o Estado Novo chega ao fim.....	140
2.1.2.1.3.	República Liberal - Governo Dutra - 1946 a 1950.....	141
a)	Assembléia Nacional Constituinte.....	141
b)	Cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB).....	142
c)	As relações internacionais.....	143
d)	Política econômica.....	143
e)	Processo sucessório.....	144
f)	Governo constitucional.....	145
2.1.2.1.4.	Governo Vargas - 1951 a 1954.....	146
a)	A economia.....	146
b)	Vargas e a política do petróleo.....	147
c)	As forças de oposição.....	148
d)	As relações internacionais.....	148
e)	Política industrial.....	149

f) Atentado da rua Toneleros	149
g) O fim do governo Vargas – o suicídio	150
2.1.2.1.5. A sucessão: O governo Café Filho - 1954 a 1955	151
a) A economia no governo Café Filho	152
b) Processo sucessório.....	153
2.1.2.1.6. Governo Juscelino Kubitschek - 1956 a 1961	154
a) Plano de metas	155
b) Disputas internas.....	156
c) Economia.....	158
d) As relações internacionais.....	159
e) Processo sucessório.....	160
2.1.2.1.7. O governo Jânio Quadros - 1961 (de janeiro a agosto)	161
a) Política saneadoras – costumes e moral	162
b) As relações internacionais.....	163
c) Jânio renuncia	164
d) Explicações para a renúncia	164
e) Radiodifusão.....	165
2.1.2.1.8. O Governo João Goulart - 1961 a 1964.....	166
2.1.2.2. Comunicações - Serviços Postais, Correios.....	168
2.1.2.2.1. Período Republicano	168
a) Primeiros momentos	169
2.1.2.2.2. Período do Departamento de Correios e Telégrafos.....	170
2.1.2.3. Comunicações - Serviços telegráficos.....	171
2.1.2.3.1. Rondon.....	172
a) Significação histórica	173
b) Naturalidade	175
c) A obra.....	175
d) Atividades	177
2.1.2.4. Telecomunicações - Telefonia	178
2.1.2.4.1. Final do Século XIX.....	178
a) Período 1889 a 1891	179
b) Período 1892 a 1895	183
c) Período 1896 a 1899	186
2.1.2.4.2. O novo século - primeiras décadas.....	188
a) Período 1900 a 1911	188
b) Período 1912 a 1916	194
c) Ano de 1917 e as estatísticas oficiais.....	199
d) Período 1918 a 1922	200
2.1.2.4.3. Nasce a Companhia Telephonica Brasileira (1923).....	203
a) Período 1923 a 1929	203
b) Fatos marcantes:	206
2.1.2.4.4. Resumo das operações no Brasil.....	210
a) São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina	210
b) Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás	215
d) Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí	217
e) Maranhão, Pará e Amazonas	218
2.1.2.4.5. A década de 30	219
2.1.2.4.6. A década de 40.....	225
2.1.2.4.7. A década de 50.....	229
2.1.2.4.8. Do início da década de 60 até o Código de Telecomunicações	233
2.1.2.5. História do Código Brasileiro de Telecomunicações	236

APRESENTAÇÃO

Ao longo da história universal rupturas fantásticas marcaram época. Paradigmas relevantes foram quebrados. Os Descobrimentos, a Renascença, o Iluminismo, a Revolução Industrial, Guerras e Conquistas, sinalizaram momentos significativos desta evolução.

Como suporte ao desenvolvimento das comunicações entre os homens, descobertas foram feitas: a eletricidade, o telégrafo, o rádio, os semicondutores. A partir daí, inúmeros inventos foram sucessivamente criados para que, cada vez mais, um número crescente de pessoas se beneficiasse das comunicações, pudessem falar entre si e o mundo ficasse menor.

Grandes transformações acontecem no nosso tempo. Conduzidas principalmente pela tecnologia, estabelecem-se descontinuidades em um ambiente altamente complexo, veloz e turbulento. A Informática, a engenharia genética, as ideologias difusas, a conectividade, a velocidade das telecomunicações, a microeletrônica, a televisão, o mundo virtual, satélites, viagens espaciais, são todos ingredientes que futuramente servirão para designar a era que estamos vivendo.

De um passado não muito distante, aos dias de hoje, inúmeros países e nações estiveram sempre, em cada fase histórica, em maior ou menor escala, envolvidos neste processo. Como decorrência, na estrutura destes países organizações surgiram. Muitas se desenvolveram e prosperaram, romperam barreiras, outras sucumbiram, desapareceram. Cada qual, contudo, sempre, procurando, de alguma forma, se posicionar no contexto evolutivo da sociedade. Momentos, ora de turbulência ora de calma, marcaram a agenda destes períodos e por via de consequência, dessas organizações.

No núcleo deste processo acelerado, Instituições setoriais tiveram que dar suporte ao equilíbrio dos diferentes sistemas envolvidos, mesmo nos momentos mais conturbados da história.

No Brasil, estes aspectos também se manifestaram e, particularmente, o setor de telecomunicações sempre esteve presente, direta ou indiretamente, em cada momento, como um segmento altamente relevante e significativo para o desenvolvimento do País e como parâmetro de equilíbrio intersetorial.

Neste contexto, a presente dissertação tem como objetivo estudar e explicar o processo gradual de institucionalização do setor de telecomunicações brasileiras delineando, em harmonia com a história do país, sua trajetória evolutiva, avaliando em que medida este segmento passou a fazer parte do processo de desenvolvimento nacional e como se estabeleceu como instrumento de aproximação e entrosamento entre diferentes setores da sociedade. Pretende, também, apresentar subsídios para uma avaliação prospectiva do seu desenvolvimento futuro.

Este trabalho não se propõe nem ambiciona relatar tão somente a história das telecomunicações brasileiras. O que realmente nele se busca é compreender a institucionalização do setor, apresentando o problema calcado em um modelo em que fundamentos da geopolítica (ocupação de espaços), da evolução tecnológica, da teoria das organizações e o próprio desenvolvimento político, econômico e social do país se façam representar.

A presente realidade do setor no Brasil, privatizado e regulado por uma Agência independente reflete apenas, minimamente, o percurso que teve que ser percorrido ao longo do tempo, deixando de consignar as sucessivas rupturas e inflexões que se apresentaram na cronologia histórica bem como as suas interações nos campos político, econômico, social e tecnológico da vida nacional.

Acompanhar estes marcos sucessivos, identificar as diferentes interações das comunicações com o ambiente externo e inferir os movimentos que nos conduziram até a realidade presente fazem parte da presente pesquisa.

Esta dissertação, que não se esgota no mero relato retrospectivo e na sua avaliação histórica se propõe, também, especular sobre visões prospectivas que este segmento, representa na arquitetura do mosaico da estrutura nacional.

O levantamento que foi realizado, através da coleta de informações, pesquisa documental e de campo, buscou focalizar, entre outras, a quebra sucessiva dos paradigmas decorrentes do processo de desenvolvimento do setor, harmonizado com o desenvolvimento do Brasil e da sua inserção no concerto das nações.

Pretende-se com isto, verificar se as sucessivas mudanças no modelo setorial trouxeram reflexos para o desenvolvimento do Brasil e se a Institucionalização construída resultou de um Planejamento previamente concebido ou foi o resultado de uma tendência natural que veio simplesmente a reboque de esforços realizados por outros diferentes segmentos da estrutura nacional.

Em síntese, as reflexões e idéias apresentadas neste trabalho obedeceram a um modelo concebido e estruturado numa Hipótese, numa Doutrina, na Tecnologia e no Desenvolvimento.

A dissertação acerca do Histórico do Processo de Institucionalização das Telecomunicações no Brasil tem a intenção de propiciar a análise da sua evolução ao longo do tempo e vem apresentada em quatro capítulos.

O capítulo inicial — como uma introdução ao tema — apresenta aspectos relacionados à importância do contexto setorial, a magnitude que as telecomunicações assumem no mundo contemporâneo, sua abrangência e posicionamento em relação a outros segmentos que compõem o sistema nacional e a razão de escolha do tema.

Com o intuito de melhor compreender as tendências, propostas e decisões que marcaram momentos e etapas significativas do processo de institucionalização do setor, o segundo capítulo apresenta uma resenha histórica do desenvolvimento das comunicações e

das telecomunicações estabelecendo-se, nesta pesquisa, um contraponto permanente da atividade setorial com diferentes e relevantes aspectos econômicos, políticos, sociais e tecnológicos, em cada um desses momentos.

Embora o processo de institucionalização das telecomunicações no Brasil tenha sido marcado, efetivamente, no ano de 1962, através da promulgação da Lei nº 4.117, de 26 de agosto de 1962, que aprovou o Código Brasileiro de Telecomunicações e que estabelecia uma política nacional para o setor, criando as condições voltadas a este propósito, esta dissertação foi buscar na origem da nossa sociedade, ainda no descobrimento, elementos importantes que, no processo evolutivo, estabeleceram componentes geopolíticos de mais alta relevância capazes de facilitar o entendimento deste processo.

Este capítulo vem subdividido em quatro etapas diferenciadas, a saber: do Descobrimento (1500) à Proclamação da República (1889), da Proclamação da República à aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações (1962), do Código à Nova República (1985) passando pela atuação da TELEBRÁS e, por fim, da Nova República ao fim do Monopólio estatal, Privatização, ou seja, até os dias de hoje (referências ao ano 2000).

Como complemento à análise evolutiva e às idéias relacionadas à institucionalização das telecomunicações, o terceiro capítulo apresenta um ensaio prospectivo que estabelece, inicialmente, uma visão de futuro para o setor, qualificada como a mais provável e, em complemento, uma visão otimista de um possível desdobramento.

Finalmente, nas conclusões, são tecidos comentários e apresentadas reflexões que servem para ratificar e consubstanciar a idéia de Institucionalização do Setor de Telecomunicações no Brasil.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Estamos no início de um novo milênio e muito do que se falava no final do século que se foi, acabou por não acontecer. Em contrapartida, muito do que não estava previsto acabou se tornando realidade. Acabou, sim, por acontecer, a grande revolução provocada pelo desenvolvimento acelerado e marcante das comunicações e o mundo acabou por se tornar, inexoravelmente, a tal “Aldeia Global”.

Tudo aquilo que era antecipado e concebido somente através da ficção, aos poucos vai se transformando em realidade. As pesquisas científicas e os avanços tecnológicos inserem-se neste processo como alavancas propulsoras do desenvolvimento.

Um magnífico sentido de modernidade e de avanços acelerados trazem a sensação de que o mundo pode ficar mais civilizado e justo com as comunicações contribuindo para um melhor entendimento entre os homens.

As nações estão imersas, contemporaneamente, em maior ou menor escala, numa sociedade global marcada pelo conhecimento e pela informação.

As inovações tecnológicas, particularmente aquelas desenvolvidas nos últimos quatro séculos, foram as principais indutoras das grandes mutações e rupturas que, ao longo da história, estabeleceram tendências econômicas, políticas e sociais e que vêm direcionando o destino de cada uma em particular e da humanidade, como um todo, em seus bons e maus momentos.

As comunicações surgem, neste contexto como um dos fundamentos mais significativos para que o desenvolvimento das nações se processe efetivamente e para que elas possam se expandir e consolidar, equacionando as suas demandas internas e harmonizando o seu percurso com o da sociedade internacional.

Na atualidade, as telecomunicações, fruto de uma nova etapa da revolução tecnológica e sua grande beneficiária, vem se processando em velocidades cada vez maiores e inseridas em um mundo virtual e conectado em rede.

O benefício decorrente destes avanços deveria significar uma redução no distanciamento que existe entre países mais e menos desenvolvidos.

Nos países mais desenvolvidos a oferta de serviços de telecomunicações é crescente e a grande responsável pela consolidação de seus mais importantes indicadores econômicos e sociais.

Já nos demais, acontece uma corrida desenfreada na tentativa de aproximá-los e, até mesmo, inseri-los neste contexto da sociedade global e moderna.

Mais uma vez as comunicações despontam como elemento indispensável para a redução deste *gap*.

No Brasil, em particular, este princípio vem sendo perseguido há muito tempo sendo que, praticamente todos os diferentes governos que guiaram os destinos da nação neste século, incluíram nos seus programas as telecomunicações como item prioritário.

Na realidade, o que marcou o maior ou menor alcance de resultados foi o próprio modelo estrutural do País e a dinâmica do seu processo de institucionalização.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A evolução do setor de telecomunicações no Brasil aconteceu em duas fases distintas.

A primeira, desorganizada e confusa, decorria da inexistência de uma doutrina adequada e contemporânea e de normas e regras capazes de estabelecer os mecanismos necessários ao desenvolvimento ordenado do setor.

Este estado de desordem, de desequilíbrio, marcou uma necessidade e a busca incessante e tenaz de tal instituto e que resultou, mais adiante, na aprovação do Código

Brasileiro de Telecomunicações, em 27 de agosto de 1962. A inexistência de uma legislação definidora de uma política bem estruturada, impedia a organização do setor.

As telecomunicações se diluíam num emaranhado de níveis decisórios e desconectados. A pluralidade dos poderes concedentes — União, Estado e Municípios — e o despreparo e a falta de competência de diversos entes jurídicos deram lugar a outra pluralidade, a de empresas exploradoras de serviços. Uma plêiade de operadores de serviços públicos de telecomunicações navegando sem referências e sem um sentido de orientação.

A inexistência de uma doutrina consagrada, agravada pela inexistência de regulamentos e normas técnicas e outros instrumental legais e administrativos, não poderiam deixar de contribuir para tal desorganização.

A sociedade não recebia a contrapartida de um serviço adequado. A economia se ressentia e as estruturas políticas apresentavam dificuldades, pela inexistência de canais de comunicações adequados, para desenvolver suas responsabilidades perante a nação de forma mais eficaz.

A responsabilidade por este estado de coisas — estagnação, atraso, descontrole e desorganização que reinava — pode ser creditado mais ao poder público, que não teve competência para administrar tão importante atividade, uma vez que, por falta de visão para a magnitude do setor ou mesmo por omissão, não promoveu, oportunamente, a aprovação de legislação específica e menos aos fundadores das empresas e operadores dos serviço públicos de telecomunicações.

Estes últimos, que tomaram a iniciativa e partiram para o desafio de criar as primeiras empresas operadoras, foram os grandes pioneiros. Tiveram a visão e a sensibilidade para entender o significativo papel das telecomunicações no processo do desenvolvimento social, político e econômico e agiram, com coragem e audácia, no sentido de ocupar, ainda que pela

inexistência de dispositivos legais adequados, de forma ineficaz, um espaço importante de que a nação tanto se ressentia.

A segunda fase da evolução foi aquela em que se pode, realmente, entender o setor de telecomunicações como institucionalizado e teve início, de fato, nos anos 60, mais especificamente no início de 1963, quando o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), deu início a suas atividades e teve seus membros nomeados.

Na época, as organizações do governo que administravam as telecomunicações e conduziam suas atividades, não tinham o menor interesse em ver este novo órgão consolidar-se. A lei que criava o CONTEL, seria mais uma daquelas a “não dar em nada”.

O CONTEL, no entanto, se consolidou. Ali, naquele fórum, foram discutidos e aprovados os instrumentos básicos — principais regulamentos e atos normativos — necessários à estruturação e institucionalização do setor.

A história das telecomunicações se encarregou de contar quão significativas, quando vistas sob o ângulo da política nacional, foram as iniciativas e ações que o CONTEL tomou a si, e executou, especialmente as que se referem à radiodifusão e telecomunicações públicas que, de tão ricas, pode-se afirmar que algumas delas poderiam, se outros fossem seus desfechos, ter escrito uma nova história política do País.

Naquele Conselho as telecomunicações públicas tiveram seu novo destino traçado. Além da criação da EMBRATEL, do Ministério das Comunicações e, posteriormente, da TELEBRÁS e da aquisição da antiga Companhia Telefônica Brasileira (CTB) pela União, alguns outros itens mereceram destaque naquele órgão: a redução drástica do número de operadoras e a economia das telecomunicações em que se analisaram profundamente os problemas relacionados às tarifas, aos investimentos, ao Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT) e ao autofinanciamento.

No CONTEL também se verificou a participação dos militares no processo de institucionalização. A partir dali se pode inferir que a atuação relevante e até fundamental dos militares no processo que proporcionou a grande guinada do setor não decorreu, como alguns propalam, do movimento de 1964 e sim de decisões que aconteceram alguns anos antes.

No contexto da presente dissertação, aplica-se o conceito de Institucionalização como sendo “Processo pelo qual as organizações servem de veículos para a criação, difusão, perpetuação de elementos e mecanismos inovadores, criados para induzir mudanças sociais que conduzem ao desenvolvimento” (PINTO, 2002, p. 7-25).

O desenvolvimento institucional, por seu turno, implica na busca e estabelecimento de rupturas (mudanças) sociais como resultado de um processo decisório político em que normas e ações inovadoras devem não apenas converter-se em valores das organizações, mas, também ser aceitas e incorporadas pela própria sociedade. O processo de mudança, então, é entendido como aquele capaz de estabelecer e inocular valores e inovações na sociedade. Esta, em resposta, devolve, através do seu apoio, viabilizando o processo como um todo.

O professor Aluizio L. Pinto (2002, p. 7-25) utiliza ainda o termo Institucionalização Organizacional que assim se define:

[...]o planejamento, estruturação e orientação de organizações novas ou reconstituídas que (a) incorporam, promovem e protejam relações e cursos de ação, (b) realizam funções e serviços que são valorizados no ambiente, e (c) facilitam a assimilação de novas tecnologias físicas e sociais.

O professor Aluizio vê o desenvolvimento de instituições como a transformação de organizações que têm menor grau de influência interna e externa (ambiental) em instituições que passam a atuar com um grau maior de influência normativa.

1.3 ESCOLHA DO TEMA - RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Ao nos depararmos hoje com a realidade do setor de telecomunicações que representa um dos segmentos mais relevantes do sistema social brasileiro e que nasceu, se desenvolveu e alcançou patamares altamente significativos tanto no Brasil como internacionalmente, dúvidas

aparecem para se entender, não somente a história, mas, principalmente, o processo através do qual este desenvolvimento aconteceu.

A escolha do tema decorreu da identificação da necessidade de se evoluir de estudos históricos existentes para uma abordagem mais ampla, integrada e relacionada, entre outras, às responsabilidades do setor perante o meio ambiente onde ele se insere. Buscamos respostas às seguintes questões:

- como as comunicações se processavam quando ainda éramos colônia, submetidos a interesses externos e ainda dispersos e espalhados pelo vasto território sem que qualquer vestígio de tecnologia aplicada aqui chegasse?
- de que forma os espaços foram sendo ocupados e as comunicações passaram a fazer parte de nossas necessidades políticas, econômicas e sociais e como, neste processo evolutivo, as comunicações foram se inserindo no mosaico nacional e de que maneira os avanços tecnológicos extra fronteiras foram sendo trazido e absorvido pela sociedade?
- como, após a independência e a transformação do império em república, os sucessivos governos foram, gradualmente, desenvolvendo e institucionalizando as atividades de telecomunicações, estabelecendo valores, produzindo normas e regulamentos e adequando este setor às sucessivas demandas temporais políticas, econômicas e sociais da nação? e,
- como estamos aos dias de hoje e como estaremos no futuro?

O tema selecionado busca sintetizar-se na demonstração de que a institucionalização das telecomunicações, através da missão que lhe cabe, foi, e tem sido, elemento fundamental no desenvolvimento integrado do Brasil e na sua inserção no concerto internacional.

1.4 OBJETIVO GERAL DO ESTUDO

O tema escolhido — Contexto Histórico do Processo de Institucionalização das Telecomunicações no Brasil — Institucionalização do Setor de Telecomunicações no Brasil — tem como objetivo, a análise historiográfica baseada em conceitos geopolíticos; pretende estudar e descrever o processo de desenvolvimento das telecomunicações através de uma análise comparativa com o evolução histórica do Brasil, para subsidiar o entendimento da Institucionalização do Setor e do seu papel significativo no crescimento qualitativo e quantitativo do País.

A Teoria Geral de Administração ou Teoria das Organizações, para outros, empobreceu-se consideravelmente a partir da década de 70.

Na realidade, muitos autores quiseram estabelecer uma relação entre a organização e território, não obtendo sucesso pela indiferença do número superiormente maior daqueles que procuravam lidar com “fragmentos” da organização (RH, processo decisório, clima, cultura) ou grandes modelos analógicos (não-homólogos) baseados em conceitos de sistemas extraídos de Von Bertalanffy.

Os discrepantes buscavam encontrar o conceito de territorialidade para, inclusive, explicar que muitos dos fragmentos decorriam em ambiente físico ou virtual de cunho geográfico. Um conglomerado como a Glaxo SmithKline, atuante em todo o planeta, precisa considerar a quebra por países como o Brasil e a Índia.

No conceito geopolítico as unidades localizadas nesses países são parte do território virtual, despertando em seus dirigentes, contudo, preocupações de cunho tipicamente geopolítico.

Em realidade se uma empresa do ramo da indústria farmacêutica desejar desenvolver uma vacina contra a malária, suas condições primárias estarão centradas na África, da mesma maneira que o Brasil (macroorganização) precisa cuidar da colônia e das suas fronteiras latino-americanas.

As telecomunicações são a evolução contemporânea dos esforços portugueses em conhecer o novo território e entender o que se passava no ecúmeno dominado. A privatização das telecomunicações ou a adoção do padrão de televisão de alta definição implicam em manter governo e indústria, no Brasil, na monitoria do que pensam outros mercados. Assim, um segmento importante da organização nacional precisa preocupar-se com a “cadeia produtiva” do software e do hardware que podem incrementar ou sucatear nossos ativos no campo inclusivo das telecomunicações.

Em outras palavras a visão geopolítica além de permitir conhecer o comportamento da organização em seus fractais pode apresentá-la de maneira holográfica relativa às variáveis que se tornem críticas num dado momento.

O modelo sistêmico adotado, onde o setor enquanto sistema aberto, faculta que os dados a serem analisados possam ser identificados tanto no ambiente externo, a sociedade, quanto no ambiente interno, no próprio setor de telecomunicações.

Em resumo, a presente dissertação busca apresentar uma conclusão teórica, resultado da análise da interação dessas variáveis internas e externas ao longo do tempo, que explique o processo gradual de institucionalização do setor e que, adicionalmente, forneça subsídios para valiações e análises prospectivas do seu desenvolvimento.

1.5 OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS

Alguns objetivos intermediários, decorrentes, pretendem ser alcançados ao longo do trabalho, a saber:

- _ examinar o conceito de institucionalização e suas principais características;
- _ levantar, ao longo da história do Brasil, momentos marcantes, rupturas e descontinuidades significativas que traduziram correlações significativas dos fatores políticos, econômicos, sociais e tecnológicos (geopolíticos) com as telecomunicações;
- _ pesquisar a história das comunicações no Brasil;
- _ identificar aspectos significativos da harmonização do desenvolvimento tecnológico com as demandas por serviços de telecomunicações;
- _ apresentar alguns resultados (quantitativos) do crescimento gradual da planta instalada dos serviços de telecomunicações;
- _ investigar e comentar o processo de institucionalização em diferentes momentos: telecomunicações sob o controle do Estado e sob controle da iniciativa privada;
- _ examinar os principais parâmetros, suas qualificações, presentes e prospectivas, e suas influências no processo institucional do desenvolvimento futuro das telecomunicações brasileiras.

1.6 LIMITAÇÕES

No desenvolvimento deste trabalho, algumas limitações na amplitude da pesquisa, tiveram que ser consideradas.

Primeiramente, os limites temporais. Como o trabalho se estrutura em fases significativas do desenvolvimento setorial, as fases iniciais, — do descobrimento à República — são apresentadas apenas como referencial, balizamento para uma melhor compreensão das fases sucessivas, mais relevante do estudo e que abrangem o período que vai de 1962, ano da aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações — marco relevante do processo de institucionalização — até os dias de hoje passando por 1995, ano da aprovação da Lei Geral de Telecomunicações que veio substituir o Código e que resultou na privatização do setor, significando, também, uma importante ruptura no processo de institucionalização e que se traduz no quadro dos nossos dias.

Segundo, o trabalho centraliza-se nas telecomunicações e nos aspectos mais relevantes do seu processo de desenvolvimento sendo que as considerações de caráter político, econômico e social constituem-se, apenas, em peças complementares ao melhor entendimento do processo de institucionalização.

Terceiro, nas considerações relacionadas à tecnologia aplicada ao desenvolvimento setorial, visto não se tratar de uma dissertação com caráter exclusivamente técnico, se fará apenas menção aos principais avanços sem detalhar especificidades envolvidas.

Finalmente, a quarta limitação diz respeito à transcrição de apenas alguns documentos, os mais relevantes do processo, deixando de lado outros citados para eventuais consultas.

Como decorrência das limitações acima expostas, o trabalho vem estruturado em um breve histórico do desenvolvimento do Brasil e, neste contexto, como se processavam as comunicações.

Busca-se citar a disponibilidade de serviços, sua distribuição pelo território nacional, seus executores, como e por quem eram definidas e outorgadas as concessões, e quais os principais instrumentos normativos e legais que serviram de suporte a estas atividades.

No corpo da dissertação são identificadas as bases institucionais, sua gênese e evolução e descreve-se as principais ações decorrentes de planos e programas desenhados em diferentes oportunidades.

Como foi dito, o Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado em 1962, e a Lei Geral de Telecomunicações que o substituiu, são apresentados e analisados como os dois marcos significativos do processo de institucionalização.

1.7 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A relevância do presente estudo reside, justamente, na magnitude que as telecomunicações representam no mundo moderno, no interesse em se estabelecer uma remissão histórica das telecomunicações comparando-a com diferentes momentos do desenvolvimento do Brasil, num melhor entendimento da doutrina que se estabeleceu e evoluiu ao longo destes anos e o papel político, econômico e social do setor no seu processo de desenvolvimento institucional.

1.8 MÉTODO E HIPÓTESES

Para que o estudo alcançasse seu objetivo, procedeu-se à busca e à revisão cuidadosa da bibliografia disponível, o que foi realizado, tanto no que diz respeito a especificidade da teoria do desenvolvimento institucional, quanto na pesquisa à contribuições, relatórios e publicações específicas para as telecomunicações.

A principal hipótese sugerida na dissertação diz respeito à existência de uma relação significativa entre os fatores econômicos, políticos e sociais (a geopolítica) com o processo de institucionalização das telecomunicações. Nas conclusões pretende-se responder afirmativamente a esta premissa.

Como complemento à análise elaborada conclui-se a dissertação com uma visão prospectiva do setor de telecomunicações e os reflexos sobre seus principais componentes institucionais. O cenário mais provável foi submetido à análise e comentários de diversas autoridades que atuam ou que atuaram em funções relevantes do setor.

CAPÍTULO 2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

2.1. A HISTÓRIA DO BRASIL E AS COMUNICAÇÕES

2.1.1. Do Descobrimento ao Fim do Império (1500-1889)

2.1.1.1. Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais

Na linha ascendente do progresso e sem o exagero de tudo atribuir a razões puramente de ordem econômica, que não podem deixar de ser reconhecidas pela sua importância, outras expressões merecem destaque no estudo do desenvolvimento dos povos.

Ao longo de fases bem definidas do processo histórico, constata-se, também, a influência dos fatores sociais (religiosos, culturais, éticos, e outros), políticos e particularmente tecnológicos que afetam, direta ou indiretamente, o crescimento quantitativo e qualitativo das nações.

Com a descoberta do Brasil, a preponderância do fator econômico que permeia e, na maioria das vezes, envolve todos os demais, leva a se atribuir à história política e social a simples exposição descritiva dos fatos históricos, reservando para a história econômica a investigação e a justificativa dos mesmos. Na realidade todo o processo de institucionalização teve início na vertente econômica do desenvolvimento e assim tem sido durante toda a história.

Nesta dissertação, o vetor de análise será deslocado para a tecnologia, particularmente para as telecomunicações quando, no seu processo de institucionalização, os “porquês” mais relevantes serão analisados, sem deixar, contudo, de abordar os fatores políticos, econômicos e sociais, correlatos.

2.1.1.1.1. O Brasil e a chegada dos portugueses

O Brasil modelou-se ao perfil da civilização ocidental, diferentemente e em contraposição, à civilização oriental. A sua formação foi concebida à feição européia,

particularmente em decorrência dos elementos que para aqui vieram conquistá-lo, ocupá-lo e dirigi-lo.

O enriquecimento da Europa, decorrente do comércio com o Oriente deflagrou uma revolução econômico-político-social que se contrapôs ao tradicional programa adotado por Portugal e acompanhado inicialmente pela Espanha e posteriormente pelos ingleses, holandeses e franceses, a descoberta de um acesso à Índia através do qual se buscava alcançar o Oriente pelo Ocidente e que acabaram por dar origem ao descobrimento de regiões no continente americano.

A história do Brasil é ainda muito recente e a razão principal que motivou os portugueses, no início do século XVI, através da expansão marítima e da colonização do Novo Mundo, não estava calcada, prioritariamente, em aspectos geopolíticos e nem era o de contemplar ou de aprender mais sobre terras e povos desconhecidos e sim, a busca de riquezas e a extração do máximo de vantagens e tesouros; talvez algum ganho político. O imediatismo estava inserido na agenda. O plano e as táticas do povoamento e da exploração econômica do Brasil foram delineados no primeiro século da colonização e subordinaram-se a um projeto português especificamente concebido: lucrar o máximo possível com a América.

Todos os recursos eram aplicados para dominar a maior extensão possível do território e efetuar sua exploração econômica da maneira mais rentável possível onde predominava a busca apenas do que era útil e do economicamente aproveitável.

As origens da colonização não resultaram de migrações provenientes de áreas superpovoadas. A colônia, como extensão da metrópole, tinha que estar totalmente subordinada e submetida, aos interesses de Portugal. Para tanto era fundamental verificar e compreender como era aquele espaço e como viviam seus habitantes.

Questões relacionadas ao encontro da cultura européia, particularmente a portuguesa, com a dos nativos, totalmente desconhecida, merecia cautelosa verificação, o que era feito

através de relatos escritos por europeus e de sua comparação com a própria Europa e outras terras já visitadas.

O Reino foi se despovoando, pois que, dos que dali partiram, pouco mais de 10% regressavam. Os campos foram em boa parte abandonados e era de fora que vinha a maioria dos produtos para exportação do reino. As lutas e a expulsão dos judeus, que representavam uma grande classe, rica e eficiente, agravavam a situação interna.

A Carta de Pero Vaz Caminha serviu como um dos elementos de relato e estudos.

Consta que a chegada dos portugueses na frota de Cabral e os primeiros encontros com os nativos, foram pacíficos e amistosos já que, para legitimar a colonização e a dominação de outros povos, a metrópole adotava o discurso religioso. A exploração e a religião marchavam juntas. A primeira, pelo interesse econômico, a outra, como uma justificativa e um respaldo ideológico, particularmente da Igreja, já que esta se constituía em uma das bases das hierarquias sociais e do poder político na Europa. A catequese dos nativos justificava estes procedimentos.

Na realidade e, de forma inversa, os colonos portugueses passaram a escravizar os nativos buscando assegurar o domínio sobre as terras e os melhores resultados na exploração econômica. Este procedimento marcava as relações sociais na colônia. Riqueza, poder e prestígio à custa da submissão de seres humanos, perda de vidas, culturas exterminadas e da exploração predatória da natureza.

Relatos de meados do século XVI descreviam que muitas idéias européias iniciais foram abandonadas e que a colônia e sua sociedade se constituíam num povoamento desorganizado, repleto de problemas no contato com os indígenas, resultado da sua escravização pelos colonos e das lutas pela ocupação da terra.

O povoamento e a transferência de parâmetros culturais não estavam entre os objetivos iniciais da metrópole — a população de Portugal era pequena, o Estado não precisava de

novos territórios e não abrigava, como em outros lugares, poderosos dissidentes políticos e religiosos dos quais estaria ansioso em se ver livre.

A religião, nos projetos de catequese, se confrontava com a ganância dos colonizadores e seus sonhos de enriquecimento material e rápida ascensão social, no qual eram apoiados pela metrópole, esta, igualmente, sedenta de riquezas coloniais.

2.1.1.1.2. Ocupação dos espaços

Nas três primeiras décadas do século XVI, o Brasil era uma terra de ninguém, e somente nos primeiros anos do século XVII a ocupação do Nordeste se iniciava.

A extensão da costa, com grande diversidade de paisagens, é a primeira imagem que se destaca, com a menção das léguas infindáveis de areias brancas, de florestas com árvores gigantescas, eternamente verdes, rios caudalosos e piscosos, ancoradouros favoráveis e terras próprias para o cultivo agrícola, a coleta e a caça. [] a mata Atlântica ocupava quase a totalidade do litoral. A costa brasileira oferecia boas condições de povoamento e abrigava uma significativa população indígena. (Mesgravis, p. 13)

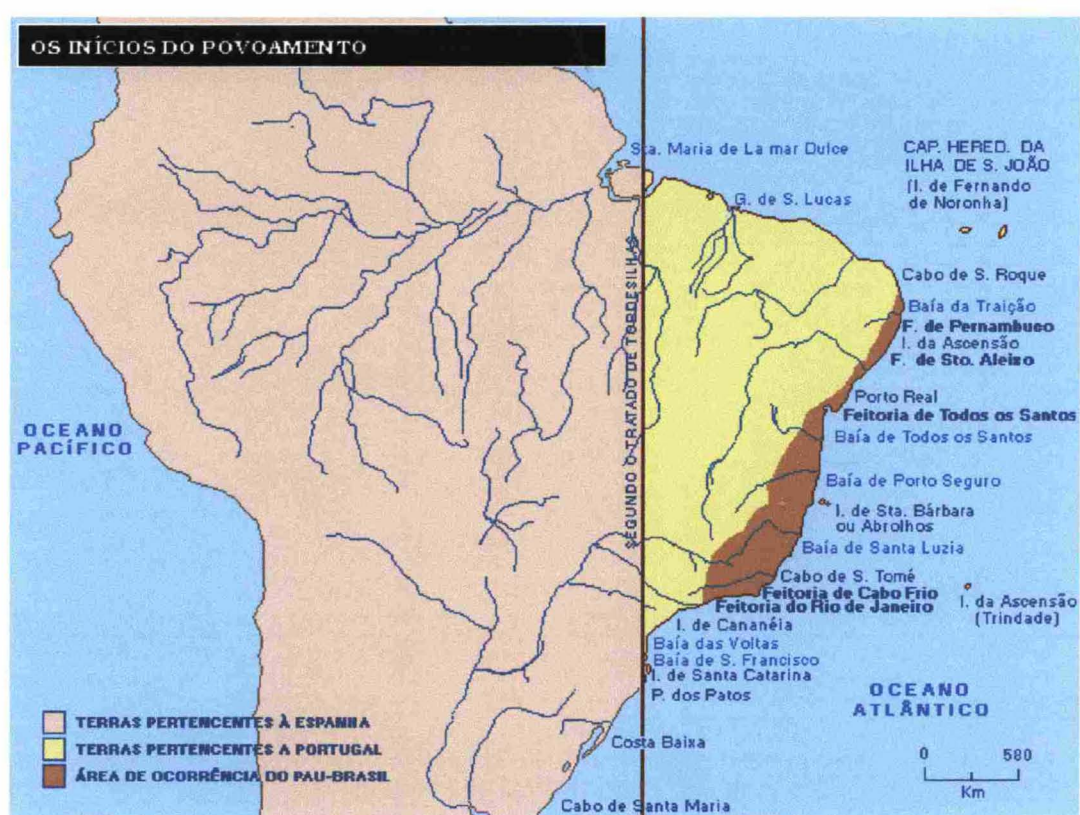
O sistema de ventos e correntes marítimas facilitava ou dificultava a navegação nas direções norte-sul e vice-versa segundo a época do ano, o que explica a variação de tempo das viagens da Bahia a São Vicente que podia ser de um mês ou seis, conforme a estação. (Mesgravis, p. 14)

Na Figura 1, verificam-se as condições iniciais de povoamento das terras pertencentes, na época, à Portugal.

Havia grande dificuldade na ocupação dos espaços. Os colonos, diferentemente dos nativos, não sabiam como avançar num terreno desconhecido e se deparavam com enormes dificuldades. Se limitavam a caminhar pelo litoral com poucas incursões nos sertões. Só conseguiam estabelecer povoamentos, com auxílio dos saberes indígenas — senso de orientação, conhecimentos geográficos e capacidade de navegar com segurança ao longo dos rios.

A prioridade era a busca da riqueza imediata e os lucros rápidos. Tal princípio estabeleceu o interesse pela exploração de mercadorias que pudessem ser melhor e mais facilmente comercializadas na Europa. A madeira, e o corante que ela fornecia como sub-produto, foram identificados como o que de melhor se poderia encontrar naquelas terras. A

árvore do pau-brasil, do qual se obtinha um corante vermelho usado especialmente na tintura de tecidos, concentrava o interesse comercial e passaram a encher navios rumo à Europa. Sua exploração não exigia vultosos capitais, mas, apenas, uma mão-de-obra intensa, que era recrutada entre os indígenas. Pouco além disso era comercializado, a não ser alguns outros produtos “exóticos”, como papagaios, bugios (macacos) e peles de onça, todos de menor valor, além de óleos e algodão. Seres humanos escravizados, contudo, também eram exportados e representavam o lado perverso desse comércio.



Fonte: www.mre.gov.br, 2001.

Figura 1 – Início do povoamento

Povoar a colônia não era necessariamente a prioridade da metrópole. Como apoio à extração do pau-brasil os colonos mantinham erguidas apenas algumas feitorias ao longo da costa o que facilitava esta atividade e o comércio que era realizado com os índios. Com isto, a ocupação efetiva dos espaços se concentrava no litoral.

Os resultados dos negócios com a Europa estimularam e despertaram outros interesses. Entre 1500 e 1533 franceses e espanhóis começaram a chegar através de incursões “ilegais” ao litoral brasileiro e a incomodar e ameaçar o domínio territorial português. Piratas e corsários, — navios oficiosamente armados pelas coroas francesa e espanhola — invadiam a costa da colônia.

Para fazer valer o Tratado de Tordesilhas, Portugal enviou entre 1516 e 1528, três expedições lideradas por Cristovão Jacques.

Para enfrentar os invasores de forma mais eficaz, D.João III ordenou, em 1529, a expedição, ao Brasil, de Martim Afonso de Souza. Tendo partido no final de 1530, a expedição trazia na sua agenda além da missão de combater os piratas e corsários, outros dois objetivos: estabelecer um núcleo de povoamento e tentar conquistar o Rio da Prata, que começava a ser explorado pelos espanhóis.

A vila de São Vicente, no atual litoral paulista, constituiu-se, então, na primeira povoação estabelecida na colônia. Combatendo os invasores, foi possível tomar posse do litoral sul até o Prata.

Naquele mesmo período, Diogo de Gouveia, um humanista português radicado em Paris, fazia saber ao rei que havia o interesse de investidores privados portugueses na aquisição de terras no Brasil e sugeria que a Coroa adotasse um modelo de colonização que já havia sido experimentado nas ilhas da Madeira e dos Açores.

a) Donatarias

Com o regresso de Martim Afonso de Souza à Portugal, em agosto de 1533, D. João III, analisando os relatos da expedição e as sugestões oferecidas, decide, para promover a ocupação mais duradoura do Brasil, conceder, por doação, em caráter hereditário, 14 faixas de terra, com 50 ou 100 léguas de costa, cada uma. Os donatários das capitâneas, como eram chamados, pertenciam a uma pequena nobreza com funções influentes mas não

preponderantes. No passado se destacaram por servir à Coroa, como funcionários, nas navegações e nas atividades militares.

Entretanto, as condições no Brasil eram muito diversas das ilhas do Atlântico. O território era vasto e havia a presença dos indígenas, o que tornava as iniciativas dos donatários muito arriscadas e menos atraente do que as viagens e os negócios com o Oriente.

Os donatários, em troca deste favorecimento, tinham a responsabilidade e o dever de ocupar e explorar, bem como, o direito de enriquecer com seu pedaço de terra. Para tanto dispunham de grandes poderes civis e criminais e autonomia, tais como o de distribuir lotes de terra (sesmarias), fazer justiça e cobrar taxas e impostos dos colonos que atuassem nestes espaços. Em contrapartida, tinham que mobilizar os recursos necessários para desenvolver a sua área e remeter parte dos impostos arrecadados para a Coroa.

b) O regime financeiro e fiscal

Para a exploração das capitâneas, assegurava-se aos donatários:

- 1) a doação efetiva de cerca de 20% das terras da capitania;
- 2) as marinhas de sal, as moendas de água e quaisquer outros engenhos que se levantassem em suas terras, não podendo pessoa alguma construí-los sem sua licença ou sem lhes pagar o foro devido;
- 3) a escravização dos índios em número ilimitado e a autorização para a venda de uma certa quota no mercado de Lisboa (geralmente limitada a 39 por ano);
- 4) 50% do valor do pau-brasil e do pescado;
- 5) a redízima das rendas e direitos pertencentes à Coroa;
- 6) o direito de portagem dos barcos que pusessem nos rios, precedendo à taxação das câmaras, com a aprovação do Rei;
- 7) as alcaidarias-mores das vilas e povoações, com os foros, rendas e direitos devendo-lhes contribuição e homenagem os beneficiados com tais concessões;
- 8) uma contribuição de 500 réis anuais nos tabelionatos das vilas e povoados criados na capitania;
- 9) o exercício da jurisdição civil e comercial dentro de determinados limites.

Quanto aos colonos, eram seus deveres e direitos:

- 1) obrigarem-se, com sua gente, filhos, agregados ou escravos a servir com o capitão em caso de guerra;
- 2) pagarem ao alcaide-mor das vilas e povoados os foros, direitos e tributos que se pagavam no reino, de acordo com as ordenações (para fazer mercê aos colonos e donatários, comprometia-se El-Rei, a não consentir em que houvesse, em tempo algum, na capitania, direitos de sisa, nem de saboaria, nem tributo de sal, nem outro algum, além dos que se consignavam no foral);
- 3) direito de pedir e receber sesmarias sem maiores ônus que o dízimo devido ao Mestrado de Cristo;
- 4) o serviço de culto, pago por El-Rei. (SIMONSEN, p. 83)

c) Colonos e indígenas

Portugal não era um país muito populoso, não havia pessoas dispostas a emigrar, (manter, por exemplo, a conquista da Índia e povoar, simultaneamente, o continente americano), portanto, faltava gente para preencher os imensos espaços do Brasil.

Isto resultou na chegada de uma grande maioria de marginais, condenados, prisioneiros políticos, criminosos e aventureiros que acabaram por concordar com a vinda para o Brasil, já que para eles não havia melhores perspectivas de futuro.

Os portugueses, quando chegaram ao Brasil, se organizaram em pequenas vilas, já que estavam compelidos a ocupar efetivamente a terra. Sem encontrar, a princípio, os metais preciosos, foram forçados a recorrer à agricultura e, com as ferramentas, sementes e animais que trouxeram, começaram, através do trabalho na terra, a produção colonial, com a finalidade de assegurar a base e o rendimento da nova colônia.

As vilas e as áreas plantadas ocupavam, sem permissão, terras indígenas ao longo da costa.

Com isto, colonos e índios do litoral viviam em permanente confronto e, ao longo do tempo, em menos de um século, resultou na destruição das populações nativas, pela morte ou através da fuga para o interior, e na perda do controle da faixa litorânea. No final do século XVI, a população indígena na costa, anteriormente numericamente significativa, estava rarefeita.

No começo da colonização, início do século XVI, na chegada dos portugueses, a costa brasileira era praticamente ocupada do rio Amazonas ao atual Rio Grande do Sul, pelos índios tupis-guaranis. Os tupis ocupavam espaços desde Iguape até a costa do Ceará e os guaranis, as terras da bacia Paraná-Paraguai e o litoral, desde a Lagoa dos Patos até Cananéia, São Paulo.

Outros espaços eram ocupados por diferentes comunidades indígenas. Os potiguares no litoral do Maranhão, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará, os tupinambás, ao

longo do rio Real, até Ilhéus, Bahia. De Ilhéus e Porto Seguro até o atual Espírito Santo e também de Cananéia a Bertioga, a faixa litorânea era ocupada pelos tupiniquins; os caetés habitavam uma faixa próxima do rio São Francisco.

Os tamoios ocupavam espaços desde o Rio de Janeiro até Ubatuba, os temiminós a região da baía de Guanabara e os carijós ou guaranis, de São Vicente para o sul. A Figura 2 apresenta a distribuição dos grupos indígenas.

Os estudos de arqueólogos e antropólogos voltados para a explicação do predomínio territorial dos tupís-guaranis, ao longo da costa, no início do século XVI mostra que pouco antes dessa época, eles teriam concluído um longo processo de migração e ocupação do espaço litorâneo. Os guaranis, que há dois ou três mil anos habitavam a Amazônia Central, teriam avançado em direção aos Andes ou em direção ao sul do Brasil. Os demais, teriam vindo da Amazônia em direção ao sul pelo litoral e ocupado quase toda a faixa costeira de onde expulsaram as tribos tapuias ou gê.

Como possuíam poucos bens, os indígenas eram dotados de uma grande mobilidade e da capacidade de suportar esforços físicos. Conseguiram se deslocar por largas distâncias, correr, remar, suportar cargas pesadas, desde que todas essas atividades representassem um benefício à sobrevivência e ao desenvolvimento das comunidades.

No final do século XVI, grande parte do litoral estava colonizada pelos portugueses e a população nativa do litoral havia sido, cultural e fisicamente, submetida, expulsa ou exterminada.

Como a língua tupi era a mais difundida, ela foi sendo gradualmente aprendida pelos colonizadores. Com isto, tornou-se o MEIO DE COMUNICAÇÃO mais usado entre índios das mais diversas culturas e os mestiços, chegando, em determinadas épocas, a ser mais falada que o próprio português tendo sido, inclusive, codificada em uma gramática pelos jesuítas.

Um outro significativo fator da dispersão dos habitantes, a partir do esvaziamento da faixa litorânea, foi o caráter latifundiário que a colonização estabeleceu. A Figura 3 apresenta a distribuição das primeiras capitânicas hereditárias.



Fonte: www.mre.gov.br, 2001.

Figura 3 – As primeiras capitâncias hereditárias

Foram poucos os donatários que conseguiram sucesso nestes empreendimentos e apenas duas capitâncias prosperaram, a de São Vicente e a de Pernambuco, que pertenciam, respectivamente, a Martim Afonso de Souza, e a Duarte Coelho. As demais fracassaram, ou por não conseguir atrair investidores para o empreendimento ou pela incapacidade para enfrentar os óbices com que se depararam. Os donatários não pensavam em dividir as terras mas, exclusivamente, em explorá-las. O trabalho agrícola era executado, quase exclusivamente, pelo indígenas escravizados.

Apesar destes resultados, a criação das capitâncias hereditárias foi uma resposta da coroa portuguesa às tentativas de invasões que marcou o início da colonização efetiva do Brasil e definiu alguns dos traços mais significativos da organização da colônia, através de um modelo de ocupação dos espaços e garantia de posse das terras descobertas, já que a intenção

era, evidentemente, cobrir a maior extensão possível do litoral com os padrões das armas portuguesas.

O processo comercial, contudo, e os interesses envolvidos nas negociações, para terem continuidade, necessitavam de um contato freqüente entre a colônia e a metrópole. A disponibilidade de recursos de comunicações, à época, se limitava, pela tecnologia disponível, à troca de mensagens escritas que eram enviadas, de parte a parte, pelas naus que navegavam na rota. O tempo entre o envio e o recebimento era, obviamente, elevado e os resultados esperados para as decisões, na maioria das vezes, defasados e fora de época.

Por outro lado, Portugal e Espanha, fora das rotas comerciais, não estavam preparados para administrar e manter suas conquistas e, com suas diminutas populações, sentiam dificuldade em povoar as colônias. Enquanto a Espanha perdia, praticamente, todas as suas possessões, Portugal, apesar de todas as dificuldades, conseguia manter o império colonial. O que ocorreu na colônia, não foi mesmo uma exploração, mas, antes, uma destruição.

Como a tinta púrpura para tingimento de tecidos e aplicação em móveis — material retirado da árvore do pau-brasil — custava muito caro na Europa, os navios que chegavam à colônia, carregavam grandes volumes desta madeira.

Esta corrida e busca dos comerciantes pelo material fazia com que os nativos armazenassem grandes quantidades de madeira que, para facilitar o embarque eram estocados próximo à costa.

As árvores eram abatidas ao acaso já que os índios não dominavam qualquer técnica de corte. Inúmeras vezes, por ignorância ou para ganhar tempo, e derrubar mais facilmente, ateavam fogo às partes inferiores das árvores. Desastres de incêndio aconteciam com freqüência. Em pouco tempo foram extintas essências preciosas, entre elas a árvore do pau-brasil que se constituía em uma das mais procuradas. A árvore, de proporções gigantescas, crescia nas áreas mais elevadas, quase sempre longe do litoral, 10 a 20 léguas. Os brasileiros,

para transportar mais facilmente, eram obrigados a cortá-las em pedaços. Quantidades enormes foram assim abatidas.

O resultado deste comércio não era suficiente para cobrir as despesas necessárias que eram realizadas para defender a colônia e os prejuízos infligidos ao comércio, por exemplo, pelos corsários franceses, eram muito altos. Pouco ficou como retorno da riqueza dali extraída.

Os recursos de capital investido pelos donatários das capitânicas representavam muito mais do que o total arrecadado pela exportação do pau-brasil enviado da terra de Santa Cruz.

Na colônia foram instaladas, quer pelos comerciantes do pau-brasil, quer pela Corte portuguesa, várias feitorias, em sua maioria de caráter temporário, onde se armazenavam e protegiam os artigos da terra que as naus vinham buscar.

Estas feitorias, Igarapé, Itamaracá, Bahia, Porto Seguro, Cabo Frio, São Vicente e outras mais, que desapareciam, ora esmagadas pelos nativos, ora conquistada pelos franceses, eram todas litorâneas.

Para administrar e manter um maior controle, político e militar, sobre o domínio português, já que a presença francesa nas costas do Brasil exigia providências imediatas, no dia 7 de janeiro de 1549, Portugal instituiu no Brasil um governo-geral. D. João III nomeou Tomé de Souza, o primeiro governador-geral do Brasil.

Não pretendia a Corte, com esta atitude, descontinuar a existência das capitânicas nem esvaziar sua relevância mas, tão somente, atender reclamos e suprir deficiências constatadas na administração dos donatários sobre suas terras e na condução das relações com os nativos. Implementar no Brasil um modelo de administração, similar ao da metrópole, era uma das incumbências do governador-geral.

Neste mesmo processo de institucionalização, o rei estabeleceu o bispado da Bahia separado do da ilha da Madeira, fundou a cidade de Salvador, distribuiu lotes, sesmarias,

construiu estaleiros e introduziu o gado bovino. Complementou as medidas trazendo jesuítas, regulamentando a aplicação da justiça e combatendo mais duramente os franceses.

Mem de Sá foi o terceiro governador-geral. Lutou na expulsão dos franceses e seu sobrinho, Estácio de Sá, fundou a cidade do Rio de Janeiro em 1º de março de 1565, o que serviu para, de alguma forma, assegurar a defesa da costa brasileira, desde Salvador até o Rio de Janeiro.

d) Entradas e bandeiras

Vivia-se a idéia de que no Novo Mundo haveria regiões repletas de riquezas, prata e esmeraldas em abundância. Estas maravilhas seriam reveladas, certamente, pelos descobrimentos. Os europeus do século XVI e particularmente os portugueses não foram exceção e, neste contexto, organizaram as primeiras entradas em busca destes tesouros.

Na metade do século XVII, Portugal ainda estimulava a busca de metais preciosos, tendo em vista a queda do preço do açúcar no mercado europeu. Com a experiência dos bandeirantes, expedições foram realizadas nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, estabelecendo sítios e acampamentos para servirem de apoio (SANTOS, 2002).

Já no final do século, nos anos de 1693 e 1694, as primeiras descobertas aconteceram e, no ano seguinte, após serem comunicadas ao governador do Rio de Janeiro, mensagens e notícias se espalharam rapidamente por diferentes regiões o que propiciou uma corrida de aventureiros para a região. Com estas expedições, a colonização portuguesa deu origem à incorporação de inúmeras e extensas regiões no interior do país. A ocupação dos espaços induzia à necessidade de comunicação das notícias.

O insucesso das primeiras tentativas de expedição, levou os colonos e as autoridades a redirecionarem seus projetos e voltarem-se para o cultivo do solo, em especial da cana-de-açúcar e de uma policultura de subsistência.

Para reforçar a atividade agrícola, aprisionaram índios que foram tanto usados como mão-de-obra quanto comercializados em outras áreas.

Essas incursões ao interior ficaram conhecidas como bandeiras e os partícipes dessas expedições, como bandeirantes. Para eles, algumas áreas ganharam um caráter prioritário pois ali se podia encontrar indígenas já pacificados e cristianizados.

Contudo, algumas expedições fracassaram, pois tiveram que se defrontar com índios armados pelos jesuítas espanhóis. Este fracasso marcou o declínio do bandeirantismo e apenas um grupo prosseguiu adiante, encaminhando-se para o norte, no início do curso do Amazonas, para desbravar o interior do Brasil.

Aos poucos, os portugueses iam conseguindo consolidar a ocupação da terra apresentando-se superiores aos nativos e aos invasores franceses, forças estas que, ao longo dos primeiros anos, ameaçavam o desenvolvimento dos seus projetos.

e) Vilas e cidades

A imigração e a miscigenação provocaram o aumento da natalidade e a população branca, negra e mestiça cresceu rapidamente nas regiões mais desenvolvidas.

Portugal teve que investir em um melhor controle administrativo tendo em vista que a economia açucareira ganhava relevância. O número de engenhos aumentava e, conseqüentemente, o de vilas e cidades. Em tais localidades sentia-se claramente a imposição da idéia de superioridade do modo europeu de ser e pensar e a disseminação dessa dominação cultural era aplicada, visando assegurar um controle ideológico e a garantir à coroa portuguesa a posse da terra contra os interesses estrangeiros.

A conquista, o povoamento e, posteriormente, a consolidação da ocupação territorial era diferente para cada região do país, em função das dificuldades para desenvolver a atividade econômica através da obtenção da mão-de-obra escrava e a disponibilidade de riquezas locais, o que provocava diferentes resultados no comércio com a metrópole.

As capitanias da Bahia e de Pernambuco, pela terra fértil e pelo clima favorável, se beneficiaram do sucesso da economia açucareira e ali, a ocupação portuguesa avançou rapidamente. No viés do açúcar, outras, como a de São Vicente, não possuindo engenhos poderosos, só pôde se desenvolver economicamente graças à atuação dos bandeirantes, que influenciou as opções de povoamento.



Fonte: www.mre.gov.br, 2001.

Figura 4 – Economia do Brasil no Século XVI



Fonte: www.mre.gov.br, 2001.

Figura 5 – Economia do Brasil no Século XVII

Observando os dois mapas econômicos do Brasil sobre a ocupação e a criação de vilas e cidades nos séculos XVI e XVII, pode-se ter uma idéia dos avanços da colonização (Figuras 4 e 5, na próxima página).

A ocupação gradual também se deveu à ilusão da existência permanente de novas áreas virgens para a ocupação econômica, quando se criou a idéia de que tudo poderia ser tirado, destruído e abandonado à própria sorte, sem reposição alguma.

Inicialmente, a escravidão indígena e posteriormente, a negra, também contribuíram para distorcer o real sentido do trabalho, que servia para riqueza e poder de uma pequena classe dominante, indiferente à sorte da terra em benefício de uma elite distante e sem ideal, na Europa.

2.1.1.1.3. Dispersão das populações

A ocupação gradual dos espaços através da criação de comunidades, algum tempo depois, ainda no século XVI, passou por um processo de desintegração.

Muitos fatores devem ter influenciado no povoamento do sertão do Nordeste. Em primeiro lugar, as vastas concessões de terra que se fizeram desde o início da colonização, a partir do litoral, obrigando aos que não gozavam do favor dos dirigentes da colônia a se embrenharem no interior, afim de obterem terras.

A população que habitava o Brasil se dispersou, migrando do litoral para o interior, sendo que alguns aspectos relevantes marcaram estas migrações. A agricultura, a cobrança de impostos, o serviço militar e a mineração foram alguns deles.

É importante frisar que as formas primitivas de comunicação, com a tecnologia disponível à época, contribuíram para a manutenção da unidade nacional, a despeito da pulverização da população em um território tão extenso.

a) Agricultura como elemento de dispersão

A cultura da cana e a posterior fabricação do açúcar, requeria grandes áreas. Isto acontecia nas terras do nordeste.

Por outro lado, no sul, um sistema agrícola perverso, herdado dos índios, fazia com que não houvesse terras bastantes para a agricultura. Não se adotava a rotação de culturas, a adubação ou o arado. O que se fazia era derrubar a mata virgem para retirar os troncos de madeira para confecção de postes, cercas e construções. As cinzas restantes do que era queimado, qual um adubo químico, serviam para devolver, minimamente, ao solo virgem, os sais minerais necessários para um novo crescimento da mata. Repetia-se o processo num período que variava de quatro a seis anos. Gradualmente a terra se exauria e tinha que ser deixada em repouso. Crescia a vegetação e depois, nova derrubada e nova queimada.

Plantava-se por mais alguns anos e, então, passava-se adiante; partia-se para mais longe, à procura de terrenos virgens. As terras cansadas iam sendo gradualmente abandonadas.

Um outro fator da dispersão foi o sistema de partilha de herança que distribuía os membros da família, e algumas vezes os seus escravos, por diferentes espaços de terra.

Os lotes iam caindo em mãos dos herdeiros que se afastavam cada vez mais. Nesse afastar do litoral e penetrar pelos sertões, os grupos iam perdendo, aos poucos, o contato com a civilização que os colonizadores haviam implantado na faixa litorânea.

Servia de estímulo à corrida para as terras virgens os incentivos do governo, que isentavam de impostos por dez anos os colonos que lá fossem se estabelecer.

Inicialmente, o aspecto do povoamento intrigava os portugueses que aqui aportavam, já que logo depois das cidades litorâneas, vinha o deserto. Longe, só muito longe, começavam as culturas que forneciam os mantimentos às populações. Os produtos eram transportados em lombo de burro.

b) Cobrança de impostos e Serviço Militar

A proibição da Coroa de se criar gado a menos de 10 léguas da costa, que vigorou desde 1701, quase que já obrigava os criadores a se estabelecerem no agreste e na caatinga. Escravos fugidos, egressos da sociedade, fugitivos das invasões holandesas, o arroxio do fisco que deixava muita gente em situação insolúvel, obrigando-os a abandonar a propriedade litorânea, tudo isso deve ter influído para o povoamento do sertão. Também o desejo de uma vida livre, longe do despotismo das autoridades coloniais, o afastamento de uma sociedade sem classe média em que só haviam senhores e escravos, pode ser levado à conta dos fatores para a dispersão dos habitantes.

Outros dois fatores afetaram diretamente a dispersão da população e eles se devem às iniciativas e ações da administração colonial: a ganância do dizimeiro, que se apossava das terras dos colonos pela falta de pagamentos e o serviço militar, que arrebanhava, em certas

ocasiões, como nas guerras do sul, verdadeiras legiões de homens válidos, dos quais muito não voltavam, e outros se embrenhavam no sertão, para fugir a esse ônus.

c) Mineração

Finalmente apareceu, em princípios do século XVIII, o maior fator de dispersão da rala população colonial: a mineração do ouro e dos diamantes, o bandeirismo. Do ouro nada ficou nem para os brasileiros nem para os portugueses, mas, em compensação, aqui sobrou uma população rural, dispersa, inculta e miserável. As cidades restaram ilhadas, parecendo que foram lançadas de pára-quadras na solidão.

A descoberta de minas de ouro teve o inconveniente de lançar para longe das costas e da capital uma população considerável.

Para alimentar essa população desenvolveu-se no seu entorno a criação de gado e pequenas iniciativas agrícolas, lançando-se para mais longe ainda da costa, milhares de famílias. O ciclo do ouro legou o chamado “povoamento do interior”. A herança recebida foi a de zelar por uma população disseminada caoticamente por uma área imensa deixando dispersas, num deserto, inúmeras cidades.

O processo de dispersão criou para a Nação Brasileira sérios problemas de administração pública particularmente no tocante à instrução, saúde e transporte. As comunicações, futuramente, serviriam para contornar parte do problema, reintegrando a população e minimizando os impactos dos vazios territoriais.

2.1.1.1.4. Mudança da capital

Em 1750, D. José I subiu ao trono de Portugal. Em 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, tornou-se o primeiro-ministro do reino e, com enorme poder, conduziu uma série de reformas que afetaram de forma decisiva tanto a sociedade portuguesa quanto o mundo colonial.

A colônia ainda carecia de estímulo ao povoamento, de mecanismos de defesa no litoral e de apoio a algumas áreas críticas do interior. Face a isto, Pombal decidiu, em 1763, transferir a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro sendo, portanto, elevada à condição de sede do governo. Tal decisão decorria da necessidade de organizar as defesas do sul, em face do conflito luso-espanhol. Paralelamente, decidiu pela extinção definitiva das capitanias privadas que pertenciam aos donatários e que perduraram ao longo da década de 1750. A Figura 6, mapa econômico do Brasil no século XVIII, apresenta a distribuição das atividades econômicas da época, bem como, as principais povoações envolvidas.

2.1.1.1.5. A separação de Portugal e o processo de independência

Em 1795, França e Inglaterra se posicionavam como inimigos. A Espanha, com suas pretensões expansionistas e tendo estabelecido uma aliança com a França, preocupava Portugal.

Para sustentar uma posição de neutralidade, Portugal decidiu atender exigências francesas e fechou os portos do continente à embarcações britânicas, o que resultou, em 1807, como represália, na invasão das tropas napoleônicas às fronteiras portuguesas, avançando até Lisboa. Este evento e a situação de beligerância que se estabelecia no continente europeu, trouxe, como consequência, o embarque da Corte em direção ao Novo Mundo. Uma frota com 36 navios e cerca de 15 mil pessoas, escoltados pela esquadra inglesa partia, em novembro de 1807, para o Rio de Janeiro, fazendo escala na Bahia (SANTOS, 2002).



Fonte: www.mre.gov.br, 2001

Figura 6 – Economia do Brasil no Século XVIII

A Corte desembarcou no Rio de Janeiro no dia 7 de março de 1808 indo estabelecer-se no Palácio da Quinta da Boa Vista.

Com a instalação da família real, passou-se a adotar novas medidas públicas buscando transformar a cidade e modelando-a administrativamente à semelhança dos principais centros de Portugal.

O espaço urbano da cidade se redesenhou, difundiram-se novos hábitos de vida e novos padrões de consumo. A nobreza se instalou nos bairros do Catete, Botafogo e São Cristovão e a grande maioria dos comerciantes, funcionários públicos e artesãos, no centro da cidade, entre os morros do Castelo e de São Bento.

Preocupações com a prestação de serviços públicos que antes eram relegados a um plano secundário, passaram a ganhar prioridade, entre eles a saúde.

Tendo obtido da Inglaterra o apoio que necessitava e, como reconhecimento, uma das primeiras medidas tomadas por D. João foi a abertura dos portos da colônia às nações amigas. Isto aconteceu em 28 de janeiro de 1808 e, como Portugal estava em guerra com a França e com a Espanha beneficiou, particularmente, a Inglaterra, na época, o único país europeu em condições de enviar navios ao Brasil. Em 1819 a população brasileira estava assim distribuída:

POPULAÇÃO DO BRASIL COLONIAL EM 1819

	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
Norte	104.211	39.040	143.251
Amazonas	13.310	6.040	19.350
Pará	90.901	33.000	123.901
Nordeste	716.468	393.735	1.110.203
Maranhão	66.668	133.332	200.000
Piauí	48.821	12.405	61.226
Ceará	145.731	55.439	201.170
R. G. do Norte	61.812	9.109	70.921
Paraíba	79.725	16.723	96.448
Pernambuco	270.832	97.633	368.465
Alagoas	42.879	69.094	111.973
Leste	1.299.287	508.351	1.807.638
Sergipe	88.783	26.213	114.996
Bahia	330.649	147.263	477.912
Minas Gerais	463.342	168.543	631.885
Espírito Santo	52.573	20.272	72.845
Rio de Janeiro	363.940	146.060	510.000
Sul	309.193	125.283	434.476
São Paulo	160.656	77.667	238.323
Paraná	49.751	10.191	59.942
Sta. Catarina	34.859	9.172	44.031
R. G. do Sul	63.927	28.253	92.180
Centro-Oeste	59.584	40.980	100.564
Mato Gross	23.216	14.180	37.396
Goiás	36.368	26.800	63.168
BRASIL	2.4887.43	1.107.389	3.596.132

Fonte: Bethell (*apud* FAUSTO, 2002, p. 137)

Nota: estima-se que brancos eram menos de 30% do total.

**POPULAÇÃO ESTIMADA DAS PRINCIPAIS
CIDADES ENTRE 1749-1819**

CIDADE	DATA	Nº DE HABITANTES
Norte		
Belém, Pará	1.749	6.574
	1.788	10.620
	1.801	12.500
Nordeste		
São Luís, Maranhão	1.757	7.162
	1.810	20.500
Recife, Pernambuco	1.750	7.000
	1.776	18.207
	1.782	17.934
	1.810	25.000
Leste		
Salvador, Bahia	1.757	35.922
	1.775	36.393
	1.780	39.209
	1.807	51.000
Rio de Janeiro	1.760	30.000
	1.780	38.707
	1.799	43.376
	1.803	46.944
Sul		
São Paulo	1.765	20.873
	1.798	21.304
	1.803	24.311
Rio Grande do Sul	1.808	6.035

Fonte: Bethell (*apud* FAUSTO, 2002, p. 138)

Em 1816, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido de Portugal e com D. João VI aclamado príncipe regente, o governo português viu-se diante da necessidade de recriar ou reformar as instituições necessárias à administração do império, entre elas, a administração judiciária, o Conselho Superior Militar e de Justiça, o arsenal de marinha, as escolas militares, entre outros.

Entre as prioridades da administração do império se estabelecia a de promover a centralização administrativa, o estímulo ao povoamento e a ocupação de novos territórios, o aprimoramento das comunicações entre as várias regiões e delas com a Corte.

Nem tudo ocorreu de forma tranqüila com a transferência da família real para o Brasil. Litígios vieram a ocorrer tendo em vista a não aceitação do reino em se considerar colônia do

Brasil agravado pelo descontentamento dos que haviam permanecido no velho continente. Essas tensões resultaram na revolta em Pernambuco no ano de 1817 e, posteriormente, no confronto de forças que conduziria à Independência em 1822.

Como decorrência deste estado de coisas, no dia 24 de abril de 1821, D. João VI embarcava para a Europa, deixando em seu lugar, como príncipe regente, D. Pedro que, com o apoio da elite brasileira mais conservadora, optou, no dia 9 de janeiro de 1822, por permanecer no Brasil, “dia do Fico”, indo, com esta decisão, de encontro ao Congresso Representativo que fora instalado em Lisboa e que exigia o seu retorno à Portugal.

Com a intenção de garantir um liberalismo bem moderado, o Príncipe Regente organizou novo ministério e colocou José Bonifácio de Andrada e Silva para presidi-lo. Esta decisão provocou um choque nas relações entre o Brasil e Portugal, resultando numa dura proposta de separação.

Em 1º de agosto D. Pedro declarou inimigas todas as tropas que fossem enviadas de Portugal sem o seu consentimento.

Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro proferiu o Grito do Ipiranga que significava a separação de Portugal e a Independência do Brasil. Em 1º de dezembro de 1822, D. Pedro I foi coroado imperador, em ato solene que seguiu à risca a tradição.

Faltava acontecer o reconhecimento internacional do novo país. Os primeiros a reconhecer foram os Estados Unidos. A Inglaterra só veio a reconhecer em 29 de agosto de 1825 assim mesmo, mediante o pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras por meio de um empréstimo à Inglaterra.

Por fim, restava definir o regime de governo. A tendência era para uma monarquia constitucional nos moldes europeus.

D. Pedro se tornou herdeiro da coroa portuguesa em 1826, quando morreu D. João VI. De imediato renunciou em favor da filha menor. Esta transição veio seguida de pressões

devido ao volume de interesses, tanto na Corte quanto no Brasil. As pressões se avolumaram e D. Pedro I, decidido a não ceder, abdicou em favor do seu filho, o futuro D. Pedro II.

2.1.1.1.6. Espaços vazios e integração territorial

Desde o descobrimento, e apesar de inúmeras rivalidades regionais, apenas o espaço litorâneo brasileiro do Recife ao Rio de Janeiro, mantinha uma real integração.

Os portugueses ocuparam, durante a colonização, um grande território, estabeleceram uma unidade jurídica e administrativa e fixaram uma língua e uma religião. Os resultados alcançados, contudo, eram apenas superficiais. As grandes diferenças regionais se mostravam com enorme clareza.

As áreas distantes da Amazônia estavam isoladas e desligadas dos grandes centros do sul e com dificuldade de se comunicar com a capital.

A região das minas, no centro do país, quase não se desenvolvia. O extremo sul, desligado de outros centros importantes, atuava de forma autônoma e o interior nordestino permanecia imune às autoridades da administração central.

Todos, de norte a sul, de leste a oeste, comerciantes ou proprietários rurais, burocratas ou militares, brasilienses ou portugueses, estavam de acordo que algo deveria ser feito em defesa de seus interesses.

A convivência dos poderes regionais com o poder central estava a exigir novas regras e mecanismos capazes de colocar um ponto de inflexão nas tendências desfavoráveis que a situação sinalizava. Em meados do século XIX, os primeiros movimentos aconteceram.

Uma Regência Trina Provisória foi estabelecida tendo em vista a menoridade de D. Pedro II; governou por três meses, quando, em 17 de junho, o provisório adquiriu o caráter de permanência.

Muitos movimentos subversivos ocorreram, na capital, neste período. Os liberais pleiteavam uma maior autonomia das províncias. Pressões exigiam “reformas democráticas”,

com o fim do Poder Moderador, a vitaliciedade do Senado, a ampliação do direito de voto e a extinção do Conselho de Estados. Outros defendiam a expulsão dos portugueses e dos setores ligados à família real e o afastamento do Padre Feijó do ministério.

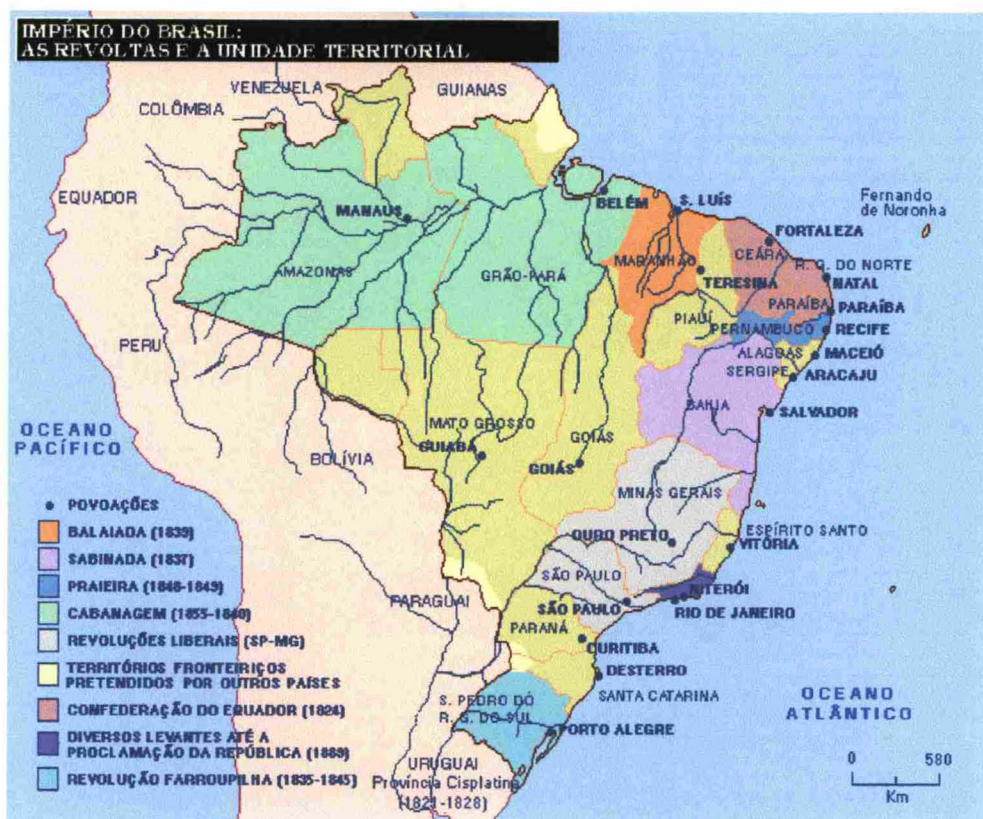
A Assembléia acabou por aprovar, em 12 de agosto de 1834, um Ato Adicional que alterava alguns aspectos da Constituição de 1824, particularmente aquele que estabelecia que o Império passaria a ser governado por um regente “eletivo e temporário”. Feijó foi o escolhido e tomou posse em 12 de outubro de 1835 e, tendo que enfrentar uma forte oposição de alguns liberais moderados, acabou por renunciar em 18 de setembro de 1837, sendo substituído pelo Marquês de Olinda.

a) Preservação da unidade e da integridade

A desintegração e as marcantes diferenças regionais não interferiram na manutenção da integridade territorial do Brasil. O território, que durante os três séculos de vida manteve-se intacto, mesmo depois da emancipação política de Portugal assim continuou, em princípio, graças à forma de governo, monárquica, que aqui se estabeleceu, diferentemente, por exemplo, da republicana adotadas nas ex-colônias espanholas.

Havia a preocupação das classes dirigentes que temiam que a quebra dessa unidade pudesse resultar numa guerra civil. Surgiram na época vários movimentos anti-monárquicos que pretendiam a República.

Farroupilha, Sabinada e inúmeras outras revoltas provinciais aconteceram, como a cabanagem, as Balaiadas e a revolta dos escravos que eram apresentadas como atentados à “unidade nacional”. A Figura 7 apresenta, já no final do Império, as principais revoltas que marcaram aquele período.



Fonte: www.mre.gov.br, 2001.

Figura 7 – O Império: as revoltas e a unidade territorial (1822-1889)

Entre 1850 e 1870 o café, açúcar, algodão e tabaco eram responsáveis pelos bons resultados da economia do Império.

O ambiente, assim como o próprio parlamentarismo, favoreciam a pacificação entre os partidos políticos pelo afastamento natural dos extremistas e radicais, permitindo, como consequência, uma relação mais favorável dos conservadores com os liberais moderados.

Como reforço aos avanços econômicos da época, a bacia hidrográfica e a construção de várias vias terrestres de comunicação serviam para escoar produtos, levá-los até os portos e então, distribuí-los para o Rio de Janeiro e algumas outras áreas de relevância.

Favorecido por investimentos ingleses voltados para o escoamento de matérias-primas e produtos agrícolas e que foram aplicados na construção de estradas de ferro, começou a florescer um maior contato com as inovações técnicas, o que contribuiria para a redução do preço do frete e para o desenvolvimento das comunicações entre áreas economicamente relevantes, liberando assim, recursos e mão-de-obra.

Nesta fase do processo de desenvolvimento, em 1854, foi inaugurada a primeira ferrovia brasileira, situada no Rio de Janeiro, e que interligava o porto de Mauá, no fundo da Baía da Guanabara à raiz da Serra da Estrela. Objetivava alcançar Petrópolis e, posteriormente, por razões econômicas, o Vale do Paraíba.

Mais tarde, em 1864, e ainda contando com a participação de capitais ingleses, foi construída a Estrada de Ferro Pedro II, hoje conhecida como Estrada de Ferro Central do Brasil.

Em outros centros economicamente relevantes como, particularmente, São Paulo, as ferrovias direcionavam-se aos portos.

Santos, o principal porto de escoamento da produção cafeeira, após o Rio de Janeiro, tornara-se o canal mais importante do país, isto já no final do século.

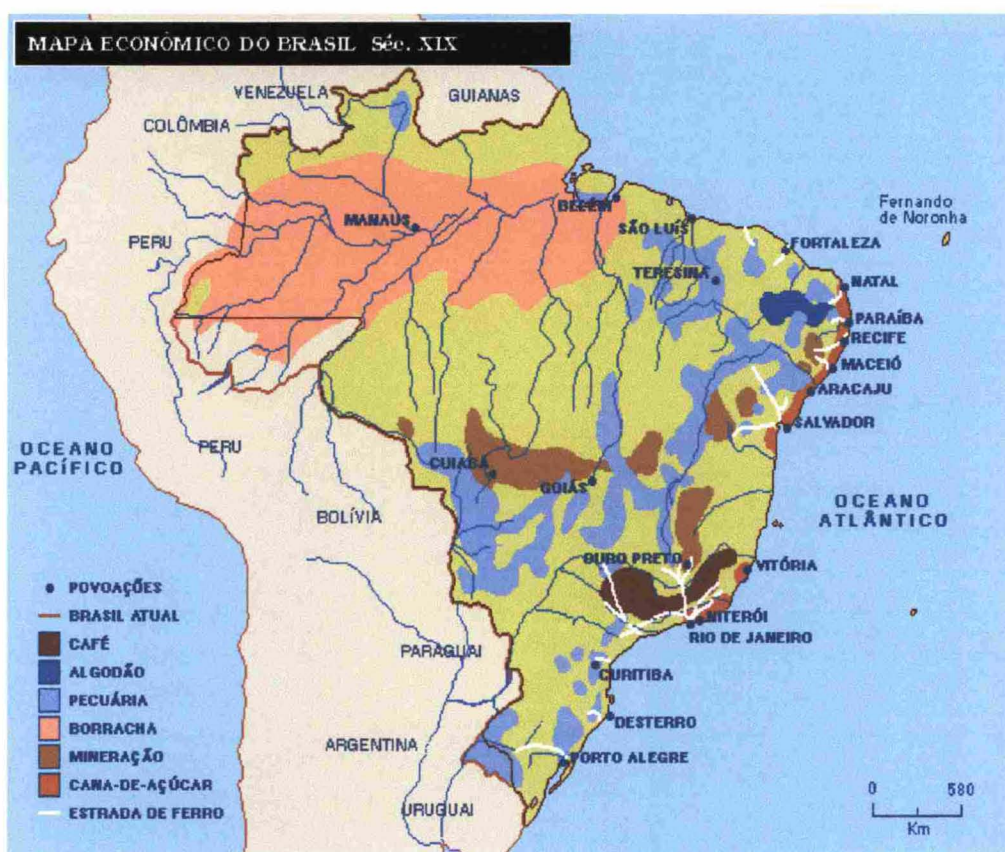
A ferrovia Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867 e depois, a partir do ano de 1870, a Mogiana, a Paulista e a Sorocabana, definiam a malha paulista para dar vazão à exportação do que se denominava a “marcha do café”.

2.1.1.1.7. A política industrial

Mesmo antes do suporte dado pelas vias de comunicações terrestres e hidrográficas, inicialmente direcionadas aos produtos agrícolas, na década de 1850, foi dado início a um processo de desenvolvimento econômico e industrial. A partir desse ano, foram fundados 14 bancos, 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguro, 62 empresas industriais, a maioria de tecidos, 8 estradas de ferro, 8 empresas de mineração, 3 de transporte urbano e 2 de gás (SANTOS, 2002).

Entre os produtos industriais mais comercializados na época, destacavam-se cerveja, tecidos de algodão, chapéus, e o sabão. A energia a vapor movimentava as fábricas que já utilizavam motores hidráulicos. Este esforço fez com que, entre 1840 e 1889, fossem aprovadas cerca de 1400 patentes industriais.

Para acelerar ainda mais o processo, a isenção de impostos de importação de maquinaria e o crédito mais acessível aos investidores foram adotados pelo Estado Imperial como política de incentivo. Ainda neste contexto, o Rio de Janeiro, sede da Corte, foi o palco das maiores mudanças e recebeu uma série de melhorias, especificamente no setor de serviços. A Figura 8, mapa econômico do Brasil no século XIX, indica as principais atividades industriais e agrícolas que marcaram aquela época.



Fonte: www.mre.gov.br, 2001

Figura 8 – Economia do Brasil o Século XIX

a) O Barão de Mauá

Uma citação à parte merece ser dedicada a uma figura empreendedora que se destacou neste período, o Barão de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, que teve uma participação ativa no processo de desenvolvimento que ocorreu no país, particularmente no sudeste.

Através de sua iniciativa pioneira, desenvolveram-se setores da produção, tais como o da fundição de ferro e bronze e a construção de calderarias, de serralherias, e outros. Os produtos de tais indústrias destinavam-se, entre outros, para a fabricação de encanamentos para água, caldeiras, serras, guindastes, prensas, todos com largos benefícios à construção de uma mais adequada infra-estrutura. Ainda por sua iniciativa e atuação construíram-se 72 navios. Fundou bancos e se destacou como grande capitalista, pioneiro e empreendedor de diversas atividades.

No setor dos serviços públicos, energia, transportes e comunicações, o Barão de Mauá também teve uma atuação relevante. Fundou a Companhia de Gás para iluminação das ruas do Rio de Janeiro. Associado a capitais norte-americanos estabeleceu uma empresa de bondes puxados a burro e criou companhias de navegação no Rio Grande do Sul e no Amazonas.

Inaugurou ainda as primeiras ferrovias no Brasil, no Rio de Janeiro e, posteriormente, também no Recife, em São Paulo e a Estrada de Ferro Pedro II, atual Central do Brasil.

No setor das telecomunicações foi dele a iniciativa de introduzir o “telégrafo submarino”, entre o Brasil e a Europa, o que permitiu a pioneira ligação telegráfica entre os dois continentes. Este projeto foi posteriormente comercializado e vendido para uma empresa britânica.

O Estado Imperial, no processo de crescimento que desenhara, decidiu estabelecer incentivos e isenções de alíquotas para importação. Como decorrência, os produtos estrangeiros passaram a ser cada vez mais competitivos, tornando-se muito mais baratos e estabelecendo uma concorrência desigual com os produtos fabricados pela indústria brasileira.

Estas iniciativas do governo foram fatais para as atividades conduzidas por Mauá, que teve que negociar seus empreendimentos com organizações estrangeiras. O próprio governo lhe faltou na hora de apoiá-lo. Uma série de negócios mais arriscados e alguns empreendimentos mal sucedidos, resultaram na sua falência em 1875.

Apesar dos indicadores demonstrarem progresso e integração, o desequilíbrio entre os territórios era marcante. O Rio de Janeiro, sede da Corte, vinha recebendo, desde 1850, recursos e melhorias, mas as demais cidades careciam de apoio do governo central e apresentavam uma urbanização muito incipiente.

Somente as cidades dotadas de portos com desempenho significativo, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém, apresentavam indicadores de prosperidade. O quadro a seguir reflete, através da população, o indicador de relevância das províncias.

POPULAÇÃO EM 1872

CIDADE	Nº DE HABITANTES
Rio de Janeiro	275.000
Salvador	129.109
Recife	116.617
Belém	61.977
BRASIL	582.000

Fonte: Santos, 2002, p. 174.

São Paulo, com 31.385 habitantes, ainda era uma cidade considerada pequena. O total de habitantes do país era de cerca de 10 milhões e o número total de habitantes das capitais de província era de um milhão. O Brasil se constituía num país basicamente rural.

Os serviços públicos ainda eram deficientes. As cidades não eram dotadas de saneamento. O sistema de esgotos do Rio de Janeiro somente foi construído em 1862, por uma firma inglesa e poucas residências possuíam água encanada. Obras de saneamento foram efetuados posteriormente em São Paulo, Recife, Manaus e Salvador. Não existia qualquer iniciativa para o planejamento urbano nem mesmo nas principais cidades brasileiras, salvo algumas pequenas exceções. As ruas mal desenhadas, cópia de algumas cidades européias, eram indevidamente calçadas, estreitas e tortuosas.

A verdadeira mudança no perfil urbanístico das principais cidades só viria a acontecer na segunda metade do século XIX com o início da construções de casarões, vilas e mansões e,

assim mesmo, destinada a uma parcela menor da população, a elite. Barracos e cortiços, nas áreas mais pobres, ainda dominavam a paisagem.

Naquela época, operava-se o serviço postal, havia algumas iniciativas nas comunicações telegráficas e, nada em serviços telefônicos.

2.1.1.1.8. O Império em dificuldades e a proclamação da República

No início da década de 1870, a insatisfação de diferentes segmentos da sociedade que viviam nas capitais de províncias, o desequilíbrio entre as camadas sociais, aliado aos reclamos pela justiça social e pela abolição da escravatura, e que alegavam existir uma defasagem entre o Brasil e as nações mais desenvolvidas, “civilizadas”, detonou uma onda de manifestações que demandavam o “desenvolvimento” como forma de valorizar o homem individualmente e a sociedade como um todo.

Voltados para o que acontecia na Europa e ao progresso que as nações daquela região experimentavam, uma elite intelectual formada por escritores, jornalistas, alguns políticos, professores e militares, entre outros, começava a pressionar o governo em busca de soluções para as questões identificadas como responsáveis pelo atraso.

Em 1871, a liberdade de trabalho e, como decorrência, a abolição da escravatura amadureceu e, através de um processo político, se consolidou com a assinatura da Lei Rio Branco mais conhecida por “Lei do Ventre Livre” que emancipava os filhos de escravos.

a) A Corrente do positivismo e a defesa da república

Quase ao final da monarquia surge no Brasil seguidores de uma corrente de pensamento calcada nos princípios formulados pelo pensador francês Augusto Comte (1798-1857).

Tendo como base a tradição romana e fundamentos na experiência jacobina na Revolução Francesa de 1789, Augusto Comte defendia a idéia de que a “*ditadura republicana*” seria, para aquele período da história em que vivia, a melhor forma de governo.

Criticava e se antagonizava com os princípios de uma República Liberal, que se baseava na ideologia da soberania popular, na qual o poder seria exercido “em nome do povo através de um mandato”, renovado periodicamente, e que seria delegado a membros do Congresso, ou ao próprio Presidente das República, através de eleições.

A caracterização da “*ditadura republicana*” implicava na idéia de um governo de salvação no exclusivo interesse do povo. O ditador republicano, diferentemente do ditador autocrático e totalitário, seria representativo do povo, mas, se as circunstâncias assim determinassem, poderia dele se afastar em nome do bem da República. A sua eleição seria vitalícia e ele teria o direito de influir na escolha de seu sucessor.

A ortodoxia da “*ditadura republicana*”, na totalidade de sua doutrina, raramente foi aceita pelos meios militares brasileiros. Particularmente, os oficiais do Exército, assim como estudantes e professores, absorveram apenas alguns de seus aspectos mais harmonizados com suas percepções. A “*ditadura republicana*” consistia na defesa de um Executivo forte e intervencionista, capaz de modernizar o País.

Entre outras idéias defendidas pelo positivismo inseria-se a clara separação entre a Igreja e o Estado e a preferência da doutrina pela formação técnica, pela ciência e pelo desenvolvimento industrial.

O positivismo, que continha uma fórmula de modernização conservadora do País, se resumia, portanto, na ênfase do papel e na ação do estado e numa nova postura para o desempenho dos políticos tradicionais. Esta doutrina se tornou muito receptiva e simpática aos círculos militares (tudo a ver com a institucionalização das telecomunicações).

2.1.1.1.9. Fim do regime monárquico

Nas década de 1890, o estado de saúde de D. Pedro II e o rígido posicionamento de uma elite que não abria mão de um executivo civil tiveram séria influência no fim do regime monárquico.

O imperador teve que atuar diretamente na disputa entre duas forças: os militares, particularmente, o Exército e a burguesia, liderada pelos interesses da elite cafeeira de São Paulo.

As queixas dos militares e as reivindicações da elite conduziram à falta de qualquer perspectiva que conduzisse a nação para um terceiro reinado.

2.1.1.1.10. O retrato econômico do final do Império

O Brasil, no final do Império, ainda apresentava alguns traços negativos de progresso, tais como a deficiência na integração territorial e econômica, apesar dos avanços que aconteceram nos transportes e que, teoricamente, serviriam para integrar as diferentes regiões do país.

Também a falta de uma rede eficaz de telecomunicações, fazia com que as mensagens transitassem de forma lenta e demorada, contribuindo negativamente com o processo de integração nacional.

Tendo atingido, em 1890, 522 mil habitantes, a capital do Império se constituía no único grande centro urbano do país. O Rio de Janeiro concentrava a vida política e social, uma parte significativa da economia e um grande volume de investimentos em transporte, iluminação, na diversão e no embelezamento da cidade. Outras capitais como Salvador, Recife e Belém, complementavam a estrutura mais avançada do país. Posteriormente a cidade de São Paulo, com seus modestos 65 mil habitantes se converteria no centro dos negócios cafeeiros atraindo cada vez mais imigrantes e dando continuidade a arrancada de longo

alcance, que teve início entre 1872 e 1886 com uma taxa de crescimento de 3% e de 8%, entre os anos de 1886 e 1890.

Tal como sucedera no período colonial, a administração imperial centralizada se fazia muito presente e concentrada nas regiões próximas à Corte e em algumas capitais de província, atuando de forma modesta e relegando a um plano inferior, as áreas mais afastadas e distantes. Mesmo no âmbito de diversas províncias, havia regiões isoladas e dispersas.

Quando chegou a República, ela herdou, na sua organização política, essa marca regional de parcial desintegração que esteve na base do regime federativo.

2.1.1.2. Tecnologia

Na idade média, o progresso da navegação foi um dos grandes responsáveis pela profunda alteração realizada na vida econômica dos povos. O alargamento dos mercados, o desenvolvimento do trabalho, as ocupações e o aumento acelerado das populações, a mudança nos costumes e nos padrões de vida, a transformação dos sistemas de produção, o encurtamento das distâncias e a aceleração das comunicações, devem-se, em parte, aos serviços prestados pelos países que lideravam as viagens e expedições marítimas como Portugal, o pioneiro incontestável da grande navegação.

2.1.1.2.1. Transporte

A tecnologia nesta área se aprimorou a partir dessa época. Antes da expansão portuguesa, os barcos eram de pequena capacidade, construídos para navegar apenas em mares fechados ou perto da costa. Na idade média realizavam comércio no mar Báltico e no mar do Norte possuíam uma pequena capacidade de carga, muitas vezes inferiores a 15.000 toneladas.

Outras embarcações alcançavam um comprimento de 41 metros e apenas 6 metros de largura, navegavam pelo Mediterrâneo, a velas e a remos, e, por muito tempo, dominaram o Mediterrâneo.

O custo do transporte era alto já que tinham que conduzir mercadorias de grande valor por unidades de peso, para justificar as viagens.

Tendo em vista a fragilidade dos barcos, muitos partiam e não regressavam, outros se perdiam ou afundavam, pegavam fogo ou eram tomados pelos inimigos.

Quando bem concebidos, e aí custavam muito caro, eram capazes de suportar muitas viagens. Aqueles construídos com menos qualidade, não agüentavam mais de duas viagens.

Para conduzi-los, empregava-se tripulações com cerca de 150 homens e 250 soldados. Fome e doenças contagiosas se encarregavam de liquidar grande parte do quantitativo destas guarnições. Com o tempo, algumas naus chegavam a transportar mais de 1000 pessoas entre tripulação, soldados e passageiros.

A tecnologia aplicada à navegação e ao transporte marítimo e, por via de consequência às comunicações, no envio de mensagens e correspondência, foi progredindo e a história se encarregou de demonstrar a incontestável influência que tiveram, e terão sempre, no desenvolvimento das instituições.

2.1.1.2.2. Comunicações

Nós estaríamos ainda na era dos trogloditas, se o homens não viessem a fazer o uso da palavra e dos gestos para se comunicar, transmitir pensamentos e idéias para os seus próximos, se não fossem capazes de passar conhecimentos para seus filhos. A invenção da escrita e a capacidade de enviá-la à distância, reduzindo gradativamente o tempo desse encaminhamento, marcou o desenvolvimento das sociedades. Escrever na argila, na pedra, nos metais, na madeira, no papel foi um processo gradual nesta longa caminhada da civilização.

Com os mensageiros, no passado, a velocidade das comunicações fluía, em média, a 15 km/hora.

A partir da criação dos códigos empregando fumaça, sons, e até letras e com o avanço da ótica, a visão direta sendo substituída por sistemas de lentes, as mensagens podiam ser vistas à distância e repetidas de espaços em espaços, num processo de encurtamento e redução do tempo de transmissão.

Mas os homens queriam mais, na paz e, principalmente, nas guerras. Desejavam a instantaneidade no recebimento de mensagens e a cobertura de distâncias cada vez maiores. A descoberta da eletricidade, e a posterior possibilidade de sua transmissão, por fio, contribuíram para este avanço.

Desde os tempos primitivos, enviar e receber mensagens traduz uma necessidade humana no esforço permanente que as pessoas empreendem para desenvolver a capacidade de se relacionar com o próximo. Falar e se fazer ouvir, se comunicar a distância, sempre preocupou o homem.

Este homem e seus grupos organizados, definiram e estabeleceram controle sobre áreas maiores que suas aldeias e, de imediato, partiram à procura de diferentes formas de comunicação.

Da descoberta do fogo e dos primeiros gritos e gestos, as formas de comunicação foram evoluindo até a padronização das representações para melhor expressão dos desejos e necessidades. E assim, o processo foi se aperfeiçoando com o passar do tempo.

A pomba que Noé enviou, procurando por terra firme, e que tempos depois retornou à arca com um ramo de oliveira em seu bico, pode ser interpretada, simbolicamente, como uma das primeiras formas de comunicação. Envio de um sinal a distância e recebimento de uma informação em resposta.

Este exemplo serve para estabelecer o conceito básico das telecomunicações tanto no seu sentido prático e objetivo como, também, no entendimento etimológico da palavra — comunicação à distância.

Ao longo da história da humanidade, as comunicações à distância evoluíram gradualmente. Da simples entrega física de mensagens, por meios próprios, como à cavalo, na Pérsia de Dario I ou através do emprego dos pombos viajantes como na China. Para que a comunicação se tornasse eficiente e pudesse servir aos interesse de tribos ou grupos é que o homem passou a utilizar códigos e sinais em seus comunicados.

Primeiro as tochas de fogo, depois os reflexos em metais polidos, os “heliógrafos” gregos, os romanos com seus faróis, a emissão de sinais a longa distância através de feixes luminosos, a fumaça, os sinos das igrejas e os canhões do Renascimento.

Seguiram-se o emprego da luz de vela e a aplicação do vidro e do espelho que, iluminados, permitiam a comunicação entre grandes distâncias. Lâmpioes a querosene, a gás e posteriormente a pilha, fizeram parte deste processo evolutivo.

Sinais passaram a ser substituídos por palavra, cujo uso veio a se mostrar como um novo meio eficaz de comunicação. Com o tempo, porém, o simples falar também não se mostrou suficiente pois a voz não alcançava grandes distâncias e não atendia plenamente às necessidades de comunicação.

Emergiu, então, a escrita, processo pelo qual o homem “fala” e se faz entender, através de símbolos e gráficos.

Antes da escrita, as mensagens eram apenas verbais, gravadas na memória dos mensageiros, não sendo impróprio imaginar quantas delas não foram esquecidas ou repassadas com seu conteúdo completamente distorcido. Posteriormente, símbolos, significando idéias previamente convencionadas, auxiliavam a memória dos mensageiros.

As escritas mais antigas empregavam figuras, objetos e números para registrar informações sobre economia, notícias e comércio. Algumas foram fixadas em tabuletas, como as que foram achadas no santuário de Eanna, no norte do Iraque e que datam de mais de 5.000 anos, outras, registradas em papiro ou pergaminho, como as do Mar Morto.

A língua dos sumérios, expressada por sílabas e a dos egípcios, que aplicavam símbolos na sua escrita, só mais tarde vieram a ser compreendidas.

Em 1799, a escrita egípcia foi decifrada, através da interpretação da célebre pedra de “Rosetta”, estudada e decifrada por Champolion.

Este processo de enviar mensagens escritas, certamente fundamentou a gênese do serviço de correios que, ao longo do tempo, vem crescendo em importância e precisão.

Conforme comprovam registros históricos, civilizações antigas como a dos egípcios, gregos, persas e chineses, entre outros, mantinham e operavam, serviços regulares de transporte de mensagens.

Foi com os romanos que o trabalho do correio adquiriu eficácia e ganhou uma melhor organização. Um mensageiro romano chegava a percorrer 70 quilômetros por dia e o seu cargo era considerado digno de admiração e respeito. O correio persa, organizado por Ciro, o Grande, cobria um trajeto de 2.500 quilômetros, do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico.

Este correio, servido por mensageiros à cavalo, para garantir a continuidade, a cobertura de espaços e a necessidade de velocidades cada vez maiores nas comunicações, contava, em pontos estratégicos, com postos de abastecimento para troca de homens e animais.

A escrita foi se desenvolvendo, porém a invenção do alfabeto, próximo do que hoje se conhece, só aconteceria bem mais tarde. O seu desenvolvimento tem sido creditado aos fenícios, mas há quem defenda a tese de que foram os gregos que definiram e desenharam o que seria, realmente, um alfabeto completo como hoje conhecemos.

O ciclo da mensagem escrita atingiu seu ápice com Gutemberg que, em 1440, através do emprego de caracteres móveis feitos de madeira, unidos e prensados, criou e originou a imprensa.

A palavra “comutação” nos tempos atuais, e na gramática aplicada às telecomunicações, diz respeito ao processo realizado nas centrais telefônicas quando se transfere uma conexão de um assinante para outro ou, quando se interliga dois correspondentes.

Este termo, contudo, pode ser entendido de forma distinta. O verbo comutar geralmente é aceito como indicação de uma troca, de uma permuta. Troca de objeto, troca de informação ou troca de lugar. No passado chegou a ser empregado como indicador de um deslocamento entre dois pontos ou de viagem entre duas cidades. O conceito pode ser estendido à palavra “comunicação” que serviria para indicar a idéia de se ir de um ponto a outro ou mesmo a de se transmitir uma informação entre diferentes pontos.

Essa conceituação, aqui exposta, serve simplesmente para que se possa compreender ou explicar, porque nas primeiras décadas do período republicano, o Ministério de Viação e Obras fosse a instituição governamental encarregada pela área de transmissão ou transporte de informações, como telegrafia, telefonia e correio, enfim, pelas comunicações de uma forma mais ampla.

a) Inventos e descobertas

Três trabalhos estabeleceram o marco da impressionante evolução das telecomunicações. Os três inventos mais significativos do século XIX e que direcionaram o desenvolvimento das telecomunicações foram o telégrafo de Samuel Morse (1844), o telefone de Graham Bell (1876) e o rádio de Guglielmo Marconi (1885).

Outros inventos surgiram ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX quando foram desenvolvidos diversos métodos e produtos aplicados nas comunicações, estimulados pela necessidade de emprego durante numerosas guerras que aconteceram naquele período.

A primeira conotação de que se tem conhecimento para a propagação do som através dos corpos sólidos data de 1667 e é atribuída ao físico inglês Robert Hooke (1635-1703). O

“telefone de cordel” foi por ele desenvolvido e era baseado em experiências relacionadas ao estudo da vibração sonora no ar. Junto com outros pesquisadores de física ele estudou e achou possível transmitir mensagens através de um meio físico contínuo, um cordel. As ondas sonoras percorrem um fio esticado em cujas extremidades são conectados recipientes dotados de diafragmas ou membranas capazes de vibrar a partir do sinal recebido.

Este invento, ou como conhecemos em nossas brincadeiras de infância, o “telefone de latinha”, apesar de se comunicar a uma distância limitada, forneceu subsídios teóricos e se constituiu em etapa relevante para as comunicações telefônicas, através de meios físicos.

Aliás, a própria palavra “telefone” provavelmente foi utilizada pela primeira vez em 1682, quando Dom Gauthey, um jovem monge, propôs à Academia de Ciências de Paris a instalação de um sistema de propagação da voz por tubos metálicos acústicos.

Em 1747, William Watson e posteriormente, em 1801, Alessandro Volta, estudaram e inventaram, sucessivamente, a transmissão elétrica por via física e o acumulador elétrico, a pilha elétrica.

Samuel Morse, já citado, sucedendo os princípios empregados pela aplicação da ótica, através do piscar intermitente da luz e dos semáforos, em 1837 criou, inicialmente, um código — pontos e traços ou curtas e longas durações para simbolizar palavras — e inventou, posteriormente, um manipulador de telegrafia, capaz de, em seqüência, enviar e interromper a corrente elétrica num circuito condutor, facultando a transmissão de mensagens à distância. Chegaram então o telégrafo e o código Morse.

As bases científicas das telecomunicações atuais, datam da primeira metade do século XIX com os trabalhos de Faraday e de Oersted sobre a eletricidade e o magnetismo e a teoria de Maxwell sobre o eletromagnetismo, compreendidas as guias de onda para hiperfrequências (microondas e ondas ópticas).

No mesmo período, o motor analítico de Babbage e as teorias de Lovelace sobre a programação das máquinas criaram as bases para o surgimento, anos mais tarde, do computador. A álgebra lógica de Boole estabeleceu o marco da teoria da comutação e Baudot foi o primeiro a aplicar um código binário efetivo em seu sistema de telegrafia impressa.

“O grande campo da eletricidade se converteu em um poderoso reino”, exclamou Hertz, em 1886, ao determinar a existência das ondas rádioelétricas.

De fato, a maioria dos fenômenos físicos aplicados nas telecomunicações modernas forma explicados pelas teorias do elétron.

A explicação de Einstein sobre os fenômenos fotoelétricos e a física da relatividade, da mesmo forma que a hipótese da teoria quântica de Max Planck, conduziram diretamente ao modelo do átomo de Niels Bohr e ao desenvolvimento da noção da mecânica quântica que abriu espaço a exploração do estado sólido e culminou com o descobrimento do transistor e, posteriormente, à eletrônica dos microcircuitos ou circuitos integrados.

Foram necessárias várias gerações para traduzir na prática os conceitos do século XIX.

Essa sucessão de pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos no campo da telegrafia e do rádio, sem dúvida alguma, serviram de base aos principais fundamentos da telefonia em particular e das telecomunicações em geral.

A transmissão da voz humana à distância foi pensada pela primeira vez pelo francês Charles Bourseul que publicou suas idéias na Revista *l'Illustration*, de Paris, edição de 26 de agosto de 1854, mas que teve que abandoná-las por falta de apoio oficial. Entretanto, sua implantação definitiva ocorreu na segunda metade do século XIX como consequência do avanço acelerado da eletrônica e das ciências associadas à automatização.

A partir daí as telecomunicações vêm revolucionando aceleradamente a vidas das pessoas, colocando-as cada vez mais perto uma das outras. Se no princípio isto acontecia de

forma tímida, agora as mudanças são profundas e rápidas, impulsionando a economia do planeta e influenciando no modo de vida das pessoas.

Contudo, o resultado de todas estas descobertas e inventos chegaram ao Brasil com muito atraso e, ainda assim, de forma espasmódica, menos por um processo planejado e mais por interesses isolados por quem os comercializava.

Como consequência, praticamente nenhuma sistematização, através de políticas, normas ou regulamentos, visando atender os interesses nacionais e satisfazer as demandas da sociedade, foram institucionalizadamente estabelecidas naquele período.

Mesmo que a história efetiva das telecomunicações brasileiras tenha sua origem no final do século XVIII, quando os principais sistemas foram empregados para a transmissão à distância, muitas das sementes foram lançadas séculos atrás.

2.1.1.3. Comunicações — Serviços postais, Correios

Na época do descobrimento e mesmo ao longo do período colonial, a comunicação entre pessoas se processava por intermédio de correspondências encaminhadas por mensageiros que se deslocavam a pé ou, à medida que as populações se dispersavam e os povoamentos ficavam mais distantes, por economia de tempo, utilizando o lombo de animais.

Para se comunicar com a metrópole, do outro lado do oceano, a solução era encaminhar cartas e mensagens através de portadores que retornavam à Europa nas naus que partiam do Brasil.

A demora prejudicava a oportunidade das informações relevantes, contudo, este era o único meio de comunicação disponível.

Mas, de que forma esta atividade se transformou em serviço? Como se processou o seu desenvolvimento?

O serviço de correios, na antigüidade, mais precisamente no final do Império Romano, começou a se estruturar, como decorrência da capacidade criativa e empreendedora daquele povo.

Um mensageiro do *cursus publicus*, como era chamado o correio romano, chegava a percorrer, por dia, em média, 70 quilômetros a pé ou 200 quilômetros a cavalo.

O mesmo acontecia na China do século XIII. Para cobrir as vastas extensões daquele imenso território, levando e trazendo mensagens, havia milhares de postos de correios e mais de 200.000 mensageiros montados à cavalo.

Na idade média, na Europa, o serviço de correios não apresentou grandes avanços em relação aos métodos que vinham sendo adotados. Centrava-se no atendimento apenas das autoridades, os soberanos e seus colaboradores. O Estado é quem organizava e administrava esta atividade e o cidadão comum encontrava-se completamente alijado da utilização desse serviço.

No início do século XVI, na Europa, com as grandes conquistas sociais, esta discriminação começou a se desfazer e o correio passou a ser disponibilizado para todas as camadas da população que estivessem em condições de bancar e assumir os elevados pagamentos que eram cobrados pela prestação deste serviço.

Pode-se constatar, então, que o conceito de universalização do serviço postal data de época muito anterior àquela que os estudos teóricos da sociologia defendem de que ela só iria acontecer quando os Estados decidissem assumir o controle desta atividade em substituição a grupos privados que exploravam o serviço, transformando os Correios em um serviço público.

A mudança no critério de cobrança foi outro fator significativo no processo de institucionalização desta atividade. O pagamento pelos serviços, que eram caros, deixava de ser responsabilidade do destinatário e passava a ser assumido pelo remetente. A forma estabelecida para a cobrança foi equacionada com a criação do selo postal. O problema das

mensagens que não chegavam ao destino, pela incapacidade do destinatário assumir o pagamento, com o novo critério, deixou de existir.

A invenção do selo postal é creditada ao inglês, Sir Rowland Hill. A partir da sua idéia se atribui a emissão, no dia 1º de maio de 1840, na Inglaterra, do “Penny Black”, o primeiro selo do mundo. Este selo, trazia como motivo o perfil da Rainha Vitória, na época, com 15 anos de idade.

A adoção do pré-pagamento, através do selo, contribuía para reduzir custos, resultando no crescimento da demanda e no aumento do tráfego postal com a conseqüente melhora da rentabilidade. As tarifas, cobradas através dos selos, eram suficientes para cobrir as despesas com a coleta, a distribuição e o transporte das correspondências.

O selo, para o Brasil, tem um significado muito especial já que o país foi o segundo no mundo a adotar esta modalidade de cobrança. A circulação do famoso selo “Olho de Boi”, em seus três valores, 30, 60 e 90 réis, teve início no dia 1º de agosto de 1843.

Com o tempo, correspondências deixaram de circular exclusivamente nos territórios nacionais e passaram a atingir espaços além fronteira o que tornava necessário um maior e melhor relacionamento entre países, bem como o estabelecimento de normas e critérios operacionais para dinamizar o atendimento.

A decisão multilateral que acelerou o desenvolvimento dos correios no século XIX foi a criação da União Postal Universal, UPU, em 9 de outubro de 1874, pelo Tratado de Berna.

Através de acordos firmados entre seus membros, cabe a esta Organização estabelecer critérios e regras para o funcionamento internacional dos correios bem como definir mecanismos de incentivo e apoio ao desenvolvimento interno dos serviços dos países associados. O Brasil filiou-se à UPU no dia 25 de maio de 1887.

Historicamente, as posições que vêm sendo assumidas pelo Brasil na implementação dos serviços postais, têm um significado especial.

O país tem o privilégio de ser o único a marcar e descrever o início da sua história através do envio de uma carta, a carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da frota de Cabral, ao Rei de Portugal.

A história oficial do Correio Brasileiro, contudo, somente foi estabelecida em 25 de janeiro de 1663, quando se instituiu a atividade postal regular no Brasil e o Alferes João Cavalheiro Cardoso nomeado para exercer o cargo de Correio da Capitania do Rio de Janeiro.

Nesta data tiveram origem os Correios-mores do Mar e da Terra no Brasil. Esta data é comemorada, até hoje, como o Dia do Carteiro.

Durante o período colonial o serviço postal, dentro do Brasil, praticamente não existiu. Trocava-se correspondências com a metrópole porém, entre pessoas e lugares da Colônia, o serviço não era prestado.

Em pleno século XVIII, com o sentimento nacionalista em evolução e as preocupações com as manifestações pela independência, os serviços postais foram objeto de proibição por ordem do Rei de Portugal, D. João V.

Somente com a chegada da família real em 1808 e com a emissão, no dia 22 de novembro, do 1º Regulamento Postal do Brasil, é que o serviço de correio foi efetivamente institucionalizado, passando a ser executado pelo Estado, em regime de monopólio.

Algumas cartas tiveram significativa representação simbólica na história brasileira como é o caso da enviada pelo Rei de Portugal que, acompanhada por outras duas, a da Princesa Leopoldina e a de José Bonifácio, foram transportadas, a cavalo, do Rio de Janeiro até São Paulo pelo mensageiro, o carteiro Paulo Bregaro, e que motivaram D. Pedro a proclamar a independência.

Até o ano de 1835 somente os domicílios que pagassem uma taxa anual, entre dez e vinte mil réis, tinha direito a receber correspondências. Neste ano, os correios instituíram a distribuição domiciliária de correspondência, estendendo o serviço para toda a população.

Três anos após a criação do selo postal na Inglaterra, o Brasil também passou a adotá-lo. Com a introdução do selo em 1843, os serviços postais tiveram forte incremento e inúmeros vazios foram ocupados pela instalação de agências em praticamente todas as cidades e vilas bem como pela quantidade de carteiros e demais funcionários contratados.

2.1.1.3.1. Serviço Postal — do descobrimento ao Império

O serviço postal faz parte do crescimento e da transformação histórica do Brasil. Os fatos ligados à implementação e ao desenvolvimento desse serviço servem para melhor compreender o panorama do desenvolvimento institucional das comunicações brasileiras.

Do surgimento dos serviços postais até o fim do império, os Correios assumiram a postura de elo de aproximação entre pessoas e, como instituição, sempre procurou adequar-se aos vários períodos de desenvolvimento do País, buscando o progresso para os serviços que presta à sociedade.

a) Período Colonial

A primeira correspondência oficial no Brasil foi a carta escrita, em 1500, por Pero Vaz de Caminha e enviada ao Rei de Portugal na qual relatava, com enorme entusiasmo, o descobrimento de uma nova terra e as suas maravilhas.

Essa carta, conhecida como Carta de Caminha, é considerada a Certidão de Nascimento do Brasil, por ser o primeiro documento oficial sobre o País e encontra-se atualmente arquivada na Torre do Tombo, em Lisboa. Este acontecimento ficou consagrado como a primeira página da história dos correios no Brasil.

Como Portugal não dispunha de um sistema postal organizado, durante os primeiros tempos da colonização tinha que recorrer ao apoio de outras nações. A criação, em 1673, do Correio-mor das Cartas do Mar, serviu para resolver apenas parte do problema de comunicação entre a colônia e a metrópole. Somente em 1798, para equacionar estas dificuldades, foi oficialmente instituído os Correios Marítimos.

Com a chegada da família Real ao Brasil em 1808, foram estabelecidas as condições para que o serviço postal pudesse melhor se desenvolver. Além do progresso comercial e da emissão de novos decretos, foi elaborado o 1º Regulamento Postal do Brasil e dado início ao funcionamento regular dos correios marítimos.

Neste período, conturbado pelas lutas pela independência, os serviços postais desempenharam papel valioso, estabelecendo comunicação entre os cidadãos que ansiavam por separar a colônia da metrópole e que atuavam neste sentido.

Desde 1520 a Coroa Portuguesa vinha nomeando, sucessivamente, através de cartas-régia, cidadãos portugueses para os cargos de Correio-mór do Reino.

O primeiro a ser nomeado foi Luiz Homem, que no dia 6 de novembro de 1520, recebeu do Rei D. Manuel I o cargo de 1º Correio-mor do Reino com o privilégio da exploração do serviço postal em Portugal, (1520-1532).

Com a morte de Luiz Homem em 1532, foi nomeado para o cargo de 2º Correio-mor do Reino, Luiz Afonso (1532-1575). No dia 20 de setembro de 1575, o Rei D. Sebastião nomeou Francisco Coelho como 3º Correio-Mor do Reino (1575-1579) e, com o seu falecimento, seu genro, Manoel de Gouvea, foi nomeado, através da Carta Régia de 27 de julho de 1579, como 4º Correio-mor (1579-1598).

Após um período de oito anos em que a Corte não emitiu qualquer alvará para exploração do serviço e com o falecimento de Manoel de Gouvea em 1598, foi conferido (vendido, neste caso) à Luiz Gomes da Matta, pelo Rei Felipe III de Espanha e II de Portugal, o ofício de 5º Correio-mor do Reino (1606-1607), nos termos da Carta passada no dia 19 de julho de 1606. Em 1607 o ofício de 6º Correio-mor do Reino (1607-1641) foi transferido para Antônio Gomes da Matta, filho de Luiz Gomes da Matta.

Como já visto, no dia 25 de janeiro de 1663 foi nomeado o Alferes João Cavalheiro Cardozo para o cargo de Correio da Capitania do Rio de Janeiro quando, então, se originaram os Correios-mores no Brasil.

Esta data é considerada como o início da instituição da atividade postal regular no País. A nomeação foi feita pelo 7º Correio-mor do Reino (1641-1674) e 1º Correio-mor das Cartas do Mar, Luiz Gomes da Matta Neto.

No dia 15 de maio de 1669, Bartolomeu Fragoso Cabral foi nomeado, por Luiz Gomes da Matta Neto, Correio da Capitania da Bahia.

Duarte de Souza Coutinho da Matta, sucedendo seu pai, Luiz Gomes da Matta Neto, foi nomeado, conforme Carta Régia de 23 de fevereiro de 1674, o 8º Correio-mor do Reino (1674-1696) e Correio-mor das Cartas do Mar, inclusive para o Brasil.

D^a. Izabel Caforo foi a primeira mulher a administrar os serviços postais no Brasil já que, no ano de 1696, Luiz Victório de Souza Coutinho da Matta, filho de Duarte de Souza Coutinho da Matta, nomeado o 9º Correio-mor (1696-1735) não pode assumir pois não havia ainda atingido a maioridade - na época 25 anos. Coube à sua mãe, D^a. Izabel Caforo, como tutora, assumir, temporariamente, a administração dos serviços.

No ano de 1710, Antônio Alves da Costa foi nomeado para o cargo de Correio da Capitania do Correio do Rio de Janeiro.

Em 1735, foi nomeado para o ofício de 10º Correio-mor do Reino (1735/1790), José Antônio de Souza Coutinho da Matta, filho de Luiz Victorio, ficando seu tio Tomás Caforo responsável pela administração dos Correios durante a sua menoridade.

No dia 1º de setembro de 1773, foi estabelecida a primeira comunicação postal terrestre entre São Paulo e o Rio de Janeiro.

Concluindo o ciclo, em 1790, foi nomeado o 11º e último Capitão-mor, Manuel José da Maternidade de Souza Coutinho da Matta (1790-1801), filho de José Antônio, tendo seu

tio, Duarte de Souza Coutinho, exercido a função como responsável pelos Correios, durante a sua menoridade.

Após este mandato, o ofício de Correio-mor do Reino e Domínios, através do Alvará de 16 de março de 1797, foi extinto e reincorporado à Coroa.

Com a nomeação de D. Rodrigo de Souza Coutinho, para o cargo de Ministro de Estado da Marinha e Ultramar, o Estado reivindicou à Coroa a Administração dos Serviços Postais. Aprovada a matéria, foi empossado o cidadão Luis Pinto de Souza, como 1º Diretor dos Correios.

No ano seguinte, através do Alvará de 20 de Janeiro de 1798, foi instituído o processo de organização postal dos Correios Terrestres e estabelecida a ligação postal marítima regular entre o Brasil e Portugal (Rio de Janeiro e Lisboa, inicialmente).

De imediato, instalou-se no Rio de Janeiro a Administração do Correio, que funcionava no Paço Real, junto às instalações do Tribunal da Relação e da Casa da Moeda, onde eram distribuídas as cartas que chegavam de Portugal, e tendo como administrador, Antônio Rodrigues da Silva.

Neste mesmo ano foi regulamentado o Serviço Postal Interno iniciado com a criação da primeira agência postal brasileira do interior, na cidade de Campos, no Rio de Janeiro.

No dia 1º de abril de 1799, foi aprovado o Regulamento Provisional para o Novo Estabelecimento do Correio, estabelecendo administrações terrestres e ultramarinhas. A partir daí, o cálculo dos portes seria estabelecido com base no peso da correspondência e na distância percorrida para a entrega.

O processo de institucionalização dos serviços postais teve continuidade com a criação, em 1801, do serviço de Caixas Postais e do serviço de Registrados para o interior, com as taxas fixadas de acordo com as distâncias. Em Lisboa, Portugal, no dia 8 de abril de 1805, foi assinado o decreto que estabelecia a Nova Regulação de Correio.

b) Período Imperial

Durante seu reinado, D. Pedro II teve um papel de destaque na promoção do desenvolvimento dos serviços postais. Disseminando o serviço através da implantação dos correios em todas as províncias do país e dando aos brasileiros a oportunidade de maior informação com a concessão de franquia postal a todos os jornais, revistas e livros, nacionais e estrangeiros, o Imperador legou ao povo brasileiro, um correio brasileiro bem mais organizado e presente.

Nesta época, grandes transformações determinaram um novo progresso nas comunicações em todo o país com a implantação do telégrafo elétrico.

No dia 7 de março de 1808, a Família Real Portuguesa, acompanhada de comitiva de 15.000 pessoas, chegou ao Brasil e o País, neste momento, passava da condição de Colônia à sede do Governo Português, estabelecido no Rio de Janeiro.

No mês de julho deste mesmo ano foi estabelecida a ligação marítima entre a Inglaterra e o Brasil. A partida inaugural do navio Walsingham, com destino ao Rio de Janeiro e escalas na Ilha da Madeira, Pernambuco e Bahia, aconteceu no Porto de Falmouth, no dia 14 de julho.

A Corte houve por bem substituir o antigo serviço de correio marítimo com a Inglaterra, até então feito através de Lisboa, face a suspensão temporária ocasionada pela invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte, mesma razão que teria ocasionado a vinda da Família Real para o Brasil.

No dia 22 de novembro de 1808 foi instituído por D. Fernando José de Portugal, Marquês de Aguiar, o Regulamento Provisional da Administração Geral dos Correios da Coroa e Província do Rio de Janeiro, primeiro Regulamento Postal do Brasil.

No dia 23 de setembro de 1812 foi expedido um Aviso fixando portes e determinando a nomeação de Agentes de Correios. Em 1817 seria estabelecido o correio regular entre São Paulo e o Rio Grande do Sul.

O Correio se associou a um dos momentos mais importantes da história do Brasil quando, no dia 7 de setembro de 1822, uma correspondência foi entregue a D. Pedro I, às margens do Riacho do Ipiranga em São Paulo, pelo mensageiro Paulo Bregaro, considerado o primeiro carteiro e o Patrono dos Carteiros no Brasil. Esta carta, correspondência da Imperatriz Leopoldina, informava acerca das novas exigências que Portugal estabelecia com relação ao Brasil. Ao recebê-la, D. Pedro, indignado, reagiu às imposições da Corte e declarou, no ato, a Independência do Brasil.

Com o Brasil já independente de Portugal, foi apresentada por José Clemente Pereira, Ministro e Secretário dos Negócios do Império, proposta de reorganização dos serviços postais, formalizada posteriormente, pelo assinatura do Decreto de 30 de setembro de 1828.

No ano seguinte foi determinado por D. Pedro I, através do Decreto de 5 de março de 1829, a unificação de todas as linhas postais então existentes numa Administração-Geral da Corte, bem como a criação de Administrações Provinciais nas capitais das Províncias.

Como já visto, em 1840, dois anos depois da criação do primeiro selo postal adesivo na Inglaterra, o Brasil autorizava, através dos Decretos 254 e 255 de 29 de novembro de 1842, a emissão de selos postais brasileiros, o que viria acontecer no dia 1º de agosto do ano seguinte com a emissão dos famosos selos “Olho-de-Boi”. Esta data ficou consagrada como o “Dia do Selo”.

Em 1844 o Correio criava o corpo de carteiros, o de condutores de malas e o sistema de entrega de correspondências a domicílio. Um ano depois foram instaladas as primeiras caixas de coleta do Império, no Rio de Janeiro e lançada uma nova emissão de selos denominados “Inclinados”.

Um dos acontecimentos mais importantes relacionados à institucionalização das telecomunicações no Brasil ocorreu no ano de 1852 quando, por determinação de D. Pedro II, procedeu-se, no âmbito dos Correios, à instalação do Telégrafo no Brasil. A primeira ligação telegráfica oficial aconteceu entre o prédio do Quartel-General do Exército, no Rio de Janeiro, e o Palácio da Quinta da Boa Vista.

No ano de 1861, os Correios Terrestres Marítimos passou a se vincular à recém criada Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

No processo de inserção e integração com a comunidade internacional, neste mesmo ano, foram promulgadas convenções que regulamentam as trocas de correspondências com estados Estrangeiros.

Em 1865 foi criado o Serviço de Vales Postais e em 1866 emitidos os primeiros selos, picotados, que passaram a exibir a efigie de D. Pedro II.

Em 1872 foram lançados os primeiros cartões postais ilustrados e em 1877, o Brasil aderiu ao Tratado Internacional que criava a União Geral dos Correios, celebrado em Berna, Suíça em 1874 e que, no ano de 1879, passaria a se denominar, União Postal Universal, UPU.

O primeiro selo brasileiro colorido, o auri-verde, em duas cores, verde e amarelo, foi lançado em 1878 e em 1882 foi editado o Guia Postal do Império do Brasil. Em 1888, um ano antes da Proclamação da República, foi promulgado o último Decreto Imperial, que promovia uma nova reforma nos serviços postais do Brasil.

c) Período Republicano — início

Do fim do império até os dias de hoje, os Correios mantiveram e desenvolveram sua posição institucional de elo conector entre pessoas. Como instituição inserida no contexto das comunicações esteve, ao longo de sua história, voltado para o progresso e para o desenvolvimento tecnológico, buscando sintonia com a modernidade e eficácia na prestação de serviços à sociedade.

No ano da Proclamação da República, em 1889, surgia o primeiro Museu Postal Brasileiro e, tempos depois, o Brasil se unia a outros países do continente, formando o embrião da futura União Postal Sul Americana.

A aquisição de novas máquinas, ampliação da área de ação interna e externa, a evolução dos transportes e a implantação do correio aéreo marcaram um período de notório desenvolvimento com a expansão dos serviços às populações de todas as regiões do País, contribuindo diretamente para a integração nacional.

Uma mudança relevante no processo de institucionalização das telecomunicações brasileiras aconteceu em 1890, quando a Repartição Postal foi transferida para a área do recém criado Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

2.1.1.4. Comunicações — Serviços telegráficos

2.1.1.4.1. A telegrafia no final do Império

Entre os serviços de telecomunicações mais empregados e com características mais simples e populares em toda a história da transmissão radioelétrica, sem dúvida é a telegrafia quem se manteve em operação por mais tempo, cerca de um século e meio.

No Brasil, as primeiras linhas telegráficas datam de 1852, apenas alguns anos após a introdução do telégrafo por Samuel Morse nos Estados Unidos. Sem contar Rondon, um dos mais importantes ícones nacionais na atividade de distribuição de linhas telegráficas pelo país, e que será objeto de análise específica, outras personalidades merecem destaque no esforço de integração nacional através desta modalidade de serviço.

A instalação das primeiras linhas telegráficas nasceu da concepção e da dedicação do então Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara. Para tanto o ministro contou, com o conhecimento, a experiência e o apoio, entre outros, do professor de física da Escola Central, Dr. Guilherme Schüch de Capanema.

No Brasil, por muitos anos, somente a comunicação visual era conhecida e empregada, seja através de semáforos ou de transmissões visuais com utilização da luz, conhecidos como telégrafos óticos, e quase que exclusivamente como suporte ao serviço marítimo.

As primeiras experiências e ensaios com o telégrafo elétrico se circunscreveram praticamente ao Rio de Janeiro, capital do Império. Foi ali, numa conexão que ligava a Quinta Imperial de São Christovão ao Quartel General do Campo de Sant'Anna, que se inaugurou, no dia 11 de maio de 1852, a primeira linha telegráfica subterrânea.

Com o correr do tempo, outras linhas foram sendo construídas, quase sempre com a finalidade de interligar repartições e estabelecimentos públicos.

Devido a competência e dedicação de seu auxiliar, no dia 17 de março de 1855 o ministro Mattoso Câmara, nomeou Capanema como Diretor Geral dos Telégrafos Elétricos.

Nesta época a rede não se expandia além do perímetro da cidade. A expansão dos circuitos telegráficos que constituíam a modesta rede, foi uma das primeiras providências tomadas pelo Diretor Geral. Uma série de expedientes e instruções foram emitidos determinando o cumprimento imediato deste esforço e definindo os procedimentos para execução dos serviços.

No processo de institucionalização, como documento normativo, aprovado em julho de 1860 pelo Decreto nº 2.614, foi publicado o primeiro Regulamento para a Repartição dos Telégrafos Elétricos.

Contudo, o Serviço de Telégrafos Elétricos, alguns dias depois, viria a ser transferido, por decreto legislativo, da área do Ministério da Justiça para a área do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

O regulamento e essa transferência proporcionaram a reestruturação do órgão possibilitando a contratação de pessoal para agilização dos trabalhos. Na área operacional

estabelecia a forma de cobrar e remunerar a prestação dos serviços e os critérios de colocação das linhas à disposição do público.

Alguns anos antes, às 2hrs e 45 min do dia 28 de julho de 1858, a primeira mensagem telegráfica atravessava o Atlântico. Posteriormente, a rainha Vitória enviava mensagem de congratulações ao presidente americano James Buchanan. O tráfego telegráfico entre os dois continentes experimentava um crescimento vertiginoso. Este cabo, posteriormente, sofreu interrupções por incorreções no uso da sua alimentação elétrica.

No ano de 1861 foi realizada a primeira transmissão telegráfica empregando o telégrafo Morse, nos Estados Unidos, ligando a costa do Pacífico ao litoral Atlântico.

Quatro anos depois, foi instalada, durante a Conferência Telegráfica Internacional em Paris, a União Telegráfica Internacional que congregava aproximadamente 50 nações, onde era assinada a primeira Convenção Telegráfica Internacional e que, posteriormente, nos anos 30, deu origem a, até hoje existente, União Internacional de Telecomunicações (UIT), subsistema da Organização das Nações Unidas (ONU).

No dia 5 de maio deste mesmo ano nascia em Mimoso, no Mato Grosso, Cândido Mariano da Silva Rondon, patrono das comunicações.

Com o passar do tempo, a regulamentação e as normas correlatas direcionadas à Repartição dos Telégrafos Elétricos, foram se aprimorando a ponto de poder definir significativos avanços na área de treinamento e na formação de pessoal bem como a criação de oficinas de reparo e manutenção de equipamentos e das linhas instaladas.

Os sucessivos regulamentos, de 1864, 1870, 1881 e 1890, definiam a estrutura organizacional da Repartição, enunciavam projetos na área de recursos humanos, culminando com a definição de um novo organograma que contemplava, entre outros aspectos, a criação de uma seção técnica e uma de operação, com engenheiros, técnicos, inspetores e

telegrafistas. No ano de 1864, já com a rede expandida, foi inaugurada a primeira Estação Central de Telégrafos Elétricos.

No ano de 1874 teve início a operação do primeiro cabo submarino construído pelos ingleses, para comunicações telegráficas entre o Brasil e a Europa. Este cabo permaneceu em funcionamento até a década de 70.

O quadro de pessoal da repartição de Telégrafos Elétricos, composto, inicialmente, em 1861, por apenas cerca de 30 funcionários, alcançava, no ano de 1890, mais de 1100.

2.1.1.5. Telecomunicações — telefonia

Telecomunicação significa, basicamente, comunicação à distância. Desde o século XIX já eram conhecidas as leis da eletricidade e do eletromagnetismo, e, com o auxílio de algumas figuras como Samuel Morse (telégrafo, em 1840), Alexander Graham Bell (telefone, em 1876) e Heinrich Hertz (ondas eletromagnéticas, em 1890), teve efetivamente início a era das telecomunicações. Com os três, o progresso científico tornou insignificantes as barreiras da distância, de tal forma que, graças a eles e a muitos que vieram depois, com o Rádio, a Televisão, os microprocessadores, e outros, hoje quase já não existem limites universais para a fala humana.

Modernamente, telecomunicação significa a transmissão de informações, seja de voz, dados ou imagens, em forma de sinais eletrônicos.

Até 1876, pessoas bem instruídas pensavam ser impossível transmitir a voz humana sobre fios, conforme era feito com pontos e traços do código Morse, e que, *“se fosse possível fazê-lo do modo indicado, a coisa não teria valor prático”*. Esta notícia foi publicada no **Jornal de Boston**, em 1876. *“Nove anos depois, aqueles que atacaram e condenaram a idéia, deviam ter se arrependido da declaração, diante da confirmação oficial da invenção do telefone por Alexander Graham Bell”* (RUIZ, 1973, p. 9).

Sabia-se que, através do telégrafo, uma mensagem podia ser transmitida por fio, a uma grande distância, mas, antes que ela chegasse a seu destino, nenhuma outra poderia ser transmitida pelo mesmo fio.

Em 1870, com os primeiros passos dirigidos à telefonia, ou à transmissão da palavra à distância, este conceito começou a cair por terra.

Charles Wheatstone já havia descrito como se comandavam válvulas sonoras através de circuitos e, em 1860, Philip Reis, na Alemanha, conseguiu transmitir, eletricamente, o tom de um diapasão. Reis havia dado ao seu dispositivo, exatamente, o nome de **telefone**.

O objetivo de uma conexão telefônica é, essencialmente, a comunicação de voz entre dois pontos.

Antes do aparecimento do telefone, o telégrafo já estava praticamente consagrado por permitir comunicações mais rápidas e mais distantes do que o correio.

Alexander Graham Bell desenvolveu o telefone. Com ele ficou possível ouvir o interlocutor e se comunicar com privacidade. A primeira demonstração bem sucedida desse invento, foi feita em 1876 e, a partir daí, tornou-se possível comunicar, em tempo real e a longas distâncias. As primeiras experiências ligavam os telefones dois a dois. De acordo com os registros históricos, Graham Bell, o inventor, somava o entusiasmo do avô pela boa dicção, com o interesse científico do pai e com seu próprio talento para a música.

Professor e cientista, Graham Bell nasceu em Edimburgo, Escócia, em 1847 e morreu em 1922, foi professor de física em Boston e criou o primeiro protótipo do telefone, aos 29 anos.

Somente a partir de 1867, quando ensinava no Somersetshire College, passou a se interessar por eletricidade. Seus estudos não eram dirigidos diretamente para a invenção do telefone e sim para um meio de transmitir, eletricamente, o som das palavras. Não estava tentando transmitir voz mas diversas mensagens telegráficas, simultaneamente, através de um

único par de fios. Para desenvolver seus conhecimentos, instalou um fio telegráfico de seu quarto ao quarto de um amigo.

Bell tinha 27 anos quando desenvolveu o princípio de transmitir eletricamente a voz e 29 quando patenteou seu telefone básico, em 1876.

O trabalho do inventor roubava com frequência, cada vez maior, a atenção do professor e mais ainda, quando o problema do telégrafo múltiplo passou a ocupar lugar destacado em seu espírito. Além de tudo, havia um lado humanístico nas suas idéias.

Dois jovens surdo-mudos, pacientes de Bell no instituto que dirigia, George Sanders e Mabel Hubbard, tinham pais inteligentes e empreendedores que descobriram rapidamente, que Graham Bell não era um simples professor e se ofereceram, em 1873, para custear as despesas com as experiências que estavam sendo realizadas. Em caso de sucesso, os lucros seriam divididos posteriormente entre os três.

Partindo de um diapasão, definiu a hipótese de que seria possível, usando diversos diapasões, enviar, simultaneamente, mais que um som através do mesmo fio e, então, no outro extremo, separar os tons. A hipótese foi confirmada e o experimento foi batizado como “telégrafo harmônico”.

Se dois conjuntos de diapasões, igualmente entoados, fossem colocados no extremo de uma linha, a vibração provocada em um deles, poderia determinar vibrações no diapasão correspondente no outro extremo e a comunicação se tornaria possível por meio de diapasões em vibração. Deu certo e Bell criava então o “multitelégrafo harmônico”.

Posteriormente os diapasões foram substituídos por palhetas que com o alongamento ou encurtamento de sua extensão vibratória permitiria ampliar a experiência. O diapasão possuía um tom único e a palheta, muitos.

Dirigindo-se diretamente a voz contra a palheta criava-se condições de envio de muitos tons simultaneamente e a corrente elétrica, gerada por um magneto ligado à palheta,

poderia ser enviada pela linha física. Porém, a corrente gerada pelo magneto era muito fraca e a palheta viria ser substituída, posteriormente, por um dispositivo chamado cápsula manométrica e, mais tarde, pela invenção de Leon Scott, o fonautógrafo. Ao tentar adaptar o fonautógrafo ao ouvido humano, Bell perdia seu tempo já que não possuía conhecimento para a fabricação das partes necessárias.

Para as novas experiências com o telégrafo harmônico, foi buscar ajuda na loja de artigos elétricos de Charles Williams Junior, a Meca dos inventores e pseudo-inventores, em Boston. O homem destacado para lhe auxiliar e dar assistência foi o eletricista, Thomas August Watson.

Na noite de 2 de junho de 1875, deu-se a “erupção” na história do telefone. No sótão da Rua Court, 109, trabalhavam ativamente Bell e Watson, tentando novas experiências com o indisciplinado telégrafo harmônico. Bell, mantinha o vigor de sempre, mas Watson já estava desanimando, dominado pelo calor e pelos repetidos fracassos. Mas, de repente, Watson ao puxar com mais força a corda do transmissor, provocou um som diferentes que foi ouvido por Bell do outro lado da linha. “Toing!”. Bell ouviu, do outro lado da linha, em seu receptor. A corrente ondulatória havia percorrido o fio telegráfico até o receptor instalado na outra sala.

Bell notara que a vibração das palhetas do seu invento era capaz de transformar a corrente elétrica em sons e ruídos no receptor colocado em outra sala, na outra extremidade de um fio que ligava os dois ambientes. O invento estava pronto.

Confirmava-se o princípio de que “um mecanismo que pudesse transmitir todas as complexas vibrações de um som poderia, igualmente, transmitir sons de qualquer natureza, até mesmo os sons produzidos pela voz humana”.

No desenvolvimento da experiência caberia à Watson a colocação de uma película esticada em um bocal que serviria de transmissor. Quando se falasse neste bocal, uma corda de aço vibraria harmônicamente com as vibrações da voz, gerando uma corrente elétrica

variável em intensidade. Na outra extremidade da linha, nada mais a fazer a não ser uma operação inversa.

A primeira mensagem, “*Senhor Watson, venha cá. Preciso falar-lhe*”, aconteceu depois que Bell alugou duas salas no andar superior de um edifício da Praça Exeter, número 5, em Boston. Em uma das salas instalou sua residência e, na outra, um laboratório de pesquisas. As duas salas foram ligadas por meio de uma linha telefônica e, a partir de então, quase todas as experiências passaram a ser realizadas aí. Dois primeiros telefones foram construídos.

Numa oportunidade, Bell se encontrava no último andar da hospedaria e Watson, que trabalhava no térreo, atendeu o telefone, que tilintara. Ouviu espantado: “*Senhor Watson, venha cá. Preciso falar-lhe*”. Correu até o sótão de onde Bell lhe havia telefonado. “Sr. Bell, ouvi cada palavra que o senhor me disse”.

Apesar de já serem conhecidos os princípios e elementos básicos do funcionamento do telefone, somente em 1876 é que foi, efetivamente, “inventado” o telefone. A partir daí, todas as experiências posteriores e as melhorias introduzidas até que o telefone se transformasse num produto de uso prático, nada mais foram do que simples aperfeiçoamentos.

Em 14 de fevereiro de 1876, ele ingressou com o pedido de patente de seu invento na US Patent Office, algumas horas antes de outro inventor, Elias Gray, patentear o seu. O registro de patente foi concedida em 7 de março de 1876, mas a data decisiva e marcante da história é considerada 10 de março de 1876. Nesse dia foi feita a transmissão elétrica da primeira mensagem completa pelo aparelho de seu invento.

2.1.1.5.1. A exposição do Estado da Filadélfia

O grande dia da vitória pública de Bell foi 25 de junho de 1876, um domingo, quando tudo aconteceu.

No dia 10 de março desse ano, em Fairmount Park, Pensilvânia, Ulysses S. Grant, Presidente dos Estados Unidos, encontrou-se com D. Pedro II, Imperador do Brasil, então em visita àquele País. Erudito, viajado, insistindo em tudo ver, Dom Pedro não perdera tempo na América. Em Washington visitara Simon Newcomb no Observatório Naval. Em Boston pedia a Graham Bell conselhos sobre o funcionamento da primeira escola para surdos-mudos que fundara no Brasil, interessando-se vivamente pelo trabalho de Bell nesse campo.

Graham Bell participava no Machinery Hall da Exposição Internacional do Centenário da Declaração da Independência dos Estados Unidos com representações de quase todos os países do mundo, inclusive o Brasil, quando os dois governantes chegaram juntos para a solene inauguração.

Um dos financiadores de Bell, Gardiner Hubbard, seu futuro sogro, era um dos comissários da Exposição e usou de sua influência para conseguir uma pequena mesa para a aparelhagem de Bell, no Departamento de Educação de Massachussetts. Ali, Bell montou seu aparelho e ficou semanas, sem atrair atenção alguma.

No dia do julgamento do que se apresentava, 25 de junho de 1876, um domingo, Hubbard persuadiu os juizes a visitarem o estande e conhecer seu invento.

Bell que estava operando seu aparelho numa mesa, posicionou-se à espera dos juizes na esperança que alguém por ele se interessasse quando, somente no final do dia, os juizes apareceram. O grupo incluía Joseph Henry, Sir William Thompson, Dom Pedro II e Elisha Gray, todos ansiosos por terminar logo a visita e ir embora.

Por mais de seis semanas o telefone havia ficado exposto sem que ninguém lhe desse atenção. Bell já tinha praticamente desistido de atrair para seu desprezado invento a atenção da comissão julgadora. Quando a comissão se aproximou, todos já estavam exaustos devido ao calor reinante. Um deles apanhou o receptor do telefone, deu uma olhada displicente e

desinteressada e tornou a colocá-lo no lugar. Nem sequer colocou no ouvido. Um outro emitiu um gracejo qualquer.

Aí, mais uma vez, a mão do destino funcionou. Ocorreu o que nem mesmo Bell poderia esperar: D. Pedro II, Imperador do Brasil, país distante que talvez nem o inventor soubesse direito onde ficava, reconheceu o professor a quem havia sido apresentado na sua aula para surdos-mudos, assim se manifestou:

“Como vai, Sr. Bell, e como vão os surdos-mudos de Boston?, teremos então que ver seu aparelho agora !!!”

“Tenho um pequeno aparelho elétrico, uma máquina falante, e gostaria que Vossa Majestade se dignasse examinar”.

“Com muito prazer, disse Dom Pedro, podemos passar a vê-lo imediatamente!”

Insistindo para que avaliassem com ele, o que Bell estava expondo, Pedro II teria forçosamente influído no espírito dos juizes que, então, se detiveram mais demoradamente no exame. Dom Pedro foi o primeiro a ficar na escuta de um dos receptores.

O silêncio era total. Estendendo um fio de um canto a outro da sala, tomando a si o transmissor e colocando D. Pedro na outra extremidade, Bell passou a recitar, pelo telefone, o solilóquio de “Hamlet”, *“Ser ou não ser eis a questão”*, citando Shakeaspeare. Ao ouvir a fina voz de Bell, “Ser ou não ser...?” e à medida que o monólogo prosseguia, em voz perfeitamente fiel, Dom Pedro, entusiasmado, teria então pronunciado uma outra frase famosa na história do telefone, *“My God, this talks!!!”* (“Meu Deus, isto fala!!!”)

A experiência foi feita numa distância de 150 metros entre transmissor e receptor, marcando um êxito completo e à surpresa geral, seguiu-se verdadeira disputa entre os assistentes, cada qual querendo falar naquela máquina.

O Imperador do Brasil, segundo os registros históricos, era um humanista e muito interessado pela tecnologia de seu tempo. As comunicações no Brasil tiveram, nele, um

mecenas que, apesar de não ter tido acesso à educação formal, tornou-se um dos maiores entusiastas da área no século passado. D. Pedro II foi educado em casa por José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos primeiros doutores do País. José Bonifácio formou-se em Direito Civil e Filosofia na Universidade de Coimbra, em Portugal, e obteve o doutorado em mineralogia na França. De José Bonifácio, D. Pedro absorveu a curiosidade científica, os conhecimentos da época e um pouco do espírito revolucionário.

As novidades tecnológicas sempre atraíram a atenção do imperador. A organização dos serviços postais no Brasil data de 1829. Em 1843, pouco mais de dois anos após D. Pedro II ter assumido o poder no Brasil, foi lançado o primeiro selo postal brasileiro, o conhecido Olho de Boi. O Brasil era o terceiro país do mundo a utilizar selo.

Os primeiros cabos telegráficos submarinos foram inaugurados por D. Pedro II em 1874, conectando Rio-Salvador-Recife-Belém. A linha Recife-João Pessoa-Natal foi estabelecida em 1875. A primeira ligação internacional por cabo foi feita no mesmo ano, com Portugal, tendo sido concluída por intermédio de contrato com a empresa British Eastern Telegraph Company. D. Pedro II cumpriu a promessa e foi feita a instalação de uma linha telefônica entre o Palácio de São Cristóvão e a fazenda de Santa Cruz, da família imperial.

A ele é atribuída a credibilidade ao invento de Graham Bell. Também a ele se deve um período de intenso desenvolvimento no Brasil, que foi um dos primeiros países do mundo a inaugurar o telefone.

Na despedida, D. Pedro II apertou calorosamente as mãos de Bell, felicitando-o com entusiásticas palavras, externando a todos sua profunda admiração pelo que acabara de presenciar e prometendo-lhe, que no seu regresso ao Brasil, mandaria instalar em seu gabinete tão extraordinário aparelho.

Como foi D. Pedro quem chamou a atenção pública para o invento de Bell, não seria surpresa alguma, o fato de o telefone ter surgido rapidamente na “Corte”, como a cidade do Rio de Janeiro era então conhecida.

De volta ao Brasil, o monarca trazia, naturalmente, a idéia de aqui estabelecer o telefone, tão prontamente quanto possível. Realmente, após o seu regresso, o Imperador ordenou a instalação de linhas telefônicas e poucos meses após a exposição da Filadélfia, aparecia no Rio de Janeiro o primeiro telefone construído nas oficinas da Western and Brazilian Telegraph Company, especialmente para D. Pedro.

O primeiro “par” de telefones, um presente de Graham Bell a D. Pedro II, começou a funcionar na capital do Império, em janeiro de 1877, interligando o Palácio São Cristóvão na Quinta da Boavista (hoje Museu Nacional) ao Palácio da rua Primeiro de Março (edifício dos Correios).

Nessa época o Brasil era composto por províncias, aparentemente sem autoridade legislativa, o que fez com que a única legislação encontrada nestes primeiros tempos, relativa ao uso do telefone, fosse a legislação do próprio Governo Imperial.

Absorvido por problemas de urgente solução, só mais tarde, em 1879, ocorreria um verdadeiro interesse pelo serviço telefônico, época em que foi assinada a primeira concessão para o estabelecimento de uma linha telefônica no Rio de Janeiro.

Os primeiros tempos foram de expectativa e nenhuma tentativa foi feita para o fornecimento de serviço telefônico até o segundo semestre de 1881 quando o Governo Imperial demonstrou algum interesse no novo meio de comunicação e contratou a instalação de algumas linhas entre os departamentos do Governo na capital imperial.

Em 1881, o Conselho de Estado concordou com a tese inglesa de que o telefone era da mesma natureza do telégrafo e devia ser serviço exclusivo do Estado, embora este ficasse com a faculdade de permitir o estabelecimento desse serviço em qualquer ponto do País.

Como na época em que o telefone chegou ao Brasil, o serviço telegráfico brasileiro era um monopólio do Governo, natural, portanto, que o Departamento Nacional dos Telégrafos (DNT) fosse incumbido de fazer um estudo e um relatório sobre o novo meio de comunicação.

O resultado deste estudo foi que, se fosse dada a permissão do telefone ficar sob outro controle que não o do DNT, haveria grande prejuízo para o serviço de telégrafos pelo qual ele era responsável. O Departamento de Telégrafos, recomendava portanto, que o serviço telefônico fosse incluído no monopólio governamental do serviço de telégrafo e passou a se opor à concessão do telefone a outras entidades.

Falharam os esforços do Departamento durante o segundo reinado com apenas uma exceção, no caso, o cabo submarino entre a capital imperial e Niterói, que estabeleceu as primeiras linhas de longa distância no Brasil.

A primeira companhia a oferecer serviço telefônico na cidade do Rio de Janeiro, ou melhor, em todo o Brasil, foi a Companhia Telefônica do Brasil, que inaugurou um serviço local, na capital do Império, em fins de 1881. Essa dualidade de ação pode ter sido a causa do pequeno incremento que teve o serviço até a Proclamação da República, quando a Constituição, dando autonomia aos Estados, regulou o caso dos telefones.

De 1879 a 1890, as concessões do serviço telefônico em qualquer ponto do Brasil eram da exclusiva competência do Governo Imperial, primeiro, e do Governo Provisório, depois.

Em janeiro de 1884, foi a vez de São Paulo se envolver na telefonia, com a fundação da primeira concessionária paulistana, a Companhia de Telegraphos Urbanos, em mais um dos primeiros movimentos para a institucionalização das telecomunicações no Brasil.

De 1891 em diante, após a promulgação da Constituição da República, a 24 de fevereiro, ficaram com a faculdade de permitir o serviço telefônico, os governos: municipal

— o serviço municipal; estadual — o serviço intermunicipal, e federal — o serviço interurbano interestadual.

Daí em diante, o desenvolvimento telefônico foi obra da compreensão crescente das populações pelo serviço e dos esforços das empresas que se foram constituindo.

2.1.1.5.2. A Telefonia no final do Império

No ano de 1877, foi posto a funcionar no Rio de Janeiro, o primeiro aparelho telefônico de que se tem notícia. Foi instalado na casa comercial “O Grande Mágico”, de Antônio Ribeiro Chaves, que negociava no Beco do Desvio nº 86, atual Rua do Ouvidor, com novidades mecânicas e aparelhos elétricos. A loja se interligava com o Quartel do Corpo de Bombeiros.

Mais ou menos na mesma época, a firma Fernando Rodde & Cia instalava um telefone entre seu escritório e a Bolsa de Valores.

As interligações aumentavam e, paralelamente, a Cia. Telegráfica Western fazia construir alguns aparelhos para seu uso interno.

No ano seguinte, o “Jornal do Comércio” instalou um telefone que também se ligava com a loja de Antônio Ribeiro Chaves, a qual já contava então, também com uma linha para a Chefia de Polícia, funcionando, a esta altura, como o primeiro “centro” telefônico da Corte.

O mesmo Chaves aproveitou a ocasião e fez uma demonstração da utilidade do aparelho para o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o que lhe valeu um contrato com o Governo Imperial para instalações ligando as repartições públicas ao Palácio da Quinta da Boa Vista e à residência de verão do Imperador, na Quinta do Caju.

A firma, F. Rodde & Co., teve relevante papel na divulgação do telefone, não só no Rio, como em São Paulo, Santos e Campinas.

Em 1878, utilizando as linhas telegráficas, da São Paulo Railway, foi feita uma demonstração de telefonia à longa distância, entre a capital da província e a Cidade de Santos.

Em agosto deste mesmo ano, em Campinas, na Estação da Estrada de Ferro Paulista, o engenheiro da Côte, Morris Kohn, “foi fazer a propaganda do invento”, realizando a experiência de ligar o telefone com a estação Inglesa, em São Paulo, diante do entusiasmo e admiração geral. “Como alguém pode fazer a uma pergunta, numa distância de 18 léguas e ouvir imediatamente a resposta, como se as duas pessoas estivessem ali conversando a 20 passos de distância?”.

“Isto acontece, graças às duas espécies de tubos, um por onde se fala e outro que se aplica ao ouvido, para receber a resposta.” A experiência do Sr. Morris, deixou agradável impressão, pois, sem dúvida, “o telefone significava uma admirável conquista científica”.

Após essas ocorrências, passaram-se cinco anos de silêncio sobre telefone em Campinas. Só em 1883, F. Rodde fez novamente agitar a questão, requerendo ao governo da província, concessão para colocar aparelhos telefônicos ligando Campinas, São Paulo e Santos.

Enquanto isto, o Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, determinava a construção de linhas telefônicas para ligar a sede do Ministério às principais repartições da Corte.

No ano de 1879, D.Pedro II autorizou o funcionamento da primeira empresa de telefonia no Brasil.

A primeira concessão para construir e explorar linhas telefônicas ou seja, estabelecer uma rede telefônica no Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios e na de Niterói e de interligar estas cidades, por meio de um cabo submarino, ocorreu em 15 de novembro de 1879 e foi dada a Charles Paul Mackie através do Decreto Imperial nº 7.539¹, assinado por João Lins Vieira Cansansão do Sinimbu, Conselheiro Senador do Império,

¹ Este Decreto está reproduzido, na íntegra, no Anexo A.

Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

As cláusulas da concessão previam a construção de um cabo submarino entre o Rio e Niterói, dispunham que as linhas da companhia não podiam ser instaladas sem prévia aprovação do Departamento de Telégrafos, nem interferir nas linhas telefônicas da Corte, da Polícia ou dos Bombeiros. Se o Estado quisesse instalar novas linhas, a companhia teria que remover as suas que obstruíssem o serviço.

Os aparelhos instalados não seriam cobrados do assinante, que ficava obrigado a pagar apenas uma taxa anual ou mensal pela sua utilização. A concessão era válida por dez anos, mas o monopólio apenas por cinco. O contrato, com oito cláusulas apenas, rezava que o concessionário tinha a faculdade de fundar pessoalmente a empresa ou organizar uma corporação para explorar a sua concessão.

Através deste Decreto, a concessão seria por 10 (dez) anos de duração, o concessionário poderia executar a obra por si ou por meio de empresa e seriam fixadas tarifas, multas e controles, além de outras providências. A empresa entretanto não chegou a se constituir.

Interessante se torna verificar que durante o tempo em que esperava a autorização imperial, a empresa aproveitou para fazer propaganda do serviço telefônico, tendo publicado no “Jornal do Comércio”, a 28 de fevereiro de 1881, uma nota informativa com os nomes dos diretores da companhia²:

Um único decreto antecede a este em matéria de telefone, o de nº 7.461 de 6 de setembro de 1879, reproduzido, na sua íntegra, no Anexo A.

Ainda neste ano de 1879, a Repartição dos Telégrafos, sob a direção do Barão de Capanema, organizou no Rio um sistema de linhas telefônicas ligadas à estação Central de

² A íntegra desta Nota Informativa encontra-se no Anexo B.

Bombeiros para avisos de incêndio. Do primeiro volume de anexos, de documentos da Corte (Arquivo Nacional), consta trecho do Relatório do Diretor Geral dos Telégrafos, de 11 de março de 1881, reproduzido no Anexo B.

Em 13 de outubro de 1880 se constituía, em Nova York, para operar no Brasil a “Telephone Company of Brazil” com um capital de 300 mil dólares. A nova companhia foi instalada na Rua da Quitanda nº 89, em janeiro de 1881 e era formada por Mackie e pelos seus ex-futuros sócios, todos americanos. Esta empresa requereu então, à Corte, novas concessões. O Imperador resolveu consultar o Conselho de Estado tendo recebido o seguinte parecer: “achando-se as linhas telefônicas em iguais condições às linhas telegráficas pertencem, como estas, ao domínio exclusivo do Estado e cabe, portanto, ao Governo o direito de as conceder, ainda que para uso particular das localidades”.

Em consequência, o Decreto nº 8.065, de 17 de abril de 1881 concedeu à “Telephone Company of Brazil” autorização para fazer negócio de construir e trabalhar linhas telephonicas nas cidades [...]”³

Essa empresa foi, realmente a primeira entidade a explorar os serviços de telefonia no Brasil, com fins comerciais e está entre as primeiras do mundo, inaugurada na mesma época em que a Anglo-Portuguese Telephone Company instalava a de Lisboa.

A direção da Telephone Company of Brazil — Companhia Telefônica do Brasil, assim autorizada a funcionar, atacou os serviços de posteação e distensão de fios, de sorte que, em 28 de maio de 1881, estavam construídas as três primeiras linhas com uma extensão total de cerca de 1.600 metros.

Foi por essa ocasião que o governo imperial examinou a tese inglesa da identidade de natureza entre o telégrafo e telefone, concluindo que deviam, ambos, ser monopólio do Estado.

³ Reprodução integral no Anexo A.

O ponto de vista inglês foi adotado, como já dissemos, mas com a restrição de ficar o governo com a faculdade de conceder ou não, autorização para a construção de linhas particulares de telefones. Essa resolução, tomada de acordo com o parecer de 2 de maio de 81 dos conselheiros de Estado Visconde de bom Retiro, José Pedro Dias de Carvalho e Paulino José Soares de Souza, foi transmitida em carta circular de 6 de maio de 1881 a todos os governadores de província.

A 7 de maio de 1881, o decreto nº 8.070 concedia patente a Morris N. Kohn para um aparelho telefônico portátil de sua invenção, patente essa que foi adquirida pela Empresa de Telegrafia Elétrica Urbana de Serviços Domésticos, de que era concessionário.

Em 11 de agosto de 1881, o ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a que estava subordinada a Repartição dos Telégrafos, baixou uma ordem ao diretor dessa Repartição, cujo teor está transcrito no Anexo B.

Essa ordem foi motivada pelo fato de algumas pessoas quererem fornecer serviço telefônico entre dois pontos, declarando na petição ao governo que seria inteiramente gratuito. Estava nesse caso, por exemplo, a pioneira firma Ribeiro Chaves & Cia., então na Rua do Ouvidor nº 116, casa de aparelhos elétricos, que viu indeferida a sua petição para estabelecer uma linha telefônica ligando o seu estabelecimento à Alfândega e pela qual poderiam falar gratuitamente todos os negociantes.

Em 12 de novembro de 1881, o Decreto nº 8.307 concedia à já citada Companhia de Telégrafos Urbanos e Serviço Doméstico, nova denominação que tomou a Empresa de Telegrafia Urbana de Serviços Domésticos, permissão por dez anos para fornecer serviço de mensageiro, polícia e avisos de incêndio no Rio em Niterói.

Ficaram assim as cidades do Rio de Janeiro e Niterói com duas redes diferentes: uma Companhia Telefônica do Brasil e outra Companhia de Telégrafos Urbanos. A concorrência entre as duas, levou-as a procurar a ampliação de suas redes.

a) Resoluções e autorizações - 1880 a 1883

De um segundo volume de anexos, de documentos da Corte (Arquivo Nacional), consta um outro Relatório do Diretor Geral dos Telégrafos. Este fornece a relação de Avisos e Decretos sobre Telefones, no ano de 1881, que é a seguinte:

Aviso de 11 de agosto de 1881: - Proíbe o estabelecimento de linhas telefônicas na Corte por outrem que não o privilegiado no Decreto nº 7,539 de 15 de novembro de 1879.

Aviso Circular 11 de agosto de 1881: - Considera as linhas telefônicas em iguais condições das telegráficas para o domínio exclusivo do Estado às concessões.

Aviso de 25 de novembro de 1881: - Manda organizar um Projeto de Regulamento para estabelecimento de linhas telefônicas nesta Cidade.

Em 17 de dezembro de 1881, através do Decreto nº 8.344, D. Pedro II concedeu permissão a Carlos Monteiro de Souza para assentar linhas telefônicas na Província do Pará.

Do Relatório apresentado à Assembléia Geral na primeira sessão da 18ª Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Antônio Saraiva, em 19 de janeiro de 1882, consta, à página 191, um Relatório (Linhas Telefônicas), cujo texto encontra-se, na íntegra, no Anexo B.

Havendo surgido os primeiros problemas relacionados com a implantação e exploração de linhas telefônicas, o Governo Imperial houve por bem baixar, com o Decreto nº 8.453 A, de 11 de março de 1882 as “Bases para a concessão de linhas telephonicas”⁴ que estabelecia as regras e regulamentos sobre os quais as concessões relativas às linhas telefônicas seriam concedidas. A partir daí diversas concessões foram autorizadas.

Em 18 de março de 1882, através dos Decretos nºs 8.457, 8.458, 8.459, 8.460 e em 24 de março de 1882 pelo Decreto nº 8.469, foram autorizadas concessões para Porto Alegre, Pelotas, São Paulo, Campinas, Petrópolis, Florianópolis, Santa Catarina, Rio Grande, S. Salvador da Bahia, Campos, Desterro, Santos, S. Luiz do Maranhão, Curitiba, Ouro Preto, Fortaleza, povoações da província de Pernambuco, entre outras.

⁴ Reproduzido integralmente no Anexo A.

Em abril de 1882, a Companhia Telefônica do Brasil já havia instalado 372 milhas de linhas telefônicas e nomeara o seu primeiro diretor brasileiro, o Sr. João Tavares Guerra. Um ano depois havia 800 assinantes no Rio e 200 em Niterói, sem que se saiba com exatidão o desenvolvimento que tomara em 1884, quando findava o monopólio. Ao terminar o ano de 1882, a Companhia Telefônica do Brasil já possuía oito escritórios abertos para uso do público.

Aparentemente o Departamento dos Telégrafos não considerou o Decreto nº 8.453 A suficiente para a proteção dos interesses dos serviços telegráficos, pois em maio de 1882, o Ministro comunicava que não haveria novas concessões para a instalação de linhas telefônicas e que todos os processos em andamento seriam rejeitados. A situação clareou no ano seguinte através de um segundo Decreto modificando o nº 8.453 A, de 1882. O Decreto 8.935, datado de 21 de abril de 1883 estabelecia novas regras e regulamentações controlando as futuras concessões telefônicas. Os regulamentos no Decreto de 1882 foram praticamente reproduzidos com algumas alterações (Anexo B).

Não se conhece nenhuma outra mudança na legislação até que o Governo Imperial foi derrubado, advindo um Governo Republicano. As províncias passaram a denominar-se Estados.

Sob a nova constituição brasileira de 1891, a autoridade legal (garantida pelos novos Estados e sua municipalidades) no Governo Provisório, durante o período de 1889 a fevereiro de 1991, foi confirmado, resultando na seguinte distribuição:

- _ Governo Federal – comunicações interestaduais;
- _ Governos Estaduais – comunicações intermunicipais
- _ Governos Municipais – comunicações municipais.

No dia 21 de abril de 1883, o governo fez baixar o Decreto nº 8.935⁵, com um regulamento a que deveriam obedecer daí em diante as concessões de linhas telefônicas. Esse regulamento não deu resultado em algumas províncias, cujas autoridades o infringiram várias vezes. A partir daí três Decretos concederam permissões para que particulares pudessem estabelecer linhas telefônicas em São Paulo e Campinas.

No mesmo dia da obtenção da concessão de F. Rodde & Cia. através do Decreto nº 9.114, dois outros decretos, da mesma data e com a numeração subsequente, 9.115 e 9.116, davam igual concessão, respectivamente a Antonio Pinto da Silva e a João Carlos Eugênio da Silva Ruella, tendo sido expressamente declarado, nos respectivos decretos, não constituírem as concessões privilégios de qualquer espécie.

Quando se estendiam os fios pela cidade de Campinas, houve oposição de alguns proprietários de prédios que ficaram receosos de choques elétricos e outros perigos, conforme alegavam. A “Gazeta de Campinas”, em amplo noticiário, restituiu-lhes a tranqüilidade: “*Não há inconveniente nem perigo o estenderem-se os fios sobre os prédios. Nada de medo e deixem que se estenda o grande melhoramento*” (apud RUIZ, 1973, p. 57).

Os serviços foram inaugurados com pouco mais de 20 assinantes e feita a ligação com São Paulo e com Santos, que desde o fim de 1883, já possuía a sua estação telefônica, instalada por Walter Hemsley, com 75 assinantes, servindo à cidade que não passava dos 25 mil habitantes.

Em 1884, os primeiros telefones começam a funcionar na cidade de São Paulo e Campinas e em 1885, o sueco, Lars M. Ericsson revolucionou o *design* do telefone, acoplando bocal e fone numa única peça.

⁵ Este Decreto encontra-se reproduzido na íntegra, no Anexo A.

O ano fechou para a Companhia Telefônica do Brasil com a existência de cinco estações telefônicas de cerca de mil assinantes e construção de uma longa linha ligando o Rio a Petrópolis na distância de cerca de cem quilômetros.

Desde 1881 a Cia. Telégrafos Urbanos e Serviço Doméstico fazia o serviço de mensagens que lhe fora concedido, entre o Rio e Niterói. Essa companhia veio a fundir-se mais tarde com a Companhia Nacional de Eletricidade, formando a Companhia União Telefônica do Brasil.

Em 1883, o Rio de Janeiro já possuía cinco estações de 1000 assinantes e, ao terminar o ano, estava pronta a primeira linha interurbana ligando o Rio de Janeiro à Petrópolis.

b) Encampação da Companhia Telefônica do Brasil (1884-1885)

Enquanto a Companhia Telefônica do Brasil se desenvolvia no Rio, subúrbios, Niterói e Petrópolis, a de Telégrafos Urbanos, como vimos no caso de Campinas, agia noutras províncias, adquirindo concessões feitas a terceiros. Decretos eram baixados concedendo ou tentando arrumar o que apressados faziam na ânsia de realizar de qualquer maneira o que lhes parecia um bom negócio. Como exemplo foi o caso do Decreto nº 9.244, de julho de 1884, que concedia permissão a Eduardo Pellew Wilson Júnior para construir e explorar as linhas na capital baiana e seus arrabaldes.

Em uma de suas cláusulas, a III, dizia que *“a concessão duraria 25 annos e ficaria sujeita às disposições que posteriormente fossem estabelecidas pelo Governo Imperial para o fim de regular e uniformizar as concessões e o serviço de communicações telephonicas no Império”*.

O concessionário, em função da autorização que obtivera da Câmara Municipal, havia feito aquisição do material necessário e iniciado o assentamento das linhas. Os trabalhos foram suspensos mas, tendo em vista as circunstâncias, resolveu o Governo fazer-lhe a

concessão nos termos indicados, sob a alegação de que não seria justo privar a Capital de uma importante Província dos serviços telefônicos. Este assunto começava a preocupar, de verdade, as autoridades.

Um relatório que tratava deste tema dizia: “A combinação dos serviços telegráfico e telefônico tem dado favorável resultado em diversos países da Europa e começa a ensaiar-se no Brasil com probabilidade de igual êxito”.

Aguardando o resultado definitivo dessas experiências, o Governo deixou de fazer novas concessões de linhas telefônicas a particulares porém os estudos governamentais progrediam.

Em 1884 a Repartição dos Telégrafos abriu uma pequena estação telefônica de experiência em Maceió, na agência telegráfica local, mas essa estação foi definitivamente fechada em 1896. Neste mesmo ano, a Companhia de Telégrafos Urbanos se fundira com a Companhia Nacional de Eletricidade, originando a Companhia União Telefônica do Brasil que estendeu seu campo de ação à Bahia, Pernambuco, Pará, Santos e Campinas, sendo ainda autorizada a funcionar em outras cidades do Brasil.

Por outro lado, a Companhia Telefônica do Brasil estava ligada em Boston, à Continental Telephone Company.

Em 1881 havia sido constituída uma empresa denominada Tropical American Telephone Company, que obteve da Continental todos os direitos de fornecimento telefônico em vários países das Américas Central e do Sul. Eram seus os capitais aplicados na aquisição da Companhia Nacional de Eletricidade e da Companhia de Telégrafos Urbanos, fundidas para constituir a Companhia União Telefônica do Brasil. O trabalho de absorção requeria a aquisição da Companhia Telefônica do Brasil, entrosada à Continental Telephone Company.

Finalmente, em 1885, a Tropical conseguiu obter os direitos da Continental no Brasil, sendo a maioria das ações da Companhia Telefônica no Brasil transferida àquela empresa que, assim, ficou proprietária das duas maiores companhias telefônicas brasileiras.

Também no ano de 1885, o fundador e diretor dos Telégrafos, o Barão de Capanema realizou as primeiras experiências na tentativa de ligação telefônica entre a Corte no Rio de Janeiro e Petrópolis com o emprego de aparelhos que mandara construir na Europa, um sistema combinado de telegrafia e telefonia, denominado Sistema Rysselberghs, que consistia na transmissão simultânea de telegramas e da voz humana pelo mesmo fio. Porém o sistema não deu resultado, não teve êxito.

Em abril deste ano encontravam-se em operação no Brasil sete centrais telefônicas, com 3.335 assinantes. Número razoável para a época, quando comparado com os de países mais desenvolvidos como a Alemanha com 14.732, a Itália com 4.346, a França com 7.175 e a Suécia com 5.705, todos bem abaixo dos Estados Unidos que contavam, no mesmo ano, com 137.570 assinantes.

Em fins de 1885, havia três estações telefônicas no Rio de Janeiro, com 1.675 assinantes, incluindo os dos subúrbios. Em Pernambuco havia duas estações com 275 assinantes. Na Bahia duas, com 245 assinantes.

Em 1886, a Companhia Telefônica do Brasil passou ao título geral de Companhia União Telefônica do Brasil. Naquele período, os serviços não eram bons, considerados pela Diretoria Geral da Repartição dos Telégrafos, “sem o menor proveito para o Estado e com pouca vantagem para os Accionistas”. Nem tudo corria de maneira satisfatória, conforme demonstrado em um de seus Relatórios, reproduzido no Anexo B.

Em 1888, o prédio da Rua da Quitanda em que funcionava a estação central da Companhia União Telefônica do Brasil foi devorado por um incêndio, mas o serviço foi restabelecido no mesmo edifício dentro de um espaço de tempo relativamente curto.

O Governo continuava insatisfeito. Nas “Considerações do Governo Imperial” no ano de 1888, foi apresentado à Assembléia Geral da 3ª Sessão da 20ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Rodrigo Augusto da Silva, em 14 de maio desse ano, um Relatório cuja reprodução encontra-se no Anexo B.

c) A Telefonia na proclamação da república

Chegou o ano decisivo de 1889. A União Telefônica do Brasil, vendo que estava próxima a expirar a concessão dada em 1789, por dez anos, decidiu vender suas instalações à Empresa de Obras Públicas do Brasil, entidade privada, formada por Buarque de Macedo & Cia.

Eram oito estações telefônicas no Rio, distribuídas da seguinte maneira: Central (Rua da Quitanda nº 81), Largo do Machado, São Clemente, Estácio de Sá, São Cristóvão, Engenho Novo, Andaraí e Santa Teresa. Estas estações já atendiam cerca de dez mil assinantes. As linhas eram de fio descoberto e iam das estações telefônicas às casas dos assinantes por meio de altos postes, não havendo na planta nenhum cabo. Desse ano três são os documentos que refletem os últimos anos da Monarquia no setor dos telefones e cuja reprodução integral encontra-se no Anexo B.

Proclamada a República, o Chefe do Governo Provisório não deixou de lado o problema da telefonia e ratificou diversas concessões outorgadas na época do Império.

Em 1889, as redes de São Paulo e Santos foram adquiridas pelo sindicato que formou a Companhia Telefônica do Estado de São Paulo a qual foi, posteriormente, em 1919, adquirida pela Rio de Janeiro e São Paulo Telephone Company.

Em 6 de junho de 1889, o serviço telefônico do Rio de Janeiro foi adquirido pela *Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft*, com concessão de 30 anos, consignado, pela longa duração da concessão, à estabilização do serviço telefônico. A nova organização operava com

equipamentos de origem alemã empregando a “chamada por magneto” um tipo de manivela que o assinante acionava para chamar a telefonista na central. Esta operadora, por sua vez, completava a conexão entre os dois assinantes.

Com o fim do Império entramos em uma nova fase da história do Brasil, da telefonia e da institucionalização dos setor de telecomunicações.

2.1.2. Da Proclamação da República ao Código de Telecomunicações (1889 a 1962)

2.1.2.1. Aspectos políticos, econômicos e sociais

2.1.2.1.1. A Primeira República - 1889 a 1930

A área militar constituía-se num dos setores mais importantes do início da República, porém a rivalidade entre a marinha, que permanecia ligada à monarquia e o exército que, além de idealizador do regime republicano se posicionava contra o liberalismo defendido por parte dos políticos, não permitia uma unidade entre essas duas forças.

Uma mudança nas relações diplomáticas ocorreu tendo em vista que o novo regime foi recebido com entusiasmo pela Argentina e pelos Estados Unidos e com restrições pela monarquia inglesa. Mesmo assim o Brasil ganhou espaço e assumiu uma liderança na América do Sul.

A primeira constituição do período republicano e que traduzia uma conotação liberal, foi moldada e inspirada no modelo americano. Com isto os Estados ganharam poderes e direitos e uma maior autonomia, fontes de renda e justiça independente, por exemplo, porém a força do Poder Central não foi reduzida, já que permaneceu com a emissão de moedas, impostos de importação, organização das forças armadas, entre outras prerrogativas.

A Constituição estabeleceu os três poderes, harmônicos e independentes entre si, um sistema presidencialista com os ministros escolhidos diretamente pelo Presidente e, da mesma forma que no Império, o legislativo foi dividido entre a Câmara dos Deputados e o Senado. Estado e Igreja passaram a ser instituições separadas.

Tendo em vista que na época era intensa a atividade de negócios e a especulação financeira, o governo optou por emitir vários decretos com a finalidade de proporcionar um aumento na oferta de moeda e facilitar a criação de novas empresas.

Contudo, no ano de 1891 uma crise na economia aconteceu e vários bancos e empresas fecharam suas portas. O governo provisório que havia sido instalado, tinha como chefe do Governo, o Marechal Deodoro da Fonseca. No dia 25 de fevereiro de 1891, ele mesmo viria a ser eleito Presidente pelo Congresso que ele fecharia em 3 de novembro. Floriano Peixoto era seu vice-presidente.

Com a falta de apoio das Forças Armadas, Deodoro acabou por renunciar no dia 23 de novembro do mesmo ano, sendo substituído pelo vice-presidente, que, diferentemente, gozava do apoio tanto da elite política paulista como das Forças Armadas mas não do Partido Republicano Riograndense (PRP), dos positivistas e também dos liberais. Com a guerra civil na revolução federalista, teve que se defrontar com estas duas forças. Cai Floriano e um novo presidente, Prudente de Moraes é eleito sendo sucedido, mais adiante, por Campos Sales.

Nesta cadeia de substituições, eclode mais uma crise financeira. Vai-se ao mercado internacional em busca de empréstimos, incinera-se papel-moeda como medida de controle da inflação, mas nada consegue evitar a queda na atividade econômica e uma nova quebra de bancos e empresas acontece.

A política nesta fase, chamada de República Liberal, era também reconhecida como calcada na oligarquia e na chamada república “café-com-leite”. Esta última como decorrência da força das elites políticas que, em diferentes regiões defendiam interesses dominantes, café e indústrias em São Paulo e os interesses de Minas Gerais, por exemplo. A República concretizou a autonomia estadual dando plena expressão a esses interesses.

A Constituição estabelecia que o voto não era obrigatório nem secreto e com isto o desinteresse da população era marcante (apenas de 1,4% a 5,7% da população votou em 1906 e 1930) e a polarização se mantinha no jogo entre rivais dominantes.

Outro termo usado para caracterizar o governo era, “República dos Coronéis”. Este termo decorre do fato dos coronéis da antiga Guarda Nacional terem sido, em sua grande maioria, proprietários rurais, com base local de poder e que apoiavam nas eleições, os chefes políticos da época.

a) Características socio-econômicas na 1ª República

Na instalação da República, ocorreu uma imigração substancial oriunda da Europa e da Ásia. Uma população de 3,8 milhões de estrangeiros chegou ao Brasil entre os anos de 1887 e 1930. A maioria, força de trabalho para o trabalho no campo, particularmente na lavoura do café. A primeira guerra mundial contribuiu para uma redução neste fluxo.

Os números mais precisos de imigração entre 1881 e 1930, por país de origem, indicam que entre os anos de 1881-1890, chegaram 525 mil estrangeiros, entre 1891-1900, 1.130 mil, entre 1901-1910, 670 mil, entre 1911-1920, 809 mil e entre 1921-1930, 950 mil, perfazendo um total de 3.984.000, sendo 29% portugueses, 36% italianos, 14% espanhóis, 5% alemães e 3% japoneses (FAUSTO, 2002).

Enquanto muitos dos portugueses se dirigia para a cidade do Rio de Janeiro, a grande maioria, 52,4%, foi para São Paulo, concentrando-se a maior parte, na lavoura.

Muito alcançaram sucesso e prosperidade no comércio e na indústria. Já no campo, os resultados positivos eram mais difíceis embora no correr do século XIX o Brasil fosse predominantemente agrícola.

Dados de 1920 indicavam um contingente de 9,1 milhões pessoas em atividade. Destes, 69,7% atuavam no setor agrícola, 13,8% na indústria e 16,5% no setor de serviços.

b) Ocupação das cidades

Tendo em vista a chegada maciça de imigrantes e das migrações que ocorreram pelos que decidiram abandonar as atividades agrícolas, entre as cidades mais desenvolvidas na época, São Paulo foi a que mais cresceu.

São Paulo era, também, o grande centro econômico, sede dos maiores bancos e principais empregos burocráticos e distribuidor dos produtos importados, o elo entre a produção cafeeira e o porto de Santos.

A ocupação dos espaços decorre de que, entre os anos de 1890 e 1900, a população cresceu de 64.934 para 239.820 habitantes; 268% em dez anos, uma média de 14% ao ano.

Em 1890 era a quinta cidade (abaixo de Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém). Já no início do século, era a segunda atrás apenas do Rio de Janeiro, que apresentava uma população de 688 mil habitantes (FAUSTO, 2002).

c) Atividade industrial

Destinadas, principalmente, a produzir tecidos de algodão de baixa qualidade, consumidos pela população pobre e pelos escravos da região nordeste, no correr do século XIX, das poucas fábricas que surgiram no Brasil, a maioria optou por se localizar naquela parte do país, mais fortemente na Bahia. Ali se estabeleceram cinco das nove fábricas existentes no país em 1866, neste ramo. Mais tarde, já em 1885, a atividade industrial se deslocou para o Centro-Sul, mais especificamente para Minas Gerais, que assumiria a primeira posição em quantidade de fábricas seguido pelo Distrito Federal, que concentrava as fábricas mais importantes.

Excluindo-se a agroindústria do açúcar, por volta de 1889, a capital do país detinha 57% do capital industrial do Brasil.

O Rio de Janeiro concentrou parte da atividade industrial porque ali haviam-se acumulado capitais provenientes das empresas agrícolas e dos negócios do comércio exterior.

Os grande bancos, com sedes na capital, tinham condições de financiar outras atividades. Além disso, a região à sua volta era razoavelmente servida por ferrovias.

No desenvolvimento do Rio, havia a energia a vapor, antecessora da energia elétrica, que fazia uso do carvão importado o que era facilitado por não depender de um transporte adicional, como era o caso das cidades do interior.

Depois do nordeste e do Rio de Janeiro, o crescimento industrial paulista data do período posterior à abolição da escravatura, embora algumas iniciativas viessem ainda da década de 1870 e teve origem, entre outras, do setor cafeeiro e da chegada dos imigrantes.

Os negócios com o café vieram a reboque da imigração e dos empregos urbanos decorrentes, que propiciaram a criação de um mercado para produtos manufaturados.

O café proporcionou, também, investimentos em estradas de ferro, que serviram para ampliar e integrar o mercado e, ao desenvolver a exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados. Finalmente, a exportação de café fornecia os recursos em moeda estrangeira para contribuir no equilíbrio do balanço de pagamentos.

A produção industrial nacional, distribuída por região, no ano de 1907, foi: Distrito Federal (Rio de Janeiro), 33,2%, São Paulo com 16,6% e o Rio Grande do Sul com 14,9% e em 1920, o estado de São Paulo que passara para primeiro lugar com 31,5% e o Distrito Federal caíra para 20,8% e o Rio Grande do Sul para 11%.

Além do setor têxtil, que liderava a produção industrial (80% dos tecidos consumidos no país eram nacionais), a alimentação, incluindo bebidas e o vestuário, surgiam como setores altamente relevantes. Em contrapartida, sentia-se falta de uma série de produtos fundamentais para o desenvolvimento do país tais como cimento, ferro, aço, máquinas e equipamentos, fazendo com que a dependência de importações fosse ainda significativa.

Para suprir parte dessa deficiência, o governo concedeu incentivos para o desenvolvimento de indústrias em setores considerados estratégicos. Entre outras, surgiram, na época, a Siderúrgica Belgo Mineira (1924) e a Companhia de Cimento Portland (1926).

Com a chegada de imigrantes e em decorrência da experiência adquirida durante a primeira guerra, pequenas oficinas de consertos e prestação de serviços puderam ser transformadas em indústrias de máquinas e equipamentos.

2.1.2.1.2. A Era Vargas - 1930 a 1945

a) A crise de 1929-1931 e a Revolução de 1930

A década de 1930 teve o seu início marcado pela crise econômica. como efeito imediato do que acontecia além das nossas fronteiras. O colapso da economia americana, em outubro de 1929, serviu para desestabilizar a economia mundial com sérios reflexos no Brasil que, internamente, já vivia uma situação já bastante adversa.

A cafeicultura, um dos suportes econômicos da época, foi um dos setores que mais sofreu este impacto pelos sérios reflexos nas exportações que, na época, atingiam aproximadamente 100 milhões de libras esterlinas/ano e acabaram por ficar reduzidas a 65 milhões em 1930. A expectativa de lucros certos, garantidos pelo estado através da política de estabilização de preços do café, que vinha ocorrendo desde a primeira década do século, alimentava um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura.

Para manter elevados e estáveis os preços deste produto no mercado internacional, o governo estimulava o plantio que, por sua vez, vinha atrelado a vultuosos empréstimos assumidos com juros elevados. O próprio governo comprava os excedentes e praticava uma política cambial de não valorização da moeda. Isto assegurava, de certa forma o rendimento dos cafeeiros.

Embora a crise americana não tenha provocado a quebra do setor, contribuiu para precipitar uma perda inevitável. A safra, que nos anos anteriores (1927-1928) atingira uma

produção de 30 milhões de sacas, muito superior à média das três últimas, dava a entender que em 1929 seria ruim, por conta dos ciclos de alternâncias sazonais, o que na realidade não veio a ocorrer. Como consequência e pelo excesso de oferta, o preço do café no mercado internacional caiu vertiginosamente. Paralelamente, a retração do consumo tornou impossível compensar a queda de preços com a ampliação do volume de vendas. Este estado de coisas acabou por sugar as reservas de ouro do país que em 1929 eram de 31 milhões de libras esterlinas e no início de 1931 ficaram, praticamente, reduzidas à zero.

Os fazendeiros, excessivamente endividados pela aposta na obtenção futura de lucros, ficaram sem saída e iniciaram um processo de pressão do setor cafeeiro sobre o governo federal. Os cafeicultores exigiam do Presidente Washington Luiz medidas para enfrentar a crise. Concessão de novos financiamento e até uma moratória de seus débitos estava na pauta das reivindicações. O presidente recusou.

Mesmo não tendo ocorrido uma ruptura entre o setor cafeeiro e o governo federal, os descontentamentos resultantes da crise deixaram seqüelas em São Paulo. Além dos democráticos, que já estavam na oposição, crescia o número de desgostosos, que até apoiavam e votavam no governo, mas não se dispunham a se alinhar com ele no enfrentamento da crise e na continuidade governamental.

Além do mais, a política de proteção ao café que beneficiava São Paulo desagradava os demais estados. Um clima de insatisfação crescente se agravava, devido ao declínio das atividades industriais e comerciais e do consequente desemprego em massa.

Este quadro contribuiu para provocar uma divisão nas elites, colocar em questionamento as instituições da República e, por via de consequência, criar um clima propício para a Revolução de 1930.

A falta de consenso entre diferentes grupos políticos fazia com que a campanha da sucessão presidencial para o período 1930-1934, transcorresse de uma forma completamente

diferente das sucessões anteriores quando o consenso prevalecia. As lideranças republicanas dos estados, em defesa dos interesses econômicos dominantes, por um acordo, se revezavam ora com presidentes de origem paulista, ora de origem mineira e em qualquer circunstância preservavam a base de sustentação do poder das oligarquias e coronéis em seus respectivos estados. Daí a nomenclatura de República “café-com-leite” para este período da história.

O Presidente Washington Luiz, de forma inesperada, já que a vez cabia, agora, a um candidato representante de Minas Gerais, resolveu quebrar a tradição ao indicar e apoiar, como candidato à sucessão seu correligionário do Partido Republicano Paulista (PRP) o ex-presidente de São Paulo, Júlio Prestes. Este fato foi o suficiente para provocar uma grave turbulência no processo sucessório e deu origem à formação de uma nova aliança voltada diretamente para a disputa eleitoral.

Lideranças mineiras se aproximaram das lideranças gaúchas para, juntas, formando a Aliança Liberal, combaterem a candidatura de Júlio Prestes. A Aliança decidiu apresentar um programa que nada continha de revolucionário, mas que lançava as candidaturas oposicionistas do gaúcho Getúlio Vargas para presidente e do paraibano João Pessoa, para seu vice e abrigou nos seus quadros políticos extremistas e, também, os tenentistas.

Entre as suas principais abordagens, o programa se limitava a questionar o tratamento privilegiado que vinha sendo dispensado ao setor cafeeiro em detrimento de outros segmentos importantes da nação.

Para sensibilizar o eleitorado, a Aliança prometia resguardar e proteger a classe trabalhadora bem como moralizar a vida pública. Nesta mesma linha, acenava com medidas de caráter demagógico como o voto secreto e a anistia.

Em um clima cada vez mais tenso e de acentuada emoção, em comícios públicos inflamados que, inúmeras vezes, descambaram para a violência, com agressões verbais e

choques armados, com mortos e até mesmo o assassinato de um deputado federal no Rio de Janeiro, a campanha política se desenrolou.

Contudo, a força da máquina governamental era muito forte e atuou, fazendo prevalecer sua vontade. Nas eleições do dia 1º de março de 1930, o resultado da apuração acusava a vitória de Júlio Prestes sobre Getúlio Vargas e João Pessoa.

– A conspiração

Os resultados das eleições, de alguma forma, foram absorvidos pelas lideranças da Aliança Liberal mas os extremistas, a ala mais radical, não aceitou a derrota e com a intenção de empreender uma ação revolucionária, levantaram suspeitas acerca da lisura da apuração dos votos. Um manifesto de Luís Carlos Prestes, declarando adesão aos princípios marxistas-leninistas e outro, de Getúlio Vargas, denunciando as fraudes nas eleições, se somaram às intenções dos radicais. A aproximação entre os políticos mais jovens e os militares rebeldes tinha condições agora de realizar-se.

– A Conspiração revolucionária de 1930 – Origem e desenvolvimento

O assassinato de João Pessoa, teve grande repercussão e foi explorado politicamente. Seu enterro se deu na capital da república e reuniu uma enorme massa popular. A Frente Liberal, a oposição, recebia de presente um grande trunfo para o jogo político.

A revolução, através de uma ação armada, teve início em Porto Alegre na madrugada de 3 de outubro de 1930 com o assalto dos revolucionários às unidades militares fiéis ao governo federal. Nos dias seguintes, confrontos aconteceram entre membros da Aliança e da ala governista, por todo país, de norte ao sul.

Em São Paulo, o Partido Democrático (PD) se manteve praticamente à margem das articulações revolucionárias. Neste estado, contudo, os governistas, forças militares que apoiavam o Presidente, pretenderam opor uma resistência mais séria, tendo se concentrado em

Itararé, em território paulista, esperando pelas tropas revolucionárias que viriam de Ponta Grossa, no norte do Paraná, para uma grande batalha que, afinal, acabou não acontecendo.

Antes mesmo deste confronto e após a ocupação da capital federal pelos opositoristas, em 23 de outubro, Washington Luiz é aconselhado a reconhecer a derrota. Com o Palácio Guanabara cercado, ele foi deposto, teve sua prisão decretada em 24 de outubro e uma junta provisória foi constituída rapidamente e tentou permanecer no poder mas recuou tendo em vista manifestações populares e a pressão de revolucionários que vieram do Sul.

O alto comando da Aliança Liberal, liderado por Getúlio Vargas, deslocou-se de trem em um vagão de um comboio ferroviário, para São Paulo e daí para o Rio de Janeiro onde, em 31 de outubro, desembarcou, precedido de três mil soldados gaúchos, com uniforme militar e em meio a uma grande manifestação popular de apoio à vitória da Aliança. De imediato, foi exigido o reconhecimento de Vargas como líder do governo provisório, sob pena de uma luta armada. O dia 3 de novembro de 1930 ficou marcado como o fim da primeira república e o início de novos tempos.

O acontecido em 1930 com a queda de Washington Luiz e a constituição de um governo provisório não tem sido considerado propriamente como uma revolução nos moldes da Revolução Francesa ou Revolução Russa de 1917 mas, tão somente, um golpe com intenção de destituir uma parte da oligarquia brasileira do poder de Estado e abrir espaço para um outro segmento dessa mesma oligarquia. Mas, de qualquer maneira este ocorrido estabelece uma ruptura na tendência histórica e não tira a sua relevância no desenvolvimento do país.

Com o rompimento da elite do café com o nível decisório do governo, a Revolução propiciou uma forte guinada ensejando, como decorrência, a dinamização das atividades industriais. Inverteu-se a mão das migrações e intensificou-se o fluxo dos deslocamentos

agora, do campo para os centros urbanos mais industrializados, notadamente, São Paulo e Rio de Janeiro já que, a partir de 1930, a indústria passou a ser o setor mais prestigiado da economia sendo que desta época até 1937, a taxa de crescimento industrial foi da ordem de 50% e, neste mesmo período, foram criados mais de 12.000 novos estabelecimentos industriais.

b) O Governo provisório - 1930 a 1936 (a disputa)

Os próprios vencedores deram início a uma disputa interna quando da instalação do governo provisório ao buscarem ocupar espaços e adquirir maior influência nas decisões do governo.

Um dos grupos, situado na esfera política de São Paulo, no seio do Partido Democrático de São Paulo (1926), ansiava pela aplicação dos ideais liberais clássicos e pretendia aplicar os resultados da Revolução como meio de alcançar uma verdadeira constitucionalização do Brasil através de uma nova ordem que estabelecesse eleições livres e democráticas, de um governo constitucional e do alcance e exercício das liberdades civis.

O outro grupo revolucionário, os tenentistas, de convicções nacionalistas, relegava a um segundo plano as formalidades jurídicas em benefício da instalação de um governo forte, capaz de achar os caminhos e implementar a racionalização da economia, de enfrentar óbices e ameaças de ser íntegro e promover a moralização da vida pública e a centralização e expansão das atribuições do Estado. Este grupo era frontalmente contra as oligarquias. Na ocupação dos espaços políticos outros grupos menos influentes e com interesses mais restritos também colocaram, porém sem grande ênfase, suas posições.

_ Medidas e ações iniciais

No confronto de idéias e estratégias políticas, Vargas buscou manter-se neutro evitando posicionar-se a favor de qualquer um dos lados. Com isto pretendia, estrategicamente, manter a coesão da Aliança e impedir a sua fragmentação política.

Direcionava suas primeiras ações no estabelecimento de mecanismos capazes de atender as reivindicações das camadas populares que, em comícios e greves, externavam suas aflições e que certamente, com esta atenção, poderiam lhe assegurar um reforço no apoio que necessitava para governar o país.

A posse de Getúlio aconteceu no dia 3 de novembro de 1930 e, uma semana depois, através do Decreto nº 19.398, dissolvia o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais estabelecendo que, a partir daquela data, os poderes Legislativo e Executivo seriam acumulados pelo chefe do governo provisório que passava a governar por decretos-lei. Com esta medida, a Constituição que vigia desde 1891, perdia oficialmente seu valor.

Não tardou muito para que as grandes potências reconhecessem o governo provisório. O presidente deposto, Washington Luiz e o seu indicado, Júlio Prestes, partiram para o exílio.

Dando continuidade à estruturação do governo provisório, Vargas, em dezembro deste mesmo ano de 1930, usando a força dos decretos, criou os Ministérios do Trabalho, da Indústria e Comércio, da Educação e da Saúde. Usando a autoridade do cargo e visando a substituição de governadores, promulgou o Código dos Interventores que legalizava e definia a competência daqueles que eram designados para tal finalidade.

Conforme promessa de campanha e em busca de uma maior aproximação com a população, em 24 de fevereiro de 1932, publicava o novo Código Eleitoral e através do decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932 fixava a data de 3 de maio de 1933 para as eleições para a Assembleia Constituinte.

De acordo com o Código Eleitoral, todos os brasileiros maiores de 21 anos e as mulheres, podiam votar. Só não podiam votar os analfabetos, mendigos, praças e clérigos. O diploma criava a Justiça Eleitoral e instituía o voto direto, secreto e facultativo. Como medida

populista, abria espaço para a representação classista, que seria eleita pelos sindicatos profissionais.

O Código agradou aos segmentos liberais que apoiavam o governo e que se mostravam temerosos com a possibilidade de cristalização da ditadura. Os nacionalistas, contudo, eram de opinião que as eleições só deveriam acontecer numa fase posterior à implementação das reformas consideradas necessárias.

Uma nova crise política eclodira em São Paulo e a agitação contra o governo alastrara-se por todos os segmentos sociais que contava apenas com o apoio do operariado. Misturando constitucionalização com separatismo, as lideranças dos aliados mineiros e gaúchos apoiavam a luta pela rápida constitucionalização e eram frontalmente contra o separatismo.

No dia 9 de julho de 1932 estourou a rebelião em São Paulo. Para comandar as operações militares contra a rebelião, logo denominada Revolução Constitucionalista, Vargas nomeou o general Góis Monteiro.

Os paulistas fabricaram a própria munição, organizaram um voluntariado e fizeram a Campanha do Ouro com a contribuição de jóias para suportar as despesas com o movimento. Politicamente isolados, militarmente cercados pelo Rio de Janeiro e por Minas Gerais e sofrendo bombardeio aéreo e bloqueio naval no porto de Santos, acabaram por capitular em 3 de setembro. Esmagada a rebelião, perdeu o separatismo, mas ganhou o constitucionalismo com o conseqüente esvaziamento do radicalismo tenentista que se dissolveu.

— O Estado Getulista e a Constituição de 1934

Conforme decretado, foram realizadas, na data estabelecida, as eleições para a Assembléia Constituinte que inaugurou seus trabalhos em 15 de novembro de 1933. Sediada no Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro reuniu 254 membros: 214 deputados e 40 representantes classistas.

Composta por 187 artigos, a Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934. Os constituintes elegeram Getúlio Vargas para presidente até 1938.

A Carta era cheia de contradições amalgamando teses liberais, autoritárias e corporativas. Pelo ângulo doutrinário, acolhia as concepções jurídicas influentes no pós-Primeira Guerra, a constituição Alemã de Weimar (1919), a constituição espanhola (1931) e o debate americano sobre o “New Deal”. Mantinha a independência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao mesmo tempo em que preservava o federalismo e o sistema de governo presidencialista.

Consagrava os princípios liberal-democráticos pelos quais batera-se a fração oligárquica dos grandes estados e incluía capítulos dedicados ao trabalho, à educação, à saúde pública e à família com destaque para o direito do trabalho quando tratava no artigo nº 21 de matérias relativas à salário, (idade, sexo, estado civil), salário mínimo, trabalho diário, trabalho dos menores de 14 anos, repouso obrigatório, férias remuneradas, indenizações, assistência médica, convenções coletivas, regulamentação de profissões, etc.(SANTOS, 2002)

– Medidas e ações na economia

Deixando de lado a tese de que o Brasil era um país com vocação agrícola e direcionado prioritariamente para esta atividade, a crise de 1929, pelas dificuldades de importação de bens manufaturados e a conseqüente expansão de indústrias existentes e a instalação de novas, impôs o redirecionamento deste vetor.

O café, que representava 71% da pauta de exportações, teve que ser incinerado em busca da garantia de um preço mínimo aos produtores, gerando divisas e evitando o aumento do desemprego no setor. Esta medida durou de 1931 a 1941.

O redirecionamento fez com que a partir de 1934, crescesse a exportação de algodão em virtude da aproximação econômica com a Alemanha que passara a travar feroz concorrência com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Gradualmente, o governo federal foi incentivando os investimentos na produção industrial que ainda se mantinha incipiente num país que até um passado recente ainda utilizava o braço do trabalho escravo. A agricultura ainda era o setor mais importante e liderava a economia, mas o crescimento industrial na década de 1930, atingiu patamares mais elevados, da ordem de 60% dos níveis registrados em 1929.

c) Surgimento do Estado Novo - 1937 a 1945

_ População

A população passou de 30,6 milhões para 41,1 milhões e havia um equilíbrio entre a população masculina e a feminina. Cerca de 54% da população tinha menos do que 20 anos de idade e estava assim distribuída: norte:3,5% - nordeste:32,1% - leste:18,1% - centro-sul:26,2% - sul:10,9%

A população urbana das cidades com 20 mil habitantes ou mais de 1920 e de 1940, estava assim distribuída:

Região	1920 (%)	1940 (%)
Norte	15,6	15,8
Nordeste	10,1	8,9
Leste	14,5	19,1
São Paulo	29,2	26,7
Sul	14,6	11,2
Centro-Oeste	2,8	1,8

Fonte: Villela; Suzigan (*apud* FAUSTO, 2002, p.391)

As taxas anuais de crescimento, por setor e por período, eram:

Anos	Agricultura (%)	Indústria (%)
1920-1929	4,4	2,8
1933-1939	1,7	11,2
1939-1945	1,7	5,4

Fonte: Diniz (*apud* FAUSTO, 2002, p. 392)

– O Integralismo

Além dos aspectos econômicos, a crise de 1929 gerou um descrédito à filosofia liberal, principalmente nos mecanismos de regulação social, que se mostraram antiquados e inadequados.

Com este desequilíbrio, as correntes nacionalistas, o comunismo e o fascismo ganharam espaço quando defendiam a tese do Estado forte e intervencionista como a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini.

O movimento integralista brasileiro estava sintonizado com o fascismo e a Aliança Integralista Brasileira (AIB) atuava como seu principal representante.

A doutrina integralista preconizava o fim das lutas de classes, um crescimento econômico estruturado rigidamente, uma defesa absoluta da indústria nacional e a prestação pelo Estado de atividades essenciais tais como justiça barata, educação suficiente para ler e escrever, moral, vitalidade e liberdade religiosa segundo os princípios cristãos e tendo adotado como palavra de ordem, “Deus, Pátria e Família”. No início de 1934, chegou a reunir mais de 180.000 membros que, uniformizados, vestiam calças pretas, camisas verdes, braçadeiras com o símbolo “sigma”, botas de couro pretas, erguiam o braço saudando “anauê” e a exemplo das formações nazistas, organizavam marchas a passo de ganso e investiam contra os judeus, contra as feministas, os espíritas, os maçons, os educadores progressistas e contra os que defendiam a educação sexual nas escolas.

Plínio Salgado, seu maior líder, gozava de uma relativa aceitabilidade e liberdade de ação. Politicamente, evitava confrontos pessoais com Getúlio Vargas.

– Confronto ALN *versus* AIB⁶

No extremo oposto à Aliança Integralista Brasileira, encontravam-se os comunistas, os socialistas, os anti-imperialistas e os nacionalistas que em seus manifestos, afirmavam a determinação de lutar contra o latifúndio, o integralismo, a dependência ao capital estrangeiro e pela instalação de uma indústria pesada nacional. Neste caldo surgiram lideranças de Luis Carlos Prestes, Carlos Lacerda e outros.

O Partido Comunista Brasileiro foi a fonte inspiradora da ALN e pretendia implementar a orientação da Internacional Comunista (Comintern) combatendo o fascismo, que pretendia revitalizar a economia capitalista.

Era preciso unir as forças políticas dispostas a endossar um programa democrático antifascista. A ANL teve uma curta duração e, em julho de 1935, foi fechada pelo governo, por ter tentado forçar a criação de um “governo popular nacional revolucionário”.

– Movimento armado comunista de novembro de 1935

A preocupação do governo com os comunistas era mais séria do que com a direita. Neste sentido encaminhou ao Congresso, em abril de 1935, uma nova lei de segurança nacional proposta pelo Ministro da Justiça alterando e acrescentando medidas duras e autoritárias à Constituição em vigor.

Aprovada a Lei estabeleceram-se as condições para fechar a ALN, qualificada como subversiva. Nada se fez, contudo, contra os integralistas. O encerramento das atividades da ALN deu margem a que militares do PCB idealizassem um levante armado a ser iniciado nos quartéis. Greves e manifestações de massa dariam seqüência ao movimento que, conhecido

⁶ Aliança Nacional Libertadora *versus* Aliança Integralista Brasileira.

como Intentona Comunista, eclodiu no Rio Grande do Norte em 23 de novembro e ali obteve a vitória sobre a polícia e durou 4 dias.

O levante teve continuidade no Recife mas foi no Rio de Janeiro que o movimento ganhou maior amplitude. Começou no dia 27 de novembro na Escola de Aviação e foi derrotado no mesmo dia pelas tropas da Vila Militar. A insurreição se estendia à Praia Vermelha onde os rebeldes também foram vencidos pelas forças comandadas pelo General Eurico Gaspar Dutra.

A Intentona fez com que o governo declarasse estado de sítio em todo o território nacional e a imediata aprovação pelo Congresso de emendas constitucionais que davam ao presidente o poder de declarar estado de guerra. O mesmo ato facultava a subtração da estabilidade dos militares e dos funcionários civis nas suas funções e permitia a demissão sumária quando envolvidos em atos subversivos.

Agravou-se a repressão sobre a esquerda e o clima de forte turbulência provocou perseguições, prisões e torturas que passaram a se constituir em práticas correntes. Fala-se que aconteceram de 15 a 20 mil prisões.

– O golpe de Vargas

Os preparativos para a campanha presidencial, visando as eleições de 1938, teve início num clima de grande tensão com o governo insistindo na idéia de que a ameaça comunista pairava sobre o país. Mesmo assim, três candidatos se apresentaram para competir no pleito: um primeiro como representante das oligarquias paulista com a legenda da UDN, o segundo, Plínio Salgado, pela Ação Integralista Brasileira e o terceiro, José Américo de Almeida, com o apoio da ampla maioria de governadores e apoiado pelo governo.

Vargas se posicionava com neutralidade nada fazendo, nem mesmo pela candidatura oficial. Tinha intenção e segundas intenções em esvaziar a campanha e a candidatura de José Américo.

O cenário político se agravou durante a campanha quando uma renovação de lei no Congresso propiciou a libertação dos presos políticos sem processo formado. Foi o mínimo que os palanques necessitavam para estimular a agitação e dela tirar proveito político.

Os Integralistas acusavam de infiltração comunista na campanha dos outros candidatos e o governo antecipava as homenagens às vítimas da Intentona. Para complicar ainda mais aquele momento, aconteceu a divulgação do chamado Plano Cohen, uma farsa maquinada pelo então chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira, Capitão do Exército Olímpio Mourão Filho, que distribuiu um documento supostamente de origem comunista que instruíra seus seguidores a desencadear uma ação revolucionária com o objetivo de tomar o poder. Esta farsa, mais tarde, se veio a saber, foi denunciada e provada tratar-se de uma falsificação de documento.

O próprio governo, sem proceder à devida averiguação, chegou a se preparar contra esta suposta agressão comunista e até mesmo o Congresso votou e aprovou a declaração de estado de guerra, sem mesmo ter visto o tal documento. Vargas ganhara assim a munição que necessitava para deflagrar um golpe contra as Instituições da República.

– A nova constituição – “Polaca”

O momento era propício à união de dois projetos políticos, o de Vargas que sempre pretendeu permanecer no poder e o dos militares que vez por outra temiam uma ação da esquerda pela tomada do poder.

Ambos consideravam a Constituição de 1934 uma Carta superada e insuficiente para garantir a ordem no país e, com apoio da maioria dos governadores, decidiram pela aplicação de medidas fortes e duras, optando pela aplicação de um golpe de estado.

A ação teve início na madrugada do dia 10 de novembro de 1937 quando tropas de cavalaria cercaram o Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro. Na oportunidade, uma nova Constituição, conhecida como “polaca”, era apresentada.

As linhas mestras do documento eram o autoritarismo e o centralismo, tanto que fora inspirada nas Cartas fascistas da Itália e da Polônia (daí o nome Polaca) e no epíteto “Estado Novo”, do regime Salazarista. Segundo a Carta, o presidente reunia sob sua tutela o legislativo e o executivo e ganhava um mandato de seis anos.

Na verdade o Estado Novo se constituiu mais num regime autoritário-paternalista do que propriamente num regime fascista já que, partido único, movimento de massas e propósitos expansionistas não constavam do seu repertório. Buscava, na realidade, a maior eficiência operacional em favor da modernização do país.

– A AIB no contexto do golpe de 1938

A Constituição de 1937 agradava os integralistas já que as suas idéias antiliberais e antidemocráticas estavam contidas na Carta. A recíproca, contudo, não era verdadeira já que Vargas não tinha a intenção de compartilhar o poder com os camisas-verdes.

Assim como a Aliança Nacional Libertadora, a Ação Integralista Brasileira também foi proscrita. Através do decreto de 2 de dezembro de 1937, foram suprimidos todos os partidos.

A oposição passou a contar com partidos em um regime que não consentia a oposição. Resultado, para sobreviver politicamente, a AIB partiu para o golpe e no dia 10 de maio seus seguidores cercaram a residência presidencial, o Palácio Guanabara. O presidente e seus auxiliares tiveram que se defender usando as armas na mão já que só pela manhã chegaram os reforços quando o caso já estava praticamente encerrado com mortos e feridos dos dois lados.

Terminava a aventura integralista carregando consigo a ambigüidade de membros do governo que dividiam e mascaravam sua lealdade entre a AIB e o Estado Novo. Plínio Salgado, o líder, se exilou em Portugal deixando livre o caminho para a ditadura de Vargas, agora absoluta no poder.

_ A ditadura Vargas - Centralização

A nova Constituição, no seu artigo 186, estabelecia a figura do “estado de emergência”, com prazo indeterminado, que autorizava o presidente a adotar medidas extremas e repressivas, tais como, prender, censurar a imprensa e correspondência, suspender a liberdade de reunião e realizar invasão domiciliar a qualquer hora do dia e da noite. O artigo 170, por sua vez, estabelecia que juízes e tribunais não podiam ter conhecimento dos atos praticados pelo Presidente da República.

_ A propaganda e a censura dos meios de comunicação

O regime de 1937 não se dirigiu apenas aos trabalhadores na construção de sua imagem. Tratou de formar uma ampla opinião pública a seu favor, pela censura aos meios de comunicações e pela elaboração de sua própria versão da fase histórica que o país vivia.

A preocupação do governo Vargas nesse sentido vinha desde seus primeiros tempos, quando em 1931 surgiu o Departamento Oficial de Publicidade. Em 1934, foi criado no Ministério da Justiça o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que funcionou até dezembro de 1939. Nessa data, o Estado Novo constituiu um verdadeiro ministério da propaganda (o famoso DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda), diretamente subordinado ao presidente da República, que escolhia seus principais dirigentes.

O DIP exerceu funções bastante extensas, incluindo cinema, rádio, teatro, imprensa, “literatura social e política”, proibiu a entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”, agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país”, dirigiu a transmissão diária do programa radiofônico “Hora do Brasil”, que iria atravessar os anos como instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo.

_ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

Getúlio Vargas firmou-se como grande líder populista e, para conquistar e influenciar as massas, centralizou parte da sua atuação política na utilização dos meios de comunicação, principalmente a radiodifusão. A propaganda política baseada e distribuída através dos órgãos de comunicação social tinha por objetivo a construção e fixação da imagem do Estado Novo e do ditador.

O órgão governamental responsável por essa tarefa, constituído com esta finalidade, foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado pelo decreto-lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939 e que veio a substituir o antigo Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Entre as áreas que explorava, o rádio alcançou destaque. Transmissões radiofônicas faziam chegar a um público mais amplo e distante, as realizações do governo. A “Hora do Brasil” e as promoções de festivais musicais foram instrumentos de que se valeu Vargas para conquistar a população. Isto serviu para aproximar a imagem de Getúlio e de sua família do povo, o que lhe valeu a titulação e o consagrou como o “pai dos pobres”.

Apesar de operar tecnicamente, sua subordinação institucional era com o Ministério da Justiça, órgão essencialmente político, já que tinha entre suas atribuições, servir como órgão de informação, promover eventos culturais com características patrióticas, o poder de censura sobre a imprensa, o teatro, o cinema e a atividades esportivas.

O DIP encerrou suas atividades em 25 de maio de 1945, com o fim do Estado Novo.

_ A política econômica industrialista

Nas suas investidas iniciais, o Estado Novo aprofundou a política econômica industrialista dos anos 30. Entre seus objetivos maiores estava o redirecionamento do eixo da agricultura, no sentido industrial efetivo e de dotar o país de uma indústria de bens de produção.

Um plano quinquenal de industrialização, que contemplava a construção de usina de aço, de fábrica de aviões, da Usina de Paulo Afonso, de estradas de ferro e de rodagem, bem como a compra de navios e armamentos, foi aprovado em 1939.

Entre os maiores êxitos da política industrial do Estado Novo estão a formação da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A primeira resultou de uma negociação com a Inglaterra envolvendo a Itabira Iron Company e a segunda foi viabilizada a partir de um crédito americano de 20 milhões de dólares realizado pelo Eximbank em 1940.

Com a finalidade de livrar-se da dependência do café no mercado mundial, diversificando a produção agrícola e de aperfeiçoar as técnicas de produção e ampliar o mercado externo, Getúlio criou o Instituto do Açúcar e do Alcool do Mate e do Pinho. Neste sentido, a intervenção do Estado na economia, como agenciador de recursos e investidor direto, caracterizava o caráter nacionalista da Constituição.

Para integrar de maneira mais orgânica o mercado interno, foram sendo gradualmente eliminados os impostos que incidiam sobre as exportações interestaduais.

Todas estas realizações no escopo de uma política industrial decorreram da necessidade do Brasil buscar se adequar ao quadro econômico e político internacional dos anos 30, caracterizado pela forte rivalidade das grandes potências com os países do eixo - Alemanha, Itália e Japão fazendo com que os laços de cooperação e as reivindicações brasileiras se traduzissem na contrapartida de facilidades estratégicas vitais para a guerra que se avizinhava.

— A administração pública - DASP - o aparelho burocrático

O serviço público na Primeira República ajustou-se à política clientelista. Salvo raras exceções, não existia o concurso e os quadros especializados se restringiam a uma pequena

elite. O Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Buscou-se criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária e que se identificasse com os princípios do regime. Devotada apenas aos interesses nacionais, essa elite deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade.

A principal instituição responsável pela reforma da administração pública foi o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), previsto na Carta de 1937 e criado por um decreto-lei de 30 de julho de 1938, como Órgão ligado à presidência da República, para promover o estudo da situação administrativa do país, com vistas a realizar as reformas necessárias a uma maior racionalidade econômica e eficiência técnica.

O decreto-lei deu ao DASP poderes bastante amplos incluindo a instituição de um controle central sobre o pessoal e o material, assim como a responsabilidade de dar assistência ao presidente na revisão das propostas legislativas e nos projetos de lei submetidos à sanção. Na realidade, pretendia o decreto que o DASP fosse um superministério, com papel importante na distribuição dos gastos governamentais. Atribuições: Selecionar os candidatos aos cargos públicos federais, excetuados os das secretarias da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal e os do magistério e da magistratura; promover a readaptação e aperfeiçoamento dos funcionários civis da União; estudar e fixar os padrões e especificações do material para uso no serviço público.

Não chegou a tanto, porém, porque o ministro da Fazenda, sobretudo, se opôs fortemente a uma diminuição de seus poderes. Em dezembro de 1945 aconteceu um progressivo esvaziamento do papel do DASP que foi perdendo suas características e prerrogativas originais.

Não obstante suas origens autoritárias, há poucas discordâncias quanto à melhora do funcionamento da administração pública resultante do DASP.

Na cúpula do aparelho burocrático, a maioria das indicações continuou a ser feita de acordo com as preferências do Presidente da República ou de seus ministros, para os chamados cargos de confiança, cujos ocupantes poderiam ser demitidos a qualquer tempo. A escolha dependia de um mínimo de habilitação, porém não era feita necessariamente dentre os elementos de carreira do serviço público.

Neste período, a taxa de crescimento da urbanização foi maior do que a industrialização, gerando o problema do emprego nas grandes cidades. O recrutamento de pessoal sem concurso serviu assim como um canal para absorver força de trabalho não-qualificada.

_ O Trabalhismo e as organizações sindicais

A Constituição, inspirada na Carta do Trabalho da Itália fascista, no seu artigo 139 proibia greves e “lock-out” interpretando-os como “recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital”.

A regulação do funcionamento das organizações sindicais com a definição do papel que elas deveriam exercer, aconteceu em agosto de 1939 quando se publicou o decreto-lei nº 1.402 que estabelecia que, em uma localidade, só poderia existir um único sindicato por profissão e que seu reconhecimento seria feito pelo Ministério do Trabalho, mediante concessão de um registro.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promulgada pelo decreto-lei nº 5.542 de 1º de maio de 1943 e que colocava em um só Código todas as leis que promulgara a partir de 1930, foi a ação legal mais relevante e definitiva do Estado no campo das relações com os trabalhadores. No seu artigo 1º estabelecia: “Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas”. A CLT, em seu sentido político, consagrou o controle do Estado sobre o movimento operário.

Como decorrência desta iniciativa, o governo instituiu o salário mínimo e o imposto sindical, esvaziando o caráter reivindicatório do movimento. Acabou por submeter os sindicatos à tutela do Estado, disciplinando-os; em contrapartida, criou uma camada de dirigentes burocratizados, pelêgos, mais envolvidos com as vantagens decorrentes de seus cargos do que propriamente com os compromissos com aqueles que representavam.

– As relações internacionais

A crise de 1929, associada à incapacidade das grandes potências de se unirem, acabou por provocar uma séria divisão entre elas resultando na deterioração das relações internacionais. A partir daí, teve início a interposição de barreiras alfandegárias com vistas à proteção dos mercados internos.

Esta tendência, por um lado, beneficiou alguma das grandes potências, Inglaterra, França e Estados Unidos, mas, por outro, estimulou países como, Alemanha, Itália e Japão, que não dispunham de blocos ou áreas de influência asseguradas, a forçarem uma revisão das respectivas participações no sistema político e econômico internacional.

O Brasil, pela sua condição de estado fraco, periférico, acabou por tirar proveito desse quadro conflitante ao optar por uma política externa de neutralidade pragmática. Buscava, com isto, benefícios da intensa rivalidade, arrancando concessões de uma das partes mediante a insinuação da possibilidade de aliar-se com a outra, adotando assim uma política de caráter pendular.

Internamente esta política também era sentida e se manifestava nas atitudes do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Osvaldo Aranha, pró aliança com aquele país e nas atitudes dos chefes militares, que nutriam evidente simpatia pelos rivais nazi-fascistas. Mas foi no decorrer da 2ª guerra, com o ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 que esta neutralidade pragmática encontrou seu limite.

Na Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do continente, realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, o governo Vargas mudou de posição e, em 28 de janeiro, rompeu relações diplomáticas e comerciais com o Eixo em troca da promessa americana de reequipar as forças armadas brasileiras (equipamentos de comunicações).

Com este declarado posicionamento, alguns navios brasileiros foram afundados pelos novos inimigos o que provocou manifestações populares exigindo do governo uma declaração de guerra.

Em 31 de agosto de 1942 o governo brasileiro declarou estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália e, no dia 16 de setembro, decretou mobilização geral. A participação brasileira ao lado dos Aliados se fez mediante o fornecimento de matérias-primas e pela cessão de bases militares em pontos estratégicos de seu território, nas cidades de Belém, Natal e Recife.

_ A participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial

Pela vontade dos Aliados, a participação brasileira no conflito devia se limitar à uma cooperação produtiva e logística. Ao governo brasileiro interessava, contudo, atuar diretamente no campo de batalha onde futuramente poderia vir a figurar ao lado dos vencedores numa mesa de negociações aonde seriam fixados os termos da paz, que serviriam para projetar o Brasil, ao lado das grandes potências, numa nova ordem mundial, elevando o seu *status*, particularmente na América Latina, tendo em vista que a Argentina mantinha uma posição de neutralidade no conflito.

Apesar do voto contrário da Inglaterra, o Brasil armado e treinado pelas forças americanas, acabou sendo aceito como força aliada no campo de batalha. Em 9 de agosto de 1943, era publicada a Portaria Ministerial que estruturava a Força Expedicionária Brasileira (FEB) sob o comando do General Mascarenhas de Moraes.

No dia 30 de junho de 1944, a bordo do navio americano, General Mann, o Brasil enviava seu primeiro destacamento com 25.334 homens para lutar na Itália, em Monte Castelo, na região de Bolonha, nos Montes Apeninos e no vale do Rio Pó, contra forças alemãs. Ao final da guerra, em 8 de maio de 1945, havia sido assinalada a perda de 454 vidas.

_ Reflexos e conseqüências da guerra

A guerra foi um divisor de águas do século XX. Mudanças importantes no panorama econômico, político, ideológico, social, cultural e tecnológico mundial, que afetaram os Estados e as relações internacionais, viriam a acontecer.

O resultado do conflito implicou no fim da hegemonia européia e deu início a um novo ciclo histórico, regido pela bipolaridade, em que os grandes vencedores, Estados Unidos e União Soviética, em permanente estado de guerra fria, passaram a imprimir a dinâmica das relações internacionais.

Os Estados Unidos, também buscaram estabelecer as novas regras para organizar as relações pan-americanas e de segurança coletiva na região e, para tanto, foi assinado, em 2 de setembro de 1947, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) no qual ficava pactuado que, um choque armado, provocado contra qualquer Estado americano, seria interpretado como um ataque a todos.

Em 25 de abril de 1945, na cidade americana de São Francisco, com a presença do Brasil, foi aberta a Conferência das Nações Unidas, encarregada de preparar a Carta da ONU que concordava com a idéia de criação de um sistema de segurança coletiva mais eficaz do que a Sociedade das Nações.

Em junho de 1944, dando continuidade ao encontro de Bretton Woods, onde tiveram lugar as reformas das relações econômico-financeiras internacionais foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os interesses americanos no após-guerra sobrepujaram os interesses europeus no Brasil, que passou a manter uma situação de mais estreita dependência. O principal problema de caráter ideológico a ser administrado, passou a ser o militar-estratégico com a União Soviética e seus países satélites.

_ Reflexos da guerra no Brasil

A participação brasileira na II Guerra fora ditado por condicionamentos geo-estratégicos já que pôde explorar e tirar vantagens da cisão ocorrida na cúpula do sistema internacional.

Com a entrada dos Estados Unidos no conflito, a neutralidade pragmática que vinha sendo exercida, tornou-se insustentável e o governo brasileiro teve que atender às manifestações da esquerda que exigiam a declaração de guerra contra o nazi-fascismo.

A decisão de lutar ao lado dos Aliados, detonou internamente uma contradição político-ideológica da busca de conciliação do Estado Novo, forjado por uma Carta autoritária, com a luta internacional pela democracia. Como seria possível a ditadura brasileira justificar o sangue derramado e a perda de vidas de pracinhas na Itália? Às manifestações de estudantes, sindicatos e comunistas, somaram-se muitas vozes, mais moderadas, mas igualmente insatisfeitas com a ditadura, clamando pela redemocratização do país.

Uma declaração específica, contudo, foi a responsável pela derrubada da ditadura. A declaração, em 22 de fevereiro de 1945, do candidato situacionista às eleições de 1938, José Américo de Almeida, ao jornalista Carlos Lacerda:

O Estado Novo é um fiasco. Corrupção, brutalidade, irresponsabilidade, coisas que nunca tinham acontecido (...) Vendo o mundo recobrar a plenitude democrática, o Estado Novo tentava sobreviver com outro rótulo, imitando um processo utilizado por ditaduras gastas.

Acuado e não contando mais com o apoio de figuras que endossavam a sua política e não tendo como sustentá-la, Vargas teve que admitir a convocação de eleições para restaurar a democracia.

d) O processo de redemocratização nacional

Vargas promulgou em 28 de maio de 1945, o decreto-lei nº 7.856 (Lei Agamenon), que marcava para 2 de dezembro daquele ano, as eleições para presidente e para o “parlamento com poderes especiais” (constituente).

Neste período, em 7 de abril, foi criada a União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia partidos estaduais, diferentes correntes contrárias a Vargas e ao Estado Novo, a grande maioria, representantes das oligarquias derrotadas na Revolução de 1930, várias correntes liberais e algumas correntes de esquerda. A UDN, de imediato apresentou o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como seu candidato à presidência da república.

Em 17 de julho do mesmo ano foi fundado, para se opor à UDN, o Partido Social Democrático (PSD) que contava em seus quadros com as lideranças políticas ligadas à Vargas e ao Estado Novo e que lançou a candidatura do Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra.

O partido contava com o apoio dos defensores do investimento estatal na economia (oligarquias rurais e industriais) e nasceu controlando uma poderosa máquina eleitoral.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi criado em 15 de maio de 1945 e também nasceu sob a cobertura política de Vargas e com a intenção de apoiá-lo. Reunia as camadas populares urbanas que se sentiam beneficiadas pela obra social e trabalhista do Estado Novo e tinha como principal finalidade trazer para seus quadros a massa operária e os sindicatos através de um programa reformista, para evitar que este segmento migrasse e engrossasse as fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que já se havia legalizado. O próprio Getúlio Vargas foi apresentado como o candidato do partido.

e) A derrota de Vargas - o Estado Novo chega ao fim

Teve início um intrincado processo sucessório pela disputa do poder, cuja peça central continuou sendo Getúlio Vargas. A situação tornou-se ainda mais complicada quando em abril de 1945, um decreto anistiou e propiciou a soltura de comunistas. Libertados, partiram para se reorganizar e junto com as forças democráticas, numa frente popular, buscar um novo espaço político.

A campanha para convocação de uma assembléia constituinte teve origem com a esquerda apoiando Vargas através de um novo golpe, cujo propósito era mantê-lo no poder, à semelhança do que acontecera na Argentina quando Perón permanecera no poder, conduzido pelos sindicatos trabalhistas e pelas massas populares num golpe dirigido pela Marinha.

A nomeação de seu irmão para a chefia de polícia e a destituição e remanejamento de pessoas importantes da máquina governamental, serviram como estopim que mobilizou as forças armadas.

Em 30 de outubro Vargas foi intimado pelo general Cordeiro de Farias a renunciar. Seguiu no dia seguinte para São Borja em avião militar, ainda com honras de chefe de Estado.

O poder passou para o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, até que as urnas indicassem o novo presidente pois a Constituição de 1937 não criara o cargo de vice-presidente e, com a supressão do Congresso, não havia presidentes da Câmara e do Senado na linha de sucessão.

José Linhares formou um novo ministério com nomes não envolvidos com a luta política e presidiu o país de 30 de outubro de 1945 até 31 de janeiro de 1946. Como medidas imediatas, indicou novos interventores para os governos dos estados e adicionou emendas à Carta formalizando a transformação do Parlamento a ser eleito, em Assembléia Nacional Constituinte.

O partido comunista resolve lançar Iêdo Fiúza como candidato próprio depois que Getúlio, deposto, conclama seus seguidores a votar em Dutra, face à virtual vitória de Eduardo Gomes.

Com o apoio de Vargas, Dutra foi eleito com 3.251.507 (55,39%) votos contra 2.039.341 (34,74%) de Eduardo Gomes e 569.818 (9,7%) de Fiúza. e foi empossado no dia 31 de janeiro de 1946. Todos os ministérios, à exceção do Ministério do Trabalho, foram entregues ao PTB. O ministério da Viação e Obras Públicas, que tratava de assuntos relacionados às comunicações, foi entregue ao Ministro Edmundo Macedo Soares.

Dutra, que governou com a Constituição de 1937 até que fosse promulgada uma nova Carta, indicou diretamente os governadores dos estados, mantendo a prática que vinha sendo executada durante o Estado Novo. Seu governo teve uma orientação nitidamente conservadora, chegando a proibir os jogos de azar e fechando cassino e, durante o seu mandato, foi criado o Estado Maior Geral, posteriormente transformado em Estado Maior das Forças Armadas (EMFA).

A situação econômica era difícil e o descontentamento do operariado com os baixos salários, congelados desde 1943, a carestia do custo de vida, as privações decorrentes da 2ª Guerra Mundial, deram origem à inúmeras manifestações e greves. Com sua linha dura do conservacionismo, Dutra enfrentou estes movimentos empregando a força e os instrumentos repressivos herdados do Estado Novo.

2.1.2.1.3. República Liberal - Governo Dutra - 1946 a 1950

a) Assembléia Nacional Constituinte

A Assembléia Nacional Constituinte se instalou a 2 de fevereiro de 1946 reunindo vários partidos, grandes e pequenos, com a seguinte representação:

PSD 54%;
UDN 26%;
PTB 7,5%;
PCB 4,7%;
demais 7,3%. (SANTOS, 2002, p. 330).

Apesar da preservação dos princípios liberal-democráticos, predominavam no processo formulador da Constituição as posições conservadoras dos constituintes, coerentemente com o clima internacional que em nada favorecia posições contrárias. Afinal, a 2ª Grande Guerra consagrara a vitória da democracia.

A Constituição, a terceira do período republicano e a quarta da história do Brasil, foi promulgada no dia 18 de setembro e a República dos Estados Unidos do Brasil voltava a se estruturar sobre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes. A partir daí, os cargos de presidente, governador, prefeito, senador, deputado federal e estadual, passavam a ser preenchidos através da votação direta e obrigatória. Permaneciam excluídos do direito de voto os analfabetos e os praças e todas as mulheres, maiores de 18 anos, adquiriam esse direito.

No tocante à questão trabalhista, a Carta praticamente não apresentou qualquer avanço em relação à anterior (1937). Foi mantida a vigência do corporativismo sindical com a tutela do Estado assim como o direito de greve, sempre condicionado ao julgamento da Justiça do Trabalho.

b) Cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Após 18 anos na ilegalidade, no dia 10 de novembro de 1945, o PCB obteve seu registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Foi derrotado nas eleições presidenciais mas conseguiu 15 assentos na Assembléia Nacional Constituinte, 14 deputados e um senador, Prestes, o mais votado no Distrito Federal.

Prestes voltou a criar sérios antagonismos ao partido ao declarar que, em caso de guerra entre o Brasil e a URSS, ficaria com a URSS, o que deu origem de imediato a uma ofensiva contra o PCB com o pedido de cancelamento do registro ao TSE.

O tribunal, julgou procedente o pedido e a grande batalha contra o PCB foi transferida para o Parlamento onde violentos debates, até mesmo com armas sendo empunhadas, aconteceram. No plenário, o governo, através de suas lideranças, pediu a extinção dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB. Em 7 de janeiro de 1948, Dutra sancionou lei que extinguiu o mandato dos parlamentares comunistas.

c) As relações internacionais

As atenções dos Estados Unidos após a 2ª Grande Guerra, estavam voltadas para a reconstrução da Europa e para a contenção do comunismo na Ásia, mas o governo Dutra mantinha a expectativa de continuar recebendo a consideração de aliado preferencial.

A realidade era que o Brasil, assim como a América Latina, tinha uma importância secundária e a fidelidade brasileira seria mantida mesmo sem qualquer tipo de ajuda. Naturalmente, o Brasil se alinharia à cruzada anticomunista sintonizado com as posições internacionais americanas. Em outubro de 1947, em sintonia com essas orientações, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a URSS e, em maio de 1948, aderiu à criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). Este alinhamento, contudo, não rendeu os frutos esperados e os recursos solicitados aos Estados Unidos não chegaram, sob a alegação de que o desenvolvimento brasileiro deslancharia a partir do momento que a legislação se tornasse mais flexível em relação aos capitais privados de procedência estrangeira.

d) Política econômica

A ortodoxia liberal estabelecia os destinos da política econômica do governo como uma reação aos princípios que nortearam a economia no Estado Novo, ou seja, contra o intervencionismo estatal, que era praticado por Vargas desde 1937.

No ano de 1946 implementou-se uma política oposta. Caberia ao mercado regular a dinâmica do desenvolvimento. O Brasil se posicionava como exportador de produtos agrícolas e matérias-primas e importador de produtos manufaturados. Não deu certo e após ano e meio de importações livres, as reservas cambiais que em 1945 somavam 708 milhões de dólares, desapareceram. A poupança feita por força da guerra, acabou sendo dilapidada.

Num segundo momento procedeu-se à revisão da política cambial com controle das importações, priorizando-se a compra de máquinas e equipamentos para as indústrias. O crescimento médio do PIB de 1948 a 1950, foi da ordem de 8% mas, em contrapartida, o custo de vida se elevou. Além do mais, o crescimento industrial beneficiava apenas a região. No governo Dutra não houve qualquer acontecimento que provocasse agitação e repercutisse no sistema de radiodifusão que não foi usado dentro da potencialidade que tinha, por qualquer liderança política.

e) Processo sucessório

Para a sucessão de Dutra, chegou-se a cogitar a idéia de candidato único, como uma forma de preservar a continuidade. Um acordo entre UDN, PSD e PR se fazia necessário porém a UDN e o PSD não concordaram e o acordo fracassou.

Em dezembro de 1949, a UDN volta a apresentar o brigadeiro Eduardo Gomes como seu candidato. Contava, para tanto, com o apoio da imprensa e dos integralistas.

Por seu lado, em junho de 1950, o PSD lançava a candidatura do mineiro Cristiano Machado como escolha pessoal de Dutra, mas que não contava com a simpatia e apoio da população.

O PTB indicou, em 16 de junho de 1950, Getúlio Vargas, que se encontrava recolhido em São Borja desde a sua destituição em 1945, apesar de ter sido eleito senador pelo PSD em 1946. Vargas, tornou-se o nome marcante da campanha e Café Filho o acompanhava como candidato à vice.

No seu discurso, ele se comprometia perante os militares a respeitar a Constituição e os seus direitos e, ao contrário de seus concorrentes, fazia uma campanha empolgante, sempre atento às mudanças sócio-econômicas e às aspirações das camadas populares.

No seu projeto se comprometia também com a industrialização e com o bem-estar do povo. “Se for eleito, o povo subirá comigo as escadarias do Catete e comigo ficará no Governo”.

O resultado do pleito indicava: Getúlio sendo eleito com 3.849.040 (48,7%) votos, o brigadeiro Eduardo Gomes, mais uma vez derrotado, com 2.342.384 (29,7%) votos, Cristiano Machado abandonado pelo PSD que preferiu apoiar Vargas, perdeu com 1.697.173 (21,5%) votos e João Mangabeira do Partido Socialista recebeu apenas 9.466 (0,1%) votos (SANTOS, 2002). Getúlio recebeu a faixa de Dutra no dia 31 de janeiro de 1951, inaugurando sua nova e última fase política como presidente constitucional.

f) Governo constitucional

Este governo constitucional de Vargas foi bem diferente do precedente. Dutra governara o Brasil apoiado no consenso das elites políticas, Vargas governava um país politicamente dividido. Por um lado, o inconformismo da UDN que já se evidenciara através das declarações do jornalista Carlos Lacerda nas páginas de seu jornal: “devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”. Por outro, o clima internacional, resultante da guerra fria que, aliado ao ressentimento das elites conservadoras, se elevava ao extremo e contrastava com o espírito do povo que lhe prestava apoio.

Vargas organizou um ministério caracterizado por uma composição política com a nítida intenção de minimizar a oposição ao seu governo. PTB, PSP, PSD e até a UDN se faziam representar no governo. No Ministério da Viação e Obras Públicas, que tratava de assuntos relacionados às comunicações, colocou Álvaro Pereira de Sousa Lima.

Entre os seus objetivos prioritários, Vargas pretendia atacar a economia reduzindo o custo de vida e contendo a alta inflacionária, criar um plano nacional para a saúde, equacionar os problemas rurais e melhorar o ensino, sobretudo nas carreiras técnicas.

2.1.2.1.4. Governo Vargas - 1951 a 1954

a) A economia

No início da década de 50, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia (nenhuma referência era feita em relação ao setor das comunicações) com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. Tratou de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou o problema do carvão nacional. Ocorreu também o reequipamento parcial da marinha mercante e do sistema portuário.

Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial.

Ao mesmo tempo que tratava de dinamizar a economia, o governo Vargas se via diante de um problema com fortes repercussões sociais — o avanço da inflação. Em 1947, a inflação que vinha dos últimos anos da guerra mundial perdeu intensidade, mas logo depois tomou ímpeto. Passou de 2,7% em 1947 a uma média anual de 13,8% entre 1948 e 1953, apresentando só neste último ano uma variação de 20,8%.

Variação Anual da Inflação – 1946-1953

Ano	Inflação
1946	22,6
1947	2,7
1948	8,3
1949	12,2
1950	12,4
1951	11,9
1952	12,9
1953	20,8

Fonte: Santos, 1990 (*apud* FAUSTO, p. 409)

Duas correntes políticas circulavam nesta época. Os nacionalistas que defendiam um programa de desenvolvimento de uma base industrial autônoma e os opositores, entreguistas, um programa livre, com mudanças significativas e uma associação mais forte com os americanos.

Os militares do Rio de Janeiro defendiam os princípios nacionalistas afirmando que a recente intervenção americana na Coréia tinha uma legitimidade duvidosa. Esta discussão tomou conta do governo Vargas.

b) Vargas e a política do petróleo

Ainda no período do Estado Novo, a questão do petróleo já havia sido colocada quando Vargas criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 25 de abril de 1938, mas só a partir de 1947, foi que a questão adquiriu uma dimensão mais concreta e ampla.

Algumas correntes eram favoráveis a que se recorresse ao capital estrangeiro para financiar a prospecção, refino e distribuição dos derivados sob o argumento das limitações técnicas nacionais. Outras defendiam a tese do completo controle do Estado sobre todas as etapas do processo, sob o argumento da soberania e da defesa da segurança nacional.

A sociedade, quase que como um todo, inclusive trabalhadores e estudantes, entrou nesta discussão que evoluiu e chegou ao Congresso. Em 5 de dezembro de 1951 o Executivo enviou ao Congresso o projeto nº 1.516, dispondo sobre a constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. Alguns substitutivos foram apresentados e o projeto foi sancionado pelo Presidente da República (Lei nº 2.004) no dia 3 de outubro de 1954 e, finalmente, em 10 de maio de 1954, com o nome proposto pelo governo, foi oficialmente instalada a Petrobrás, coroando o êxito da luta do “petróleo é nosso”, defendida pelos nacionalistas.

c) As forças de oposição

A nação, com a eleição de Vargas, havia se dividido. O núcleo da oposição era formado pela UDN e pelos militares de direita. Para conter o avanço da oposição, o presidente passou a empregar a tática de tentar dividir os adversários, atraindo-os para posições próximas a sua. Acabou não dando certo pois os opositores eram radicais e irredutíveis.

As pressões sobre o governo aumentavam à medida que a esquerda passava a exigir decisões nacionalistas mais fortes e o movimento operário e a classe média, por meio de greves, aumentos salariais para se proteger da inflação.

No meio dessa pressão, Vargas teve que alterar seu ministério. Nomeou Osvaldo Aranha para Ministro da Fazenda e João Goulart para Ministro do Trabalho. Este último era muito mal visto pela oposição por pertencer ao PTB e manter ligações muito estreitas com os meios sindicais.

O quadro da crise indicava Vargas acusado de acobertar irregularidades administrativas dos seus subordinados e João Goulart tentando reforçar o apoio ao governo junto às massas populares, anunciando um aumento de 100% no salário mínimo.

A assinatura de um manifesto de coronéis por melhores soldos e a denúncia de que Vargas pretendia fazer do Brasil uma República Sindicalista, em articulação com Perón, presidente da Argentina, serviram para agravar a situação. Sem alternativa, o aumento de 100% no salário mínimo foi mantido e Vargas recebeu mais pressão da oposição que já não aceitava mais a sua permanência no poder.

d) As relações internacionais

Vargas tentou reeditar a política externa do final do seu primeiro período governativo, porém a conjuntura já era outra e os americanos viam com reservas governos com ideologia excessivamente nacionalista.

As controvérsias passavam pelo café, pelo fornecimento de minerais estratégicos e pelo interesse de que o Brasil participasse da guerra da Coréia. A criação da Petrobrás foi um elemento de desgaste contra os interesses imperialistas americanos e um símbolo da mobilização nacional em defesa de seus interesses. O Brasil manteve uma posição firme e só teve que ceder na questão dos minerais estratégicos.

e) Política industrial

O programa de industrialização esbarrava na alta inflacionária que devia ser contida e que gerava tensões sociais e dificuldades internacionais que, se por um lado, beneficiavam o Brasil, por outro, prejudicavam. O preço do café e das matérias-primas que o país exportava se elevou, mas, na mão contrária, os insumos importados para a indústria nacional, também tiveram seus preços aumentados. Com tudo isto, Vargas não desistiu de dar continuidade ao seu projeto de política industrial e, através da Assessoria Econômica que ele organizou junto à Presidência, criou o Plano do Carvão Nacional e o Plano de Eletrificação que deu origem, posteriormente, à Eletrobrás. Criou, também, a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) de onde saiu a subcomissão de fabricação de jipes, tratores, caminhões e automóveis, origem da indústria automobilística.

O Plano SALTE — saúde, alimentação, transporte e energia — que no governo Dutra não fora concluído, no governo Vargas, teve continuidade. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), pela lei 1.628 de junho de 1952 e o Banco do Nordeste, voltado para o desenvolvimento regional, pela lei 1.649, em julho do mesmo ano foram criados em decorrência desta política.

f) Atentado da rua Toneleros

A oposição jamais deixou de perseguir e provocar Getúlio sendo que a mais forte pressão era exercida pela UDN que, através da veemente e agressiva figura do jornalista Carlos Lacerda, jamais perdoou o ex-ditador por ter sido eleito presidente constitucional.

Lançando mão do seu jornal, Tribuna da Imprensa, Lacerda era o porta-voz dos mais violentos ataques a Getúlio, estimulando a UDN a manter uma relação permanentemente tensa contra o governo e qualificando o Presidente de “patriarca do roubo” e “gerente-geral da corrupção no Brasil”.

No dia 5 de agosto, quando retornavam de um comício, Lacerda e o major-aviador Rubens Vaz, na rua Toneleros, em Copacabana, foram alvo de um atentado a tiros. Lacerda foi ferido no pé e o major Vaz, baleado fatalmente. De imediato se associou o atentado com o governo federal. Identificado o automóvel envolvido no atentado, chegou-se a membros da guarda pessoal de Getúlio e as suspeitas intensificaram uma campanha contra Vargas, exigindo-se das forças armadas, providências imediatas.

O Ministro da Aeronáutica autorizou a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) e a partir de 12 de agosto, a investigação passou a ser feita a partir da Base Aérea do Galeão, denominada “República do Galeão”. Os membros da guarda pessoal de Getúlio acabaram por confessar a contratação de um pistoleiro para executar o atentado.

g) O fim do governo Vargas – o suicídio

Ao ser informado do atentado, Vargas teria desabafado: “Esta bala não era dirigida a Lacerda, mas a mim” resumindo claramente a situação política que se criou ao seu redor.

Afonso Arinos, parlamentar da UDN, em discurso na Câmara, exigindo que o presidente renunciasse, conclamou:

Tenha coragem de perceber que seu governo é hoje um estuário de lama e um estuário de sangue; observe que os porões de seu palácio chegaram a ser um vasculhadoro da sociedade; verifique que os desvãos de sua guarda pessoal são como subsolos de uma sociedade em podridão.

Esgotara-se qualquer tentativa de conciliação. O discurso penetrara fundo nas estruturas do governo e funcionara como uma senha para todos que se opunham a Vargas. A partir daí, civis e militares se uniram em manifestações públicas e com total apoio da imprensa exigiram a renúncia imediata de Getúlio. Intimidados pelo clima e sem qualquer

argumentação disponível, a grande maioria dos aliados se omitiu. Alguns foram exceção e até o próprio vice-presidente, Café Filho, pediu ao presidente que renunciasse.

Completamente isolado, arrasado e deprimido, Vargas reuniu o Ministério no dia 23 de agosto e concluiu, como sendo a melhor alternativa, a solicitação de “licença temporária”.

No dia seguinte, 24 de agosto de 1954, às 8h30min aproximadamente, Getúlio Vargas pôs fim à vida com um tiro de revólver contra o coração. Ao lado do corpo, uma “carta testamento” dirigida ao povo brasileiro que logo foi transmitida por estações de rádio para todo o país. O suicídio e este documento se constituíram nas suas últimas e maiores decisões.

Multidões foram às ruas responsabilizando a UDN, a oposição e os americanos pela morte de Vargas; os jornais O Globo e Tribuna da Imprensa e o prédio da embaixada americana foram atacados. Lacerda ficou sob proteção da Aeronáutica e depois fugiu para a Europa.

A arma utilizada por Lacerda para agredir Vargas e atacar seu governo foi a radiodifusão (televisão e radiodifusão sonora). A TV Tupy e a Rádio Globo lhes foram franqueadas.

No dia do atentado da Rua Toneleros, o Major da Aeronáutica Rubem Vaz, morto à noite no atentado, havia participado durante o dia, como representante do Conselho de Segurança Nacional, de uma reunião da Comissão nomeada pelo governo para elaborar projeto do Código Brasileiro de Radiodifusão, no edifício Novo Mundo, no Castelo, no Rio de Janeiro. Mais uma vez a radiodifusão, como poderoso instrumento, viria a ser largamente empregada para transmitir ataques ao governo.

2.1.2.1.5. A sucessão: O governo Café Filho - 1954 a 1955

Café Filho sucedeu Getúlio Vargas imediatamente após o seu suicídio. Prometeu dar continuidade à política iniciada por Vargas e imprimiu uma orientação extremamente conservadora na escolha do seu Ministério. Escolheu um Ministro da Guerra não-alinhado

com os dois grupos militares antagonistas — Cruzada Democrática e os Nacionalistas de esquerda — para o Ministério das Relações Exteriores um Ministro favorável a um “alinhamento automático” com os Estados Unidos e para o Ministério da Fazenda, um economista liberal ortodoxo.

No dia 3 de outubro de 1954 foram realizadas eleições para uma nova Câmara de Deputados federal, para 2/3 do Senado e para governadores de 11 estados e 3 territórios. A UDN, que pensava ter caído nas graças do povo mas, na verdade, fora acusada de ser a culpada pela morte de Getúlio, tentou adiar as eleições mas não conseguiu. As eleições aconteceram sem que se verificassem mudanças significativas na balança política. O PTB não ampliou seus espaços e João Goulart não se elegeu senador pelo Rio Grande do Sul.

a) A economia no governo Café Filho

Reduzir a inflação era prioritário. Para tanto o Ministro da Fazenda do governo Café Filho propunha a contenção dos gastos e uma drástica restrição do crédito, o que causou protestos generalizados tanto das indústrias como dos agricultores.

Por outro lado, a política alinhavada com o FMI foi considerada inadmissível ao grupo nacionalista. Em troca de um empréstimo de 500 milhões de dólares, o FMI exigia a quebra do monopólio do petróleo e da energia elétrica. A indignação quanto à exigência era geral. Além dos nacionalistas, até mesmo para aqueles que fizeram oposição à criação da Petrobrás, como Carlos Lacerda, a questão era energicamente repudiada e o governo transitório de Café Filho não tinha mais como sustentar esta proposta e o empréstimo não aconteceu.

No governo Café Filho foi aprovada a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que liberava as empresas estrangeiras para realizarem investimentos diretos no Brasil, sem cobertura cambial, o que permitiu um redirecionamento no curso da industrialização que antes se concentrava nos bens de produção e pôde também atender o setor de bens de consumo duráveis.

b) Processo sucessório

As eleições para a sucessão do Presidente Café Filho foram marcadas para o dia 3 de outubro e tiveram como primeiro candidato, o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek do PSD em aliança com o PTB. O PDC com apoio do PSB, da UDN e de uma ala dissidente do PSD indicou o nome de Juarez Távora. O integralista Plínio Salgado que voltara a concorrer foi indicado pelo PRP e Ademar de Barros, líder populista de São Paulo, foi o nome escolhido pelo PSP.

O resultado das urnas favoreceu a Juscelino que obteve 3.077.411 (36%) votos contra Juarez Távora, com 2.610.462 (30%), Ademar com 2.222.725 (26%) e Plínio Salgado, apenas, 632.848 (8%). Para vice-presidente foi eleito João Goulart (SANTOS, 2002).

A vitória da chapa com perfil varguista despertou o ressentimento daqueles que lutaram pela deposição de Vargas e direcionou o país para uma nova crise política, tanto que Lacerda chegou a propor às forças armadas que impedissem a posse de Kubitschek. Alguns militares apoiaram a idéia, mas foram punidos pelo Ministro da Guerra que acabou, também, sendo demitido.

Neste ínterim Café Filho, após a renúncia de alguns de seus ministros, alegando um ataque do coração, pediu licença do cargo de Presidente da República e Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, ocupou a presidência permanecendo apenas dois dias no cargo. No decorrer deste governo, os instrumentos de comunicação de massa foram largamente empregados para combater a posse de Juscelino. O ambiente estava excessivamente tumultuado.

Antes de praticar qualquer ato para garantir a posse, o Ministro da Guerra, Lott, consultou, através do Serviço Rádio do Exército, todos os grandes comandos. Eram as telecomunicações exercendo seu papel institucional nas grandes decisões políticas do País.

Em 11 de novembro, sentindo que estava se desenhando um golpe, Lott liderou as forças legalistas da Vila Militar e, dirigindo-se ao Palácio do Catete, ao Arsenal de Marinha e às Bases da Aeronáutica, atuou na deposição de Carlos Luz no que denominou de “Golpe Preventivo” em benefício da preservação da legalidade constitucional.

Derrotada a idéia de bloquear a posse de Juscelino, Lacerda, altos oficiais da Marinha, do Exército e outros, embarcaram no Encouraçado Tamandaré, sob fogo do Forte Copacabana, em direção à Santos onde não obtiveram apoio. Os militares foram presos e Lacerda se refugiou na Embaixada de Cuba.

Com a deposição de Carlos Luz, Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, assumiu. Declarando-se restabelecido, Café Filho revelou a intenção de reassumir a presidência, no que foi impedido por suspeitarem de mais uma tentativa de golpe. Acabou ficando em prisão domiciliar e Nereu Ramos concluiu o mandato permanecendo no cargo até a posse de Juscelino.

2.1.2.1.6. Governo Juscelino Kubitschek - 1956 a 1961

Juscelino assumiu a presidência no dia 31 de janeiro de 1956 mas, antes mesmo de sua posse, resolveu visitar diferentes países numa clara demonstração do seu interesse em aproximar a comunidade internacional para o nosso país e, em especial, atrair a atenção do mundo econômico.

Na escolha do seu ministério nomeou, entre outros, Lúcio Meira na Viação e Obras Públicas, José Maria Alkimin na Fazenda e Macedo Soares nas Relações Exteriores. Indicou para os ministérios militares aqueles que defenderam a legalidade e a sua posse.

Uma das primeiras providências de JK, foi a nomeação do Presidente da Comissão Técnica de Rádio, órgão que controlava a radiodifusão no país. A intenção era não permitir que uma concessão outorgada pelo governo se transformasse em instrumento de agitação por radicais que tivessem acesso ao rádio e à televisão. A intenção era não facultar o acesso de

Carlos Lacerda, inimigo declarado deste governo, a esses meios de comunicações. A TV Rio, contudo, anunciou que ele iria se pronunciar na TV, mas o governo não concordou e ameaçou uma inspeção técnica na emissora. Lacerda não falou nesta e nem em qualquer outra oportunidade durante o governo Juscelino. Como compromisso com a democracia, logo após a posse, Juscelino solicitou ao Congresso o fim do estado de sítio e da censura à imprensa. Ainda assim, algumas manifestações aconteceram.

Em 11 de fevereiro, oficiais da aeronáutica apoderaram-se de um bimotor da FAB e dirigiram-se para Jacareacanga, no Pará, tentando concretizar uma revolta. Alguns militares aderiram. Para o confronto, Juscelino ordenou a intervenção de militares das três armas. Alguns sublevados se renderam e outros fugiram para a Bolívia. Para serenar os ânimos Juscelino decretou a anistia “plena e irrestrita” em 1º de março de 1956 a todos os acusados de atentar contra a ordem, desde novembro de 1955.

A pretexto de antecipar-se a um golpe de esquerda, no dia 2 de dezembro de 1959 voltou a acontecer outra tentativa de revolta de militares que se basearam em Aragarças, Goiás. Novamente, não resistiram e, menos de 36 horas depois, as lideranças fugiram e se refugiaram no Paraguai e na Bolívia.

a) Plano de metas

Tendo acumulado experiência como Prefeito e depois como Governador, Juscelino, que era um empreendedor, inaugurou um período de grande otimismo no país. JK jamais aceitou a tese de que o Brasil estaria condenado ao atraso e através de planos arrojados, injetou confiança na nação, com o propósito de fazer do Brasil um país moderno e industrializado. Além de manter a sua fidelidade aos postulados democráticos, conseguiu mexer com o inconsciente popular com a mística dos “anos dourados” e a de que “ninguém podia com o Brasil”, particularmente quando soube canalizar a alegria popular pela conquista da Copa do Mundo, na Suécia, em 1958.

O Brasil tinha interesse em contar com a disponibilidade de recursos dos países capitalistas, sensibilizando governos e empresariado. Por outro lado o momento era propício pois a economia internacional, como um todo, favorecia investidas no desenvolvimento industrial, principalmente em decorrência dos avanços necessários que a 2ª guerra havia sinalizado. O Plano Marshall ajudava a reconstrução da Europa e a recuperação do Japão. Inúmeras outras facilidades também eram oferecidas pelos Estados Unidos.

Para dar a partida, faltava organizar as idéias e Juscelino com sua equipe, concebeu e decidiu lançar seu Plano de Metas. Um conjunto de projetos direcionados ao desenvolvimento do país, com a ousadia de realizar 50 anos em 5 e cuja meta-síntese era a construção da nova capital no planalto central, Brasília. As demais prioridades da sua política econômica estavam ali contidas e abrangiam 31 objetivos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação (mais uma vez nada dizia acerca das comunicações).

b) Disputas internas

Aquele confronto, iniciado ainda no governo Vargas, atingiu seu ponto mais sério no governo Juscelino. As forças que, naquela época, se manifestavam pela nacionalização do petróleo, tentavam, agora, impor as idéias nacionalistas como condição básica para o desenvolvimento brasileiro.

No outro campo ideológico, os liberais rejeitavam duramente qualquer possibilidade de intervenção do estado na economia e eram plenamente favoráveis aos investimentos e à participação do capital estrangeiro no país, além de defenderem fortemente suas posições contra o comunismo e a favor de um alinhamento automático com os Estados Unidos no terreno das relações internacionais.

Nos governos anteriores ao governo JK ocorria uma definição nacional-desenvolvimentista de política econômica. A política de substituição de importações estava

associada a uma postura nacionalista. Seus defensores viam nela um instrumento essencial para que o Brasil superasse o subdesenvolvimento e se tornasse uma potência autônoma. Os nacionalistas sustentavam a necessidade de controle pelo estado da infra-estrutura (transporte, comunicações, energia) e da indústria básica, ficando as outras áreas de atividade econômica nas mãos da empresa privada nacional. Sem chegar a recusar, em princípio, o capital estrangeiro, insistiam na necessidade de só aceitá-lo com muitas restrições, fosse quanto à área dos investimentos, fosse quanto aos limites à remessa de lucros para o exterior.

Mesmo os nacionalistas, muitos oriundos das fileiras militares, defendiam diferentes posições. Havia os que defendiam a legalidade a qualquer preço como o Ministro da Guerra, Teixeira Lott; havia ainda os nacionalistas liberais, seguidores de uma tecnocracia direcionada ao desenvolvimento industrial; os nacionalistas radicais de esquerda, centrados no PCB e aliados à ala de extrema esquerda do PTB e, finalmente, os nacionalistas desenvolvimentistas, com grande representação com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e que atuava como tradutor da ideologia do desenvolvimento, numa linha paralela à da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 por ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

No Congresso, defendendo o petróleo, condenando o imperialismo, o capital estrangeiro e a remessa de lucros, essas correntes nacionalistas se uniram para constituir a Frente Parlamentar Nacionalista, uma oposição que agregava políticos do PSB, PTB, PSD e da UDN. As atitudes oposicionistas fizeram com que o presidente, em benefício da gestão, tivesse que ceder, admitindo concessões, sem contudo aceitar qualquer comprometimento das instituições democráticas.

c) Economia

O governo JK promoveu uma ampla atividade do estado tanto no setor de infraestrutura como no incentivo direto à industrialização, mas assumiu também, abertamente, a necessidade de atrair capitais estrangeiros concedendo-lhes inclusive grandes facilidades.

A expressão nacional desenvolvimentismo, ao invés de nacionalismo, sintetiza, pois, uma política econômica que tratava de combinar o Estado à empresa privada nacional e ao capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK renunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964.

Priorizar os investimentos no setor de bens de consumo duráveis, particularmente na indústria automobilística, foi uma das principais linhas de ação adotadas por Juscelino que, além de promover um substancial crescimento da economia industrial do Brasil, estabeleceu uma inflexão no direcionamento dos padrões de industrialização.

Como condição básica para viabilização deste processo evolutivo, Juscelino buscou minimizar e contornar as dificuldades da burocracia do processo legislativo, criando o Grupo Executivo de Maquinaria Pesada (GEIMAPE), o Grupo Executivo para a Indústria Automobilística (GEIA) e o Grupo Executivo para a Construção Naval (GEICON).

Com esta e outras iniciativas pôde o governo atuar mais objetivamente e o país alcançar novos patamares na economia tais como a autosuficiência na produção de cimento, o aumento substancial, quase três vezes em 15 anos, na produção do aço, um crescimento exponencial tanto na produção de veículos automotores, que passou de 31.000 para 200.000 neste mesmo período, quanto na capacidade instalada de geração de energia elétrica, que passou de 2,8 milhões de KW em 1954, para 5,8 milhões de KW em 1962 e na extensão de rodovias pavimentadas, que passou de 3.200 km em 1956 para 9.000 km em 1962.

Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%. Esses números refletem um crescimento médio anual do PIB, entre 1957 e 1961, de 7%, correspondendo a uma taxa média per capita de quase 4%. Se considerarmos toda a década de 50, o crescimento do PIB brasileiro foi aproximadamente três vezes maior do que o resto da América Latina.

Priorizar o segmento industrial resultou, contudo, num retardo no desenvolvimento do setor agrícola da economia. Modernizar a agricultura era uma tarefa importante para o governo que, contudo, esbarrava sistematicamente no bloqueio da bancada ruralista no Congresso e no coronelismo do latifúndio. O governo Juscelino acabou responsabilizado pelo agravamento do desequilíbrio entre a economia do campo e das cidades e pelas diferenças sócio-econômicas de diversas regiões do país.

Tentando minimizar os efeitos destas desigualdades e em busca de uma reversão neste quadro, Juscelino, entre outras medidas, criou o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), cujas atividades tiveram continuidade através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Lei 3.612, diretamente subordinada à Presidência da República e que tinha no seu Conselho Deliberativo, governadores, ministros, membros do EMFA, do ISEB, órgão de assessoria e apoio ao Programa de Metas e, como seu primeiro secretário-executivo, o economista paraibano Celso Furtado.

d) As relações internacionais

A conjuntura mundial, na época, estava polarizada entre grandes blocos. No terreno político, uma bipolarização entre o leste e o oeste; no econômico, onde a polarização se situava em eixos diferentes, apresentava o norte desenvolvido e rico e o sul, subdesenvolvido e pobre.

Neste quadro, o Brasil buscava definir sua estratégia de desenvolvimento e sua política de inserção internacional. As correntes internas, nacionalistas ou liberais, por sua vez, atuavam de forma a sensibilizar o governo e fazer prevalecer suas ideologias.

Porém, na realidade, quem ditava a tendência da política externa do Brasil era o seu Plano de Metas que, para ser implementado, exigia freqüentes guinadas no direcionamento do seu avanço que, ora se direcionava para o nacionalismo ora para uma atuação político-econômica liberal e conservadora.

Nesta busca de suporte econômico, o Brasil chegou a propor aos Estado Unidos um plano de apoio semelhante ao Plano Marshall, só que destinado à América Latina, denominado Projeto da Operação Pan-americana (OPA) que, contudo, não foi aprovado. Este plano ganhou, posteriormente, já no decorrer do governo Kennedy, uma nova roupagem e exigências de contrapartidas, transformando-se na Aliança para o Progresso.

Em uma outra oportunidade, no processo para conter a inflação e tendo que ceder à pressão interna dos nacionalistas contra as condições que eram impostas, Juscelino decidiu, em 1959, romper com o FMI e aplicar a estratégia de conviver com a inflação mas não descontinuar o Plano de Metas e, conseqüentemente, o crescimento do país.

e) Processo sucessório

Muito antes da data prevista para as eleições que definiriam a sucessão de JK, os diferentes setores da política já se organizavam e buscavam estabelecer alianças.

Jânio Quadros, deputado federal pelo PTB do Paraná surgiu como candidato lançado por um pequeno partido, o Partido Trabalhista Nacional (PTN), contando com o apoio da UDN e de Carlos Lacerda. Figura pitoresca, desajeitado, relaxado no vestir e dotado de uma verborragia imperial na maneira de se expressar, Jânio se comportava em público de forma estranha e, nos seus discursos, defendia idéias reformistas e saneadoras das mazelas públicas.

Em 1960, ao aceitar o convite de Fidel Castro para visitar Cuba e apoiar a revolução cubana, mesmo tendo na sua aliança segmentos conservadores, deixou logo claro a série de controvérsias que iriam definir os contornos da sua gestão.

Lott foi a candidatura sugerida pela coligação da situação e que contava, logicamente, com o apoio do presidente Juscelino. João Goulart, o Jango, pela mesma aliança, concorreria para a vice-presidência. Um terceiro candidato à presidência foi Ademar de Barros, pelo PSP.

Realizada as eleições, as urnas indicaram: 5.636.623 (48%) votos para Jânio, 3.846.825 (32%) votos para Lott e 2.195.709 (20%) votos para Ademar (SANTOS, 2002).

Apesar da corrida eleitoral, as atividades do governo continuavam. A nova capital, projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, foi inaugurada em 21 de abril de 1960, data da Inconfidência Mineira e viria a ser, no ano seguinte, palco da passagem de comando da nação, contando com um novo governo, agora chefiado por Jânio Quadros.

2.1.2.1.7. O governo Jânio Quadros - 1961 (de janeiro a agosto)

Jânio tomou posse no dia 31 de janeiro de 1961 e, ao anunciar o seu ministério verificava-se a inexistência de um, em nível ministerial, específico para tratar de assuntos relacionados às Comunicações. No governo Jânio quem conduzia os destinos do setor era ainda o Ministério da Viação e Obras Públicas e o ministro escolhido foi Clóvis Pestana do PSD do Rio Grande do Sul.

A linhagem do Ministério era essencialmente política, o que ficou estranho pois, durante todo o período de campanha, Jânio se declarara um crítico impiedoso dos políticos e dos partidos. Em suas primeiras declarações sempre atacava a desonestidade, a falta de caráter e de ética que reinava e buscava transmitir uma imagem de dirigente honesto e grande administrador.

Teatral, carismático e sempre se posicionando como uma personalidade desvinculada das correntes envolvidas nas constantes crises políticas, todos esperavam que o novo presidente viesse a atuar e agir de forma isenta e independente na condução das coisas públicas. A nação alimentava a expectativa de que o presidente viesse a exercer uma administração similar ou pelo menos parecida com a que exercera em São Paulo.

a) Política saneadoras – costumes e moral

Na sua posse, Jânio já começara criticando violentamente seu antecessor. Batia na tecla da alta inflação, da desordem social, da desorganização administrativa e, principalmente, no afastamento dos cidadãos do que ele qualificava como bons costumes. Enfatizava em seu pronunciamento o início de uma gestão saneadora e moralizadora. O núcleo desta gestão se concentraria na contenção dos gastos públicos, na restrição ao crédito e no estímulo às exportações.

Através da Instrução 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), desvalorizou o cruzeiro em 100%, o que provocou uma brutal elevação dos preços das mercadorias e uma reação negativa das camadas populares, mas que se mostraram extremamente positivas para as Instituições econômicas internacionais como o FMI que, em pouco tempo, abriu espaço para a negociação da dívida externa brasileira.

Logo em fevereiro, como medida dirigida à administração pública, baixou decreto quebrando uma antiga tradição, ao alterar o horário de trabalho das repartições públicas e estabelecer o regime de dois turnos. Com a reação do funcionalismo, voltou atrás e, em agosto, restabeleceu o regime de um único turno. Para reduzir despesas na conta pública demitiu cerca de 10.000 funcionários que teriam sido nomeados depois de 1º de setembro de 1960.

Jânio, mantendo a tônica de sua gestão, declarou guerra à diferentes atividades relacionadas à subversão e à contravenção tais como o contrabando, quando determinou,

inclusive, a demissão da grande maioria de fiscais da alfândega e os jogos de azar, em todas as suas manifestações, quando proibiu brigas de galo de rinha e as corridas de cavalo em dias úteis. Se envolveu, até mesmo, na regulamentação dos espetáculos públicos e exerceu controle sobre a qualidade dos programas radiofônicos, de televisão, de cinema, de teatro e das casas noturnas.

Outra medida que caracterizou o seu governo foi o insólito método de se comunicar com os órgãos governamentais por “bilhetinhos” como já fizera em São Paulo. Uma média de 300 bilhetes por mês eram encaminhados para seus subordinados.

b) As relações internacionais

Jânio buscou criar a imagem de uma política externa independente e multilateral, universalizando as relações internacionais e vinculando-se mais estreitamente ao projeto de desenvolvimento econômico do país. O desempenho formal do governo JK cedeu lugar a uma política externa dinâmica, cujo objetivo era ampliar o leque de parceiros econômico-comerciais, independentemente do perfil ideológico de cada um.

Nesse sentido, procurou manter uma posição de equidistância em relação às duas superpotências mundiais e uma menor vinculação com a orientação estratégica americana, estendeu as relações comerciais brasileiras aos países socialistas do Leste da Europa e aos países da Ásia, inclusive à República Popular da China e executou uma política de aproximação com os países da América Latina, concedendo especial privilégio à Argentina.

Causava espécie o fato de um governo, de base conservadora, estar implementando uma política com características típicas de um governo de esquerda. De imediato, esta constatação veio a causar um grande impacto sobre a sociedade em geral e sobre o sistema político em particular e um intenso debate teve início envolvendo os principais segmentos da opinião pública pois, raramente, a política externa fora objeto de tantas atenções.

Duas sérias questões, pela indignação dos setores mais conservadores, foram enfatizadas nessas discussões e debates: o apoio prestado aos revolucionários cubanos e a posição contrária do governo brasileira à intervenção americana naquele país e que se materializaram através da concessão da condecoração da Grã-cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em 19 de agosto de 1961, ao Ministro da Economia de Cuba, Ernesto Guevara.

Uma outra e grave polêmica surgiu quando o Brasil optou por apoiar a política da ONU de descolonização da África, abandonando, conseqüentemente, a sua tradicional aliança com Portugal e reconhecendo a condição de independência de Goa, Damão e Diu (na Índia) e de Angola, Moçambique e Guiné.

c) Jânio renuncia

A nação foi pega de surpresa quando, no dia 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros apresentou sua renúncia. Em um comunicado dirigido ao Congresso, dizia: “Nesta data e por meio deste comunicado estou deixando com o Ministro da Justiça os motivos pelo qual renuncio a meu cargo de Presidente da República”. Em um segundo documento, Jânio trazia à tona argumentos subentendidos, que viriam causar controvérsias na sua interpretação: “Forças terríveis se levantam contra mim e me infamam ou me intrigam até com a desculpa de colaboração...”.

d) Explicações para a renúncia

O que se podia inferir desta declaração é que entre Jânio e os setores mais conservadores da UDN, tendo à frente Carlos Lacerda, já não existia o bom relacionamento da época de campanha e que uma crise, cheia de ressentimentos, havia se instalado tendo em vista, principalmente, a política externa independente e a forma como vinham sendo conduzidas as relações com os Estados Unidos.

As medidas de retirada do apoio ao colonialismo português na África, de apoio a Fidel Castro e, sobretudo, a condecoração de Che Guevara, como era de se esperar, levaram a UDN e Carlos Lacerda a uma rota de colisão com o presidente e que culminou, no dia 23 de agosto, quando Lacerda, liderando um movimento contra o Presidente, ocupou o rádio e a televisão para, em um longo discurso, repetindo o que já fizera nos governos Juscelino e Getúlio, atacar violentamente Jânio Quadros. Nesta oportunidade, ameaçando renunciar ao cargo de Governador do Estado da Guanabara e insultar Jânio de várias maneiras, Lacerda denunciou publicamente o fato de o Presidente estar a articular um golpe contra as instituições, com vistas a adquirir poderes especiais em detrimento do Congresso.

No dia 25, após a renúncia, Jânio viajou para São Paulo, onde permaneceu dois dias. Seu ato, porém, foi imediatamente aceito pelo Congresso. Não tendo havido nenhum movimento em sentido contrário, como talvez esperasse, Jânio viajou para o exterior.

e) Radiodifusão

O mau uso dos meios de comunicação, particularmente os noticiários no rádio e na televisão, resultava na imediata punição das emissoras e dos seus responsáveis. Um exemplo disto foi uma punição imposta à Rádio Jornal do Brasil e que provocou uma crise na classe política e nos empresários de radiodifusão. Como consequência deste ato, acabou voltando à discussão o projeto do Código de Radiodifusão que estava paralisado há algum tempo e teve, a partir daí, acelerada a sua tramitação.

A desconfiança do setor cresceu quando Jânio, em 30 de maio de 1961, baixou o decreto nº 50.661, criando o Conselho Nacional de Telecomunicações com competência para controlar a exploração dos serviços de radiodifusão e transferiu a subordinação da Comissão Técnica de Rádio, do Ministério da Viação e Obras Públicas para o Ministério da Justiça, um ministério político, o que dava ao presidente maior possibilidade de controle sobre a radiodifusão.

Seu cunhado, Leonel Brizola, governava o Rio Grande do Sul e, durante a crise que se instalara, decidiu assumir o controle dos meios de comunicação de massa formando a “Cadeia da Legalidade” onde foram pronunciadas manifestações em favor da posse de Jango.

2.1.2.1.8. O Governo João Goulart - 1961 a 1964

Jânio acabou renunciando e o vice, João Goulart, assumiu o governo, já que, de acordo com os preceitos constitucionais, competia ao vice assumir automaticamente o posto.

O processo de transição, contudo, pela sua complexidade era difícil, já que Jango era mal visto, principalmente pela direita militar e pelos extremistas da UDN, em função das suas relações com o trabalhismo de Vargas e pelo trânsito que desfrutava nos meios sindicais, o que tornava difícil aceitar a substituição de um presidente com perfil conservador por um velho inimigo ligado ao PTB. Mais uma vez sentia-se no ar, o início de uma articulação de golpe para não aceitar Jango e alijar a esquerda, de vez, do poder.

Na data da renúncia de Jânio, Jango chefiava uma Missão comercial brasileira na República Popular da China. A distância e as dificuldades de contato, facilitaria os propósitos golpistas. O Congresso, por seu turno, ao aceitar a renúncia, imediatamente nomeou o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, como presidente provisório do Brasil.

Além de greves e passeatas apoiando Jânio, manifestações tiveram lugar em frente à embaixada americana e aos jornais O Globo e Tribuna da Imprensa que apoiavam a UDN. Slogans tipo “Liberdade, Jânio sim, Lacerda não”, eram pronunciados.

No meio militar os que defendiam a legalidade redigiram um manifesto de repúdio às intenções golpistas e que tinha como alvo, os ministros militares.

Foi tentado, mas o Congresso rejeitou uma proposição de impedir a posse de João Goulart e que incluía, como idéia complementar, a mudança de regime, de presidencialismo para parlamentarismo. Apesar da rejeição, aqueles que advogavam o golpe, insistiam na conspiração e não desistiam.

Conterrâneo e alinhado com Jango, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, seu cunhado, conseguiu fechar uma aliança com o comandante do III Exército, em defesa da legalidade e ocupou militarmente emissoras de rádio do estado colocando no ar a chamada “Rede da Legalidade”.

Com a identificação de uma resistência por parte dos militares, os idealizadores do golpe acabaram por desistir e, no dia 1º de setembro, com certa tranqüilidade, João Goulart desembarcava em Porto Alegre, procedente do Uruguai.

Para solucionar a grave crise política que se abrira com a renúncia de Jânio e, também, para afastar a possibilidade de uma guerra civil envolvendo partidários e contrários à posse do vice-presidente João Goulart, o Congresso acabou por aprovar a reforma constitucional que instituía o parlamentarismo. A emenda estipulava que:

- *um presidente, eleito pelo Congresso, nomearia um premier com a aprovação da Câmara dos Deputados; o premier, como presidente do Conselho de Ministros (gabinete), desempenharia os poderes executivos anteriormente exercidos pelo presidente;*
- *os vetos presidenciais da legislação poderiam ser anulados pelo voto de 2/3 de ambas as casas do Congresso;*
- *todas as leis assinadas pelo presidente requeriam o endosso do premier e do chefe do órgão governamental em questão;*
- *o presidente teria o poder de dissolver o Congresso depois de uma série de votações não-sigilosas, mas precisaria convocar eleições congressionais no prazo de 90 dias após a dissolução do Congresso; o antigo Congresso permaneceria até a realização das referidas eleições;*
- *o presidente poderia ser impugnado pelos seguintes crimes:*
 - *tentar restringir os poderes institucionais dos governos federal ou estaduais;*
 - *procurar limitar as liberdades individuais, e*
 - *arriscar a segurança interna.*
- *um plebiscito seria realizado em 1965 para determinar se convinha continuar com a nova forma de governo parlamentar ou voltar ao presidencialismo.*

Aprovada a emenda constitucional nº 4, no dia 2 de setembro, João Goulart pôde finalmente tomar posse, o que ocorreu no dia 7 de setembro de 1961. Tancredo Neves, que não tinha mandato parlamentar, foi nomeado primeiro ministro (premier) e foi empossado no dia 8 de setembro de 1961. Permaneceu durante nove meses nesta função, acumulando a pasta do Ministério da Justiça.

Jango nomeou os demais ministros, sendo Virgílio Távora designado para Ministro da Viação que era quem tratava, naquela época, dos assuntos relacionados às comunicações e aos serviços postais.

A política externa de Jânio, de caráter independente, continuou a ser adotada. As relações foram reatadas com a URSS e o apoio à Cuba, que acabou excluída na OEA, permaneceu. Só não houve condição para o reatamento com a China Popular, tendo em vista as pressões internas.

Para contornar a questão, através da diplomacia, do apoio brasileiro à Cuba e negociar a desapropriação da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone & Telegraph (ITT), realizada em fevereiro pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, no mês de abril de 1962, Jango viajou para os Estados Unidos. Aproveitou a viagem para tentar obter a garantia dos EUA de uma política mais flexível por parte do FMI em relação à dívida externa brasileira.

2.1.2.2. Comunicações - Serviços Postais, Correios

2.1.2.2.1. Período Republicano

Do surgimento até a Proclamação da República, os Correios mantiveram e desenvolveram sua posição institucional de elo entre pessoas. Isto vem se estendendo e se mantendo, ao longo dos anos.

Como instituição inserida no contexto das comunicações sempre se adequou ao progresso e ao desenvolvimento tecnológico, estando em permanente sintonia com a modernidade e com a prestação de serviços à sociedade.

No ano da Proclamação da República, em 1889, surgia o primeiro Museu Postal Brasileiro. Tempos depois, a nação unia-se a outras do continente em um Congresso, formando o embrião da futura União Postal Sul Americana.

A aquisição de novas máquinas, ampliação da área de ação interna e externa, a evolução dos transportes e a implantação do Correio aéreo marcaram esse período de notório desenvolvimento dos Correios que puderam expandir seus serviços às populações de todas as regiões do País, contribuindo enormemente para a integração nacional.

No entanto, a partir de meados da década de 50, o serviço postal e telegráfico entrou em crise e a recuperação só viria a ser retomada com a criação do Ministério das Comunicações em 1967, através do Decreto lei nº 200, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), pelo Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969.

a) Primeiros momentos

Em 1890, a Repartição Postal passou para a esfera do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos e no ano de 1893 foi criado o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas., ao qual ficariam subordinados os Correios e Telégrafos. Dando continuidade ao projeto de modernização das atividades postais, no ano de 1900, o Brasil deu início ao serviço de “colis-postaux” (encomendas internacionais) e em 1901 passou a emitir os vales internacionais.

O 1º Guia Postal foi editado em 1907 e em 1909 a Repartição Postal passou a fazer parte da estrutura do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Em 1911 foi criada a União Postal Sul-americana e inaugurado um novo serviço postal-telegráfico: o Pneumático.

No ano de 1917, durante a 1ª Grande Guerra mundial, a censura postal foi estabelecida. Em 1919, ela foi extinta.

O transporte de malas postais por via aérea passou a ser empregado em 1921, entrando em operação os Graff Zeppelin — dirigíveis que sobrevoavam regularmente os céus do Brasil transportando, entregando e recebendo correspondências. Em 1923 foi transportada a primeira Mala Aérea internacional.

Um ano depois, em 1924, foi iniciado o uso da máquina de franquear correspondências, fabricada pela Universal Postal Frankess, de Londres e em 1927 foi iniciado o transporte de correspondência por via aérea regular entre a América do Sul e a Europa.

2.1.2.2.2. Período do Departamento de Correios e Telégrafos

O Código Postal Universal, elaborado por ocasião do IX Congresso Universal em Londres em 1929, viria a legislar e apresentar soluções para os problemas postais modernos, dando início a uma nova era na história dos Correios. A chamada Revolução de 30 causou, neste momento, alterações profundas na estrutura político-administrativa do país atingindo, conseqüentemente, o setor postal. Os Correios, logicamente, não ficaram indiferentes às mudanças e passaram a analisar não só sua estruturação, mas também a evolução de seu desempenho, seus meios e sua capacidade técnica de atender à necessidade de comunicação.

Em 1931, o presidente Getúlio Vargas baixou decreto através do qual fundia a Direção Geral dos Correios com a Repartição-Geral dos Telégrafos, até então, duas repartições públicas distintas. Originava-se assim o Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, assim experimentando notável fase de melhoria e expansão. A Administração instalou-se, num primeiro momento, no antigo Paço da Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, onde ficou até ser transferida, posteriormente, para Brasília em 1975.

Ainda em 1931 foi criado o Correio Aéreo Militar, que deu origem, em 1941, ao Correio Aéreo Nacional, como forma de agilizar os serviços e integrar ainda mais o país, permitindo a remessa de correspondências a lugares quase inatingíveis. Três anos depois, a partir de 1944, começaram a ser utilizados, entre outros modelos, o anfíbio Catalina.

Em 1934 foi instituída a Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos. Postalistas e telegrafistas eram considerados profissionais de primeira linha no País. As Administrações dos Correios passaram a denominar-se Diretorias Regionais.

2.1.2.3. Comunicações - Serviços telegráficos

O telégrafo elétrico, introduzido em 1852, foi o embrião das telecomunicações no Brasil e já se espalhava por 31.000km de linhas em 1911, no governo Hermes da Fonseca. Mensagens provenientes da torre Eiffel, em Paris, já haviam sido recebidas pela estação telegráfica de Fernando de Noronha. A estação de Olinda estava recebendo mensagens de Port Etienne, na Mauritânia. A estação do Cabo São Tomé, no Rio de Janeiro, seria a mais importante da América do Sul, abrangendo praticamente todo o território nacional e o Atlântico Sul. Os cabos submarinos da Western se estendiam do Brasil à Europa e aos Estados Unidos. Um novo cabo havia sido proposto para a ligação com Assunção, no Paraguai.

Os telegramas eram despachados por cabo pneumático no município do Rio, assim como as cartas expressas. O movimento do ano anterior acusava 2,5 milhões de despachos.

O Departamento Postal havia organizado em 1910 uma caderneta de poupança, com depósitos de 100 réis a um conto de réis, para investimento em fundos públicos. Pagava 4% de juros nos depósitos. Atente-se para os valores da época: um carteiro ganhava entre 100 e 300 mil réis e um quilo de carne custava 400 a 800 réis.

O ano de 1913 encontrou o Brasil com uma rede telegráfica dividida em cinco classes:

- 1.O serviço nacional, ou Administração Geral dos Telégrafos, que pertencia ao Ministério da Viação e Obras Públicas, controlando mais de 32.000 quilômetros de linhas e aproximadamente 700 servidores;
2. Os telégrafos da Rede Ferroviária, com 20.000 km de linhas e 1.500 escritórios em todo o País;
3. Os cabos submarinos da Western Telegraph Co., contando com 18.000 km de linhas e nove escritórios;
4. Os cabos sub-fluviais da Amazon Telegraph Co., distribuídos em 3.000 km de linhas e 17 escritórios;

5. O sistema do Rio Grande do Sul, utilizando-se de 1.600 km de linhas e 30 escritórios.

Nem todos os escritórios da Rede Ferroviária, entretanto, trabalhavam em consonância com a Administração Geral. Havia uma tarifa fixa, de 600 réis, para a emissão de telegramas, além de uma taxa adicional que variava de acordo com o Estado. Um telegrama para a França, Alemanha ou Holanda custava 3,63 francos. Um franco equivalia a 600 réis.

Havia seis estações de telegrafia sem fio, chamadas estações Marconi, no Rio de Janeiro, além de outras em Pernambuco (Olinda), Bahia, São Paulo (Santos), Santa Catarina, Rio Grande do Sul e na ilha de Fernando de Noronha. Com essa última, se pretendia a comunicação direta com a Europa. A Região Amazônica contava com estações em Santarém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Sena Madureira, Santo Antônio, Pará e uma no território do Acre.

A telegrafia marítima, proposta anos antes por Landell de Moura, estava em pleno uso. Uma ligação com um navio alemão ou holandês custava pouco mais de 1 franco por palavra. Artur Bernardes havia sucedido a Epitácio Pessoa na Presidência, em 1922. Juscelino Kubitschek, dois anos antes, havia sido aprovado em concurso para telegrafista auxiliar de Belo Horizonte. Suou muito para aprender o alfabeto Morse e se tornar colega de José Maria Alkimim, seu futuro ministro e vice-presidente de Castelo Branco (SAMPAIO DE ALENCAR, 2002).

2.1.2.3.1. Rondon

Quando terminou a Guerra do Paraguai, os problemas mais sérios que mereceram atenção do governo e que deveriam ser equacionados eram o dos transportes e o das comunicações, particularmente no Rio Grande do Sul, Oeste paranaense e Mato Grosso. Ao Exército, em cumprimento à sua Missão, coube a tarefa de atuar mais diretamente no processo de integração nacional e, em 1880, o Batalhão de Engenheiros foi chamado a atuar diretamente na construção de estradas de ferro e de linhas telegráficas. A ligação telegráfica

entre Alegrete e São Borja, com um ramal para Itaqui, concluído em 1881, constituiu-se no empreendimento pioneiro no terreno das comunicações.

No final do Império e como decorrência de desgastes sofridos na região do Mato Grosso, foi criada a Comissão Construtora da Linha Telegráfica Franca–Cuiabá.

Já nos primórdios do período republicano, os trabalhos tiveram continuidade e os projetos de construção de linhas telegráficas iniciados no Império foram ampliados. Foram aproveitados os 11.000 Km de linhas construídos entre as principais cidades bem como a ligação Franca-Uberaba. Entre as medidas direcionadas ao processo de integração nacional pelas comunicações, o governo republicano criou uma comissão para o prolongamento desta linha até a margem direita do rio Araguaia.

Na outra extremidade da rota, a que ia de Cuiabá ao Araguaia, os trabalhos foram confiados ao Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro que escolheu como auxiliar o alferes-aluno Cândido Mariano da Silva Rondon por sua familiaridade com a região.

Muitas vezes a história nacional, particularmente no setor das telecomunicações, passa despercebida, desconhecendo, por falta de divulgação, o papel desempenhado por figuras que nas suas atividades humanísticas, aproximaram pessoas e plantaram raízes de integração territorial. Uma das figuras mais representativas da história brasileira, pela contribuição dada à nação como um todo e, em particular, ao processo de institucionalização das telecomunicações foi, sem dúvida alguma, o Marechal Cândido Mariano Rondon. Não que Rondon tenha pesquisado alguma nova ciência ou desenvolvido uma nova tecnologia ou produto. Ele simplesmente, como idealista e patriota, contribuiu para a integração territorial e aproximação dos seus cidadãos.

a) Significação histórica

Todo povo precisa de heróis — aqueles semi-deuses de carne e osso que dedicam a vida a causas nobres e, por vezes, morrem por elas. Rondon, um dos maiores personagens da

nossa época, pode ser considerado, junto com Amundsen, o descobridor do Pólo Sul, Peary, descobridor do Pólo Norte e Byrd o explorador que mais fundo penetrou em terras árticas, o maior desbravador, civilizador, sertanista, bandeirante e inspetor militar de fronteiras mundiais em florestas tropicais.

Patrono da Arma de Comunicações do exército brasileiro, comandou a implantação, de 8.000 Km de linhas telegráficas na selva brasileira, talvez um dos movimentos mais significativos de integração, unidade e desenvolvimento de um grande espaço do território nacional, rico, mas com vazios demográficos, porém fundamental, geopoliticamente, para afirmação da nossa soberania por tangenciar uma imensa faixa de fronteira nas regiões Amazônica e Centro Oeste. O preenchimento desses vazios demográficos sempre fizeram parte, ao longo da história do Brasil, do conjunto de preocupações das lideranças política e econômica brasileiras, desde a época do descobrimento.

Paralelamente à construção das linhas telegráficas, destinadas ao envio de mensagens, esta marcha plantou ao longo do percurso, largos caminhos que facilitavam a circulação de pessoas, cargas e riquezas, integrando povoados e comunidades viabilizando, conseqüentemente, a prestação de inúmeros outros serviços e pacificando relações entre humanos.

Por trás das atitudes desbravadoras, Rondon soube sempre conciliar, de acordo com a doutrina positivista que esposava, o humanismo com a sua condição de militar, conduzindo o homem civilizado para uma integração com índios, que, sempre foram, socialmente, discriminados. O reconhecimento, por questão de justiça, decorreu e ele teve seu nome imortalizado e consagrado tanto no Brasil quanto no exterior, inclusive por instituições internacionais de elevado conceito e respeitabilidade como a Sociedade Geográfica de Nova York.

Seu nome foi definitivamente consagrado ao designar um antigo território, hoje o estado de Rondônia.

b) Naturalidade

Cândido Mariano Rondon nasceu em Mimoso, antiga sesmaria de Morro Redondo, próximo de Cuiabá, no dia 5 de maio de 1865, tendo decidido ingressar no Exército em 26 novembro 1881, no 2º Regimento de Artilharia a Cavalos, na qualidade de soldado. Coursou na Escola Militar da Praia Vermelha (1883-1885) e o Curso Preparatório em 1883, o de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.. Filho de família pobre, acabou obtendo a educação superior na escola militar, como ocorria aos que não tinham condição financeira para freqüentar as escolas civis. Formou-se em bacharel em ciências físicas, naturais e matemáticas e foi licenciado como professor primário.

Rondon foi a favor da Abolição e da República e lutou pela integração dos indígenas com o Brasil em seu processo de desenvolvimento civilizatório.

a Ciência, a Arte e a Indústria hão de transformar a Terra em Paraíso, para todos os homens, sem distinção de raças, crenças, nações — banindo os espectros da guerra, da miséria, da moléstia. Que ao lado das forças egoístas — a serem reduzidas a meios de conservar o indivíduo e a espécie — existem no coração do homem tesouros de amor que a vida em sociedade sublimará cada vez mais.
(www.exercito.gov.br, 2002)

A carreira militar de Rondon transcorreu de Praça, em novembro de 1881, a General de Divisão, em dezembro de 1924. Foi reformado com quase 50 anos de efetivo serviço e, em 5 de maio de 1955, recebeu o grau de Marechal Honorário pela Lei nº 2.409, de 27 de janeiro de 1955. Faleceu com 92 anos de idade. Como reconhecimento ao seu trabalho em prol das comunicações recebeu o título de Patrono das Comunicações no Brasil e o Prêmio Rondon é, ainda hoje, a maior comenda concedida na área de comunicações no País.

c) A obra

Em 1900 Rondon recebeu a missão de interligar toda a faixa fronteiriça com a Bolívia e com o Paraguai, cumprindo-a após seis anos de penosos trabalhos e 1.746 Km de linhas

construídas. Finalmente, as cidades de Cuiabá, Corumbá, Bela Vista, Porto Moutinho, Forte Coimbra e Cáceres passaram a se ligar ao restante do País.

Ao constatar o estado de abandono em que viviam, como escravos a serviço do branco, dominados e sacrificados, Rondon tornou-se defensor e protetor dos índios, decidindo colocá-los sob a proteção do Exército, durante os trabalhos de construção da linha telegráfica.

Rondon considerava os índios como pessoas humanas, com direitos de liberdade e prosperidade e ao ser encarregado, em 1906, pelo Presidente Afonso Pena de participar do “plano de integrar o Brasil por meio da telegrafia” e ligar pelo telégrafo Mato Grosso ao Amazonas, exigiu e foi aceito, que as populações indígenas encontradas ao longo da construção da ligação telegráfica fossem colocadas sob a sua proteção.

Em 1907 a Comissão Rondon avançou nas obras de construção das linhas telegráficas que ligariam o Rio de Janeiro ao Acre, Mato Grosso e Amazonas. Infelizmente a reserva dos índios Nambiquara, que até aquela data não havia sido contactada por outros povos, acabou sendo atravessada pela linha telegráfica que ligava Cuiabá aos postos da fronteira noroeste do País, até então somente acessível por meio de uma longa viagem pelo rio Amazonas, o que acabou por reduzir essa tribo de fazendeiros rudimentares de dez mil a, aproximadamente, mil habitantes.

Para avaliar as condições de povoamento, de segurança e de soberania de nossas fronteiras implantou, do Oiapoque ao Chuí, em três campanhas, marcos de afirmação da soberania do Brasil, complementando a obra dos desbravadores, fronteirais, militares e diplomatas brasileiros, durante mais de três séculos de História do Brasil.

Na primeira campanha, que durou 257 dias, os demarcadores percorreram 10.702 Km por água; 1.801 Km a cavalo; 2.917 de automóvel e 1.896 por ferrovia, num total de 17.316 Km. Somente para reconhecimentos no Pará e Amazônia foram percorridos 12.140 Km. (www.exercito.gov.br, 2002)

Em 1911, o telégrafo elétrico já se espalhava por 31.000 km de linhas. O marechal Rondon promoveu, em paralelo com a construção das linhas telegráficas, uma expedição científica de estudos geológicos, da fauna, flora e etnologia do Brasil Central e da Amazônia. (www.exercito.gov.br, 2002)

O objetivo de levar o fio até Manaus foi abandonado, como consequência da evolução da radiotelegrafia descoberta por Guglielmo Marconi, mas nem por isso tornou menos importante a obra de Rondon, que já havia cumprido um papel de extrema relevância para o País, não só na integração de pontos afastados do território nacional, mas, ainda, no avanço dos conhecimentos contemporâneos de etnografia, zoologia, botânica e mineralogia, no aperfeiçoamento da cartografia nacional e na proteção do indígena.

Rondon ainda colaborou com o Serviço Geográfico do Exército na confecção da Carta Geográfica do Brasil como, por exemplo, a que cobria o Mato Grosso e a do extremo norte em território limítrofe com Guiana Francesa e Alto Rio Branco, trabalhos que foram iniciados em 1903.

Em todas as comissões construtoras de linhas telegráficas, Rondon, paralelamente, fazia levantamentos topográficos e geográficos com vistas a corrigir nas cartas, locais marcados com imprecisão e ainda aproveitou seus conhecimentos, como professor de Astronomia, de Mecânica Racional e de Matemática Superior, para realizar as medidas e os cálculos astronômicos que permitiram determinar a latitude e longitude de mais de 200 localidades da Região Norte do Brasil. Rondon, trabalhou na construção de linhas telegráficas até 1920, quando passou a se dedicar a outros serviços de natureza militar ou diplomática.

d) Atividades

Entre as funções exercidas por Rondon e como ações relevantes para a institucionalização das telecomunicações no Brasil, pode-se destacar:

- Membro da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia (1890-1891);
- Chefe do 16º Distrito Telegráfico e Inspetor Permanente dos Destacamentos Militares ao longo da Linha Telegráfica Cuiabá - Araguaia (1892-1893);
- Construção da Estrada Estratégica trecho Cuiabá-Araguaia, dentro do contexto de litígio entre Brasil e Argentina, sobre o território das Missões (1893-1898);

- Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso (1890-1906), e quando foram estendidos cerca de 1.747 km de linhas telegráficas, entre 17 estações;
- Chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Mato Grosso-Amazonas (1907-1909), comissão esta, subordinada aos Ministérios da Aviação e da Guerra, com enquadramento civil e militar, composta por engenheiros militares especializados e funcionários civis da Repartição Geral dos Telégrafos.
- Diretor do Serviço de Proteção dos Índios e Trabalhadores Nacionais (1910-1913);
- Comissão de Acompanhamento do Cel. Theodore Roosevelt, ex-presidente dos EUA, ao Centro Oeste e Amazonas (de outubro de 1913 a abril de 1914);
- Construção da Linha Telegráfica Cuiabá-Santo Antônio do Madeira, na atual Rondônia (1914-1915), com 1.490 Km e 20 estações, na qual ele executaria a conservação até 1930;
- Campanha Sertanista (1915-1919), acumulando a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas e o Serviço de Proteção aos Índios;
- Diretor de Engenharia do Exército e Chefe das Linhas Telegráficas (1919-1924);
- Inspetor de Linhas Telegráficas (1926), tendo voltado para levantar a Carta de Mato Grosso;
- Inspetor de Fronteiras de 15.000 Km (1927-1930);
- Inspetor de Fronteiras (mesmo já reformado) e Chefe da Comissão Telegráfica (1931-1934), por insistência de Getúlio Vargas;
- Presidente de Comissão Mista Peru, Colômbia e Brasil (1934-1938);
- Presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índios (1939-1955), por cerca de 15 anos até falecer, cego e viúvo.

2.1.2.4. Telecomunicações - Telefonia

2.1.2.4.1. Final do Século XIX

A história efetiva das telecomunicações brasileiras remonta ao final do século XVIII quando foram empregados os principais sistemas para a transmissão à distância. Sua implantação definitiva, entretanto, ocorreu na segunda metade do século XIX como consequência do avanço acelerado da eletrônica e das ciências associadas à automatização.

A partir daí, do século XIX ao século XXI, as telecomunicações vêm revolucionando a vida das pessoas, colocando-as cada vez mais perto umas das outras. Se no princípio foi de

forma tímida, agora as mudanças, profundas e rápidas, impulsionando a economia do Planeta e influenciando o modo de vida das pessoas, acontecem de forma acelerada.

Três invenções foram o marco da impressionante evolução das telecomunicações até os dias de hoje: o telégrafo de Samuel Morse (1844), o telefone de Graham Bell (1876) e o rádio de Marconi (1885).

Com o fim do Império, a institucionalização do setor de telecomunicações entrou em uma nova fase.

a) Período 1889 a 1891

Com a Proclamação da República e a instalação do Governo Provisório no dia 15 de novembro de 1889, teve lugar um período de transição confuso, desorientado e indefinido. Enquanto uma nova constituição não era promulgada, o governo foi tomando providências difusas acerca do serviço telefônico.

Até segunda ordem, era intenção do governo, através da administração dos Telégrafos, que o serviço telefônico deveria permanecer centralizado e que fossem encampadas pelo governo as concessões até então autorizadas.

No dia 6 de fevereiro de 1890, o Governo Provisório expediu o Decreto nº 199, transferindo para o Município do Distrito Federal (Rio de Janeiro Prefeitura da Capital Federal) os serviços de Carris (bondes) e a atribuição de prover as linhas telefônicas locais, dentro da sua área de responsabilidade. No conjunto, os serviços telefônicos de polícia e de bombeiros passaram a ficar sob responsabilidade da Prefeitura. O ato baixado encontra-se reproduzido na íntegra no Anexo A.

Como estava por expirar o prazo de concessão de telefones, a Empresa de Obras Públicas do Brasil conseguiu um novo contrato que foi aprovado na sessão do Conselho Municipal de 25 de março de 1890. O contrato foi assinado no dia seguinte, sob protestos de alguns empresários interessados em concessões e não foi bem recebida pela Repartição dos

Telégrafos que pretendia a centralização do serviço telefônico, a exemplo do que ocorria com o telegráfico. A reprodução integral do contrato redigido pode ser encontrada no Anexo B.

Em 1890 teve início a construção do edifício de cinco andares da Rua Gonçalves Dias, no Rio de Janeiro, ocupado depois pela firma Durmorthout & Cia. Uma nova mesa telefônica (mesa de ligações) foi adquirida para substituir uma antiga, obsoleta, que, contudo, não chegou a ser colocada em operação.

Enquanto o legislativo da cidade do Rio de Janeiro definia um novo regime para a companhia, a legislação sobre telefones com o Decreto nº 372-A, de 2 de maio de 1890, ficava mais confuso por acompanhar o novo regulamento para a Repartição dos Telégrafos, que definia em seu artigo primeiro: “As linhas telegráficas e telefônicas da República dos Estados Unidos do Brasil são propriedade da Federação e destinadas ao serviço da Administração Pública e dos particulares”. O § 2º desse artigo isentava todas as linhas da fiscalização municipal e o artigo 207 desse regulamento revogava disposições anteriores relativas ao serviço telefônico. Apesar disso, os órgãos da prefeitura se julgavam no direito de fiscalizar as companhias telefônicas. Para agravar a situação, a Repartição dos Telégrafos decidiu instalar linhas telefônicas oficiais para seu uso interno no edifício dos Telégrafos e no Quartel General para atender necessidades operacionais e administrativas do Ministério da Guerra.

Em 1890, enquanto a situação ainda estava um pouco confusa, em virtude da súbita mudança do Governo, o Governo Provisório Republicano garantiu concessões a três pessoas físicas e embora as tenham sido feitas tentativas para linhas de longa distância, estas fracassaram em virtude da condição conturbada do país, tornando impossível a proteção efetiva das linhas contra roubos.

Em 18 outubro de 1890, o Marechal Deodoro da Fonseca assinava o Decreto nº 889 que “concedia autorização ao cidadão inglês Sydney Martin Simonsen para estabelecer uma

linha telephonica entre a Capital e a cidade de São Paulo, seguindo o percurso da Estrada de Ferro Central do Brazil”, esta foi primeira concessão de linha telefônica registrada tendo sido descontinuada depois de terem sido construídos apenas os primeiros 60 quilômetros por interferência da população dos lugarejos ao longo da rota. A reprodução deste decreto pode ser encontrada no Anexo A.

Em 24 de outubro de 1890 foi assinado o Decreto nº 936⁷ que “concedia ao engenheiro civil Joaquim da Costa Chaves Faria autorização para o estabelecimento de comunicação entre o Rio de Janeiro e as cidades de Petropolis e Nictheroy”. Esta concessão foi posteriormente transferida, através da assinatura do Decreto nº 1.288 de 17 de janeiro de 1891, para a Empresa Obras Públicas do Brasil.

Posteriormente, decretos foram firmados para o estabelecimento de linhas telefônica para Therezopolis, Nova Friburgo, Campos, no Rio de Janeiro e Bagé, Uruguayana, Santa Maria da Bocca do Monte, Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Decreto nº 1.043, de 20 de novembro de 1890, aprovava as “instruções para o serviço telephonic a cargo da Repartição Geral dos Telegraphos” e o Decreto 1.044 de 20 de novembro de 1890 concedia “autorização á Companhia Telephonica do Estado de S. Paulo para ligar seus dous centros telephonicos das cidades de Santos e S. Paulo”.

No início do ano de 1891, a Empresa de Obras Públicas do Brasil havia sido vendida à Companhia Telefônica Industrial. No dia 8 de janeiro de 1891, o Decreto nº 1.247 concedeu permissão para o estabelecimento de redes telefônicas entre São Paulo e várias localidades do interior (São Roque, Sorocaba, Porto Feliz, Tatuhy, Tietê, Itapetininga, Faxina e Botucatu) e o Decreto nº 1.249 confirmava a concessão feita pela Intendência Municipal de Limeira à Antonio Maria Gordinho para estabelecer um “centro telephonic” e construir “linhas

⁷ Reproduzido no Anexo A

telephonicas” para qualquer ponto do município. Nesta mesma data houve ainda as seguintes concessões: pelo Decreto nº 1.250, ao Banco Emissor do Norte, para instalar o serviço telefônico em Manaus.

No dia 17 de janeiro, pelo Decreto nº 1.287, para montar uma rede telefônica na cidade de Parahyba do Norte ligando-a ao porto e cidade de Cabedello e à cidade do Recife; pelo Decreto nº 1.288, transferir a concessão dada pelo Decreto 936 de 24 de outubro de 1890 para a Empresa de Obras Publicas no Brazil; pelo Decreto nº 1.289, concedeu permissão a João Bernardo da Cruz Júnior, para estabelecer centros telefônicos nas cidades de Vitória e várias outras cidades do Espírito Santo e pelo Decreto nº 1.290, do dia 18, a Arnaldo Pamplona, concessão para Fortaleza, Ceará.

Ainda, nesta mesma data, pelo Decreto nº 1.292, foi dada permissão a Benito Nichols para “correr fios de arames na Cidade do Rio de Janeiro, com o fim de transmitir noticias comerciais” e a Manoel Augusto Pereira de Amorim para estabelecer “centros telephonicos” em Porto Novo do Cunha, Catagallo e Leopoldina.

Com a promulgação da Constituição da República no dia 24 de fevereiro de 1891 o problema foi minimizado e ela veio quase que a colocar um ponto final no conflito da Legislação e na situação confusa das concessões existentes.

O § 4º do artigo 9º da Constituição concedeu aos Estados competência para construir linhas telegráficas entre pontos de seus territórios e entre estes e os de outros estados ainda não servidos por esse meios de comunicação. Esse direito foi tornado extensivo às linhas telefônicas, de vez que ainda prevalecia o princípio de identidade de serviços firmado em 2 de maio de 1881 pelo Conselho de Estado do Império, ressaltando-se o direito de desapropriação por parte da União.

A Repartição dos Telégrafos continuou com as prerrogativas de defesa das linhas federais telegráficas e telefônicas, tendo inclusive a faculdade de eliminar as linhas

particulares que prejudicassem, de algum modo, as federais. A Repartição foi autorizada a continuar a estender o serviço telefônico, quer urbano quer interurbano, sem prejudicar, porém, os direitos já adquiridos por companhias particulares e a construir linhas especiais de telefone para a coleta e distribuição de mensagens e a instalar estações separadas de serviço telefônico interurbano para uso público.

Por outro lado, os municípios passaram a permitir, indevidamente, a instalações telefônicas em seus territórios, indo de encontro ao o princípio constitucional que tratava desta matéria.

No decorrer do ano de 1891 as seguintes concessões foram definidas: pelo Decreto n° 216, do dia 2 de maio, concedia “autorização à Empresa Telephonica da Bahia para transferir á Companhia Docas e Melhoramentos da Bahia, a concessão feita a Eduardo Pellew Wilson pelo Decreto n° 9.244 de 10 de julho de 1884 para a exploração de linhas neste Estado”; pelo Decreto n° 490, de 8 de agosto, a João Caetano Bouças, para “estabelecer linhas telephonicas ligando entre si as cidades de Leopoldina, Cataguases e São Paulo de Muriahe” e pelo Decreto n° 500, de 22 de agosto, a Orozimbo Muniz Barreto, “permissão para o assentamento de um cabo submarino ligando as cidades a Capital Federal á cidade de Nichteroy”. Este senhor Orozimbo pretendia igualmente levar um cabo a Paquetá, mas não obteve autorização.

b) Período 1892 a 1895

Entre 1892 e 1893 a situação financeira da Companhia Telefônica Industrial se agravou até o limite de não poder, nesse último ano, pagar seus empregados. Resultado: uma greve geral foi declarada, paralisando o fornecimento do serviço telefônico durante dois dias. A Companhia alegava dificuldades financeiras e justificava com a crise política que agitava o país, particularmente o Rio de Janeiro, que passava momentos difíceis por causa da revolta da Armada.

Muitas desistências haviam acarretado uma redução no número de assinantes. De dez mil, em 1889, o total se reduzira a cerca de quatro mil. Nos anos subsequentes, a manutenção deficiente prejudicava a qualidade do serviço prestado. Os cabos de energia elétrica e os bondes elétricos que circulavam em quantidade cada vez maior, provocavam indução nas linhas telefônicas com sérios problemas de interferência e a Companhia, com dificuldades, se mostrava incapaz de resolver a situação.

A solução seria a de substituir os fios que não eram isolados ou fazer instalações subterrâneas. Não havia recursos para tanto, já que isto significava elevadas despesas que a má situação financeira da empresa não permitia. O problema foi sendo adiado e a mudança de cabos aéreos para subterrâneos só pode ser adotada em 1905.

No ano de 1893 foram baixados Decretos concedendo autorização para “que fosse fundada, na Capital Federal, uma estação telephonica em comunicação com a rede telephonica do Estado do Rio de Janeiro privilegiado pelo Governo daquelle Estado”; outro “que alterava clausulas da concessão feita pelo Decreto nº 1.393 de 6 de maio de 1893”; mais outra “que transferia a concessão da exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia” e ainda outra, “que prorrogava por mais seis meses o prazo para terminação das obras das linhas telefônicas concedidas pelo Decreto nº 889 de 18 de outubro de 1890 à Companhia Telefônica do Rio de Janeiro e à Companhia Telefônica de São Paulo”. Evidentemente este trabalho não foi concluído pois não há nenhuma notícia de que tenha entrado em funcionamento.

Neste ano, o padre Robert Landell de Moura desenvolveu experiências no campo da eletricidade estabelecendo as primeiras transmissões no mundo de sinais telegráficos e de voz humana em telefonia sem fio entre a Av. Paulista e o Alto de Santana em São Paulo.

No ano de 1894, o Decreto nº 1.663, de 30 de janeiro, “aprova o regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos”.

A redistribuição do poder legislativo resultou na eliminação da oposição que o Departamento Nacional dos Telégrafos fazia com relação às concessões para linhas telefônicas intermunicipais, mas pelo Decreto Federal nº 1.663, que reorganizava o Departamento Geral de Telégrafos, a União passou a ter o direito exclusivo da operação das linhas interestaduais. Entretanto, no corpo desta lei ficava estabelecido que o Governo Federal poderia, se assim julgasse conveniente, transferir o direito à Companhias particulares, submetidas à supervisão do Governo em sua construção e operação.

Só existe registro de duas permissões feitas pelo Governo Federal propriamente dito, com relação à Previsão supramencionada, garantindo o direito à construção de linhas interestaduais. Uma é de 95 e a outra de 96, não tendo sido localizado qualquer registro de alguma tentativa de colocar o serviço em funcionamento.

No ano de 1895, o Decreto nº 1.998 de 28 de março “transfere à Empreza Industrial Constructora do Rio Grande do Sul a concessão para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia” que depois, pelo Decreto nº 2.052, de 25 de julho, “transfere esta concessão para Felisberto Ignacio da Cunha”.

O Decreto nº 2.108 de 26 de setembro de 1895, “concede a Orozimbo Muniz Barreto autorização para ligar os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais por meio de uma linha telephonica”.

No ano de 1896, a Repartição dos Telégrafos, com algum recurso para investimento, começou a reconstrução da rede telefônica a seu cargo, despendendo a verba de cem contos de réis nos trabalhos. Voltada para a melhoria do serviço, a Repartição decidiu substituir a posteação obsoleta e desgastada, por postes mais altos e de melhor qualidade. Isoladores de porcelana de alta qualidade foram empregados para a fixação dos fios condutores.

Com estas e algumas outras medidas, o serviço oficial melhorou e a Municipalidade tornou a passar para a Repartição dos Telégrafos os serviços de avisos policiais e de

incêndios. Os quartéis de polícia, as estações policiais, os quartéis de bombeiros e os postos então existentes voltaram para a rede da Repartição.

A partir daí, o Ministério da Guerra obteve permissão para, livremente, instalar as linhas telefônicas necessárias para uso exclusivo no seu serviço, interno ou externo, estendendo-se aos quartéis, fortalezas, arsenal, serviços e outros estabelecimentos militares e residências de oficiais.

Com a redução no número de linhas a operar, diminuíram as despesas da Repartição dos Telégrafos, que pode redirecionar sua atenção e seus recursos para a manutenção e a substituição dos circuitos deteriorados, por outros com material melhor indicado.

Nessa época, crescia, paralelamente, a rede de energia elétrica para luz e força, o que continuava causando graves perturbações e danos tanto aos serviços telefônicos como aos telegráficos.

c) Período 1896 a 1899

No dia 18 de junho de 1896, o Decreto nº 2.298, dava autorização ao mesmo senhor Orozimbo Muniz Barreto “para ligar por meio de linhas ou cabos telephonicos a Capital Federal às capitaes do Espírito Santo, Bahia e Pernambuco”.

O contrato de telefones com a companhia concessionária, Empreza de Obras Publicas, chegava ao fim e a Municipalidade resolveu cancelá-lo. O Decreto Municipal nº 49, de janeiro de 1897, foi assinado e seu teor encontra-se reproduzido no Anexo A.

Foi então anunciado que o Governo Municipal daria nova concessão a qualquer agrupamento idôneo que se dispusesse a fornecer um serviço telefônico eficiente em toda a área municipal, que cobria cerca de 1.116 km² (430 milhas quadradas), sendo aberta concorrência pública.

Para garantir a continuidade dos serviços procurou-se, como alternativa, novos concessionários e, em 13 de novembro de 1897, a Municipalidade fechou contrato com as

firmas Siemens & Halske Aktien-Gesellschaft e Alberto Frend & Companhia, “negociantes matriculados e estabelecidos à Rua Gonçalves dias nº 38”, para exploração do serviço telefônico no Distrito Federal, por 30 anos.

Essas duas organizações constituíram uma nova empresa que deu início às suas atividades instalando “um centro telefônico no Largo de São Francisco esquina da Travessa São Francisco de Paula, no edifício então denominado “Palacete Lisbonense”, mais tarde ocupado pelo “Park Royal”. Alguns anos mais tarde, o prédio foi reconstruído e reformado, porém foi totalmente destruído por um incêndio de grandes proporções.

Um ano depois, esta estação viria a se mudar para o prédio nº 41 da Praça Tiradentes, mais tarde transformada na estação “Central” da Companhia Telefônica Brasileira e posteriormente, no prédio das estações automáticas “22”, “32”, “42”, “52” e “31”, com as ampliações decorrentes. A nova empresa deu início à suas atividades pronta a atender dois mil assinantes. A rede externa que saía da estação “Central”, utilizava cabos subterrâneos enterrados pois, nesta época, ainda não se empregavam dutos.

Em 18 de junho de 1898, a firma Alberto Frend & Cia, transferiu sua parte na sociedade para a firma Theodor Wille & Cia. e o Decreto Municipal nº 622, de 9 de novembro de 1898, ratificava essa transferência.

Em 17 de janeiro de 1899 foram feitas novas alterações no contrato vigente, agora, contando com as duas firmas, Siemens & Halske Aktien-Gesellschaft e Theodor Wille & Cia. O Decreto nº 3.250 de 7 de abril de 1899, “concedia autorização à Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft (companhia alemã que adquirira aquelas duas firmas) para funcionar na República”.

Em 6 de junho de 1899, a concessão do serviço telefônico foi, então, transferida para esta nova companhia que continuou com o prazo estipulado de 30 anos, a contar dessa data.

Assim se iniciava a estabilização do serviço telefônico no Rio de Janeiro. O documento citado pode ser encontrado, na íntegra, no Anexo B.

A *Brasilianische* ganhou, por esse contrato, privilégios e ficou isenta dos impostos municipais. Tinha, contudo, a obrigação de recolher 10% dos lucros líquidos anuais do serviço telefônico, à Municipalidade.

Para enquadrar a cobrança dessas taxas, a cidade foi dividida em três áreas. O contrato estabelecia, ainda, que as taxas sofreriam correções atreladas às flutuações de câmbio, entre 7 e 27 dinheiros. Desse modo, se a taxa de câmbio subisse, o custo do telefone diminuiria e caso o câmbio baixasse, a companhia ficava com a liberdade de aumentar o preço do custo do serviço. Fazia parte do contrato assinado entre a Prefeitura do Distrito Federal e a *Brasilianische*, uma tabela que vigorou até 1920, com as taxas a pagar nos diferentes câmbios. Foram inúmeras as tentativas (desde 1912) da companhia, para que essa tabela fosse alterada mudando os critérios de correção e que se adotasse o serviço medido, isto é, a cobrança em função do número de telefonemas dados em cada aparelho.

2.1.2.4.2. O novo século - primeiras décadas

a) Período 1900 a 1911

Em 1901, no governo de Campos Sales, instalava-se em São Paulo a empresa canadense *Tramway Light and Power Company*, que havia começado a exploração dos recursos hidro-elétricos do Sudeste em 1899, com a construção de usinas na Serra do Mar. Com sede em Toronto, essa companhia viria a monopolizar diversos serviços públicos em São Paulo e no Rio de Janeiro, inclusive comunicações. Três anos depois, a *Light* se instalaria no Rio de Janeiro, por intermédio de uma associação entre o empresário americano Percival Farquhar e Alexander Mackenzie. Para atender cláusulas contratuais, a *Brasilianische* encaminhou, no dia 3 de novembro de 1899, ofício à Prefeitura anunciando a instalação

definitiva com entrada em operação da estação “Central” na Praça Tiradentes e a implantação de rede externa com as características técnicas estabelecidas naquele documento.

Uma nova alteração contratual iria acontecer em 1905 quando capitais associados à The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company adquiriram as ações da Brasilianische que continuou a funcionar como companhia independente até 1907, embora sob o controle dos novos acionistas.

As instalações da estação “Central” da Praça Tiradentes nº 41, já com mais de dois mil assinantes, foram totalmente destruídas, em março de 1906, por um incêndio de grandes proporções o que provocou uma longa interrupção dos serviços, mais de sete meses.

A Brasilianische, por intermédio de seus novos controladores não perdeu tempo e agilizou a encomenda nos Estados Unidos de um sistema de telefonia completo para reequipar a estação. O equipamento consistia numa mesa telefônica de “bateria central”; contudo, apenas para ganhar tempo, uma mesa temporária foi colocada para funcionar com apenas 400 terminais de assinante.

Tão logo o prédio foi concluído as obras se encerraram e os equipamentos antigos foram substituídos por outros mais modernos tendo-se abolido o uso do sistema de manivela. Agora, com “bateria central”, bastava o assinante tirar o fone do gancho para ser atendido imediatamente pela telefonista. A conclusão das instalações se deu em setembro de 1906, já podendo atender 1.500 assinantes.

Com as obras de melhoramento das vias públicas, muitos cabos subterrâneos foram danificados, o que levou a Companhia a ter que substituir os velhos cabos por novos, agora já instalados em dutos. As linhas telefônicas instaladas em postes também foram gradualmente desativadas, particularmente as que se destinavam às localidades mais distantes, para que não sofressem interferência das correntes de alta tensão dos circuitos de tração dos bondes elétricos e da luz elétrica. Esses trabalhos foram muito custosos, mas representaram uma

melhora sensível na qualidade dos serviços pois trouxeram a duplicação da rede, melhor tolerância aos temporais e, praticamente, a eliminação de interferências indesejáveis.

Neste período, o Decreto nº 4.309, de 6 de janeiro de 1902, autorizou a transferência ao Coronel João Pedro Caminha da “concessão para exploração das linhas telefônicas no Estado da Bahia” e o Decreto nº 4.674, de 13 de novembro de 1902, prorrogava, por 25 anos, o prazo desta concessão.

Ao iniciar-se o ano de 1906 a Repartição dos Telégrafos empreendeu a modernização de suas linhas no Rio de Janeiro. Mas no ano seguinte interrompeu os trabalhos e resolveu contratar com a *Brasilianische* o fornecimento do serviço telefônico público.

As linhas oficiais eram ligadas a três centros: um no edifício dos Telégrafos, outro no Largo do Machado, o terceiro na Rua de São Cristóvão e, além desses, havia mais quatro outros utilizados pelo Ministério da Guerra, Polícia Central e quartéis.

Quando começou, em 1906, a substituição dos condutores aéreos por subterrâneos nas linhas oficiais, o serviço atendia 680 assinantes e se espalhava por 738 quilômetros de fio. Em 1908, estes números já alcançavam 762 assinantes e 3.010 quilômetros de fio.

A situação que facultava aos municípios permitir instalações telefônicas em seus territórios, deu motivo a que, em agosto de 1907, o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas encaminhasse ao da Justiça cópia de uma representação do Diretor Geral dos Telégrafos protestando contra o crescente aumento de empresas telefônicas no Rio Grande do Sul. A representação foi acolhida pela Procuradoria Geral da República, mas o juiz Federal de Porto Alegre proferiu sentença favorável às concessionárias.

Ainda neste ano de 1907, a concessionária alemã *Brasilianische Elektricitats* foi encampada pela Rio de Janeiro Telephone Company, com sede nos estados Unidos, e cinco anos depois, foi incorporada à canadense *Brazilian Traction Light & Power*.

Através do Decreto nº 7.034 de 16 de julho de 1908, uma nova mudança de concessionário ocorreu. Foi autorizada “transferida a concessão para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia para Guinle & Comp”.

Em 1909, foi expedida pela Brasilianische, uma ordem à firma Siemens Brothers, em Londres, para instalação de uma mesa telefônica de “bateria central”, com 400 linhas e lâmpadas-sinais no Rio de Janeiro.

No dia 12 de agosto de 1909, através do Decreto nº 7.499, outra mudança. Desta vez foi “transferida à Companhia Brasileira de Energia Electrica a concessão para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia que pertencia à Guinle & Comp”. Nesta mesma data, através do Decreto nº 7.500, foi “concedida a Edward Dwight Trowbridger a autorização para assentar um cabo submarino entre o Rio de Janeiro e Nictheroy”.

No dia 17 de março de 1910, através do Decreto nº 7.908, foi “concedida autorização à Interurban Telephone Company of Brazil para funcionar na Republica” (vide anexo A). No Rio de Janeiro, o serviço voltou a ser feito pela Repartição dos Telégrafos, que neste ano de 1910 construiu uma linha telefônica entre o Rio de Janeiro e Petrópolis e outra entre Petrópolis e Teresópolis, a primeira com uma extensão de 54 quilômetros e 303 quilômetros de fio e a outra, cobrindo uma distância de 42,5 quilômetros e lançando 86,6 quilômetros de fio.

Acerca deste fato, aconteceram protestos da Companhia Telefônica Interurbana, Interurban Telephone Company of Brazil, que se considerava, pelo contrato de concessão, como a única autorizada a fornecer serviço telefônico interurbano dentro do Estado do Rio de Janeiro. Mas, como era o governo quem estava autorizando, a reclamação não foi acatada.

O relatório da Repartição dos Telégrafos relativo ao ano de 1911 falava do estabelecimento, naquela época, do serviço telefônico interurbano entre o Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Teresópolis e pelo qual seriam cobrados por uma conversa de cinco

minutos 1\$000, quando envolvia somente duas estações e 2\$000 quando havia uma estação intermediária. Esses valores, considerados elevados, mais tarde, tiveram que ser reduzidos.

Daí para frente o serviço telefônico oficial no Rio de Janeiro, desenvolveu-se num ritmo bem mais moderado e atendeu apenas 1.247 assinantes no ano de 1917.

A criação em 1907, nos Estados Unidos, no Estado do Maine, da empresa The Rio de Janeiro Telephone Company, tinha por finalidade a encampação da *Brasilianische*, com a aquisição das ações, deixando para a Light o recebimento dos juros das obrigações telefônicas em consequência dos adiantamentos feitos com a compra, com a reconstrução e outras despesas.

A Rio de Janeiro, embora separada, ficava subordinada à Light and Power, que no seu relatório anual de 1907 assim se manifestou sobre o serviço telefônico no Rio:

Durante o ano passado, a reconstrução do edifício e rede, após o incêndio da estação central, foi complicada, tendo sido iniciada uma extensa reconstrução das linhas. Todo o sistema aéreo foi renovado. Na nova estação de experiência, provida de uma mesa de ligações para 4.900 linhas. Em aditamentos a essa, foram instaladas quatro estações-ramos. (apud RUIZ, 1973, p. 85)

O relatório de 1908 diz:

Durante o ano houve um progresso considerável no desenvolvimento do sistema telefônico. Foi feita uma ativa propaganda para assinantes de telefones, dando em resultado serem os assinantes durante o ano passado de 2.680 para 3.520, ou seja um acréscimo de 31%. A renda bruta do ano de 175 mil dólares: com um acréscimo de 58.800 dólares, ou seja, 50% sobre 1907, e a renda líquida aumentou de 47.700 dólares para 104.700 dólares, ou sejam, 119%. (apud RUIZ, 1973, p. 85)

Dando continuidade à expansão da rede da empresa Rio de Janeiro Telephone Company, uma segunda estação foi construída, a chamada estação “Sul”. Instalada em dezembro de 1908, no prédio nº 20 da Rua Voluntários da Pátria, foi ativada apenas em caráter provisório já que o prédio era pequeno e nele não havia quase espaço para os equipamentos. O distribuidor era diminuto e a mesa de telefônica de pequena capacidade. No relatório de 1909 da empresa, foi registrado um ganho de 572 assinantes e no do ano de 1910 não constavam dados estatísticos.

Em janeiro de 1910 desativou-se a estação da Rua Voluntários da Pátria e foi inaugurada a estação “Sul”, definitiva, localizada na Praia de Botafogo, nº 480, com uma capacidade de 800 linhas, das quais funcionavam, inicialmente, 400. Nesse mesmo ano, em setembro, inaugurou-se a terceira estação, a de “Vila”, localizada na Rua General Canabarro nº 432. A capacidade da mesa telefônica era igualmente de 800 linhas, das quais funcionavam apenas 243.

De acordo com o contrato que havia sido firmado em 12 de janeiro de 1909, entre o governo do Estado do Rio de Janeiro e a Interurban Telephone Company, esta companhia foi autorizada a implantar a ligação entre Niterói e Rio de Janeiro por meio de um cabo submarino.

A inauguração desse serviço aconteceu no dia 12 de setembro de 1910 com a presença de várias autoridades. Comunicações telefônicas se estabeleceram entre as autoridades estaduais que estavam na sede da Interurban, à Rua São Pedro nº 3, em Niterói e as autoridades federais, presentes à estação “Central” da Brasilianische, na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro. O cabo submarino, capaz de fornecer serviço interurbano a 700 telefones, partia da Praia de Santa Luzia, no Rio e, passando pela companhia na Praia da Boa Viagem, em Niterói, seguia até à estação telefônica da Interurban. O relatório da empresa, relativo ao ano de 1911, indica a existência de 6.275 assinantes na rede, além de outros 721 que funcionavam por conta da Interurban, em Niterói. A Companhia possuía apenas as três estações já citadas: Central, Sul e Vila.

Um dos negócios mais importantes realizados na área de telefonia, nesse ano, foi a aquisição da The Rio de Janeiro Telephone Company pela The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Ltd.

b) Período 1912 a 1916

A The Rio de Janeiro Telephone Company foi incorporada em julho de 1912, no Canadá, com o fim de consolidar os interesses das seguintes companhias: The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Ltd., The São Paulo Tramway, Light and Power Ltd. e São Paulo Electric Company Ltd.

O primeiro relatório da Brazilian Traction, para o período que ia da data de sua incorporação até 31 de dezembro de 1913, apresentava os seguintes dados: total de telefones em 1911: 6.275; em 1912: 9.020; em 1913: 11.379.

Em 12 de junho de 1913 seria inaugurada, em caráter provisório, a quarta estação, estação “Norte”, localizada à rua Marechal Floriano nº 168, primeiro andar, fundos. A mesa telefônica tinha capacidade de 1.450 linhas e 442 em funcionamento.

Em 1913, o serviço telefônico se dividia entre federal e privado. O Governo Federal dispunha de linhas no Rio de Janeiro, que também se ligavam a Petrópolis, Niterói e Teresópolis. Havia 25 companhias privadas no Rio Grande do Sul, 14 em São Paulo, 10 no Rio de Janeiro e outras no Piauí (3), Bahia (2), Minas Gerais (2), Maranhão (2), Ceará, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e no Paraná (1).

No ano fiscal de 1913, a renda bruta com os sistemas telefônicos brasileiros chegou a US\$ 1,500,000, enquanto os sistemas telegráficos deixaram um bruto de US\$ 4,045,000. Isso dava um ganho de US\$ 47.50 por telefone, comparado com US\$ 33.00 nos Estados Unidos.

Em primeiro de janeiro de 1914, o Brasil dispunha de 39.183 telefones, dos quais 1.165 estavam nas mãos do governo, algo em torno de 2,9% do total, e todo o restante com as companhias privadas. Isso dava uma percentagem de 0,26% da telefonia mundial, com 0,2 telefones por 100 habitantes no País. Os Estados Unidos já contavam com 9.542.017 telefones e 64,09% de todos os telefones do planeta. O investimento no sistema telefônico brasileiro, em 1º de janeiro de 1914, totalizava US\$ 11,013,800, correspondendo a 0,53% do total

mundial e a US\$ 281.00 por telefone instalado. Esse investimento por telefone era muito elevado, se comparado com os US\$ 121.00 gastos pelos americanos, somente superado pelo custo de instalação na Bósnia (US\$ 350.00) e na África do Sul (US\$ 303.00).

No dia 15 de março de 1914, quando da inauguração definitiva da estação “Norte” no seu novo endereço, à Rua do Costa, futura Alexandre Mackenzie, nº 69, 1º andar, a capacidade da estação era de 4.900 linhas com 1.845 em funcionamento. Essa empresa iria conseguir neste mesmo ano, sucessivamente, o direito de controle da Companhia Rede Telefônica Bragantina, fundada em 1896, na Cidade de Bragança, em São Paulo, com uma rede que rapidamente se estendeu a cidades vizinhas, e da companhia Telefônica do Estado de São Paulo. A primeira operava o serviço telefônico em várias cidades do interior de São Paulo e, também, no Sul de Minas; a segunda atuava nas cidades de São Paulo, Santos e Campinas. Em 1915 a Brazilian Traction já possuía 95% das ações desta segunda empresa.

Os reflexos no Brasil da 1ª Guerra mundial fez com que o número de assinantes aumentasse pouco. No dia 31 de dezembro de 1915 havia no Rio de Janeiro 11.811 assinantes, em Niterói, 1.151, em Petrópolis, 727 e em Barra do Piraí, 97. Tendo em vista a lei que autorizava a ligação das linhas telefônicas entre estados limítrofes, foi estabelecida, nesse ano, a interconexão do serviço interurbano com as linhas da Rede Bragantina.

Do ano de 1915 é o decreto de 23 de fevereiro, de nº 11.500, no qual se concede autorização à Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, para funcionar na República, assinado por Wenceslau Braz P. Gomes e seu Ministro João Pandiá Calógeras. A publicação de lei é acrescida da tradução da Carta-Patente incorporando a Interurban Company Limited, datada de 4 de fevereiro de 1914 e registrada no dia seguinte (vide Anexo A).

Em 1916 foi criada uma nova companhia, a Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, cuja finalidade era adquirir e desenvolver as empresas telefônicas existentes nos

Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais de propriedade da Brazilian Traction, Light and Power Company. O capital desta nova empresa era de 12.500.000 dólares, sendo 5 milhões em ações ordinárias e sete milhões e meio em obrigações, com juros de 6%, pelo prazo de 30 anos.

A Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, adquiriu as ações das seguintes companhias:

- Brasilianische Elektricitats Gesellschaft (depois Rio de Janeiro Telephone Company), servindo todo o Distrito Federal;
- The Interurban Telephone Company of Brazil, servindo Niterói, Petrópolis e várias cidades próximas;
- Companhia de Telefones Interestaduais, fornecendo serviço telefônico às municipalidades de Cataguases, São Paulo de Muriaé e Palma, em Minas, e Santo Antonio de Pádua, no Estado do Rio.
- Companhia Telefônica do Estado de São Paulo, funcionando em São Paulo, Santos e Campinas;
- Companhia Rede Telefônica Bragantina, servindo a mais de cem municípios do Estado de São Paulo e a vários distritos dos Estados de Minas e Rio de Janeiro.

A nova organização telefônica estabeleceu conexões interurbanas entre essas empresas, o que resultou num desenvolvimento fantástico dos serviços. O relatório anual de 1916 da Brazilian Traction, traz os seguintes trechos sobre serviço telefônico:

Pelos acordos em execução, estabelecidos entre a nova companhia e as cinco companhias telefônicas subsidiárias, a nova companhia está habilitada a efetuar todos os seus pagamentos e por outro lado a prover ao seu capital e a satisfazer outras exigências.

O plano da nova companhia é consolidar essas diversas empresas dentro de um vasto sistema telefônico.

Até bem pouco tempo, o Governo Federal recusou permitir que as linhas telefônicas cruzassem do território de um Estado para outro. No ano passado (1915) foi aprovada uma lei removendo essa dificuldade, sendo concedida a permissão necessária para que os sistemas das outras companhias fossem ligados através os limites dos Estados, desaparecendo, portanto, o mais importante obstáculo ao progresso e desenvolvimento futuro da indústria telefônica. (apud RUIZ, 1973, p. 88)

Finalmente foi abandonado o monopólio do Governo com relação às ligações interestaduais, quando o art. 99 da Lei nº 3.089, de 8 de janeiro de 1889, lei esta emitida com o objetivo de aprovar o orçamento de 1916, declarava que o Governo Federal passaria a

permitir as ligações telefônicas interestaduais. A lei estabelecia as despesas gerais da República para esse ano. O citado artigo 99 diz:

art. 99 – O governo permitirá ligações telefônicas interestaduais sujeitas a meios capazes de assegurar o trabalho regular e perfeito das comunicações, podendo as concessionárias trabalhar em regime de livre competição.

As condições estipuladas nas concessões garantidas, mais tarde, nesse ano, eram as seguintes:

1 - A Interurban Telephone Co. of Brazil e a Rede Bragantina têm permissão para ligar as linhas de seus respectivos sistemas nos seus limites territoriais de operação – Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal – nos pontos em que tais ligações se tornem necessárias e prosseguir com a sua operação propriamente dita, de acordo com o estabelecido no artigo 99 da Lei 3.089, de 16 de janeiro. (apud RUIZ, 1973, p. 93)

Para esta referida interligação, as companhias teriam que submeter à aprovação do Governo planos de ligação das linhas pretendidas nos pontos em que fossem necessárias. Esses planos deveriam ser apresentados em escala de 1/5000, acompanhados de um relatório descritivo, mostrando a posição das ditas linhas, com relação a outros circuitos elétricos, se existissem, até uma distância de 20 metros para cada lado. Este relatório teria que especificar o tipo e o número de postes e isoladores a serem usados, o número de fios condutores a serem esticados, sua qualidade e diâmetro e o método de construção.

Se, depois de expirado o prazo de 90 dias a partir da apresentação do plano e do relatório descritivo, o governo não tivesse feito nenhuma alteração dos mesmos estes seriam dados como aprovados. Os planos e tipos de material aprovados para o uso (ou por ato expresso do governo ou por ter-se expirado o prazo de 90 dias) estariam implicitamente autorizando o início da construção.

As ligações entre as fronteiras municipais dos estados, se tais municípios não estivessem incluídos nos planos aprovados, ficariam sujeitas à concessão de uma licença especial. A substituição ou multiplicação de linhas incluídas em planos já aprovados, poderia

entretanto, ser feita sem qualquer nova concessão, desde que obedecendo os termos da cláusula 2. E mais:

- 4 – *A supervisão da boa execução do serviço será feita pelo Departamento Geral de Telégrafos, contribuindo as companhias com o montante anual de 2:400\$000 cada uma, pagáveis com antecipação de meio ano, para cada trecho de 25km ou fração de 25km, das fronteiras atravessadas por essas linhas.*
- 5 – *Nas conexões autorizadas por essa forma as companhias obedecerão aos regulamentos do Departamento de Telégrafos.*
- 6 – *Em caso de perturbação da ordem pública, o governo poderá assumir o serviço telefônico ou ordenar sua suspensão, indenizando a companhia pelas eventuais perdas decorrentes dessa situação, perdas essas que serão calculadas com base na arrecadação do ano anterior.*
- 7 – *As companhias se comprometem a fornecer bons serviços.*
- 8 – *As taxas entre os diferentes estados (das ligações) nunca poderão ser mais altas do que aquelas em vigor para iguais distâncias quilométricas nos estados interligados.*
As ligações para serviço do governo federal gozarão de um desconto de 50% nas ligações interestaduais, solicitadas pelos departamentos do governo federal para uso exclusivo de seus serviços.
- 9 – *Antes de assinar o contrato as companhias depositarão no Tesouro Federal, Trezentos contos, como garantia de seus serviços (300:000\$000).*
- 10 – *a inobservância de qualquer das cláusulas acima acarretará uma multa que irá de 100\$000 a 50:000\$000 que será aplicada às companhias pelo ministro com base na recomendação do Departamento Supervisor. Essas multas serão pagas dentro de 30 dias da data da notificação ou serão deduzidas do depósito de caução (300 contos) no caso de não serem pagas neste prazo.*
Quando isso ocorrer, as companhias serão notificadas pelo Departamento Geral dos Telégrafos para ficar assegurado que o pagamento será feito no prazo de 30 dias, e que, se isso não ocorrer, a autorização garantida no decreto que aprova estas cláusulas, será cancelada independentemente de ação ou intervenção judicial.
- 11 – *Em caso de ser transferida a concessão de uma companhia para outra, ou para outro indivíduo, é obrigatório um parecer favorável prévio do governo permanecendo em vigor o pagamento da quota ou quotas de supervisão.*
- 12 – *Além dos direitos de expropriação nos termos das leis em vigor, o governo poderá se apropriar das linhas telefônicas em operação mediante acordo com as companhias, seguindo as provisões contratuais porventura existentes com os estados e municipalidades. (apud RUIZ, 1973, p. 94-95)*

Ainda em 1916, no dia 20 de setembro foram baixados os Decretos nº 12.207, 12.210 e 12.211 que autorizavam, respectivamente, “a The Interurban Telephone Company of Brazil a lançar linhas telephonicas de Entre Rios a Penha Longa, Sapucaia, Porto Novo do Cunha e Carmo”, “a Companhia de Telephones Interestaduaes a fazer ligação de suas linhas das redes dos Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro e proceder á respectiva exploração” e, finalmente, “a The Interurban Telephone Company of Brazil e a Companhia Rede Telephonica Bragantina a fazerem a ligação de suas respectivas redes nos limites dos Estados

de S. Paulo, Rio de Janeiro e do Districto Federal, nos pontos onde taes ligações se tornem necessarias”.

c) Ano de 1917 e as estatísticas oficiais

O primeiro sumário do serviço telefônico particular no Brasil veio publicado no relatório de 1907 da Repartição dos Telégrafos e, mesmo incompleto, anunciava um total de 11.207 telefones e 12.342 quilômetros de fio instalados.

No relatório de 1909, houve um esforço para reunir as estatísticas das companhias telefônicas particulares em cada Estado da Federação. Aí, também, os dados são precários mas sinalizam um crescimento no número total dos telefones, para 13.345, com 15.200 quilômetros de fio instalados.

Nenhuma informação sobre serviço telefônico se encontra nos cinco posteriores relatórios dos Telégrafos, mas, no de 1915 saiu publicado um quadro estatístico, sem mencionar os telefones da *Brasilianische*.

O relatório de 1917, acrescido dos dados da *Brasilianische*, indica: Alagoas: 296 telefones; Amazonas: 374; Bahia 1459; Ceará: 268; Espírito Santo: 480; Distrito Federal: serviço oficial: 1.209; a *Brasilianische*: 11.811; Goiás: 150; Maranhão: 370; Mato Grosso: 675; Minas Gerais: 532; Pará: 603; Paraná: 722; Pernambuco: 1.072; Piauí: 57; Rio de Janeiro: 1.141; Rio Grande do Sul: 1.368; Santa Catarina: 550; São Paulo: 7.648. Total: 39.785 telefones. A legislação, nesta época, já fazia referência ao ramo mais moderno de serviço — radiotelegrafia e a serviços auxiliares — teletipo.

O Decreto nº 13.296 de 10 de julho de 1917, reservava ao governo o direito de operar exclusivamente os serviços de radiotelegrafia e radiotelegrafia no território brasileiro. O objetivo fundamental deste decreto era a defesa da segurança nacional e foi emitido no momento em que o Brasil estava abandonando sua neutralidade na guerra entre os Estados Unidos e a Alemanha. Conquanto a razão principal para esse decreto fosse a segurança

nacional, nem por isso as companhias telefônicas foram impedidas de operar em serviço radiotelefônico.

d) Período 1918 a 1922

Com o progresso do Rio de Janeiro, o serviço telefônico foi se desenvolvendo também, tornando-se necessária a criação de novas estações para atender ao crescente número de pedidos de instalações de aparelhos.

No triênio 1918-1920, a Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company instalou no Rio de Janeiro quatro estações, aumentando assim, substancialmente, a rede.

Em 20 de janeiro de 1918 era inaugurada a estação “Piedade”, à Rua Coronel Rangel nº 37. começou a funcionar com 57 linhas, tendo a sua mesa de ligações capacidade para 360 linhas.

A 19 de maio de 1918 instalou-se no prédio da Rua Dois de Dezembro nº 57, a estação provisória de “Beira-Mar” (atual Museu do Telefone), com uma capacidade de 1.200 linhas, mas, funcionando apenas com 837.

Em 13 de dezembro de 1918 fazia-se a instalação definitiva da estação “Beira-Mar”, ocupando os prédios números 63 e 65 da Rua Dois de Dezembro. A sua capacidade era para 4.200 linhas, estando em funcionamento 2.597.

A 5 de abril de 1919 inaugurou-se a estação “Ipanema”, à Rua 16 de Novembro nº 37, com capacidade para 2.100 linhas e 72 em funcionamento.

No dia 13 de agosto de 1919 foi baixado o Decreto nº 13.722 que “concedia autorização à Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company para continuar a funcionar na Republica com modificações feitas em seus estatutos”.

Em 29 de dezembro de 1920 foi instalada à Rua 24 de Maio nº 621-623 a estação “Jardim” (Meier), que tinha a capacidade de 1.200 linhas, com o funcionamento de 429.

Estatística de telefones – Reforma do contrato (1921-1922)

O contrato celebrado entre a Municipalidade e a Brasilianische determinava as tarifas a cobrar pelo serviço telefônico e que variavam segundo o câmbio. Mas desde 1911 a direção da empresa vinha pleiteando junto aos diversos prefeitos, a adoção do serviço medido, para que fossem cobradas tarifas pelo número de telefonemas. Os prefeitos aconselharam a medida em mensagens ao Conselho Municipal, bem como a revisão do contrato. (apud RUIZ, 1973, p. 96)

Em 1919, em sua última petição nesse sentido, em agosto, a Companhia alegou, para justificar o pedido, que até 1920 deviam estar instaladas cerca de 50.000 telefones, com uma despesa de 15 milhões de dólares e que daí por diante nenhum capital poderia ser obtido para o desenvolvimento do serviço telefônico sem que a Municipalidade autorizasse uma alteração nas tarifas existentes.

O progresso da Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company de 1916 a 1920 foi notável, sendo de 33.816 o aumento de aparelhos durante esse tempo, ou seja um ganho de 107%. Em janeiro de 1921 essa Companhia produziu 75% do total de telefones no Brasil. Os restantes 25% são representados por umas cinqüenta empresas particulares, a maior das quais a Companhia Telefônica Rio-Grandense, operando no Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

Em 31 de janeiro de 1921, o número de telefones no Brasil era avaliado em 85.000, representando a densidade de 0,28 telefones por 100 habitantes.

Só em 11 de setembro de 1922 a Companhia viu atendida a sua pretensão, com a reforma do contrato celebrado pela Municipalidade quando Prefeito Carlos Sampaio, seguindo-se a 13 de novembro de 1922, na Prefeitura do Distrito Federal, a transferência pela Brasilianische à Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, da concessão do contrato, após a venda, em 30 de outubro de 1922, dos imóveis e aparelhamento de telefones, direitos e cauções.

Em 1922 o Rio de Janeiro já contava com cerca de 30 mil telefones para uma população de 1 milhão e 200 mil habitantes. Neste ano, os serviços de telegrafia e telefonia

via rádio foram introduzidos no Brasil, entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque e foi, também, inaugurada a primeira central telefônica automática do país, em Porto Alegre.

Foi em 1922, no dia 7 de setembro, durante a Exposição do Centenário da Independência do Brasil, que, um novo produto, decorrente de uma nova tecnologia, seria apresentado ao público; “a última descoberta da ciência”. Depois de ser demonstrado na Europa e nos Estados Unidos, chegou a vez do Brasil. Sua finalidade: vozes e músicas podiam ser ouvidos, ao mesmo tempo, em lugares distantes de onde eram gerados. O receptor era um enorme tubo, em forma de corneta, e, em torno desta peça, o público se aglomerava.

O sistema, qualificado como “aparelho de radiotelegrafia” ou “telegrafia sem fio” — TSF, era complementado por um transmissor que havia sido instalado no alto do Corcovado pela Westinghouse Electric em colaboração com a Light e a Companhia Telefônica Brasileira.

Com os resultados favoráveis desta demonstração, mais adiante, receptores, já em tamanhos menores, foram instalados em prédios públicos e residências privadas e a programação era periodicamente renovada passando de concertos à operas e de discursos à notícias e anúncios.

O sistema rádio se desenvolveu e novos hábitos surgiram através da sua integração ao sistema telefônico, que servia, por exemplo, para interligar estúdio ao transmissor. Transmissões de rádio, podiam ser escutadas até mesmo em veículos.

A primeira central automática do Brasil foi inaugurada em 1922 na cidade de Porto Alegre (a terceira das Américas, logo depois de Chicago e Nova Iorque). A segunda foi inaugurada três anos depois, na também cidade gaúcha de Rio Grande (antes de Paris e Estocolmo). A terceira, em 1928, em São Paulo e em 1930 foi a vez do Rio de Janeiro inaugurar sua primeira central automática de comutação telefônica, na rua Alexandre Mackenzie nº 69, baseada na tecnologia desenvolvida por Almon B. Strowger e que dispensava a interferência das telefonistas no encaminhamento das chamadas telefônicas.

Uma nova era se iniciava. Confiabilidade, economicidade, sigilo e rapidez eram algumas das vantagens trazidas por esta nova tecnologia. A dispensa das telefonistas nas centrais automáticas refletia as desvantagens da introdução destas novas centrais.

2.1.2.4.3. Nasce a Companhia Telephonica Brasileira (1923)

Diante do vulto que iam tomando os serviços telefônicos a cargo da Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, a direção da empresa em Toronto, Canadá, resolveu tomar medidas que tinham em vista corresponder à grande expansão desses serviços.

Uma dessas medidas foi dar à Companhia um nome que generalizasse mais a expressão dos seus domínios, pois a empresa não possuía serviços telefônicos apenas no Rio e em São Paulo, mas reunia cinco Companhias subsidiárias que serviam ao Distrito Federal e Estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Assim, em assembléia realizada pela direção em 11 de janeiro de 1923, em Toronto, ficou resolvido que a Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company passaria a se chamar Brazilian Telephone Company.

Ainda em Toronto, em 28 de junho de 1923, a direção da já então Brazilian Telephone Company, tornou cláusula constante dos estatutos da Companhia a faculdade de ser usado o nome da mesma em português.

Em 28 de novembro de 1923, pelo decreto 16.222, o Governo Federal autorizava a Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company a continuar a funcionar na República, sob a denominação de Brazilian Telephone Company (Companhia Telefônica Brasileira).

a) Período 1923 a 1929

Em 12 de junho de 1923, oito meses depois de ter entrado em vigor a reforma de contrato feita em 11 de setembro de 1922, o novo Prefeito, Alair Prata, propôs ação com o fim de anular o respectivo contrato.

A empresa Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, pelo Decreto nº 16.222 de 28 de novembro de 1923, teve sua concessão prorrogada e autorizada a sua nova denominação, “Brazilian Telephone Company”; posteriormente, já sob nova denominação, através do Decreto nº 17.116 de 11 de novembro de 1925, aprovado seu novo estatuto. Este decreto “concedia à Brazilian Telephone Company, autorização para continuar a funcionar na República”.

A Prefeitura teve ganho de causa sucessivamente em 12 de dezembro de 1925, no Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal; em 26 de julho de 1926, na 2ª Câmara da Corte de Apelação, e em 17 de junho de 1927, na 3ª Câmara da Corte de Apelação.

Em 26 de agosto de 1927, a Companhia Telephonica Brasileira interpôs recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal que, em sessão de 9 de janeiro de 1929 julgou ter cabimento o recurso, por sete votos contra seis, e em sessão de 17 de janeiro de 1929 deu provimento ao recurso, por dez votos contra um.

A 8 de março de 1929 foi assinado o termo de acordo e composição entre a Prefeitura do Distrito Federal e a Companhia Telephonica Brasileira para a execução do contrato de 11 de setembro de 1922, relativamente ao serviço telefônico no Distrito Federal.

Constam desse termo cláusulas de desistência dos embargos, de nulidade de multas até então impostas, de instalação do sistema automático, de solicitação ao Conselho Municipal de prorrogação de prazo, correspondente ao termo de duração da questão e data em que começaria o serviço medido (31 de dezembro de 1930).

Em virtude da decisão da 3ª Câmara da Corte de Apelação em 17 de junho de 1927, a favor da Prefeitura, tornou a vigorar o contrato de 1899 até 31 de março de 1929, após o acórdão do Supremo Tribunal Federal em favor da Companhia Telephonica Brasileira e assinatura do acordo com a Prefeitura.

Durante o período do pleito judicial, a Companhia Telephonica Brasileira instalou mais as seguintes estações:

- Em 5 de novembro de 1924, a estação “Ramos”, no prédio da Avenida dos Democráticos nº 1.197. Foi instalada com uma mesa com capacidade para 160 linhas, começando a funcionar com 57;
- A 20 de novembro de 1925 foi inaugurada a estação “Campo Grande”, no prédio nº 69, da Rua Dr. Augusto Vasconcelos. A mesa tinha capacidade de 100 linhas e 12 em funcionamento;
- Em 27 de novembro de 1925 inaugurou-se a estação “Santa Cruz”, à Rua da Matriz nº 15. A mesa de ligações tinha capacidade para 100 linhas, com 13 em funcionamento.

Em 25 de março de 1929, no gabinete do Vice-Presidente da Companhia Telephonica Brasileira, foi instalado o 100.000º telefone de sua rede geral. Em 3 de junho de 1929, a Companhia Telephonica Brasileira tinha em funcionamento, em sua rede, abrangendo o então Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, os seguintes telefones:

Distrito Federal (Rio de Janeiro)	42.353
Estação de São Paulo	51.954
Estado do Rio de Janeiro	5.843
Estado de Minas Gerais	3.059
Total	103.209

Em abril de 1929 foi feito o lançamento de um cabo submarino de 26 pares entre as ilhas do Governador e do Fundão (que não eram ligadas pelas pontes, que só mais tarde foram construídas), com 600 metros, ligando-se a outro cabo submarino da Ilha do Fundão ao Engenho da pedra, no continente, onde foi ligada ao cabo da estação telefônica de Ramos.

Em ordem cronológica as empresas que operaram o serviço telefônico no interior do Rio de Janeiro até 1929:

- Companhia Telephonica do Brasil (1881);
- Companhia União Telephonica do Brasil (1885);
- Empresa de Obras Públicas do Brasil (1889);
- Companhia Telephonica (Siemens & Halske) (1897);
- Companhia Telephonica (Brasilianische Elektrizitäts-Gesellschaft) (1899);

- _ Companhia Telephonica (Light and Power) (1905)
- _ Rio de Janeiro Telephone Company (1916)
- _ Companhia Telephonica Brasileira (1923).

b) Fatos marcantes:

30 de agosto de 1914	de acordo com um contrato com a municipalidade, firmado em 27 de fevereiro de 1914, foi inaugurada a rede local de Barra do Pirai.
11 de junho de 1915	foi inaugurada a linha interurbana Barra do Pirai-Niterói.
21 de maio de 1916	instalada a rede local de Mendes conforme contrato com a municipalidade.
15 de abril de 1917	foi inaugurada uma linha da Companhia de Telephones Interestadaes, ligando Pádua a Miracema e Paraoquema.
31 de julho de 1917	instalada a rede de Pádua e Miracema.
14 de março de 1918	inaugurada, no Palácio do Ingá, sede do Governo estadual, em Niterói, a comunicação com Barra Mansa e Resende cujas redes foram também ativadas nesta data.
16 de maio de 1918	foi instalada a rede local e interurbana de Nova Iguaçu.
22 de dezembro de 1924	inaugurada as redes telefônicas de Areal, Sapucaia e Entre Rios.
4 de abril de 1925	instalado em Terezópolis um serviço telefônico provisório a magneto.
13 de julho de 1925	inaugurada a rede definitiva de Terezópolis.
21 de dezembro de 1925	instalada a rede telefônica de Itaipava.
28 de dezembro de 1925	inaugurada a rede de Paraíba do Sul.
4 de fevereiro de 1928	inaugurada a linha, com mais de 120 quilômetros, ligando Nova Friburgo à Niterói, passando por Porto das Caixas, Cachoeira e Alcântara.
julho de 1928	foram instalados postes telefônicos públicos em Rio Bonito e Itaboraí.
1 de dezembro de 1928	foi inaugurada a linha interurbana Macaé-Niterói passando por Capivari.
25 de dezembro de 1928	inaugurado o circuito interurbano Campos-Niterói.
12 de janeiro de 1929	inaugurada a linha interurbana São Fidélis- Niterói.
2 de fevereiro de 1929	inauguradas as redes locais de Neves e São Gonçalo.
fevereiro de 1929	foi adquirida a Empresa Fluminense de Telephones que operava em Cordeiro.
10 de abril de 1929	inaugurada a linha interurbana ligando Cantagalo, Casimiro de Abreu e Cordeiro à Niterói.

Em junho de 1929 a Empresa Telefônica de Porciúncula ligou a cidade de Itaperuna a mais cinco distritos, bem como ao Rio de Janeiro em tráfego mútuo com a Companhia Telephonica Brasileira.

Até meados de 1928, o número total de telefones no interior do Estado do Rio de Janeiro era de aproximadamente 7.500. Em 1929, estima-se em apenas 8.000 telefones, incluindo os 5.843 da CTB.

Neste retrospecto há que fazer outras citações. A passagem da direção, métodos e material alemão para a administração americana, marcou profundamente o serviço telefônico. As obras de reconstrução do Prefeito Passos, por toda a cidade, e o incêndio da estação “Central” (1906), que obrigou à substituição de grande parte do material — incluindo uma estação telefônica totalmente nova — equipamento que era, então, o que de mais moderno havia nos Estados Unidos, foi parte do processo geral de renovação, então realizado. A empresa dedicou especial atenção à questão da alimentação de seus operários, empregados em tão vultosas obras. Estabeleceu-se então, um intervalo especial no expediente, para descanso e lanche, inclusive fornecendo café e mate grátis. Esse cuidado especial, com iniciativa tão simples, mas humana, acertada e oportuna, granjeou enorme simpatia à direção da empresa e provocou um rendimento apreciável no serviço.

A boa organização da empresa, então sob a direção no Rio de Janeiro, de Carrol Milo Mauseau (que aí ficou até 1927) era um fato. Mauseau foi o homem de ação que transformou o serviço telefônico no Rio, em São Paulo e em Minas Gerais, numa rede unificada. Chegando ao Brasil em 1909, deixou a Northwestern Exchange Co. para vir dirigir a *Brasilianische*, adquirida pela Light. Nos primeiros anos exercia diversas funções na empresa: engenheiro, gerente de tráfego, superintendente das linhas, gerente-comercial, com o apoio superior dos diretores absolutos: Sir Alexandre Mackenzie e F. A. Huntress. Em 1919 era o

gerente-geral da *Brasilianische*, subsidiária do grupo, revelando-se de tal descortínio e firmeza que nem mesmo a guerra mundial de 1914 lhe causou abalo na administração.

Problemas muito mais sérios que a guerra, lhe surgiriam com os defeitos nas comunicações, causados por pequeno inseto que abria buracos na capa isolante dos cabos aéreos. Não se sabia a que atribuir os furos, a princípio. Uns achavam que eram queimaduras produzidas por energia elétrica, outros afirmavam que eram insetos. Mauseau apelou ao Instituto Osvaldo Cruz que concluiu pelos insetos, responsáveis pelos furos quando as fêmeas ali depositavam seus ovos. Da causa ao combate, foi um passo e Mauseau dominou os defeitos.

A empresa prosseguia em 1916, voltando-se para as boas condições aos empregados, certa do acordo de sua política, refletida nos bons resultados colhidos em relação à produtividade. Dessa orientação surgiu uma das primeiras grandes associações de classe do País e a criação de escolas de preparação para operadores do serviço.

A Associação Beneficente dos Empregados da Light e Companhias Associadas assegurava a seus sócios, entre outras vantagens, assistência médica e remédios gratuitos. Em 1921, um novo benefício começou a ser prestado com o fornecimento de gêneros ao preço de custo e a instalação de refeitórios com fogões de cozinha, nos locais de trabalho, para o preparo de refeições.

Em 1922 quando chegou o fim da *Brasilianische*, absorvida de vez pela *Telephonica*, Mauseau que introduzira o horário de 8:30 às 17 horas, levava a empresa de 4.000 para cerca de 30.000 telefones.

O que havia sido feito em dez anos, era uma obra gigante, sem dúvida. De uma rede telefônica estacionada, sem unidade de equipamento, utilizando material alemão, no Rio, telefones de magneto, cabos aéreos descobertos e linhas congestionadas, tinha sido conseguida a unificação das cinco maiores empresas de telefones do País, cobrindo a área de

maior importância demográfica e econômica, num sistema organizado, com métodos de trabalho racionais, estendendo quilômetros e quilômetros de novas linhas e adotando equipamento estandardizado (Western Electric), lançando ainda, cabos subterrâneos.

Por volta de 1920, a rede da CTB, sigla que vai aparecer daqui por diante, já cobria uma área de aproximadamente 100.000 quilômetros quadrados. As tarifas variavam segundo as oscilações da moeda, entre 360\$000 (para o câmbio a 15) e 480\$000 (tarifa máxima).

Já em São Paulo, no ano de 1923, o preço das assinaturas dos telefones provocava crise. Tendo sido nomeada uma comissão para estudar a revisão das tarifas, não se chegou a uma conclusão, terminando os membros da comissão por demitir-se. Foi então fixado provisoriamente: 240\$000 para os telefones residenciais e 360\$000 para os comerciais.

Mas em 1925, e agora já vamos adiante, uma lei municipal estabelecia novas tarifas, segundo a oscilação do dólar entre cinco e oito mil réis, fixando o máximo de 360\$000 para residência, 480\$000 para profissionais e 840\$000 para o comércio.

Nos anos seguintes, a CTB conseguiu dos governos do Estado do Rio, Minas e São Paulo concessões uniformes para as diversas cidades do interior, o que permitiu fixar tarifas uniforme para os magnetos e melhorar o serviço. Basta dizer que, em 1928, saindo Mauseau, perto de cem mil telefones já faziam parte da rede da empresa, entre Rio e São Paulo.

Para instalar telefones automáticos nos Estados do Rio e em Minas Gerais também foi necessário rever tarifas, dentro daquela constante: só era possível melhorar um serviço, quando este não fosse deficitário. E isso tolheu o desenvolvimento maior da CTB. Em 1932, havia 113 mil telefones em sua rede (a crise do café, a Revolução de 30 e o Movimento Constitucionalista de 1932 a afetaram); em 1933, são 122 mil os aparelhos; 134 mil em 1934, quase 150 mil em 1935. Graças ainda a Mauseau, a CTB, estabeleceu novas relações entre empregados e empresa, criando fundos de pensão, estendendo a todos as férias de 15 dias que a lei dera apenas aos sindicalizados; editara uma revista de conagração do pessoal, *house*

organ que com o tempo foi se firmando (“Sino Azul”), criara cursos para telefonistas e pessoal especializado, trouxera técnicos, estendera quilômetros e quilômetros de novas linhas, fincara milhares de postes pelo Brasil, para isso chegando a comprar, plantar e replantar uma floresta inteira.

2.1.2.4.4. Resumo das operações no Brasil

a) São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina

São Paulo

Além daquelas instalações já citadas no corpo desta dissertação, algumas outras merecem destaque. O progresso do Estado muito se deveu ao avanço de suas comunicações telefônicas.

Em 1890, a Companhia Telephonica do Estado de São Paulo obteve permissão para ligar as suas redes em Santos e São Paulo, construindo uma linha interurbana.

Em 1913, foi inaugurado o primeiro cabo interurbano subterrâneo no Brasil, constituído de 30 pares ligando estes dois pontos, numa distância aproximada de 70 quilômetros. Posteriormente uma outra linha interurbana foi construída para Campinas.

No dia 22 de outubro de 1927 foi assinado o novo contrato com a municipalidade de Campinas para fornecimento do serviço telefônico automático com capacidade para 1.800 linhas.

No dia 13 de julho de 1928, foi inaugurado o serviço automático em São Paulo, na estação “Cinco”, depois conhecida como “Palmeiras”, em complemento às estações “Cidade”, “Central”, “Braz” e “Avenida” que já não eram suficientes para atender o aumento acelerado da demanda.

Anteriormente, foram enviadas especificações do equipamento à Western Electric Co., nos Estados Unidos, para aquisição de uma mesa telefônica, de bateria central, com capacidade de 10.000 linhas equipada inicialmente com 4.200 linhas. Em 1920 foi aprovado o

orçamento para a construção do edifício que, após uma demorada paralização, reiniciou suas obras em abril de 1926.

O equipamento automático, com tecnologia “Strowger”, “passo a passo”, foi fornecido pela Automatic Alectric Company de Chicago. São Paulo foi a segunda cidade do mundo a receber este tipo de equipamento. Os trabalho de instalação tiveram início em 1º de novembro de 1927 e em 15 de março de 1928 foram realizados os primeiros testes, que se encerraram em 2 de julho. Obras tiveram que ser realizadas nas estações manuais para permitir sua interligação com a central automática.

No dia 7 de abril de 1929 foram inaugurados os serviços diretos entre Santos e São Paul facultando a chamada direta sem necessidade de intervenção de telefonistas.

No dia 20 de abril de 1929, a Companhia Telefônica Brasileira, instalou no edifício da São Paulo Tramway, Light and Power, em São Paulo, o maior PABX da América do Sul na época, com capacidade de 800 linhas.

No interior, em Bragança, no ano de 1896, a Companhia Telephonica Bragantina inaugurou a rede telefônica local com ramificações para cidades próximas. A partir daí, esta empresa passou a adquirir novas concessões, estabelecendo-se nas mais importantes cidades da zona cafeeira do estado e estendendo-se até Minas Gerais.

Em 1916 a Bragantina transferiu seus interesses para a Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company. Já fazendo parte da Companhia Telefônica Brasileira a rede da antiga Bragantina progrediu aceleradamente com alguns fatos marcantes:

No dia 14 de março de 1928 foram assinados contratos, com a municipalidade de Ouro Fino, Sul de Minas para melhoria dos serviços locais e com a prefeitura de Tietê para fornecimento de serviço telefônico.

No dia 28 de abril de 1928 a Companhia Telefônica Sancarlene passou a fazer parte da divisão do interior da Companhia Telephonica Brasileira.

Em 13 de junho de 1928, foi assinado contrato com a municipalidade de Jaú para instalação de serviço telefônico automático.

Em julho de 1928 foram adquiridas a Empresa Telephonica de Ribeirão Preto com uma rede de 1.500 telefones, a Companhia Paulista de Força e Luz que fornecia serviço telefônico às cidades de Bauru e Barretos com redes de 1.000 telefones e a Empresa Telephonica de Sertãozinho, com um serviço de 250 telefones.

Em agosto de 1928 foram adquiridas a Empresa Telephonica de São Sebastião do Paraíso, com 350 telefones, a Empresa Telephonica de Piraju, com 250 telefones e assinado novo contrato com a municipalidade de Laranjal para reforma do serviços telefônico local.

No dia 7 de setembro de 1928 foi inaugurado o novo sistema de bateria central da cidade de Sorocaba. Ainda nesse mês foi adquirida a União Telephonica de Jaboticabal.

Em dezembro de 1928 foi adquirida a Empresa Telephonica de Pennapolis com 333 telefones.

No dia 25 de fevereiro de 1929, foi inaugurado o circuito direto entre Ribeirão Preto e São Paulo, em abril reformado o serviço telefônico de Mogi-Guaçu e adquirida a Empresa Telephonica de Varginha, no Sul de Minas, com 226 telefones.

No dia 12 de junho de 1929, foi assinado novo contrato com a municipalidade de Bauru para remodelação da rede telefônica e ligação com São Paulo.

O número de telefones em São Paulo nos anos de 1898, 1908 e 1918, era: 750, 1803 e 11.801 respectivamente; em Santos, 103, 465 e 1.821.

No interior de São Paulo e Sul de Minas (Bragantina) havia 4.499 telefones em 1914, ano da passagem para a Companhia Telephonica Brasileira e 7.518 em 1918.

O número total de telefones em São Paulo, em junho de 1929 incluindo a Bragantina com o Sul de Minas, era de 51.954.

Minas Gerais

Em 1882, Morris N. Kohn obteve concessão para uma rede telefônica em Ouro Preto. No ano de 1891, pelo Decreto nº 490, de 8 de agosto, foi autorizada a permissão para estabelecer linhas ligando as cidades de Leopoldina, Cataguases e São Paulo de Muriaé.

Em 1895, pelo Decreto nº 2.108, de 26 de novembro, foi permitido a Orozimbo Muniz Barreto ligar os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais por uma linha telefônica.

Em 1913, foi constituída a Companhia de Telephones Insterestadoais, compreendendo o Leste de Minas Gerais e um pedaço da parte Norte do Estado do Rio de Janeiro e que em 1916 tornou-se um dos ramos da Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, depois Companhia Telefônica Brasileira.

Em agosto de 1928 foi feita a reforma da rede local e interurbana da cidade de Mirai e inaugurado, pela Companhia Industrial Oupretana, em Ouro Preto, no dia 1º de janeiro, o sistema telefônico automático, primeira cidade mineira a possuir este serviço. Posteriormente, Juiz de Fora, por iniciativa da Companhia Mineira de Eletricidade, que ali operava o serviço telefônico, com 1.500 linhas locais e 60 interurbanas e rurais, também automatizou o serviço.

Em 1929, Belo Horizonte já cogitava a ligação da sua rede com a rede geral da Companhia Telephonica Brasileira e, no dia 12 de abril, o Governo de Minas assinava contrato com a CTB para serviço local e interurbano automático com equipamento para 1.500 linhas.

Em junho de 1929, a CTB adquiriu a Companhia Força e Luz de Cataguazes-Leopoldina com uma vasta rede telefônica que abrangia os municípios de Leopoldina, Além Paraíba, Ubá, Rio Branco, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Pombo, Rio Novo, Guarani, Guarará, e Bicas, numa área de 400 mil habitantes onde apenas 1.000 telefones se achavam instalados. Nesse ano, outras cidades mineiras possuíam redes telefônicas não integradas no sistema CTB: Barbacena (Empreza Telephonica Santa Eliza), Palma, Lavras,

Palmira (Companhia Força e Luz de Palmira), Manhuaçu e São Pedro dos Ferros (Rio Casca (Empreza Farani), Tombos de Carangola, Oliveira, Pouso Alegre (Empreza Telephonica de Pouso Alegre), São João del Rei, Montes Claros, Sete Lagoas, Piqueri, Corinto, Pirapora (então suspenso), Conquista (concessionário, Coronel Tancredo França), Uberatinha, Tupaciguara e Ituiutaba (Empreza Telephonica de Teixeira), Araguari (Empreza Nossa Senhora Aparecida com 180 linhas), Prata, Araxá (Rede de José Th. Botelho com 150 linhas), Patrocínio, Teófilo Otoni (Rede Mário Goma com 156 linhas), Patos, Santana dos Patos, Chumbo e Lagoa Formosa.

O número de telefones no Estado de Minas, em 1928 (estimado), era de cerca de 14.000, sendo que a CTB, em junho de 1929, ali possuía 3.059 telefones.

Este ano de 1929 foi de grande atividade para a CTB no Estado de Minas Gerais, particularmente na sua região Sul. Uma grande rede foi construída abrangendo as cidades de Itajubá, Brasópolis, Paraisópolis, Santa Rita do Sapucaí, Cambuquira, Campanha, Três Corações, Varginha, Elói Mendes e Carmo da Cachoeira.

A rede interurbana projetada pela Companhia Telephonica Brasileira, compreendia a integração em um único sistema das cidades de Itajubá, Brasópolis, Paraisópolis, Santa Rita do Sapucaí, Maria da Fé, Cristina, Águas Virtuosas, São Gonçalo de Sapucaí, Cambuquira, Campanha, Três Corações, Varginha, Elói Mendes, Carmo da Cachoeira, Silvestre, Ferraz, Caxambu, Baependi, São Lourenço, Pouso Alto, Itanhandu, Passa Quatro e outros pequenos centros. Dois mil postes de árvore foram instalados para ligar Itajubá a Lorena, ou seja, Minas, à grande rede da CTB.

As estações centrais interurbanas no Rio de Janeiro e em São Paulo e a estação repetidora de Guaratinguetá tiveram que ser ampliadas para facilitar o fluxo de tráfego. Um dos grande trabalhos realizados (9.000 postes) nesse ano foi a ligação Paraibuna-Belo Horizonte assegurando a comunicação da capital mineira com o Rio de Janeiro e São Paulo.

Paraná

A primeira concessão dada a Morris N. Kohn, foi feita em 1882, pelo Decreto nº 8.460. A rede passou a pertencer depois à Companhia Telephonica Paranaense Ltda. com sede em Curitiba. A empresa possuía em 1929, 1.628 telefones e 280 quilômetros de linhas interurbanas ligando inicialmente a capital à Morretes, Paranaguá, Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa. Posteriormente, a rede foi estendida para Antonina, São José dos Pinhais, Bocaiúva, Capela da Ribeira (circuito para São Paulo e Minas Gerais), Araucária, Lapa e Rio Negro (circuito para Santa Catarina) e Castro (linha para o norte do Paraná).

Santa Catarina:

O Decreto nº 8.458, de 18 de março de 1882, concedeu a Artur Teixeira de Macedo permissão para explorar o serviço telefônico no Estado de Santa Catarina. Posteriormente, a Companhia Telephonica Catharinense deu continuidade às atividades e em 1929 estava com uma rede de 1.000 telefones. Além da rede de Florianópolis, a companhia atendia as cidades de Biguaçu, Brusque, Estreito, Gaspar, Itajaí, Imbituba, Joinville, Lages, Laguna, Palhoça, Parati, São José, São Francisco, Tijucas, Tubarão, Urussanga, Araranguá, Vila Nova, Paulo Lopes, Bananal e Jaraguá.

b) Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás

Rio Grande do Sul

Como foi dito, em 1882, pelo Decreto nº 8.457, de 18 de março, a Companhia Telephonica do Brazil, a primeira concessionária do serviço no Rio de Janeiro, foi autorizada a “assentar linhas telephonicas”, explorar o serviço telefônico no Rio Grande do Sul compreendendo a concessão as cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

Depois da Proclamação da República, em 1890, o Governo Provisório, pelo Decreto Nº 1.093, fez a mesma concessão à Francisco Jorge Ferreira Leite. Posteriormente, o serviço foi transferido para a Companhia Telephonica Rio Grandense, sendo estimado, para o ano de

1928, a existência de 18.000 aparelhos em todo o Estado. Porto Alegre e Pelotas, em 1929, já operavam serviço automático.

Mato Grosso

Estima-se que em 1917 o número de telefones, nesse Estado, seria de 675 aparelhos e, no ano de 1925, baixado para 249.

Goiás

Também por estimativa, em 1917 o número de telefones, para todo o Estado, seria 150.

c) Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco

Espírito Santo

O Decreto nº 1.289, de 17 de janeiro de 1891, concedeu a João Bernardo da Cruz Junior, o direito de explorar o serviço nas cidades de “Victoria, S. Matheus, Benevente, Itapemirim e Linhares”, nesse Estado.

Estima-se que, em 1925, nesse Estado, haviam apenas 56 telefones. Outro estudo, contudo, indica que no ano de 1928, o número já atingia 1.000 telefones só na cidade de Vitória e mais 1.100 linhas distribuídas nas outras três localidades.

Bahia

Como visto, as primeiras concessões para a Bahia foram dadas, também, pelo Decreto nº 8.457 de 18 de março de 1882, à Companhia Telephonica do Brasil e, depois, pelo Decreto 9.244 de 1844, a Eduardo Pellew Wilson Junior e, posteriormente, à Companhia União Telephonica de Brasil.

O número de telefones, que em 1925 era estimado em 2.761, já atingia para todo o Estado, 4.800 em 1928, sendo que, em 1929, somente em Salvador, havia 4.564 telefones. A extensão da rede na capital era de 15.370 quilômetros de fios, para 3.900 linhas e no interior era de 1.110 quilômetros. As localidades atendidas e ligadas à capital, nesta época, eram:

Maragogipe, São Felix, Muritiba, Cachoeira, São Gonçalo, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro e Nazaré.

Em julho de 1928 foi feita a reforma do contrato do serviço telefônico entre a Municipalidade da Bahia e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica quando, então, o serviço passou a ser automático.

Sergipe

Estima-se que em 1925 no Estado havia uma rede telefônica com 336 aparelhos e em 1928, em Aracaju, apenas 300.

Alagoas

Maceió estava inserida, também, na concessão dada pelo Decreto nº 8.457 de 18 de março de 1882 à Companhia Telephonica do Brasil. Em 1925 Alagoas aparece nas estatísticas com 349 telefones e em 1928, Maceió surge com 200 aparelhos.

Pernambuco

O Decreto nº 8.459 de 18 de março de 1882 concedia permissão a José Leopold Bougard para “assentar linhas telephonicas na capital e demais povoações da província de Pernambuco” e, em 1984, este privilégio já pertencia à Companhia União Telephonica do Brasil.

No ano de 1925 Pernambuco aparecia nas estatísticas com 790 telefones e, em 1928, o número de aparelhos em todo o Estado era avaliado em 4.500, sendo 3.900 em Recife, onde o serviço já era automático. Outras 17 localidades já estavam servidas por telefones.

d) Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí

Paraíba

Em 1925 o Estado aparecia nas estatísticas com 845 telefones distribuídos em três localidades. João Pessoa, em 1928, teria cerca de 300 telefones.

Rio Grande do Norte

Em 1925 o Estado teria 156 aparelhos e a capital, Natal, em 1928 figurava nas estatísticas com 200 telefones.

Ceará

O Decreto nº 8.460 de 18 de março de 1882 concedia à “Morris N. Kohn permissão para assentar linhas telephonicas nas cidades de Santos, Ouro Preto Coritiba e Fortaleza”.

Após a Proclamação da República, em 17 janeiro de 1891, o Decreto nº 1.290 “confirma a concessão feita pela Intendencia Municipal da cidade de Fortaleza ao cidadão Arnulpho Pamplona para estabelecimento de linhas telephonicas no municipio daquela cidade”.

Apoiada nos contratos com a Câmara Municipal de Fortaleza, de 8 de outubro de 1890, 19 de abril de 1892 e 28 de setembro de 1907, formou-se uma nova Companhia.

Em 1925, o Ceará possuía 484 telefones e em 1928, Fortaleza aparece na estatística com 750 aparelhos.

A Empresa Telefônica (Pontes Medeiros & Cia) com sede em Fortaleza, onde já havia uma estação telefônica, continuou o serviço inaugurado em 1891, mediante um contrato com validade por 50 anos (que terminaria em 1940).

Piauí

Em 1917 segundo os dados levantados, havia apenas 57 telefones em funcionamento.

e) Maranhão, Pará e Amazonas

Maranhão

No dia 24 de março de 1882, o Decreto nº 8.469 “concede permissão a Carlos Monteiro de Souza para assentar linhas telephonicas na Provincia de S. Luiz do Maranhão”.

Consta das estatísticas que em 1925 havia no Maranhão 369 telefones distribuídos por duas localidades cujos serviços eram operados por duas empresas diferentes.

Pará

Em 1884 a Companhia União Telephonica do Brasil era quem possuía a concessão para fornecer serviço telefônico neste Estado onde havia, em 1925, 1.854 telefones em funcionamento.

No ano de 1928, agora com os serviços prestados pela Pará Telephone Company Limited, havia um total de 2.000 sendo 1.900 na capital, Belém.

Amazonas

No dia 8 de janeiro de 1891, o Governo Provisório, pelo Decreto nº 1.250, “concedeu ao Banco Emissor do Norte, autorização para construir e explorar linhas telephonicas em Manaus”. Cláusulas específicas são estabelecidas no corpo do Decreto.

Em 1925 o número de telefones no Estado era de 349 e em 1928, 400.

TOTAL: A consolidação dos dados estatísticos do ano de 1929, indica um total aproximado de 160.000 telefones em todo país dos quais 104.000 eram operados pela Companhia Telephonica Brasileira.

2.1.2.4.5. A década de 30

O governo foi deposto nesse ano por um partido político que apresentava como pretexto a necessidade de uma revisão na Constituição de 1891 com o fito de modernizá-la e, com isso, permitir uma reforma drástica no sistema eleitoral existente que, ele afirmava, não permitia a “voz do povo” ser ouvida como deveria. Duras tentativas anteriores — 1922 e 1924 — e prolongados esforços políticos, não tinham sido bem sucedidos. Neste ano da revolução, várias novas estações foram inauguradas em todo o país. Igualmente circuitos interurbanos, como por exemplo, Rio-Belo Horizonte, foram ativados.

Em 1930, o Ministério da Viação e Obras Públicas possuía a seguinte estrutura:

- _ Secretaria de Estado (compreendendo o Gabinete do Ministro);
- _ Diretoria Geral dos Correios;
- _ Repartição Geral dos Telégrafos;

Além de órgãos vinculados à Estradas; Portos; Navegação; Obras Contra a Seca; Águas e Esgotos.

O governo provisório que assumiu o poder, emitiu o Decreto nº 19.883, de 17 de abril de 1931, revisando a regulamentação relativa à operação do serviço telefônico em território nacional. Este decreto, além de confirmar o monopólio estatal do serviço telegráfico, deu uma definição de tal serviço de maneira a impedir as companhias telefônicas de operar teletipos. A íntegra do Decreto encontra-se no Anexo A.

Um segundo decreto, o de nº 20.047, de 25 de abril de 1931, reservava ao governo exclusividade na operação dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Este decreto entretanto, continha a cláusula que permitia ao governo conceder licenças provisórias em circunstâncias excepcionais, a grupos exclusivamente formados por brasileiros, desde que revistas do Exército ou da Marinha fossem incumbidos da operação da aparelhagem. A emissão deste decreto impediu as companhias de operar serviços de radiotelegrafia, radiotelevisão, salvo se tratasse de completar ligações internacionais.

A expansão das redes telefônicas prosseguiram e no Rio de Janeiro a automatização dos serviços era crescente. Quatro estações automáticas já operavam nesta época na cidade.

Neste mesmo ano já se começava a falar na adoção de microondas (os revolucionários “microraios”) para a transmissão e que serviriam para reduzir sensivelmente as despesas com linhas físicas e espaços nas estações, bem como, elevar a capacidade de tráfego por unidade de transmissão. A transmissão destas ondas tão curtas na direção desejada, além de assegurar a confidencialidade das conversas, sofreriam menos interferências e contribuiriam para melhorar as condições gerais do sistema. Experiências foram realizadas na França e já interessavam, também, aos técnicos americanos.

No Brasil, a expansão da rede prosseguia e, nesse ano, centrais automáticas foram inauguradas em Campos, Belo Horizonte, São Paulo, entre outras e cabos submarinos, de chumbo com alma de aço, lançados entre o Rio de Janeiro, Ilha do Governador e Paquetá.

O grande evento do ano foi a iluminação do monumento do Cristo Redentor no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro, a partir de um comando enviado, via rádio, por Marconi, desde a cidade de Coltano, próximo à Pisa, na Itália. A telefonia complementou o evento fornecendo comunicação de voz entre todos os envolvidos.

O circuito servia para enviar um sinal radiotelegráfico recebido por uma estação em Jacarepaguá, que era enviado por cabo, depois de convertido e ampliado, até o escritório da Companhia Rádio Internacional, Radional, na Avenida Rio Branco e, novamente ampliado, enviado por uma linha telefônica até o alto do Corcovado para então acionar o relé do circuito de acendimento dos holofotes.

Em maio de 1931, regulamentou-se a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. O mesmo ato estabeleceu a Comissão Técnica de Rádio, composta de três técnicos em rádioeletricidade, sendo um da Repartição Geral dos Telégrafos, designado pelo ministro da Viação e Obras Públicas, um do Exército e um da Marinha, designados pelos respectivos ministros.

O ano de 1932 foi um ano de muitos acontecimentos relevantes para as telecomunicações. Um deles e, provavelmente, o mais importante desse ano foi a inauguração das conexões radiotelefônicas do Rio de Janeiro com Buenos Aires, Nova York e Madrid, permitindo o acesso dos assinantes da CTB às redes européias, norte e sul americanas e que futuramente iriam servir de base operacional às ligações internacionais da Embratel. O evento, presidido pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, teve lugar no dia 28 de janeiro de 1932, no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Com a presença de inúmeras autoridades brasileiras e estrangeiras, Getúlio se comunicou, na oportunidade, com os

presidentes de Portugal e da Espanha. É relevante que se constate que haviam decorridos apenas cinco anos da inauguração do serviço radiotelefônico dos Estados Unidos com a Europa. Nesse mesmo ano a rede interurbana, através de estações repetidoras, se estendia cada vez mais, interligando a Rio de Janeiro e Niterói a inúmeros municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

A Revolução Constitucionalista, contudo, mergulhava o país numa guerra interna de enormes proporções. O movimento, que durou alguns meses, afetou seriamente algumas redes telefônicas que foram destruídas durante os combates e que teriam que ser, urgentemente, recuperadas. Grandes quantidades de recursos tiveram que ser desviados para este fim comprometendo o programa de expansão dos serviços.

A instituição do Código de Comunicações, em 1932, foi feita por José Américo de Almeida, então Ministro de Viações e Obras. Esse Ministério ficou por muito tempo responsável pelo setor de comunicações. O Código elaborado por José Américo, um marco para a época, não foi posto em prática após a sua saída e caducou. Neste ano, um ato dispôs que a execução dos serviços de radiocomunicação no interior do país constituía monopólio da União, a cargo do Departamento dos Correios e Telégrafos, mas tais serviços, quando de caráter internacional, poderiam ser prestados pela União ou, mediante concessão do Governo Federal, por companhias nacionais idôneas, devidamente organizadas.

Na Itália testes eram realizados e os progressos, no uso da tecnologia rádio, se materializavam. Os estudos e as experiências de Marconi mobilizavam, no mundo inteiro, a atenção e o interesse das indústrias e das operadoras dos serviços telefônicos.

Entre 1931 e 1934 uma série de atos foi expedida em relação aos Correios e Telégrafos. Primeiramente foi dada nova organização ao Distrito Telegráfico Central da Repartição Geral dos Correios, bem como aos serviços da Diretoria Geral dos Correios e foi criada a Administração dos Correios do Distrito Federal. Foi, também, criado no Telégrafo

Nacional o serviço de cartas telegráficas diárias e suprimiram-se as Agências Postais de 3ª e 4ª classes. Fundiram-se a Diretoria dos Correios e a Repartição Geral dos Telégrafos, dando origem ao Departamento de Correios e Telégrafos. Em 1934 foi criada a Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos.

Poucos dias antes de entrar em vigor a Constituição de 16 de julho de 1934, a Comissão Técnica de Rádio foi reorganizada, mantida a sua subordinação ao ministro da Viação e Obras Públicas e passando a ser constituída de um presidente e quatro técnicos em radioeletricidade, sendo dois do Departamento dos Correios e Telégrafos, designados pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, um do Exército e outro da Marinha, designados pelos respectivos ministros.

No ano de 1935, a CTB instalou na antiga Galeria Cruzeiro, hoje edifício Central, o primeiro posto telefônico dotado de telefones públicos. Bares, farmácias e mercearias passaram a instalar telefones públicos em suas dependências. Anos depois foram inaugurados, no Rio de Janeiro, outros postos: no Aeroporto Santos Dumont (1959), em Copacabana, em Ipanema, no Galeão e Madureira (1963) e na estação Rodoviária. Custos, alcance, confiabilidade, melhorias técnicas e eficácia operacional estavam por trás desse interesse.

No Brasil, contudo, o emprego de sistemas de microondas só viria a ser instalado comercialmente nas operadoras de telefonia a partir da década de 50, mais precisamente entre 1957 e 1958 quando foi ativado o sistema da CTB ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. O que de mais relevante aconteceu neste ano foi a promulgação da nova Constituição Federal.

A nova Constituição, promulgada no dia 10 de novembro, apresentava, no seu “Artigo 8º: “Compete à União: [...] XV - explorar, diretamente, ou mediante autorização ou concessão: a) os serviços de telecomunicações”.

Neste ano foram assinados pelo Presidente da República, alguns decretos que autorizavam a CTB a expandir sua rede. Os Decretos nº 2.928, 2.929 e 2.930, todos datados de 3 de agosto de 1938 autorizavam a Companhia Telefônica Brasileira, respectivamente a: “fazer a ligação de suas linhas nos limites dos Estados de Minas Gerais e São Paulo entre Delfim Moreira e Piquete, e aprova a respectiva planta”, “fazer a ligação de suas linhas entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo entre Resende e Formoso e aprova a respectiva planta” e “fazer a ligação de suas linhas entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo nas proximidades de Delta e União, e aprova a respectiva planta”.

No ano do início da 2ª Guerra Mundial, o desenvolvimento dos serviços telefônicos da Companhia Telefônica Brasileira, que no passado se processara, lentamente, embora a demanda por novas linhas indicasse uma necessidade de crescimento mais acelerado, ganhava, agora, um ritmo mais acentuado. Nos seus 25 anos de existência, os 100.000 telefones que haviam sido ativados até 1929, nos dez anos seguintes, até 1939, haviam duplicado.

Neste ano, em cerimônia solene no Palácio do Catete e com a presença do Exmo. Presidente da República, seria inaugurado o telefone nº 200.000. Getúlio Vargas telefonou para o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos e recebeu na ocasião um telefone dourado com o emblema da República.

O Decreto nº 6.404, de 28 de outubro de 1940, assinado por Getúlio Vargas, “autorizava a Companhia Telefônica Brasileira, a fazer as ligações de suas linhas nos limites dos Estados de São Paulo e Paraná, entre Ribeira e Salto Ourinhos e Cambará e aprova a respectiva planta”.

2.1.2.4.6. A década de 40

Em 1942, o Decreto nº 5.144, de 29 de dezembro, estabelecia normas para o exercício, pelos Estados, do poder de legislar sobre comunicações telefônicas e dava outras providências. Sua versão integral encontra-se reproduzida no Anexo A.

A Guerra, que se estendeu até 1945, estabeleceu um marco no desenvolvimento das Nações. As lições tiradas daquele sangrento episódio, definiram uma quebra de antigos paradigmas fazendo com que os países dessem início a um movimento de repensar suas estruturas, seus compromissos políticos, econômicos e sociais, suas instituições e buscas em canalizar para seus domínios os avanços científicos e tecnológicos que aquele evento havia proporcionado.

A eletrônica e, por via de consequência, as telecomunicações, foram grandes caudatários deste progresso. O sistema telefônico mundial e particularmente o nacional, começaram a rever seus modelos e planejar a caminhada para um futuro desejado, mais promissor, em que este serviço pudesse servir melhor à sociedade como um todo e ao cidadão, em particular.

No ano de 1939, foi apresentada no México, a primeira TV a cores no mundo por Guillermo Gonzalez Camarena.

Apesar das dificuldades da 2ª Guerra mundial, foram instalados, entre 1939 e 1945, cerca de 45 mil novos telefones no Rio de Janeiro.

Durante a Guerra, a planta telefônica no Brasil cresceu apenas moderadamente, tendo em vista, principalmente, a ocupação dos fabricantes com outras prioridades e o fechamento do acesso brasileiro às fabricas mundiais, cabendo consignar, neste período, a inauguração de mais algumas estações automáticas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Niterói e a substituição das linhas aéreas para Petrópolis. A indústria nacional, por falta de capacidade e

de tecnologia, não tinha a menor condição de suprir a lacuna deixada pelos fabricantes estrangeiros.

Em 1944 foi inaugurado o Serviço Radiotelefônico do Interior e iniciado um processo de utilização da propaganda como ferramenta de marketing para dar maior visibilidade aos serviços e ênfase à relevância às comunicações telefônicas.

As listas telefônicas passaram a ser melhor exploradas como veículo de propaganda e promoções, aproximando cada vez mais os usuários à organização.

No mês de novembro deste ano, pela primeira vez na história da telefonia nacional, as quatro maiores companhias telefônicas nacionais decidiram se reunir para definir em conjunto uma metodologia para a integração, por intermédio dos circuitos rádio da Companhia Rádio Internacional do Brasil, Radional, as localidades de suas áreas de concessão. A Radional, associada da International Telephone and Telegraph Corporation (ITT), através de um Decreto de 31 de maio de 1944, obteve “autorização para instalar e operar estações radiotelefônicas para o interior no Distrito Federal e nas capitais de vinte Estados e sete Territórios Federais”.

Numa reunião de tráfego, iriam planejar e estabelecer regras e métodos para a instalação e execução do Serviço Rádio Interior capaz de assegurar a ligação de 42 localidades da Companhia Telefônica Paranaense e das 182 da Companhia Telefônica Rio Grandense com as 912 da Companhia Telefônica Brasileira. Desta forma os 310.000 telefones dessas operadoras, instalados em redes separadas por centenas de quilômetros iriam se integrar em benefício do desenvolvimento das áreas onde atuavam. No dia 15 de dezembro de 1944, no Gabinete do Ministro da Viação, General Mendonça Lima, no Rio de Janeiro, este novo serviço foi inaugurado com o estabelecimento de ligações telefônicas entre o Rio, Curitiba e Porto Alegre.

A partir do dia 20 de março de 1945, o Serviço Interior, além de atender Porto Alegre e Curitiba, estendia-se agora, também, a Salvador, Recife e Natal. Com isto estavam sendo construídos os principais fundamentos da Rede de Integração Nacional e Internacional, inicialmente através da CTB e, conforme o desenvolvimento histórico sendo continuado, através da Embratel.

Com a Guerra em andamento e as pressões para que o Brasil se alinhasse com os Aliados tanto na frente de batalha como, devido à sua posição estratégica favorável, no apoio à infraestrutura e logística, nada mais claro de que, entre outras prioridades, uma melhoria deveria ser implementada na sua rede telefônica.

A população, como um todo, se integrava no processo de esforço nacional para superar dificuldades e conviver com a crise mundial. As maiores autoridades também se envolveram e o próprio Presidente Vargas houve por bem estabelecer, para si, um programa de visitas à diversas estações telefônicas no Rio de Janeiro, capital da República.

Entre outras constatações verificou que nos cinco anos de guerra, a planta do Rio de Janeiro havia crescido com mais 32.004 novos assinantes, sem que qualquer material importado fosse aplicado; que a rede da CTB, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo, nesse ano de 1944, cobria uma área superior a 440 mil quilômetros quadrados e que seus circuitos chegavam a 912 cidades e vilas através de aproximadamente 60 mil quilômetros de fios com um tráfego, em 1943, da ordem de doze milhões de chamadas interurbanas.

No Rio de Janeiro estavam em operação cerca de 142 mil telefones ligados à 14 estações rotativas automáticas e 8 estações manuais. Três outras novas, para mais 20 mil assinantes, estavam em fase de instalação e duas mais, para 14 mil linhas encontravam-se na fase de projeto. A demanda reprimida, contudo, ainda era muito alta, com milhares de pedidos

de telefones. O atraso na construção da rede externa dificultava o processo de instalação e atendimentos.

Seu quadro de funcionários neste ano, era de quase 10 mil empregados dos quais, 3.700 eram telefonistas. Um intenso programa de treinamento era adotado no sentido de elevar o nível dos Recursos Humanos capacitando-os aos novos equipamento e à modernização da Empresa.

Em São Paulo havia cerca de 70 mil telefones instalados atendidos por nove estações automáticas “passo-a-passo” e uma manual, em fase de modificação. Fora do perímetro urbano, na zona rural, 5 estações manuais estavam em operação. Projetava-se a construção de mais duas estações para 11 mil telefones e a mesa interurbana tinha 68 posições.

Nos demais estados e municípios, adotava-se, quase que exclusivamente, o serviço manual. O serviço automático ainda era proporcionalmente modesto, a saber, no Estado do Rio de Janeiro, Niterói com 7.687 telefones, Petrópolis com 3.581, Campos com 1.752 e em Terezópolis o serviço automático ainda estava em fase de instalação.

No Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte com 9.200 e em São Paulo, Santos com 8.194, Campinas com 3.464, Jaú com 582 e Marília com 800, completavam a estrutura de comutação automática da CTB.

Durante a guerra, apenas as comunicações oficiais e de imprensa eram permitidas. Com o fim do conflito, a partir de 15 de junho de 1945, as restrições que haviam sido impostas, proibindo as chamadas dos Estados Unidos para Europa, foram suspensas o que serviu para produzir um acelerado crescimento, da ordem de milhões de chamadas, nos serviços internacionais. Parte deste tráfego era gerado ou terminado no Brasil.

Em 1946, entra em funcionamento o primeiro computador eletrônico dos Estados Unidos, o Eniac (Electronic Numerical and Calculator) que foi instalado na Universidade da

Pennsylvania e que empregava cerca de 18.000 válvulas catódicas, à vácuo, nos seus circuitos.

Com o surgimento do transistor em 1948 se conseguiu grandes avanços na compressão das teorias físicas aplicadas às telecomunicações. A televisão de Marconi nos anos 30 e o transistor de William Shockley e seus colegas dos Laboratórios Bell nos anos 50, marcaram uma relevante quebra de paradigma a partir da qual surgiriam as grandes mudanças.

Praticamente, todas as inovações básicas decorrentes destas e de outras teorias da época, se fizeram presente durante a grande ruptura que representou a 2ª Guerra mundial e o período imediatamente depois. Quase todas as inovações comerciais datam deste período, fundamentando-se na aceitação final da eletrônica e a base das telecomunicações, acoplada a um amplo estudo e exploração dos materiais que conduziram ao desenvolvimento da eletrônica de estado sólido; de técnicas numéricas e de cálculo que impulsionaram os computadores digitais e os sistemas telefônicos como tais e da investigação operacional que inspiraram novos e sofisticados conceitos de gestão.

No ano de 1948, o Decreto nº 25.091, de 14 de junho, assinado pelo agora Presidente Eurico Gaspar Dutra, concedia à Brazilian Telephone Company “autorização para continuar a funcionar na República”.

2.1.2.4.7. A década de 50

Em 1951, novamente Getúlio Vargas, agora como presidente, em um segundo mandato, através do Decreto nº 30.346 de 28 de dezembro concedia, mais uma vez à Brazilian Telephone Company “autorização para continuar a funcionar na República”, prorrogação de concessão que iria se repetir no Governo Café Filho, autorizada pelo Decreto nº 36.961, de 28 de fevereiro de 1955, que concedia, mais outra vez, à Brazilian Telephone Company “autorização para continuar a funcionar na República”. Este Decreto fazia menção a todos os

anteriores que tratavam da concessão em questão, aprovava alterações estatutárias e a elevação do capital social da empresa.

Na década de 50 a planta da CTB foi expandida com a inauguração, em 21 de março de 1950, da rota Rio-Aracaju, através da Companhia Rádio Internacional do Brasil, Radional, no Serviço Rádio Interior.

A população do Rio de Janeiro crescia, passando de 1.720.000 para 2.479.000, 44% entre 1939 e 1951 e com ela a demanda por telefones. O número de telefones cresceu, neste período, aproximadamente 106%, de 104 mil para 215 mil.

Entre 1940 e 1950, no Distrito Federal, o número de domicílios cresceu de 342 mil para 444 mil (29,8%) e o número de telefones de 113 mil para 212 mil (87,6%). A expansão dos serviços e da rede da CTB nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, direcionou os interesses da empresa para a obtenção de concessões para exploração dos serviços locais nas capitais destes Estados e, posteriormente, para os Estados na totalidade de seus municípios.

Obteve então a CTB, concessão da Câmara Municipal de Vitória, outorgada em 4 de julho de 1959, através da lei municipal nº 129. Contudo, a Companhia Telefônica do Espírito Santo (CTES), da qual a CTB era acionista majoritária, só viria a ser oficialmente fundada em 14 de agosto de 1951. A Companhia Telefônica de Minas Gerais (CTMG), sucessora da CTB para todo o Estado de Minas Gerais, foi fundada em 1º de junho de 1953 e no decorrer de 1954 é que teve seu nome mudado. Em 31 de dezembro de 1954 a rede de Belo Horizonte já contava com mais de 20 mil telefones tendo crescido quase 2 mil só neste ano.

Nesse ano de 1954 comemorava-se o IV Centenário da cidade de São Paulo, a cidade mais desenvolvida do país e que, certamente, entre outras qualidades, contou, ao longo da sua história, neste percurso, com a contribuição prestada pelos serviços de telecomunicações.

A ativação de sua primeira rede se deu em 1884 e atendia a seus assinantes iniciais, dona Veridiana Prado e os senhores Falcão Filho e Vicente Queirós. Daquela época até esta

data, 400 anos depois de sua fundação, o progresso alcançado indicava uma rede composta por 20 estações telefônicas, cerca de 180 mil aparelhos instalados, duas estações interurbanas, 384 circuitos interurbanos, 600 quilômetros de cabos subterrâneos e 970 quilômetros de cabos aéreos. Nesse ano, os serviços telefônicos automáticos em São Paulo completavam 25 anos e a rede, que naquela época era de apenas 25 mil telefones apresentava, ainda, uma demanda reprimida de mais 80 mil. O pioneiro sistema de microondas Rio-São Paulo, em fase de instalação, era apresentado como um dos projetos mais importantes daquela época.

A partir de 1955 a CTB passou a empregar na interligação de suas centrais telefônicas, em substituição aos fios antigos, a nova tecnologia da época, os cabos coaxiais com transmissão em alta frequência e grande capacidade de circuitos simultâneos.

O sistema coaxial no Brasil, inaugurado oficialmente no dia 8 de fevereiro de 1955, foi inicialmente empregado entre Rio e Petrópolis, usava seis unidades repetidoras, em alguns trechos passava por dutos e instalações reforçadas, tinha uma proteção especial contra intempéries e fora fornecido pela Standard Telephone & Cabels Ltd. de Londres. Inicialmente especificado para baixas capacidades, com o desenvolver da tecnologia chegou, mais tarde, a transmitir 960 circuitos telefônicos em um mesmo tubo.

No dia 28 de novembro de 1956, já no governo Juscelino Kubitschek, configurava-se a nacionalização de uma empresa estrangeira, operando no Brasil no setor de telefonia. Com a publicação do Decreto nº 40.439 (íntegra no Anexo A), consagrava-se definitivamente a mudança da denominação da Brazilian Telephone Company, do Grupo canadense Light, para Companhia Telefônica Brasileira, CTB.

A sede da CTB, que operava serviços telefônicos no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e que fora transferida para o Brasil, foi mantida na capital da República.

O período de governo JK foi de grande progresso para diferentes segmentos e particularmente para as telecomunicações. As redes interurbanas, em expansão, passaram a empregar equipamento de microondas, consolidando estudos que haviam sido iniciados muitos anos atrás. O tempo que se perdera durante a 2ª Grande Guerra tinha que ser recuperado.

Com o fim do conflito, o mundo passou a viver e experimentar uma enorme transformação e as indústrias mundiais de equipamentos telefônicos puderam redirecionar suas atividades que, durante aqueles cinco anos, estavam voltadas para o fornecimento de material e equipamentos destinados ao esforço de guerra e direcionados para as forças armadas e à segurança dos seus respectivos países. Num projeto de reconstrução e busca da paz duradoura, somas incalculáveis de recursos estavam sendo canalizados para a Europa e as empresas brasileiras encontravam, nesta época, as portas fechadas para investimentos externos.

Os fabricantes se reequiparam porém, a CTB continuava com sérios problemas de ordem financeira e não encontrava soluções para cumprir seu plano de trabalho e atingir suas metas de expansão da rede. As taxas de câmbio também se mostravam desfavoráveis e as prioridades dos serviços telefônicos, no entender das autoridades, eram secundárias.

Uma comissão, nomeada pelo Poder Concedente, foi constituída para estudar o problema e propor soluções. A adoção do autofinanciamento foi uma delas, idéia que também era estudada, em nível nacional, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), da Presidência da República. Na época não se fabricava material telefônico no país e os aumentos sucessivos de material importado começaram a preocupar as autoridades.

Como política, o que o Governo concluíra era que a telefonia era prioridade, que a instalação maciça de telefones era mandatória e que, em busca de uma economia de milhões

de dólares em divisas e da criação de empregos, deveriam se estabelecer mecanismos de incentivo à implantação de uma indústria de equipamentos telefônicos no país.

Neste sentido, o governo brasileiro, imbuído que estava com o desenvolvimento industrial, decidiu conceder benefícios e incentivos à produção no país de equipamento de telecomunicações. Um desses instrumentos oficiais foi a Lei nº 3.683, de 9 de dezembro de 1959, assinado pelo Presidente Juscelino Kubitschek e que concedia isenção de direitos de importação para peças e materiais destinados à produção de centrais telefônicas no Brasil. A íntegra desta Lei pode ser encontrada no Anexo A.

2.1.2.4.8. Do início da década de 60 até o Código de Telecomunicações

A crise não só persistia, como se agravava, pois os serviços iam mal e as filas de espera por novos telefones continuavam crescendo, já alcançando 200 mil no Rio de Janeiro e 232 mil em São Paulo. A CTB e suas subsidiárias informavam resultados negativos e não distribuía dividendos a seus acionistas.

O governo do atual Estado da Guanabara, através da Lei Nº 21, de 5 de dezembro de 1960, decidiu pela intervenção na empresa. Teve início um amplo levantamento das condições de execução dos serviços visando posteriores ações corretivas e outras medidas cabíveis. A empresa passara a ser dirigida pela Comissão de Intervenção, instituída pelo Governo do Estado em fins de 1960 e mesmo assim a crise perdurava.

Neste ponto, o Governo Federal, que já havia constituído, através do Decreto nº 41.800, de 9 de julho de 1957, uma Comissão Especial para estudar o assunto, decide entrar novamente no problema. Uma nova Comissão, agora no Governo Jânio Quadros, foi nomeada com o objetivo de estudar as bases de um plano orgânico nacional de comunicações telefônicas, tomando como ponto de partida as conclusões daquela Comissão Especial. No dia 30 de maio de 1961, através do Decreto nº 50.666, foi criado o Conselho Nacional de

Telecomunicações (CNT, não era ainda o CONTEL) subordinado diretamente à Presidência da República (ver íntegra do Decreto no Anexo A).

Esse Conselho, que deveria propor a Política de Telecomunicações brasileira, teve duração efêmera, sendo substituído pelo novo Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) instalado em 14 de novembro de 1963 e criado pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto do mesmo ano e que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), criou o DENTEL e previu a instalação da EMBRATEL. Enquanto isto, tramitava no Congresso Nacional o Projeto do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Os resultados dos trabalhos da Comissão de Intervenção, relativamente ao Rio de Janeiro, foram encaminhados à Assembléia Legislativa com uma proposta de Projeto de Lei regulamentando o serviço local em novas bases e prevendo a absorção do acervo da CTB por uma sociedade de economia mista a ser criada e que seria, futuramente, a CETEL.

Em São Paulo, a situação também era muito complexa. Na capital já decorridos cinco anos do término da concessão dada, decidira-se na Câmara Municipal pela abertura de uma licitação internacional para exploração do serviço telefônico local. Feita a concorrência e, talvez devido ao baixo nível de remuneração, retorno duvidoso e dificuldades técnicas na operação da planta instalada, não acorreram outros interessados tendo comparecido apenas a CTB como licitante.

A relevância do setor de telecomunicações, contudo, continua sendo reconhecida e, para contornar a crise instalada, o governo resolve baixar os Decretos nº 640, de 2 de março de 1962 e o de nº 790, de 27 de março de 1962, o primeiro reconhecendo as telecomunicações como ferramenta de fomento da economia do país e o segundo, dispondo sobre as medidas necessárias à disciplina e melhoria dos serviços telefônicos interestaduais, ambos assinados pelo Presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves (ver íntegra de ambos os Decretos no Anexo A).

Ainda no Governo João Goulart, período parlamentarista, um dos momento de maior repercussão na história do setor de telecomunicações brasileira e que significou uma mudança nos rumos de suas atividades e no seu próprio destino, foi a Intervenção Federal na CTB, decretada em 31 de março de 1962 pelo Decreto nº 814 por um de seus complementos, Decreto nº 881 de 10 de abril de 1962 e por um outro de nº 1.027 de 18 de maio de 1962 assinados pelo Presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves (íntegra no Anexo A).

Esta intervenção teve por finalidade

manter a eficiência e regularidade dos serviços, principalmente das ligações interestaduais e com a Capital Federal bem como o levantamento das condições técnicas e econômicas do serviço, o controle geral destes naquilo que interferisse com as ligações dos órgãos e autoridades federais com a sede do Governo da União, os Estados e Territórios e o estudo e indicação das medidas aconselháveis para a solução do problema de telecomunicações. (RUIZ, 1973, p. 164)

O prazo de intervenção, inicialmente fixado, era de 180 dias tendo sido prorrogado por sucessivos atos, os Decretos nº 1.396 e 1.878 de 19 de setembro de 1962 e 54.286 de 14 de setembro de 1964, este último já no período revolucionário. A partir deste ponto se buscará reviver o período em que as telecomunicações passaram a exercer papel importante no desenvolvimento social, político e econômico do País. Como visto, este papel começou a ser sentido mais objetivamente, a partir de 1930, ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas. Com ele, plantaram-se as sementes da institucionalização do setor e que, depois, fizeram nascer, ainda de forma incipiente, os primeiros instrumentos legais que deram ao Governo os meios de que necessitava para administrar tão importante setor.

Dois instrumentos, entre muitos outros, foram os Decretos nº 20.047, de 27 de maio de 1931 que regulava os serviços de radiocomunicações e o de nº 21.111, de 1 de março de 1932, que o regulamentou. Logicamente a radiodifusão interessava à Vargas e esta legislação atenderia esta premissa. Somente após terem sido aprovados o Regulamento Geral do Código, Decreto nº 52.026, de 24 de maio de 1963 e os seus regulamentos especiais e específicos, é que foram dados aos membros do futuro Conselho Nacional de Telecomunicações os

instrumentos legais para que pudessem fundamentar seus pareceres. Este Decreto nº 21.111, até então, era quem fornecia os subsídios necessários para tomada de decisões. A partir desse ponto deixaremos de lado as ações isoladas que delinearão a história setorial para concentrar a análise das telecomunicações na fase de sua verdadeira institucionalização.

O Governo Federal no início da década de 60 fora definitivamente atraído para o problema das telecomunicações e, a partir deste ponto, firmou uma política direcionada à nacionalização e unificação dos serviços telefônicos. No dia 27 de agosto de 1962 foi promulgada a Lei nº 4.117 que aprovou o Código Brasileiro de Telecomunicações, que deu novo disciplinamento aos serviços telefônicos, colocando-o sob o controle da autoridade federal, através do CONTEL e do DENTEL.

2.1.2.5. História do Código Brasileiro de Telecomunicações

O passado longínquo é uma tarefa para os historiadores.

Embora as comunicações se fizeram sentir relevantes na história do Brasil desde o descobrimento, somente a partir de da década de 1930, como resultado do projeto político de Getúlio Vargas, é que elas passaram a exercer verdadeiramente papel importante no desenvolvimento social, político e econômico do País, quando foram definidos e implementados, os primeiros dispositivos legais necessários para administrar o setor.

Tendo em vista o pequeno envolvimento dos Governos Federal, Estaduais e Municipais com as telecomunicações públicas, foi a radiodifusão, no ano de 1940, que serviu de alicerce à elaboração do primeiro projeto de Código, um Código que priorizava este setor. O projeto se circunscrevia praticamente à radiodifusão e as idéias relativas às telecomunicações públicas só foram introduzidas neste projeto na sua fase final. O Código como foi instituído, na sua versão definitiva, só viria ser aprovado, muito tempo depois, em 27 de agosto de 1962.

Foi visto que, entre os anos 30 e 60, o setor de radiodifusão se sobressaía tendo em vista o alcance e a penetração que o rádio proporcionava. Sua importância política decorria da

grande influência que exercia sobre o segmentos econômico e social. No início da década de 40 e justamente a partir da atuação de homens que atuavam na área, ganhou espaço a proposta de elaboração de um projeto de código, nesta época e, obviamente, voltado exclusivamente para a radiodifusão. Em 1941, o projeto foi encaminhado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão que no Governo Getúlio Vargas ditava normas políticas e de censura.

Outras tentativas dos homens de radiodifusão foram tentadas e foram sempre ignoradas pelas autoridades da União. Contudo, este primeiro projeto, da forma com que fora concebido, não interessava ao Governo e acabou não sendo acatado. Segundo o ponto de vista do Governo era mais adequado, politicamente, continuar baixando atos (Leis, Decretos e Regulamentos) e continuar controlando a radiodifusão, dela tirando vantagens da propaganda governamental e na comunicação com a sociedade.

Mais tarde, em 1944, um novo projeto, elaborado por radialistas e, portanto, direcionado prioritariamente para a radiodifusão, foi encaminhado ao Governo que por ele, novamente, não se interessou. As versões iniciais do projeto foram sendo modificadas ao longo dos anos. Quando da realização do 1º Congresso Brasileiro de Radiodifusão em 1946, uma versão, o 8º projeto de Código, foi apresentada para apreciação pelos participantes, ainda, na quase totalidade, empresários, representantes e profissionais do setor de radiodifusão. Contudo, este projeto também não foi considerado e não teve prosseguimento nas áreas do Governo que poderiam levá-lo adiante.

No ano seguinte, 1947, por uma atuação dos empresários da área de radiodifusão junto ao Congresso, a Câmara dos Deputados deu início à análise de mais uma versão do Código Brasileiro de Radiodifusão. As discussões no Legislativo foram acaloradas pois entre várias iniciativas, o projeto propunha a criação de um Conselho, o Conselho Federal de

Radiodifusão, cujo objetivo era “tratar da política setorial”, o que causava desconforto para os deputados.

Passado um ano, já em 1948, a Câmara analisava o Projeto nº 1.234, apresentado por uma Comissão Mista do próprio Legislativo, no qual constavam, além dos aspectos relacionados à radiodifusão, outras matérias que envolvam transmissões radioelétricas.

O projeto do Código Brasileiro de Radiodifusão se transformaria em projeto de Código Brasileiro de Radiotransmissão por incluir no seu conteúdo, a regulamentação dos serviços que empregavam também ondas hertzianas (radioelétricas), além da própria radiodifusão.

O Decreto nº 21.111 de 1º de março de 1932, da época do primeiro governo de Getúlio Vargas, que vinha servindo como instrumento de regulamentação, já estava por ser revisto. Por esta razão e tendo em vista o projeto que estava sendo analisado na Câmara, a Comissão Técnica de Rádio (CTR), decidiu, em 1949, criar um grupo de trabalho que iria propor um projeto de lei, mais abrangente, para o setor de radiocomunicações, com a finalidade de atualizar os dispositivos legais que regulamentavam a radiodifusão na década de 30 e que poderiam começar a ser substituídos por novos diplomas.

Este anteprojeto elaborado pela CTR, nem mesmo chegou ao Legislativo e, somente alguns anos depois, em 1953, é que a matéria voltaria a ser apreciada no Congresso quando dois substitutivos ao projeto nº 1.234 entraram na pauta. O primeiro, de autoria do Deputado Armando Falcão, de nº 3.658 e o segundo, de autoria do Deputado Bilac Pinto, de nº 3.958.

O setor de radiodifusão, contudo, ainda se mostrava interessado em aprovar uma Lei que atendesse claramente os seus interesses e nesta condição, no mesmo ano de 1953, durante mais um Congresso de Rádio, em São Paulo, foi apresentado, debatido e aprovado um novo anteprojeto de lei. Contando com a presença de várias autoridades neste evento, entre eles o Senador Marcondes Filho, houve a oportunidade de, por seu intermédio, ser este anteprojeto

encaminhado ao Senado da República onde, sob o nº 36/53, estaria sendo proposta a instituição do Código Brasileiro de Radiodifusão.

A urgência que era esperada para apreciação da matéria, mais uma vez, não aconteceu, tendo em vista a grande quantidade de pareceres e emendas que viriam a ser inseridos no processo. Para enriquecer as discussões, quatro anos depois da apresentação ao Senado, em 1957, um novo Projeto de Lei viria ser apresentado na outra Casa do Congresso. Na Câmara Federal, sob nº 3.300 o Deputado Prado Kelly propunha uma nova versão para a instituição do Código Nacional de Radiodifusão.

Este anteprojeto contemplava a criação de três órgãos: o Conselho Nacional de Radiodifusão, a Comissão Parlamentar de Fiscalização Política e a Comissão Técnica de Rádio, com atribuições bem definidas. Anteriormente, ainda no ano de 1954, a Comissão Técnica de Rádio estava diretamente subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas e o Governo determinou que ali fosse estudado e apresentado um outro projeto de Código, mais abrangente, para ser encaminhado ao Legislativo.

Por ser matéria de alto conhecimento e experiência nas Forças Armadas, a CTR solicitou a colaboração do Estado Maior das Forças Armadas e do Conselho de Segurança Nacional, para dar cumprimento a esta tarefa.

Neste elenco de tentativas de codificação deve ser mencionada a iniciativa do deputado Edson Passos, na composição de uma comissão que resultou na elaboração de um anteprojeto de Código Nacional de Telecomunicações, apresentado pela Associação Brasileira de Telecomunicações à Presidência da República. Como subsídio, Barbosa Lima Sobrinho registrou que este projeto serviu de base ao trabalho da Comissão de Transportes e Comunicações da Câmara dos Deputados. (ALENCASTRO E SILVA, 1990, p. 13)

Relativamente ao Código, o quadro no ano de 1957 era o seguinte: enquanto na Câmara discutia-se o Projeto do Deputado Prado Kelly, no Senado apresentava-se um substitutivo ao anteprojeto nº 36/53 encaminhado pelo Senador Marcondes Filho. O documento elaborado pela CTR, primeiro a ser realmente identificado como Código

Brasileiro de Telecomunicações, foi apresentado, no Senado, como substitutivo ao Projeto Marcondes Filho, pelo Senador Cunha Mello.

Nesta proposta, segundo registro da Associação das Emissoras de São Paulo (AESP), além das idéias nascidas na CTR, foram levadas em consideração todas as sugestões que o empresariado de radiodifusão havia apresentado e, embora várias emendas tivessem sido inseridas, o projeto manteve as diretrizes mais relevantes defendidas pela AESP e pela Associação Interamericana de Radiodifusão, tendo como única exceção, o item que proibia a publicidade comercial nas emissoras governamentais, que foi retirado. Este substitutivo acabou sendo aprovado no Senado porém ainda tramitava na Câmara o projeto Prado Kelly. O anteprojeto aprovado no Senado foi então encaminhado à Câmara dos Deputados e, agora, sob nº 3.549-A/57, anexado ao projeto Prado Kelly tendo sido objeto de cerca de 100 emendas e inúmeros pareceres das comissões o que fez, mais uma vez, o processo retardar.

O EMFA, através de sua Comissão Permanente de Comunicações, interessado na agilização das discussões e na aprovação da lei, acompanhava o desenrolar do problema e decidiu criar uma Comissão que, a título de colaboração, deveria elaborar um estudo para ser encaminhado à Câmara, como subsídio. Deste grupo fazia parte o próprio EMFA, a Aeronáutica, o Exército, a Marinha, o Departamento de Correio e Telégrafos e o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos (DTUI), de Brasília. Posteriormente vieram a participar, a Comissão Técnica de Rádio e o Estado Maior da Aeronáutica e como resultado foi elaborado um parecer que viria a se constituir na linha estrutural do Código de Telecomunicações.

O relatório final da Comissão apresentou as seguintes recomendações:

- *Centralização do poder regulador em um órgão Federal (o CONTEL);*
- *a previsão do Sistema Nacional de Telecomunicações, formado pela integração da Rede Federal e das Redes Estaduais;*
- *pela criação da EMBRATEL para a execução da Rede Federal (trancos principais do Sistema Nacional);*
- *pela previsão de recursos para acelerar a implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações;*
- *pela manutenção da política liberal da Constituição; e,*
- *pela retirada da fixação de tarifas do poder político, confiando-a a um órgão técnico, o CONTEL. (apud ALENCASTRO E SILVA, 1990, p. 15)*

O estudo, subscrito pelo Chefe do EMFA, deu origem a doutrina que estabeleceu a linha mestra do futuro Código de Telecomunicações.

Em janeiro de 1961, Jânio Quadros assumiu a Presidência da República e quatro meses depois assinava um decreto que viria a consolidar tais diretrizes. O Decreto ganhou o nº 50.666, de 30 de maio de 1961 e criava o Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT), diretamente subordinado ao Presidente da República.

O Conselho teria na sua estrutura, dois órgãos, um deliberativo e o outro, executivo. O órgão deliberativo seria constituído por um Presidente e oito Conselheiros e o executivo por um Departamento Executivo, com tantas Divisões quantas necessárias ao bom desempenho de suas funções.

A Jânio Quadros interessava, por razões políticas, legislar, especialmente, sobre o rádio e a televisão e pretendia ter toda a radiodifusão subjugada à sua vontade. Logo, em 23 de junho de 1961, assinava o Decreto nº 50.840, no qual, a Comissão Técnica de Rádio saía da órbita do Ministério da Viação e Obras Públicas (um ministério técnico) e passava para o controle do Ministério da Justiça (um ministério político). Simultaneamente, decidiu reduzir o prazo de concessões de dez para três anos, “renovável ou não a juízo do Governo” o que aumentava o arbítrio do governante para decidir nos casos em que as concessões poderiam ser liminarmente cassadas. Imediatamente aconteceram manifestações de descontentamento já que o Decreto ia frontalmente de encontro aos interesses do empresariado de radiodifusão.

Este conjunto de atitudes levou os radiodifusores a pressionar a comissão de Transporte e Comunicações da Câmara, onde se encontrava o projeto do Senador Cunha Mello, a retomar a análise do projeto. Santiago Dantas, prevendo uma tramitação demorada do projeto, uma vez que teria que ser examinado por várias Comissões (Economia, Segurança Nacional, Constituição e Justiça, entre outras) propôs a criação de uma Comissão Especial, com caráter de urgência-urgentíssima, que seria composta por deputados indicados pelas Comissões as quais a matéria estava ligada. A idéia foi aprovada e levada avante.

Jânio, ao tomar conhecimento de que o projeto fora retomado, determinou ao Diretor do Departamento de Correios e Telégrafos, DCT, que fosse à Brasília para assessorar os deputados acerca do projeto do Código. O grupo do DCT, contando com a participação de outras figuras do Governo ligadas às telecomunicações, na Câmara, apresentou aos deputados, entre outras, a idéia de incluir telecomunicações públicas no texto, definindo para elas a política que havia sido proposta pelo EMFA, o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT) e nem conceituava o setor de telecomunicações como um “sistema”. A figura do “autofinanciamento” no serviço telefônico era permitida, desde que através da emissão de debêntures.

No que diz respeito à radiodifusão, os principais reclamos dos radiodifusores eram atendidos e não ocorria qualquer imposição de contrapartidas, obrigações e responsabilidades, durante o período eleitoral. O projeto, em síntese, quase não alterava o *status quo*, sendo considerado, mais liberal e privativista.

O outro projeto, oriundo da Câmara, era mais atualizado e se apresentava de forma mais detalhada. Nele, o CONTEL estaria diretamente subordinado à Presidência da República como também previa a execução direta, por uma empresa pública, dos serviços dos troncos do Sistema Nacional de Telecomunicações, inclusive nas suas conexões internacionais. Ações

seriam emitidas em nome do Governo como contrapartida para o chamado “autofinanciamento”.

No que diz respeito à radiodifusão, o projeto regulamentava a propaganda eleitoral, Por sugestão, a idéia deveria ser transmitida, também, ao presidente da Comissão de Transportes e Comunicações que, recebendo argumentos convincentes, teria condições de atuar na defesa das idéias expostas. Posteriormente o grupo teve condições de apresentar os argumentos, também, à membros de uma Comissão Mista, Senado e Câmara, que acabara de ser formada na Câmara e que interessadamente acolheu as idéias a serem analisadas e, depois, defendidas.

Nesta seqüência de apresentações e debates, evidenciava-se que o projeto enviado pelo Senado, de autoria de Cunha Mello, não estava bem fundamentado, era modesto frente às transformações institucionais que se pretendia já que, praticamente, não alterava em nada a situação atual relacionada às telecomunicações públicas.

Por outro lado, o projeto oriundo da Câmara, de autoria do Deputado Nicolau Tuma, mais completo e denso, apresentava um substitutivo que incorporava tanto as diretrizes apresentadas pelo EMFA, como introduzia as idéias do relator que, como radialista, com muitos anos dedicados ao rádio brasileiro, conhecia, bastante bem, os meandros do setor. Além do seu substitutivo outras 99 emendas foram adicionadas, totalizando 193 emendas. O projeto de Código, no que tange à radiodifusão, ainda mantinha suas linhas básicas.

No dia 24 de agosto de 1961, o substitutivo foi apresentado no plenário da Câmara e teve uma grande receptividade. O documento, além de contar com a solidariedade de todos pelo texto e pela qualidade do trabalho realizado, foi elogiado pelo conteúdo das linhas doutrinárias que continha.

Na medida em que defendia a operação das comunicações apenas por organizações nacionais, o documento assegurava, também, a abertura da exploração pela iniciativa privada

brasileira e a idéia do monopólio das linhas tronco, que seria atribuído ao Governo brasileiro, como um imperativo da própria segurança, não podendo, portanto, ficar à mercê de empresas estrangeiras. Como decorrência destes princípios, o Código defendia a criação de uma nova empresa, a EMBRATEL, que serviria, dali para frente, como base e instrumento da expansão dos serviços de telecomunicações do Brasil.

Com o intuito de afirmar, não só a importância da lei mas, principalmente, a responsabilidade pela tramitação dela no Senado, o documento, com as assinaturas dos deputados, aprovando o Código, foi solenemente encaminhado e entregue em mãos ao Primeiro Secretário daquela Casa, Senador Cunha Mello. O ofício de encaminhamento chamava a atenção para os artigos 20 e 22 do Regimento Comum que dispunha sobre a necessidade de criação de uma Comissão Mista, com a participação de membros das duas casas legislativas.

Mas a vitória não estava ainda garantida, lamentavelmente, e para angústia dos participantes do projeto, imprevistos pareciam conspirar contra a edição da nova lei. Um dia depois da aprovação do Código na Câmara, no dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros apresentava sua renúncia ao Congresso Nacional e uma grave crise iria se seguir. Acontece uma parada e, com isto, o projeto perdeu prioridade e o “urgentíssimo” se transformou em, apenas, “deferido”, o que significa dizer, que ficaria sujeito a enfrentar um novo período de espera, talvez, de esquecimento.

Inexplicavelmente, os próprios radialistas, interessados na Lei, se conformaram com a espera e deixaram de agir com a dedicação que era de se esperar. Mesmo com a chegada de Jango os trabalhos não foram imediatamente retomados. O Código adormeceu no Senado e só viria a ser retomado quando o Ministério da Justiça decidiu radicalizar dando um novo “aperto” na radiodifusão, editando a chamada “Portaria Rolha” que restabelecia um Decreto anterior, de nº 50.840 de 1961, que “cerceava a liberdade de manifestação de pensamento bem como a difusão de determinadas informações por meio da radiodifusão”.

Com esta dura medida e agora preocupados, os radiodifusores buscaram, enfim, se mobilizar, desta vez mais conscientes ainda das necessidades da nova lei. Na pressa e ignorando o Regimento Comum, o Senado optou por constituir uma comissão própria para examinar tanto o projeto oriundo da Câmara, como também, os dois anteriores, o projeto Cunha Mello do Senado, em sua versão original (Projeto-de-lei nº 36, de 1953) e o substitutivo Nicolau Tuma, apresentado pela Câmara dos Deputados (Projeto-de-lei nº 3.549C, de 1957) (ALENCASTRO E SILVA, p. 20).

No primeiro, mais antigo e sucinto, ficava estabelecido que o CONTEL estaria subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, não era previsto o monopólio dos circuitos-troncos unindo as capitais do País e nem estaria autorizada a criação de uma entidade governamental para implantar e explorar tais troncos. Não instituía estabelecendo a utilização gratuita do veículo pelos candidatos a postos eletivos, em contrapartida ao atendimento das reivindicações do setor. Este projeto era taxado de “monopolista” e “estatizante”, pois contrariava interesses, apesar de sua filosofia programática e inovadora (ALENCASTRO E SILVA, p. 21).

Quando da discussão dos Projetos, inúmeros especialistas, personalidades e representantes de órgão de classe, trabalhadores de empresas de telégrafos, da Federação dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, a TELEBRASIL, representantes da Light (CTB), da ITT, dos Diários Associados, a grande maioria contrária ao Projeto do deputado Nicolau Tuma, prestaram depoimentos e apresentaram seus pontos de vista perante a comissão.

Encerradas a discussão e os depoimentos, a Comissão do Senado deu seu parecer rejeitando o Projeto do Deputado Nicolau Tuma e acolhendo o Projeto do Senador Cunha Mello, que, mantendo o *status quo*, atendia aos interesses dos grandes grupos econômicos, na quase totalidade, estrangeiros.

As idéias renovadoras pareciam estar perdidas, porém, um vício de origem na formação da Comissão do Senado viria a invalidar o procedimento adotado, determinando a criação de uma nova Comissão e anulando, conseqüentemente, o parecer que acolheu o Projeto do Senador Cunha Mello. Anulava as decisões aprovadas porque a constituição da comissão infringira os artigos 20 e 22 do Regimento Comum às duas casas do Congresso onde está estabelecido que, “tendo recebido um substitutivo, como foi o caso, a sua apreciação deve ser feita por uma comissão mista de deputados e senadores e não somente de senadores”. No presente caso o problema se agravava pois, aos deputados presentes a votação do parecer final do relator, não foi sequer facultado o exercício do voto. Uma questão de ordem pedindo nulidade das decisões foi colocada e acolhida.

Mais adiante, uma nova comissão Presidida pelo Deputado Barbosa Lima Sobrinho e tendo como relator, Caiado de Castro, general e ex-chefe da Casa Militar de Getúlio Vargas, viria a se constituir, desta vez, com a participação de Deputados e Senadores, conforme estabelecia o Regimento. No desenvolvimento dos trabalhos desta nova Comissão, teve papel significativo o parecer do Conselho de Segurança Nacional, já que as Forças Armadas contribuíram decisivamente para a elaboração do Projeto, bem como porque ainda perdurava o confronto entre os pontos de vista da Câmara e do Senado.

Deputados da Comissão resolveram então consultar e pedir um parecer formal ao chefe da Casa Militar do Presidente João Goulart função que, tradicionalmente, acumulava o cargo de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional. “Este pedido se justificava não só porque a luta entre os dois pontos de vista dificultava a conciliação como igualmente porque as Forças Armadas contribuíram decisivamente para a elaboração do Projeto da Câmara dos Deputados” (ALENCASTRO E SILVA, p. 23).

O parecer ainda não havia sido enviado ao Senado e o original pôde ser apreciado. Uma franca discussão se estabeleceu e daí se podia concluir que o parecer do CSN não

favorecia os interesses nacionais já que, mantendo a situação reinante, o Código facultava a permanência de empresas estrangeiras na manutenção e expansão dos serviços de telecomunicações. Conclusão da discussão: o parecer do CSN deveria ser reformulado, tendo o general aceitado receber subsídios para elaborar um novo parecer. E assim foi feito: no mesmo dia o parecer foi redigido, corrigido e datilografado num trabalho que durou até 4 horas da madrugada. Às 17 horas, como prometido, foi entregue na residência do general.

O parecer solicitado acabou chegando à Comissão com um pequeno atraso, mas a tempo de ser lido e debatido numa sessão bastante longa. O parecer, refeito, assegurava as posições do Código segundo o texto aprovado na Câmara. Insatisfeito, o Senador Caiado de Castro pediu demissão da Comissão. Definido um novo senador-relator, os trabalhos puderam harmonicamente prosseguir, encerrando o funcionamento da Comissão. O Código Brasileiro de Telecomunicações foi então encaminhado para apreciação final do Plenário do Senado. Mais uma etapa estava vencida porém havia ainda uma parcela significativa a ser percorrida.

Depois de muitos anteprojetos e projetos, mais de vinte, emendas, idas e vindas, muito tempo consumido, quase vinte anos. Este era o balanço do esforço aplicado ao projeto do Código Nacional de Telecomunicações. O bastão estava agora com o Poder Legislativo. E no Legislativo o Código foi, finalmente, aprovado. Com esta decisão, parecia estar terminada a caminhada. Ledo engano.

Tendo em vista a relevância da matéria e o interesse que o setor de radiodifusão alimentava pelo Código, o Presidente da República, João Goulart, tomou a decisão de convidar os diretores das estações de rádio e televisão do Rio de Janeiro e de São Paulo para assistirem à sanção do Código.

No que parecia ser a celebração de uma jornada concluída, para surpresa e decepção dos presentes, em especial do empresariado de radiodifusão, que já comemoravam a vitória, o Presidente, assessorado por grupos radicais de esquerda que consideravam o projeto ainda

muito liberal, resolveu dar uma guinada no processo e inseriu 52 vetos no projeto, o que levava a perder muitas conquistas e transfigurava, completamente, o seu conteúdo. A decisão do Presidente resultou em uma nova mobilização dos empresários de radiodifusão que se sentiram prejudicados e, sob a liderança dos Diários Associados, optaram por submeter o problema à Justiça, entrando com uma ação junto ao Supremo, contra a decisão presidencial que, no entanto, por não encontrar uma saída jurídica para a decisão do Executivo, aconselhou uma ação política junto aos congressistas.

Assim foi feito, o “lobby” junto ao Congresso foi efetivo e produziu os resultados esperados; a totalidade de vetos foi rejeitada por mais de dois terços, o que concedeu ao Código a singularidade de uma lei que traduzia o pensamento absolutamente majoritário dos congressistas. O Código Brasileiro de Telecomunicações foi assim concebido e implementado de uma forma absolutamente harmonizada tanto com o processo de institucionalização do setor e de desenvolvimento do país quanto com as demandas da sociedade por serviços que, até então, vinham sendo ofertados de forma anárquica e ineficaz. Este diploma legal adquiriu vida própria e tal personalidade jurídica que as inúmeras tentativas para alterá-lo não produziram qualquer resultado.